



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CTC – CENTRO TECNOLÓGICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EM ARQUITETURA E URBANISMO

Luiz Gonzaga Philippi Filho

**No limiar da segregação:** desigualdade, medo e insegurança manifestados  
cotidianamente em medidas segregadoras no espaço urbano

Florianópolis

2023

Luiz Gonzaga Philippi Filho

**No limiar da segregação:** desigualdade, medo e insegurança manifestados  
cotidianamente em medidas segregadoras no espaço urbano

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Adriana Marques Rossetto,  
Dra.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Philippi Filho, Luiz Gonzaga No limiar da segregação :  
desigualdade, medo e insegurança manifestados  
cotidianamente em medidas segregadoras no espaço urbano /  
Luiz Gonzaga Philippi Filho ; orientadora, Adriana Marques  
Rossetto, 2023.

222 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. segregação socioespacial.  
3. cotidiano. 4. Street View. 5. desigualdade. I. Rossetto,  
Adriana Marques. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo. III. Título.

Luiz Gonzaga Philippi Filho

**No limiar da segregação:** desigualdade, medo e insegurança manifestados cotidianamente em medidas segregadoras no espaço urbano

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 31 de outubro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Paolo Colosso, Dr.  
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Julian Borba, Dr.  
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Profa. Adriana Marques Rossetto, Dra.  
Orientadora

Florianópolis, 2023.

*Para a Vó Dena,  
que vai sempre se lembrar do quanto é amada.*

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho se inicia com inquietações e reflexões proporcionadas por meu trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), orientado pelo professor Alcimir de Paris.

Esta dissertação de mestrado foi elaborada inserida ao PósARQ, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC, cuja estrutura e pessoal permitiram a realização da pesquisa, com especial ajuda da secretária Adriana Cardoso Vieira e a professora doutora Maristela Moraes de Almeida; e cujas disciplinas ofertadas possibilitaram explorar e desenvolver os assuntos estudados, em especial: “Arquitetura dos Espaços Públicos”, ministrada pelo professor doutor Almir Francisco Reis; “Produção do Espaço Urbano e a Dinâmica Socioespacial”, ministrada pela professora doutora Maria Inês Sugai, cujo trabalho foi realizado conjuntamente com colegas Jéssica Caroline Rodrigues de Lima e Otávio Martins Peres; “Tópicos Especiais em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade: In(ter)venções urbanas: a arte e a arquitetura como construtoras de dissensos”, ministrada pelo professor doutor Rodrigo Gonçalves dos Santos. “Direito à Cidade: de Henri Lefebvre ao Brasil Contemporâneo”, ministrada pelos professores doutor Paolo Colosso e doutor Thiago Trindade.

Também foram essenciais as disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP) da UFSC: “Sociologia do poder e das elites”, ministrada pelo professor doutor Ernesto Seidl; e “Atitudes, valores e comportamento político”, ministrada pelo professor doutor Julian Borba.

Contou-se ainda com uma bolsa CAPES/DS no período entre agosto de 2021 e outubro de 2022.

O trabalho só foi possível de ser realizado em sua completude com a ajuda, empatia e orientação da professora doutora Adriana Marques Rossetto, assim como da compreensão e aconselhamento dos professores doutor Paolo Colosso e doutor Julian Borba no processo de qualificação, e do apoio de familiares, colegas e minha companheira Samantha.

## RESUMO

A partir do muro (ou da cerca elétrica, das câmeras, das grades, etc.) existe uma tensão entre aquilo que está dentro e fora, entre o “seguro” e “inseguro”, entre o ideal de uma cidade que é vendida e a realidade de uma cidade que é vivida. Ali, neste limiar da segregação, está uma materialidade que suporta ou limita relações sociais, e é em seus arredores que essas relações podem ser observadas e, inclusive, registradas e compartilhadas pela fotografia. Como pesquisa exploratória, esta dissertação investiga e busca demonstrar relações socioespaciais que ocorrem banalmente *no limiar da segregação*. Com método qualitativo, intenta-se observar a realidade segundo as perspectivas dos sujeitos, realizando uma reflexão conceitual sobre o tema ao passo que se utiliza de múltiplas mídias para ilustrar, exemplificar e publicizar de maneira acessível situações de segregação socioespacial. Em uma abordagem fenomenológica, este estudo considera o pesquisador fundamental para o processo de coleta dos dados, sendo quem os observa, registra, seleciona e interpreta. Através da técnica de observação indireta, de maneira descritiva e por meio de uma análise indutiva dos dados, pretende-se conhecer melhor como um determinado fenômeno se manifesta: *de que forma a desigualdade, o medo e a insegurança se manifestam cotidianamente em medidas segregadoras nas cidades?* Com essa pergunta central, junto aos referenciais teóricos e através dos eixos de abordagem, elabora-se um fio condutor pelo qual o método será aplicado. O uso de imagens de *Street View*, cruzando-as com dados quantitativos, oficiais, midiáticos, publicitários ou comunitários, permitem acompanhar fenômenos em um decurso temporal, compreendendo-se também seus processos e reforçando sua característica habitual. Por meio de exemplos que demonstram situações e conceitos já fundamentados, possibilita-se a partir da organização do trabalho expor e argumentar quanto ao tema da segregação socioespacial, contribuindo-se para novas reflexões. Desse modo, o presente trabalho resulta em uma abordagem ampla e interdisciplinar do tema complexo, ao passo que em camadas aprofunda seus aspectos, respondendo em várias formas sua pergunta e corroborando para o entendimento da incompatibilidade dessas medidas segregadoras com um ideal de cidade justa, democrática e sustentável.

**Palavras-chave:** segregação socioespacial; cotidiano; *Street View*; desigualdade.

## ABSTRACT

From a wall (or an electric fence, cameras, window bars, etc.) exists a tension between what is inside and what is outside, between “safe” and “unsafe”, between the ideal of a city that is sold and the reality of a city that is lived in. There, at this threshold of segregation, is a materiality that supports or limits social relations, and it is in its surroundings that these relations can be observed or even registered and shared through photography. As an exploratory research, this dissertation investigates and seeks to demonstrate socio-spatial relationships that occur banally on the thresholds of segregation. With a qualitative method, it aims to observe reality from the subjects' perspectives, making a conceptual reflection on the topic while using multiple media to illustrate, exemplify and publicize in an accessible way situations of socio-spatial segregation. In a phenomenological approach, this study considers the researcher fundamental to the data collection process, being the one who observes, registers, selects and interprets them. Through the technique of indirect observation, in a descriptive way and through an inductive analysis of the data, it intends to better understand how a certain phenomenon manifests itself: *how inequality, fear and insecurity manifest in everyday life as segregating measures in cities?* With this central question, combined with the theoretical references and through its axes of approach, a guiding thread is created by which its method will be applied. The use of Street View images, crossing them with quantitative, official, media, advertising or community data, allows phenomena to be monitored over time, also understanding their processes and reinforcing their habitual characteristics. Through examples that demonstrate situations and concepts already substantiated, this work's organization facilitates to expose and argue on the topic of socio-spatial segregation, contributing to new reflections. In this way, the present work results in a broad and interdisciplinary approach to this complex theme, while in layers it deepens its aspects, answering its question in various ways and corroborating the understanding of the incompatibility of these segregating measures with an ideal of fair, democratic and sustainable cities.

**Keywords:** socio-spatial segregation; everyday life; Street View; inequality.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	10
1.2 OBJETIVO GERAL	20
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	20
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>22</b>
2.1 DESIGUALDADE, MEDO E INSEGURANÇA NAS CIDADES	22
2.2 CONTEÚDO	38
2.3 FORMA	44
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>57</b>
3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA	57
3.2 CONSTRUÇÃO DO MÉTODO	58
<b>3.2.1 Aplicação do instrumento de Street View em método qualitativo</b>	<b>66</b>
<b>3.2.2 Dimensões e fio condutor</b>	<b>69</b>
3.3 MÉTODO	72
3.4 OBJETOS E RECORTES DE ESTUDO	74
<b>4 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SEGREGADO</b>	<b>75</b>
4.1 MEDIDAS SEGREGADORAS INDIVIDUALISTAS	76
4.2 FRAGMENTAÇÃO E ISOLAMENTO	104
4.3 CIDADE “PLANEJADA” E “IMPROVISADA”	140
<b>5 PROMOÇÃO DA EXCLUSIVIDADE</b>	<b>152</b>
5.1 IMAGENS DE CIDADE E CULTURA DA EXCLUSIVIDADE	153
5.2 SENTIMENTO DE SEGURANÇA E ATITUDES INDIVIDUALISTAS	179
<b>6 DIREITO À CIDADE NO ESPAÇO URBANO SEGREGADO</b>	<b>194</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS</b>	<b>211</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>214</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1. 1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

### Uma janela para o limiar

Na cidade percorrida a pé, o conforto doado pela cartografia serena é interrompido. Corpo, sujeito da observação, paisagem terão seus contornos alterados a qualquer momento. Na travessia, “a cada curva faz soltar do terreno plano, objetos distantes” (Benjamin, 2004, p. 14), de tempos outros, a turvar a delimitação clara do espaço e do tempo dos calendários e dos mapas. Campos de extermínio, ruínas, parques, residências, cemitérios de ontem e de hoje perderiam a impermeabilidade das suas bordas. Paredes, grades, portas, ganham a porosidade dos corpos que pulsam. As funções inquestionáveis destes artefatos fracassam. A cidade ainda vive, ainda lateja por meio dos seus poros, através das passagens que a faz respirar? Que subjetividades emergiriam das cidades onde as bordas das suas fronteiras e limiares são produzidas por frentes de combates? (*apud* Batista; Baptista, 2018, p. 152)

Para que servem os estudos urbanísticos sobre espaços públicos e segregação socioespacial para quem está atrás dos muros? Enquanto as discussões sobre urbanidade parecem bem avançadas, solicitando cidades mais “vivas”, com maior qualidade dos espaços públicos para uma maior quantidade e diversidade de pessoas circulando o tempo todo (Tenorio, 2012); estas ideias em larga escala e a longo prazo parecem ser pouco impactantes para quem sofre do sentimento de insegurança em que o perigo, de tão próximo, latente e imediato, está na janela de seu lar (fig. 1).

Figura 1 – Janela de apartamento gradeada. Trindade, Florianópolis.



Fonte: do autor (2021)

Como e quanto as críticas ao condomínio fechado afetam para quem sente a necessidade de colocar grades nas janelas de sua casa, aumentar seus muros, eletrificar suas cercas, instalar câmeras de vigilância? (fig. 2) O mercado imobiliário parece atender uma demanda imediata de parte da população que vive atrás de muros, dando suas costas para as próprias ruas em que moram, restando aos espaços públicos tudo aquilo de que fogem.

Figura 2 – Muro equipado com arames farpados e câmera de vigilância. Centro, Florianópolis.

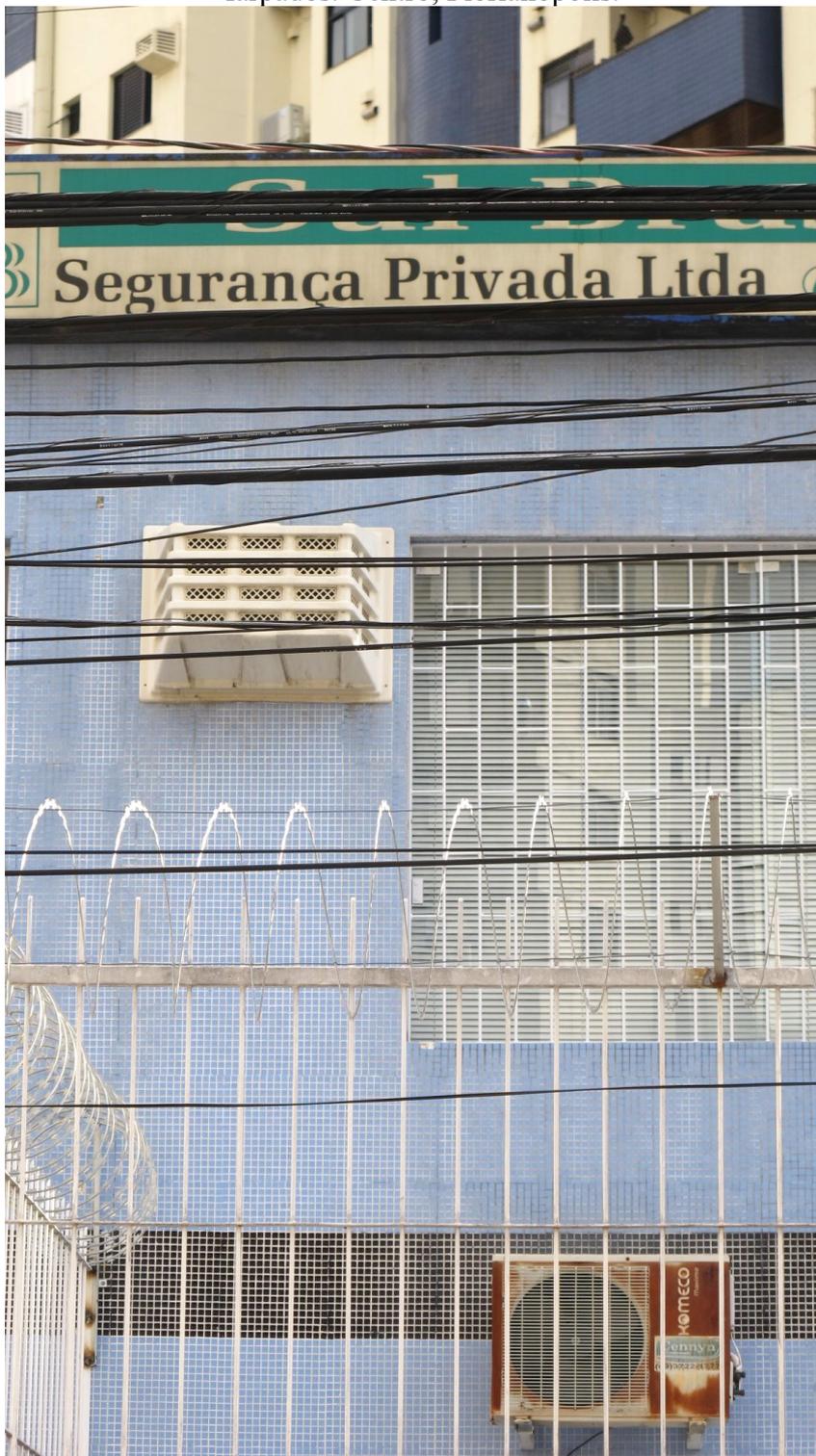


Fonte: do autor (2019)

Ou seria essa “fala do crime”, o “medo do crime” e da “violência urbana” a que este mercado especializado em segurança serve, justamente propagado (mesmo se acidentalmente) para estimular o consumo de bens e medidas de segurança cada vez mais fortificadas e violentas? (Caldeira, 2000; Ellin, 2001; Kessler, 2009; Fornasier *et al.*, 2019; Pavoni; Tulumello, 2020).

Além da materialidade, o ambiente construído tem forma. Sua organização e distribuição conforma o espaço e cria com seus cheios os vazios em que se vive e se pratica as atividades diárias. Porém, exatamente por essa familiaridade cotidiana, conformações e disposições no espaço são facilmente normalizadas. A hostilidade com que se enfrenta o medo e a insegurança nas cidades se traduz em medidas segregadoras e a violência dessas, em pátina, textura assimilada e banalizada da paisagem urbana (fig. 3).

Figura 3 – Edifício de empresa de segurança privada equipada com grades e arames farpados. Centro, Florianópolis.



Fonte: do autor (2019)

Para além de entender somente como um processo de formação urbana, perceber o espaço existente em sua essência, despidido de cargas históricas ou simbologias de mercado, permite uma compreensão das formas das coisas em relação aos corpos com as quais interagem. A imagem trivial de uma garota caminhando com seu cachorro pela calçada de uma avenida

asfaltada, em uma rua residencial com os muros altos equipados de cercas elétricas e arames farpados, por exemplo, poderia ter sua compreensão perdida ou ignorada no ruído urbano (fig. 4). No entanto, é com uma percepção crítica da cidade que uma situação como a relatada pode ser compreendida como adversa, indesejável para um projeto de cidade justa, democrática ou sustentável: estudos sociais que abordam medo e violência urbana pela perspectiva de gênero como os de Villagran (2012 *apud* Cabral, 2021, p. 163) revelam a correlação entre a construção social do medo com a livre circulação e o próprio direito à cidade das mulheres, sujeitas às condições dos ambientes conformados por dispositivos de proteção que geram sentimento de insegurança para quem por esses transita. Ou seja, quando problematizada, a situação retratada deixa de ser trivial.

Figura 4 – Perspectiva da Av. do Antão, menina caminha com cachorro no braço. Centro, Florianópolis.

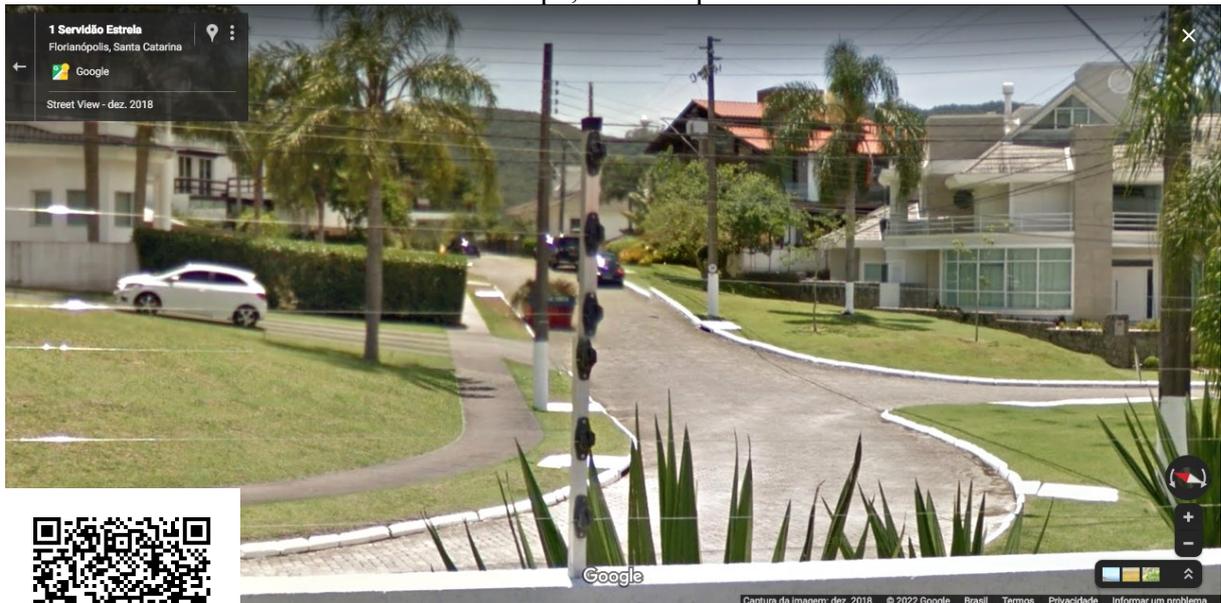


Fonte: Google 2022 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/EDx3Aw32iTYFtR427?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/EDx3Aw32iTYFtR427?g_st=ic)

Se o que seria ideal ou aceitável para uma criança passear com qualidade e segurança está atrás de muros equipados com cercas elétricas (fig. 5), como uma vizinhança de ruas pavimentadas com *paver*, placa de limite de velocidade de 20 km/h, solicitando que carros transitem numa velocidade compatível com a possível circulação de pessoas que podem aproveitar gramados bem cuidados, por passeios que permeiam os lotes de residências sem muros; é compreensível o desejo de usufruir todas essas qualidades para quem caminha fora desses muros.

Figura 5 – Perspectiva da Servidão Estrela, condomínio fechado por trás de cerca elétrica. Cacupé, Florianópolis.



Fonte: Google 2022 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/NgPMPAPqDpELkhTQ8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/NgPMPAPqDpELkhTQ8?g_st=ic)

Esses ideais de cidade são reproduzidos, vendidos e consumidos. Mas as pessoas não vivem nas ideias das coisas, e sim, vivem entre as coisas. Se “logicamente, enquanto o medo está presente, o risco é futuro (...) fenomenologicamente, bolhas blindadas apenas reforçam a percepção do exterior como ameaçador e inseguro (...) [e] estruturalmente, a busca por imunizar o espaço contra (o medo da) violência se cruza com as assimetrias socioeconômicas da cidade” (Pavoni; Tulumello, 2020, p. 65, tradução própria), as ideias de algo ser belo, de um ambiente ser espaçoso, de um lugar ser seguro, não impedem o corpo de se sentir averso, acanhado ou ameaçado. No entanto, enquanto se vive e se habita nos resultados de projetos que suscitam o desenho para além do alcance sensível do corpo, os elementos que conformam a cidade — as coisas em si — facilmente são esquecidos ou apelidados pelas suas ideias somente, por como essas são vendidas: um conjunto de portões metálicos, cercas elétricas e guardas armados (juntamente com grande portal e paisagismo) é reconhecido como um condomínio; um muro opaco e áspero hostil a quem transita pelas calçadas irregulares junto a um vislumbre de telhado é reconhecido como uma casa (fig. 6)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> “Uma das imagens mais comuns usadas para descrever sentimentos de insegurança e formas de lidar com eles foi a das portas fechadas. Essa imagem exprime não só o medo das pessoas, mas também a realidade das restrições causadas tanto pela crise econômica quanto pelo medo do crime. Moradores em todos os bairros acham que precisam de cercas, muros, grades, barras nas janelas, luzes especiais e campainhas com interfonos, mas muitos não apreciam suas casas mais seguras como apreciavam aquelas abertas e o espaço social que criavam. Em muitos casos, as fachadas agora estão escondidas; visitar um vizinho significa passar por chaves, travas e interfonos, mesmo nas áreas mais pobres da cidade.” (Caldeira, 2000, p. 292)

Figura 6 – Muro de casa em bairro residencial. Abraão, Florianópolis.



Fonte: do autor (2019)

As peculiaridades humanas se tornam elementos das cidades que se conformam pelas suas disposições. Compreender as relações na cidade para além das ideias já definidas, então, suscita atentar-se para as relações sociais, e não as materialidades somente, que surgem nessa mediação do ambiente construído entre pessoas e cidade. A *passagem* de Walter Benjamin ([1928–1935] 2019) sobre cidade e suas relações limítrofes torna em bem instigar e descrever como e com o que se intenta trabalhar nesta pesquisa:

Apenas na aparência a cidade é homogênea. Até mesmo seu nome assume um tom diferente nos diferentes lugares. Em parte alguma, a não ser em sonhos, é ainda possível experienciar o fenômeno do limite de maneira mais original do que nas cidades. Entender esse fenômeno significa saber onde passam aquelas linhas que servem de demarcação, ao longo do viaduto dos trens, através das casas, por dentro do parque, à margem do rio; significa conhecer essas fronteiras, bem como os enclaves dos diferentes territórios. Como limiar, a fronteira atravessa as ruas; um novo distrito inicia-se como um passo no vazio; como se tivéssemos pisado num degrau mais abaixo que não tínhamos visto. (Benjamin, 2019, p. 174–175)

O conceito de “limiar” é oportuno para o estudo de segregação socioespacial, em contraposição a “fronteira”, pois, como o próprio Benjamin diferencia em outra passagem:

O limiar [*Schwelle*] deve ser rigorosamente diferenciado da fronteira [*Grenze*]. O limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwollen* (inchar, entumescer), e a etimologia não deve negligenciar

estes significados. Por outro lado, é necessário determinar o contexto tectônico e cerimonial imediato que deu à palavra o seu significado. (Benjamin, 2019, p. 816)

O conceito de fronteira, limite (em alemão, *Grenze*), na filosofia clássica descreveria algo como “desenhar um traço ao redor de algo para lhe dar uma forma bem definida e (...) evitar que esse algo (...) se derrame sobre suas bordas em direção a um infinito onipotente” e que esta “contém e mantém algo, evitando seu transbordar, (...) define seus limites não só como os contornos de um território, mas também como as limitações do seu domínio” (Gagnebin, 2014, p. 35). De pronto, essa parece ser justamente a definição das intenções de uma pessoa que se cerca com medidas segregadoras, limitar-se ou limitar outrem com uma fronteira: “Sua transposição sem acordo prévio ou sem controle regrado significa uma **transgressão**, interpretada no mais das vezes como uma **agressão potencial**.” (p. 35, grifos próprios). Isto é o que desejam os consumidores, ou o que vendem os agentes imobiliários.

No entanto, ao se aprofundar no tema e observar situações de segregação em diferentes dimensões, essa definição se revela como apenas superfície de uma interação socioespacial muito mais complexa. Como estudos sobre medo e violência urbana demonstram (Cabral, 2021, cap. 6), as repercussões de medidas segregadoras transbordam para dentro e fora dessas barreiras: “o excesso de medidas de segurança pode reforçar o medo, e este, por sua vez, pode provocar ainda mais medidas de segurança, gerando **um ciclo que se retroalimenta**” (p. 156, grifos próprios).

O limiar, que na sua aplicação edílica significa propriamente o elemento construtivo que permite a transição entre dois espaços distintos, conceitualmente, possibilita descrever a dimensão material das relações socioespaciais pois “pertence à ordem do espaço, mas também, essencialmente, à do tempo” e por isso este conceito é utilizado em demais áreas dos estudos sociais: “o limiar não faz só separar dois territórios (como a fronteira), mas permite a transição, de duração variável, entre esses dois territórios” (Gagnebin, 2014, p. 36).

E é a contraposição desses termos dissonantes, “limiar” e “segregação”, que parece descrever o que se observa, registra e ilustra, ao se estudar as medidas segregadoras nas cidades transversalmente ao cotidiano. Como Palazuelos e Fonseca (2017) contextualizam o conceito para a situação urbana atual:

Em contraste com os penates, “o tutelar do limiar”, os guardiões do limiar (Benjamin, 2006, p. 125) que foram esculpidos em pedra nos arcos dos grandes portais foram **agora substituídos pela iconologia do mercantilismo e pelos dispositivos de segurança e vigilância**. Guardiões de carne e sangue

servem como guardiões do limiar. Eles **são os limiares do limiar e controlam o acesso à sua ultrapassagem**. Porteiros, guardas de segurança, guardas de fronteira, soldados, concierges e maîtres d'hotel, vendedores, agentes policiais, prostitutas formam toda uma espécie de funcionários cuja única tarefa é controlar o acesso ao limiar. Hoje, estes são complementados por sensores, luzes autoativadas, microfones e câmeras que agem como olhos e ouvidos dos modernos vigilantes do limiar. (*apud* Palazuelos; Fonseca, 2017, p. 941, grifos próprios)

Quando os limiares das cidades, essas zonas que transacionam entre diferentes lugares (rios que dividem cidades, praças que dividem bairros, soleiras que dividem casas, pavimentações que dividem cômodos) têm sua transposição cerceada por barreiras, tangíveis ou não, seriam essas zonas ainda limiares ou teriam se consolidado em fronteiras?

Moradores de todos os grupos sociais argumentam que constroem muros e mudam seus hábitos a fim de se proteger do crime. Entretanto, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção. **Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação**, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos. Como poderia a experiência de andar nas ruas não ser transformada se o cenário é formado por altas grades, guardas armados, ruas fechadas e câmaras de vídeo no lugar de jardins, vizinhos conversando, e a possibilidade de espiar cenas familiares através das janelas? A ideia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, **estão todos comprometidos numa cidade de muros. As pessoas se sentem restringidas em seus movimentos, assustadas e controladas; saem menos à noite, andam menos pelas ruas, e evitam as “zonas proibidas” que só fazem crescer no mapa mental de qualquer morador da cidade, em especial no caso das elites**. Os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medos das pessoas. Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública. (Caldeira, 2000, p. 301, grifos próprios)

Argumenta-se neste estudo urbanístico que, justamente por estarem contidas nas cidades e utilizarem seus recursos (serviços, infraestrutura, meio ambiente), essas zonas, espaços limítrofes, não se encerram em si mesmas e, inclusive, não se imunizam dos problemas urbanos que intentam segregar, quanto menos solucionar.

O conceito de “limiar”, que ora evoca reflexões otimistas da cidade moderna, de espaços urbanos não totalmente definidos, de transversalidade; permite também estabelecer uma responsabilidade e cumplicidade com a problemática urbana, para dentro e fora dos muros. Em uma cidade segregada, atentar-se para o limiar da situação possibilita observar tanto excludentes como excluídos e compreender o fenômeno como devidamente urbano.

Recusa-se, portanto, usar apenas o termo “fronteira” pois este somente descreve a materialidade dos elementos estudados. As medidas segregadoras não findam em suas delimitações, pelo contrário, transmitem e espalham para suas adjacências, reverberando nas vivências do dia a dia, mesmo que em outra dimensão perceptiva, manifestando-se no medo e insegurança ou, numa percepção mais material, na desigualdade.

O ressoar dos sons fora das paredes das residências indica a falência das fronteiras que apartam perigos de alegrias, morte da vida, como se os espaços fossem blindados e imaculados. Através das persianas algo perpassa; **a cidade invade recantos do privado**, ganha outras formas que atravessam sonhos, modos de despertar. Ela também poderá ser negada, expulsa, mas **persistirá como um fora incômodo** com suas formas sempre provisórias. À luz do relato do filósofo berlinense, o que passa e o que se passa por detrás de uma janela fechada, ou de uma fronteira? Que ruídos poderiam ser ouvidos na madrugada das ruas das grandes cidades brasileiras? (Batista; Baptista, 2018, p. 152, grifos próprios)

Em uma “cidade de muros”, essas medidas segregadoras não resolvem — embora sejam frequentemente vendidas em anúncios publicitários como “soluções” — os problemas que segregam, pois apenas limitam estes a quem não pode adquirir seus produtos exclusivos. Esta limitação, por ser ativa, gera a tensão da necessidade de manter tais medidas, pois, do contrário, será confrontado com os problemas que afastou. Como um portão com tranca magnética que, para permanecer trancada, esquenta por estar gastando energia para se manter acionada; existe nas cidades, de maneira recorrente e cotidiana, uma enorme carga não apenas emocional, social ou histórica, mas de recursos sendo gastos para garantir que poucos usufruam de muito. Recursos não somente materiais, como também de força de trabalho, que ao cabo são também pessoas que frequentam esses espaços. Esforços que ultrapassam as barreiras físicas e transitam entre as relações sociais do cotidiano.

Tem-se aí um potencial a se explorar, negando-se a finitude em si mesmas das barreiras físicas e invisíveis que segregam as cidades. Como o estudo de Pavoni e Tulumello (2018) instiga, por meio de uma substancial meta-análise de trabalhos sobre violência urbana ao redor do mundo, compreendendo-se “a violência urbana como fenômeno intrinsecamente relacionado ao processo de globalização neoliberal contemporânea e historicamente contextualizado” (*apud* Cabral, 2021, p. 157), abrem-se novas possibilidades de investigações e ações nas cidades:

(...) a necessidade de reelaborar uma definição de violência urbana vai ao encontro da necessidade de a desarticular do sentido de segurança a que se sobrepõe. Embora alcançar a segurança não seja equivalente a erradicar a violência — é também, e talvez antes de tudo, um esforço narrativo, simbólico

e atmosférico —, ao mesmo tempo, reduzir a violência refere-se a mais do que abordar suas instancias diretas. Pode ter a ver primeiro com desconectar sua equivalência com insegurança e medo. Fazê-lo requer compreender até que ponto a violência está enraizada no urbano e, assim, **desenvolver uma compreensão bastante complexa do próprio urbano, que não implicaria nem a minimização da violência nem a resignação à sua inevitabilidade, mas sim a rejeição de pressupostos problemáticos** (por exemplo, violência como uma anomalia exógena; violência como totalmente mensurável e racional e, portanto, administrável por meio de cálculos de custo-benefício) e projeções teleológicas. **É a própria luta por uma sociedade livre de violência, em outras palavras, que parece ser constitutiva de mais violência (embora muitas vezes na forma estrutural e simbólica, ao invés de direta), da mesma forma que é a luta por segurança absoluta que parece conduzir a mais insegurança e medo.** (Pavoni; Tulumello, 2020, p. 68–69, grifos próprios, tradução própria).

A partir do muro (ou da cerca elétrica, das câmeras, das grades, etc.) existe uma tensão entre aquilo que está dentro e fora, entre o “seguro” e “inseguro”, entre o ideal de uma cidade que é vendida e a realidade de uma cidade que é vivida. Ali, neste limiar da segregação, está uma materialidade que suporta ou limita relações sociais, e é em seus arredores que essas relações podem ser observadas e, inclusive, registradas e compartilhadas pela fotografia.

O uso de notas oficiais, recortes de jornais, *blogs* e anúncios publicitários, assim como das imagens do *Google Street View* (disponíveis *online* há mais de uma década) enfatizam a normalização dessas realidades, registrando situações que, enquanto para o olhar crítico são adversas ou inaceitáveis, para o olhar comum seria banal e cotidiano — ou nem merecedor de um olhar.

Usar essas imagens que *já estão aí para quem quiser ver* — assim como as ruas estão aí para quem por elas transitar — se apresenta como uma potencial assistência para estudos urbanísticos e como uma ferramenta acessível para ilustrar as discussões já avançadas da bibliografia sobre segregação socioespacial.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Evidenciar o fenômeno da segregação socioespacial presente em situações do cotidiano.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Espacializar conceitos de estudos sociais como fundamentação para a pesquisa em Arquitetura e Urbanismo;

Estudar casos de segregação socioespacial no decurso temporal a partir do cruzamento de dados em múltiplas mídias;

Divulgar os levantamentos de modo acessível e interativo com *hyperlinks*, beneficiando-se das próprias ferramentas utilizadas.

## 1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho se estrutura em dois momentos, um primeiro de preparação e um posterior de aplicação.

Como preparação, inicia-se pela motivação da pesquisa. Em sua **Introdução**, as problemáticas se revelam enquanto o tema é apresentado, partindo da introspectividade do pesquisador para a objetividade do que a pesquisa almeja.

Em seguida, propondo um diálogo entre diferentes referências a fim de aplicar os vários conceitos à temática complexa, uma **Fundamentação teórica** embasa o trabalho por meio de uma revisão bibliográfica, dividindo-se em conteúdo, quanto *ao que* se conhece sobre, e em forma, quanto a *como* o tema é estudado. Adentrando especificamente no questionamento da pesquisa, fundamenta-se com estudos que tratam fenômenos urbanos de espoliação, crime e violência; atravessando percepções de medo, insegurança e desigualdade.

Como fechamento desse preparo, inquietação e embasamento serão aplicados através do método de trabalho. Para tanto, na **Metodologia**, define-se como a pesquisa abordará o tema, expondo brevemente o processo de construção do método e explanando a aplicação do instrumento de *Street View* em um método qualitativo. Com a descrição do método, especifica-se como os cruzamentos de dados e levantamentos são utilizados para exemplificar os conceitos

estudados, de que modo esses são tratados e divulgados. Sistematizando-se os eixos de abordagem e definindo os objetos, recortes temporais e espaciais estudados, indica-se como o desenvolvimento deste trabalho será conduzido em seu segundo momento, de aplicação:

Demonstrando a segregação socioespacial em manifestações cotidianas, na **Produção do espaço urbano segregado**, com ênfase em sua *dimensão material*, estuda-se as estruturas físicas que suportam as dinâmicas sociais das cidades, observando as interações entre elas; na **Promoção da exclusividade**, em sua *dimensão cultural*, atenta-se para expressões de ideais de cidade entranhadas nas atitudes e comportamentos; por fim, considera-se no **Direito à cidade no espaço urbano segregado**, com foco na *dimensão constitucional*, as características físicas e intelectuais das relações sociais no espaço urbano à luz do direito e das reivindicações populares.

Como **Considerações finais e encaminhamentos**, faz-se brevemente uma amarração dos temas aprofundados ao longo do trabalho, repassando como o método, através de seu fio condutor e obtendo resultados com seus exemplos, análises e reflexões, foi aplicado para responder a sua pergunta central, compreendendo-os em suas várias dimensões *de que forma a desigualdade, o medo e a insegurança se manifestam cotidianamente em medidas segregadoras nas cidades?*

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para embasar esta pesquisa, buscou-se realizar uma revisão bibliográfica sobre a produção do espaço urbano e seus diversos atores, adentrando mais especificamente no tema segregação socioespacial. Uma vez que o trabalho conta com uma abordagem de pesquisa imagética, de espacialização dos conceitos e com uso de múltiplas mídias, interessou-se por também revisar a bibliografia de estudos em Arquitetura e Urbanismo quanto sua forma, em adição ao seu conteúdo. Antes disso, valendo-se de estudos sociais que abordam o tema da pesquisa, os sentimentos de desigualdade, medo e insegurança serão fundamentados. A fim de aplicar os conceitos apreendidos, promove-se um diálogo entre as referências, expondo seus raciocínios e conteúdos ao passo que se costura uma compreensão mais ampla dos temas complexos.

### 2.1 DESIGUALDADE, MEDO E INSEGURANÇA NAS CIDADES

“A cidade dá medo ou o medo dá na cidade?”: interações entre percepções e sentimentos com a construção social do espaço urbano

A presença do medo no imaginário se imbrica, muitas vezes, com o próprio imaginário do medo. (...) há um medo presente no imaginário desde quando a consciência passou a simbolizar a própria existência. Assim como há, também, imagens que povoam o imaginário e nele criam um reservatório específico do qual se pode denominar imaginário do medo. **A complexidade da relação humana com o ambiente social que está inserido faz com que cada localidade possua um catálogo próprio de medos.** Mudanças presidenciais fomentam o medo de represálias sociais. Ditaduras perpetuam o medo da impotência política e social, o medo da tortura e do desaparecimento. Cidades violentas assimilam o medo proveniente de assaltos, homicídios, tráfico, sequestros e outras recorrências. Países que sofreram atentados terroristas se alimentam do imaginário do medo que estas ações criaram. (...) Crises econômicas intensificam o medo do desemprego, da fome e da impotência econômica. Destaca-se que todas as simbolizações estão ligadas ao medo primordial da morte. E, este medo presente no imaginário se faz responsável por germinar todo o complexo imaginário do medo ao qual somos inseridos quando nascemos e no qual contribuímos enquanto vivemos e ao qual se processa o eterno retorno à dinâmica do imaginário. **O universo simbólico em relação ao medo no imaginário gravita em torno de imagens arquetípicas e símbolos originais que passam por re-atualizações míticas conforme a bacia semântica em que estão imersos.** A coletividade, ambiência da bacia semântica (com a simbologia do medo) é o que compõe o que chamamos de Imaginário do Medo. (Moraes *et al.*, 2017, p. 219–220, grifos próprios)

Coerentemente, as histórias do medo e da cidade se entrelaçam. Nan Ellin (1997; 2001, traduções próprias) traça a evolução do medo e insegurança nas cidades como progressão das antigas cidades fortalezas — que por meio de sistemas defensivos traziam proteção e segurança — para as cidades modernas, em que “especialmente ao longo dos últimos cem anos, começou a ser associada mais com perigo do que com segurança” (2001, p. 869). Os processos que levaram a este novo paradigma envolveram mudanças políticas como a revolução francesa, avanços tecnológicos como a revolução industrial, bem como alterações do cotidiano que aceleravam e controlavam o ritmo de trabalho, como o uso do tempo marcado pelo relógio, até o local de moradia e deslocamento dos trabalhadores (1997, p. 13–19). A busca por sempre mais produtividade inspiraria os novos e modernos planos urbanísticos a dividir espacialmente a cidade a partir de suas respectivas funções. O conceito de habitação se transformava junto aos novos hábitos: entreter-se, cozinhar, trabalhar ou dormir já não mais seriam comportados em um mesmo espaço dentro de uma cidade cada vez mais adensada (p. 19–25). Esses projetos de cidades, no entanto, não seriam motivados pela função em si, mas as funções que deveriam cumprir em um contexto capitalista: “ao invés de seguir a função, a forma na maioria das vezes seguia as finanças” (2001, p. 871). Desse modo, tanto o planejamento urbano como os processos de conurbação desordenados ocorrem em conjunto com um desenvolvimento socioeconômico desigual, em que, com o aumento de crime e violência, a “maré crescente de medo” transformaria a maioria dos espaços públicos e privados em lugares controlados e guardados (p. 872–874).

Assim, na essência, se os muros medievais demarcavam a unidade espacial da cidade, continente de diferenças, os que circundam esses novos espaços residenciais têm como **razão precípua separar os desiguais**, reforçando e mudando o valor das diferenças, atualmente expressas sob a forma de novos modos de separação social.

(...) No próprio espaço urbano, as **distinções de uso e funções revelam diferenças por meio de uma divisão técnica e econômica do espaço e de sua divisão social**, (...) não se trata mais apenas de diferenças de gênero, de credo, de etnia, de interesses, de idade, mas, sobretudo, de diferenças socioeconômicas numa perspectiva de sociedade em que todos têm que se inserir no mercado de consumo e em que a própria cidade, seus espaços, suas paisagens e suas imagens são parte desse mercado. (Sposito; Góes, 2013, p. 67, grifos próprios)

As mudanças estruturais e das dinâmicas de poder também afetaram as percepções dos indivíduos cidadãos, bem como suas relações com as demais instâncias da sociedade:

O advento da modernidade esfacelou anteriores noções de comunidade (da Antiguidade Clássica e Idade Média, por exemplo), resultando numa

**“supervalorização” do indivíduo.** Neste cenário, o Estado Social, ápice da experiência moderna, foi o garante da coesão social ao ofertar o bem-estar dos cidadãos. Essa pretensão, todavia, tornou-se insustentável em razão do minguar dos recursos públicos — tornando-se o **Estado Social, ao invés de congregador, excludente.** (Fornasier *et al.*, 2019, p. 221, grifos próprios)

Concomitantemente a isso, transformaram-se também os significados do medo, tanto do medo em si, como das formas de se lidar com este medo:

O movimento simbólico de representações do medo, na percepção de Ribeiro (2011), fez com que a dominação da luz vencesse o escuro, a plantação expulsasse a fome, a cidade servisse de abrigo contra os perigos da selva e os códigos legais e morais controlassem o medo de viver em sociedade. (*apud* Moraes *et al.*, 2017, p. 212)

Atenta-se que, em seus respectivos tempos e com suas particularidades, esses processos urbanos modernos de “transformação das concepções do público” aparecem em todas as regiões do mundo:

Embora a segregação tenha sido sempre uma característica das cidades, os instrumentos e regras que a produzem mudaram consideravelmente ao longo do tempo. Obviamente, eles também mudam de cidade para cidade, conferindo a cada uma sua identidade particular. No entanto, é possível identificar **padrões de organização e segregação espacial e seus instrumentos.** Esses padrões constituem repertórios dos quais as mais diversas cidades tomam elementos para moldar seus espaços. Há muitos exemplos desses modelos amplamente difundidos e que servem como a estrutura básica sobre a qual diferentes cidades depois desenvolvem seus espaços: a Lei das Índias, as ruas-corredores, os bulevares de Haussmann, as cidades-jardins e a cidade modernista dos CIAM. (Caldeira, 2000, p. 11, grifos próprios)

Com a justificativa de sanar problemas de um pretenso interesse da população, como desobstruir o sistema viário, implantar infraestruturas ou controlar epidemias, as grandes reformas urbanas são historicamente movidas por ideologias discriminatórias, influenciando as percepções de medo das diferentes camadas da sociedade. Por exemplo, na França, com o pânico e descoberta do contágio da peste, como posteriormente com a epidemia de cólera em Paris (1832), o “pensamento dominante” — das pessoas de maior poder político ou econômico — tornava em associar preconceituosamente indigentes com doença, gerando na cidade uma “fuga da burguesia” (Delumeau, 1989 *apud* Wermuth; Campos, 2022, p. 2618–2619). São também discursos higienistas que promoveram nas décadas seguintes as maiores intervenções urbanísticas na época, tendo como ícone aquela sobre o comando de Haussmann que

“contrariou hábitos, excluiu a classe operária, chocou os estetas e incomodou os pequenos burgueses expropriados.” (Costa, 2014, p. 47):

A sociedade era um organismo vivo sujeita a doenças **especialmente localizáveis**. Os miasmas ditavam a localização das moradias e dos equipamentos urbanos, os serviços e indústrias insalubres. Os tratados de higiene pública indicavam normas de construção que acabavam sendo incorporadas pelos códigos de posturas e mesmo pela legislação mais abrangente. Esse mesmo pensamento médico que nasceu e se desenvolveu na Europa difundiu-se pelo mundo ocidental e mudou a **forma de pensar a organização das cidades**. Foi baseado nesses princípios que se promoveram intervenções urbanas radicais, das quais a mais importante e que grande influência teve sobre as obras foi a empreendida em Paris sob o comando do Barão Haussmann, entre 1853 a 1869. (p. 16, grifos próprios)

No caso brasileiro, esse “progresso dos novos tempos” (Stelmach, 2020) fica bem representado com os projetos urbanísticos e planos de melhoramentos a partir de 1874 na cidade do Rio de Janeiro (RJ), então capital do país. Inicialmente com motivação sanitarista, “cortiços e seus habitantes logo se tornaram o centro da atenção do governo municipal. Portadores de um discurso técnico e científico, os reformadores buscavam estratégias para encaixar a questão social dentro dos seus planos de crescimento ordenado para a cidade” (p. 47). Projetos similares ocorreram também em outras cidades brasileiras, mais notadamente em São Paulo e Recife (Costa, 2014, p. 73).

Ao passo que esses projetos de cidade foram incorporados, as “imagens da cidade moderna” (Caldeira, 2000) — antes de tudo, ideais, baseados em um “um contrato social entre pessoas idealmente iguais e livres” — surgem como “promessa de incorporação à sociedade moderna” pois “inclui não só a cidade e o consumo, mas também a política”. No entanto, contraposto à desigual realidade das cidades que esses projetos conceberam, estes ideais que mais parecem ficção tornam em suscitar lutas por direitos “dando forma a experiências de cidadania e vida na cidade e legitimando as ações de vários grupos excluídos em suas reivindicações por incorporação” (p. 305).

A partir dessas transformações sociais, políticas e econômicas, a sociedade brasileira passa a adotar a perspectiva da **moderna sociedade de classes**, com a constituição de um amplo proletariado urbano em diversas regiões do país, em especial na região Sudeste. Dessa forma, há uma **exacerbação das desigualdades locais**, juntamente com a concentração e acumulação da riqueza sob o domínio de poucos cidadãos. Por tal razão, agravaram-se os conflitos no campo e nas cidades, aumentando ainda mais a polarização social (Leite Júnior, 2009). Não foi à toa que, nesse período, “ocorreram também as primeiras greves, com o crescimento de movimentos

anarquistas e comunistas nos grandes centros urbanos do país” (*Ibid.*, p. 19). Desde então, a sociedade brasileira, de maneira progressiva, desenvolveu-se baseada na perspectiva industrial, adotando a lógica do capital e da abertura econômica, investindo nos avanços tecnológicos e concentrando sua população nos espaços urbanos (Adorno, 2002).

Com o processo de transformações, a sociedade brasileira foi se tornando mais **densa e complexa, mais participativa e reivindicativa e cada vez mais preocupada com a permanência de seus problemas, incluindo a problemática da violência e da criminalidade**. De maneira geral, os padrões de acumulação de riquezas e de desigualdade social ainda permaneciam os mesmos de anos atrás. Por tal razão, a desigualdade de direitos e de acesso à justiça também agravaram-se juntamente com os conflitos sociais. Desde então, nossa sociedade vem convivendo com a elevação das taxas de violência e crime nas mais diferentes formas, destacando-se o crime comum, crimes hediondos, violações aos direitos humanos e conflitos nas relações interpessoais e intersubjetivas (Adorno, 2002). (*apud* Cadernatori; Roso, 2012, p. 403–404, grifos próprios)

Em conjunto com convicções de parcela da população, presentes nos discursos políticos da época, de que a pobreza seria atribuída a uma falta de virtudes e de vontade para trabalhar acarretando em vícios e malfeitos, através dessa ideologia da higiene, segundo Chalhoub (1996), “as classes pobres começaram a representar para as classes dominantes, um perigo de ‘contágio’ dos mais variados vícios (morais ou não) — e seus hábitos de moradia passaram a ser vistos como nocivos e como focos de irradiação de epidemias” (*apud* Wermuth; Campos, 2022, p. 26–28).

Os processos de urbanização nos países latino-americanos, ocorridos de maneira intensa no século XX, se caracterizam pelo crescimento populacional e as mudanças estruturais em sua decorrência, marcadas por sucessivas reformas infraestruturais, bem como pelas suas insuficiências:

Trata-se de um gigantesco **movimento de construção urbana necessário para o assentamento residencial dessa população, bem como para a satisfação de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água, etc.** Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram geradas condições para viver nesse espaço. Bem ou mal, de algum modo, todos esses (...) habitantes moram em cidades. (Maricato, 2000, p. 21, grifos próprios)

Dos novos fenômenos urbanos gerados por esses processos, sobressaem-se nos discursos populares e da mídia — como também nos estudos sociais —, o aumento da violência, com ênfase a partir da segunda metade do século XX:

No caso do Brasil, o incremento da violência criminal desde meados da década de 70 e seu permanente aumento acima da taxa de crescimento da população, ano a ano, têm sido atribuído, por muitos autores, à elevada taxa de urbanização entre os anos 50 e 80, à criação de grandes bolsões de pobreza urbana nas periferias das grandes cidades, à enorme desigualdade econômica e social do país, à eclosão de um individualismo de massa nos grandes centros urbanos e à incapacidade dos aparelhos estatais de administração da justiça de acompanharem essas transformações e modernizarem sua intervenção preventiva e punitiva, com melhor eficiência, menor corrupção e maior respeito aos direitos do cidadão. (Misse, 2006, p. 85)

E, tal qual a questão econômica gerou discriminações pelo viés sanitário, em um mundo já globalizado, esses julgamentos também recaíram sobre a criminalidade, inclusive em estudos sociais cujo “nexo é sustentado por dados mostrando que aumentos de violência ocorreram em períodos nos quais houve também fortes aumentos da pobreza” (Rolnik, 1999, p. 107):

O debate e a reflexão sobre a violência, a criminalidade e as desigualdades sociais no Brasil vêm sendo realizados desde a transição do regime ditatorial para o democrático. Havia, desde a era republicana, um olhar estigmatizante sobre os trabalhadores e não trabalhadores pertencentes às chamadas camadas populares. Por essa razão, tais camadas eram percebidas como **classes perigosas e passíveis de estrito controle social, sendo alvo de perseguições arbitrárias** e, muitas vezes, submetidas a torturas e maus tratos por parte dos agentes do Estado. Em consequência disso, estabeleceu-se uma **associação mecânica entre pobreza e violência**, ou seja, quanto mais pobreza maiores seriam os índices de violência. Essas ideias contribuíram apenas para elevar o distanciamento entre as classes sociais, bem como para fomentar a criminalização dos pobres. Ainda que grande parte dos atos delinquentes proviesse das camadas trabalhadoras pauperizadas, a maior parte destes trabalhadores, sujeitados a precárias condições de vida, não se dirigiam para a criminalidade (Adorno, 2002) (*apud* Cadermatori; Roso, 2012, p. 39, grifos próprios)

Compreende-se essa nova manifestação de medo característico, embora não restrito, às cidades modernas como “medo do crime”<sup>2</sup>:

O medo do crime consiste em um fenômeno que possui impactos sociais, políticos e culturais amplos, abarcando um conjunto de fatores para além das estatísticas criminais oficiais. Logo, o medo do crime contempla a própria percepção que os indivíduos possuem sobre o seu próprio bairro e a sua cidade enquanto locais inseguros ou seguros; atributos geracionais, raciais e de gênero; as próprias experiências de vitimização. O medo do crime pode ainda constituir-se em uma ansiedade difusa conectada às inseguranças sociais. (Cardoso, 2021, p. 17)

---

<sup>2</sup> Na bibliografia, também, “fear of crime” em inglês ou “miedo al delito” em espanhol (Cabral, 2021, p. 151).

No contexto brasileiro, em que questões econômicas também atravessam questões étnico-raciais, das classes de trabalho e da localização da moradia, o discurso desse medo do crime (que Caldeira chama de “fala do crime”) por vezes caracteriza seus atores embasados em preconceito e discriminação, um “nível categorizante marcado por estereótipos e afirmações genéricas, e os relatos detalhados e específicos que frequentemente contradizem as categorias e geram discursos ambíguos” (Caldeira, 2000, p. 79). Um evento de crime é uma ruptura na sensação de ordem, e a “fala do crime” tenta de alguma forma reorganizar a partir de delimitações, simplificando e estereotipando a realidade complexa, a fim de recriar uma ordem que jamais existiu. Este processo dissertativo, de real assunto mas falsos argumentos, serve para explicar por que em uma sociedade pretensamente justa e democrática as diferenças sociais entre indivíduos influiriam na suscetibilidade à criminalidade.

Dessa forma, a ameaça torna-se um critério legítimo para evitar o outro, impedir que ele se aproxime e, se possível, mantê-lo o mais longe possível.(...) numa época em que a sociedade democrática está institucionalizada, a fronteira radical com o outro não pode mais ser colocada em termos de classe, etnia ou nacionalidade; **esse limite só pode ser legitimado se o outro for perigoso.**(...) **Ameaçar a alteridade torna-se um novo critério de estratificação legítimo, pois parece respeitar o dever democrático de não discriminar com base em raça ou etnia quando, em geral, de fato o faz.** (Kessler, 2009, p. 61, grifos próprios, tradução própria)

Num processo de outrificação, diz-se para si mesmo que quem comete crimes os cometem por *aquele* motivo, são *daquele* jeito, vivem *naquele* lugar.:

(...) [embora] estudos criteriosos mostrarem que não há relação necessária e direta entre crime/violência e pobreza (Campos, 1980; Paixão, 1990; Zaluar, 1994; 1995), **o preconceito permeia o imaginário social.** Ironicamente, muitos daqueles que com sinceridade propõem reformas sociais e defendem os direitos humanos, contribuem de certa forma para reforçar o preconceito, justificando os crimes praticados por um número inexpressivo de indivíduos das camadas baixas, **argumentando que estas pessoas enveredaram no caminho do delito por causa de sua condição de pobres.** (*apud* Oliveira, 2003, p. 247)

Estudos sociais críticos a essas “teses ingênuas” (Misse, 2006) comprovam que a relação direta entre criminalidade e pobreza além de ser imprecisa, também causa “efeitos perversos, como, por exemplo, roteiros estereotipados da polícia, que desde o início do século concentra suas atenções sobre as populações estigmatizadas das cidades” (p. 114). Estudar as cidades compreendendo-se que pobreza é apenas um de seus vários aspectos requer também se atentar às demais variantes, afinal, “muito tem sido escrito sobre isso e diversas são as teorias

que tentam desvincular a violência da pobreza (o que é correto), da desigualdade e do desemprego (o que não é)” (Maricato, 2000, p. 27).

Se partirmos da ideia de que o estado natural de uma sociedade não é a ordem, mas uma tensão entre ordem e conflito, e que o crime é uma das expressões da conflitividade da vida social, o sentimento de insegurança pode ser visto como uma das implicações de incerteza próprias de uma sociedade democrática. Agora, o que os indivíduos fazem quando essa situação se torna intolerável? (Kessler, 2009, p. 56)

Observa-se, pois, que a “violência, assim como o medo, não apenas incidiu sobre as formas de organização social como causou impacto na reestruturação física das cidades, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (Rolnik, 2017, p. 59). Desse modo, em um processo de modificação de sentimentos e espaço físico, dialeticamente, as relações sociais são desenvolvidas em um “outro tipo de espaço público” criadas pela “privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e técnicas de distanciamento”, tornando-se “fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante” (Caldeira, 2000, p. 12).

Por isso, violência pode ser apreendida como “polissêmica (violência física e violência psicológica; violência e contraviolência; violência criminalizada e violência consentida; violência interpessoal e violência da pobreza etc.)” (Sposito; Góes, 2013, p. 164), evitando-se no estudo da “violência urbana” o risco da própria reificação que expressa:

A chamada violência urbana, na realidade, envolve **uma pluralidade de eventos, circunstâncias e fatores** que têm sido, por um lado, imaginariamente unificados num único conceito e, por outro, representados como um sujeito difuso que está em todas as partes (Misse, 2003, p. 19). (*apud* Sposito; Góes, 2013, p. 164, grifos próprios)

Com a reificação ao longo do tempo dessas características do espaço urbano, em discursos sobre “o crime” e “a violência” ou “a pobreza” e “a desigualdade” desacompanhados de contexto ou desatentos à complexidade dos temas — como passa a ser veiculado na mídia e movido pelas falas de camadas sociais —, dificulta-se a compreensão dos problemas urbanos para além de suas generalizações. Entender “a insegurança” ou “o medo do crime” como sentimentos e discursos, ou a percepção da “violência urbana” pelos diferentes grupos da população, são meios que permitem estudar como espaço e relações sociais se conformam a partir dessas condicionantes da cidade moderna.

(...) insegurança urbana vai muito além da violência urbana, evitando, desse modo, possíveis encobrimentos e simplificações, sem, no entanto, desvalorizar a questão da criminalidade e de seu crescimento, que tem sido objeto da atenção de crescente número de trabalhos, em especial de pesquisadores brasileiros e latino-americanos.

Na mesma direção, Curbet (2007, p. 132), alertando para o perigo de manipulação política, atenta para o reducionismo de se limitar as violências sociais à categoria única de delinquência (também generalista), além da aposta em soluções de prevenção pela repressão e na identificação de causas para cada um dos conflitos, que é inerente a tal perspectiva. Em contrapartida, também propõe que se adote a noção de insegurança, entendida como fenômeno socialmente construído, o que é coerente com as relações anteriormente discutidas entre globalização e violência e com as propostas de Carrión e Pedrazzini, baseadas no seu caráter dinâmico e histórico (*apud* Sposito; Góes, 2013, p. 165)

Compreender esses fenômenos em seu contexto urbano também permite não reduzir o sentimento de insegurança ou o medo do crime a uma consequência direta da vitimização (“ação ou o efeito de ser vítima de uma conduta praticada por um terceiro, por si mesmo, ou ainda por um fato natural” em que ocorrem “as consequências negativas de um fato traumático”<sup>3</sup>), pois, “apesar de a vitimização e o medo do crime estarem vinculados em um sentido mais básico, não são fenômenos que possam ser compreendidos de modo equivalente em suas origens, causas e consequências” (Cardoso, 2021, p. 59):

(...) as análises sobre medo do crime, embora, em sua origem estejam conectadas com as pesquisas de vitimização e a preocupação com elaboração de políticas públicas, **enfatizaram com maior frequência a questão da vulnerabilidade social, do contexto social dos indivíduos, as características das vizinhanças e a integração social.** (p. 60, grifos próprios)

Embora não se deva ignorar a relação entre vitimização e medo do crime — afinal, em pesquisa situada na América Latina confere-se que “ser vítima de um crime aumenta em 110% a chance de sentir-se inseguro/a, sendo que a desconfiança interpessoal aumenta em 122% esta probabilidade” (Dammert; Tobar, 2018 *apud* Cardoso, 2021, p. 94–95; 151) —, são estudos abrangentes de outras condições que permitem observar, por exemplo, que “a incerteza oriunda das fragilidades econômicas afeta negativamente o sentimento de insegurança, especialmente a percepção do indivíduo de sua própria situação econômica”:

Por conseguinte, o medo do crime entre os/as latino-americanos também possui um marcante viés de gênero e um viés racial, tendo em vista

<sup>3</sup> CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Vitimização**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/defesadasvitas/vitimas/vitimizacao?highlight=WyJ2aXRpbWl6YWVhbyJd>. Acesso em: 03/06/2023.

que ser mulher aumenta em 40% a probabilidade de sentir-se insegura e ser branco/a diminui em 8% a chance de sentir-se inseguro/a. Tais resultados conectam as principais interpretações elaboradas a respeito do fenômeno, contemplando desde as concepções mais clássicas calcadas fortemente na vitimização, às mais contemporâneas que vinculam a **exclusão social, processos de mudança social e inseguranças** de um modo mais amplo. (Cardoso, 2021, p. 151, grifos próprios)

Portanto,

(...) o medo do crime e a vitimização são compreendidos como fenômenos distintos (embora vinculados), os quais também podem operar por mecanismos causais diferentes (Altamirano; Berens; Ley, 2020; Malone, 2012). Indivíduos inseguros mais frequentemente se voltam aos meios privados de proteção em resposta ao aumento da percepção de insegurança, já as vítimas de crime violento e não violento enfrentam novos e crescentes custos, necessidades e problemas (Altamirano; Berens; Ley, 2020). No contexto latino-americano, o medo do crime, juntamente com a desconfiança nas instituições, pode ter uma influência no retorno de práticas e discursos autoritários (Dammert, 2012). (*apud* Cardoso; Borba, 2023, p. 207)

O medo e o sentimento de insegurança manifestados no cotidiano das cidades, logo, não necessariamente acompanham em proporção a razão dos fatos. Kessler (2009) argumenta que no contexto latino-americano, exemplificado no caso da Argentina, o crime violento não é uma das maiores causas de morte, mas é a mais difundida:

O que ocorre é que as reações sociais geradas pelas diferentes causas de morte nunca foram um reflexo de sua magnitude ou o resultado de uma avaliação das probabilidades de sofrê-la ou de um cálculo de risco; julgamentos morais, atribuição de responsabilidades e vestígios de medos do passado, entre outras questões, tornam **algumas mortes mais insuportáveis do que outras**, e contribuem para que algumas questões públicas ganhem destaque, enquanto certas questões, talvez mais danosas, nem sequer são levantadas. (p. 12–13, grifos próprios)

Diariamente, as narrativas do crime “simplificam e encerram o mundo” uma vez que “elaboram preconceitos e tentam eliminar ambiguidades”, pois, enquanto “a experiência do crime (...) rompe o significado e desorganiza o mundo, a fala do crime simbolicamente o reorganiza ao tentar restabelecer um quadro estático do mundo” (Caldeira, 2000, p. 28). Como discurso, a “repetição das histórias, no entanto, só serve para reforçar as sensações de perigo, insegurança e perturbação das pessoas. Assim, a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada” (p. 27).

Kessler e Caldeira chegam ao mesmo entendimento de que estas falas dividem o tempo em dois momentos, anterior e posterior ao evento do crime, em que o primeiro desenha um passado seguro e organizado conferindo controle da situação e dos riscos, em contrapartida do segundo que descreve um presente perigoso pela falta de previsibilidade, conturbado pela necessidade de um constante estado de alerta com um futuro incerto:

(...) o **sentimento de insegurança tem uma dimensão comparativa**. O medo e a angústia que ela gera são inseparáveis da sensação de que antes era assim, ou pelo menos não deveria ser agora. Este aspecto comparativo será central para o nível de aceitabilidade do crime. Numa sociedade com baixas taxas de criminalidade, um ligeiro aumento pode aumentar o medo porque a aceitabilidade é baixa, mesmo quando em termos absolutos e relativamente a outros locais são moderados. (Kessler, 2009, p. 50, grifos próprios)

O sentimento de insegurança de um indivíduo, que se configuraria como a incapacidade de controlar totalmente a possibilidade de sofrer uma violência<sup>4</sup>, torna-se, assim, insustentável em um contexto complexo e imprevisível de cidade moderna, ao passo que, por sua própria insuficiência, promove também mais indefinições: “Não seria uma questão, então, que o mundo exterior seja necessariamente sempre perigoso, mas sim que não há garantias claras de ausência de perigo” (p. 243)<sup>5</sup>.

Por essa questão paradoxal, alguns autores utilizam a dicotomia “(in)segurança”, em que “o prefixo ‘in’ entre parênteses, aponta para a dinâmica da sociedade capitalista, onde segurança e insegurança são processos simultâneos que dialeticamente se ocultam e se revelam no real” (Scherer *et al.*, 2020, p. 9). Uma vez que o próprio exercício de promover segurança através de equipamentos ou serviços — por estes inevitavelmente serem sempre insuficientes, seja pela sua não total eficácia ou por afetar negativamente aqueles não contemplados —, estes causam também sentimento de insegurança. A segurança “não pode ser circunscrita, pois

---

<sup>4</sup> A etimologia da palavra “insegurança” também provém esta interpretação: “Segurança, do latim, *securus*: sem inquietação; com o sufixo *ança*: ação, remete ao conceito geral de ação de segurança, que confere **estabilidade e previsibilidade**. O contraponto à segurança, cujo prefixo latino *in*, de negação, remete à **situação daquilo que não é seguro, não oferece confiança, e, por conseguinte, torna-se imprevisível.**” (Werner, 2020, p. 77, grifos próprios)

<sup>5</sup> Essa ideia da insustentabilidade da segurança absoluta também é abordada por Castel (2005): “O ser humano moderno quer absolutamente que lhe seja feita justiça em todos os domínios, inclusive em sua vida privada, o que abre uma vasta carreira aos juízes e aos advogados. Mas ele deseja também absolutamente que sua segurança seja assegurada nos detalhes de sua vida cotidiana, o que desta vez abre caminho à onipresença dos policiais. Essas duas lógicas não podem recobrir-se completamente, deixam subsistir uma distância que nutre o sentimento de insegurança. Mais ainda: a distância se aprofunda entre um legalismo que se reforça e uma demanda de proteção que se exacerba. Assim, a exasperação da preocupação securitária gera necessariamente sua própria frustração, que nutre o sentimento de insegurança.” (p. 25–26)

abrange todos os espaços, públicos e privados, real ou potencialmente transitados” (Kessler, 2009, p. 245).

A “gestão da insegurança” abrange “ações defensivas e evasivas, a incorporação de dispositivos e a adesão a serviços cujo objetivo comum é alcançar uma sensação de controle sobre as ameaças que se apercebem, procurando encontrar um equilíbrio entre a precaução e a manutenção das práticas cotidianas” (p. 189). Contudo, o tratamento da segurança como questão privada e particular, já em sua origem, impossibilita seu próprio sucesso e gera colateralmente efeitos que retroalimentam seu processo:

Em suma, quando essa gestão [da insegurança] gera uma teia muito complexa de ações e dispositivos, **um ciclo crescente de retroalimentação do medo é ativado**. De fato, quanto mais sofisticado é um dispositivo, mais claramente ele mostra o que está fora de seu controle, graças a uma constante perícia do crime para encontrar uma maneira de contorná-lo. Não se trata de um déficit técnico de cada dispositivo, que pode ser corrigido com a criação de outro mais sofisticado, mas de uma impossibilidade própria da inquietação que pretende solucionar. A exigência de segurança projeta-se em todo o espaço público e, por isso, qualquer dispositivo ou arranjo complexo está destinado a tornar presentes suas aporias: há sempre um ponto, em todos os espaços, mesmo naqueles considerados seguros, em que o plano geral mostra a parcialidade de toda proteção individual ou comunitária quando se percebe que, como bem público, a segurança não está restabelecida. (p. 265, grifos próprios)

Bauman correlaciona esses fatores ideológicos e materiais da sociedade moderna que, segundo Castel (2003), com um “dever individual de cuidar de si próprio e de fazer por si mesmo — foi construída sobre a areia movediça da contingência: a insegurança e a ideia de que o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade.” (*apud* Bauman, 2009, p. 16), alertando para sua instrumentalização em um contexto capitalista e globalizado:

(...) o “**capital do medo**” pode ser transformado em qualquer tipo de lucro político ou comercial. (...) A segurança pessoal tornou-se muito importante, talvez o **argumento de venda** mais necessário para qualquer estratégia de marketing. A expressão “lei e ordem”, hoje reduzida a uma promessa de segurança pessoal, transformou-se num argumento categórico de venda, talvez o mais decisivo nos projetos políticos e nas campanhas eleitorais. A exposição das ameaças à segurança pessoal é hoje um elemento determinante na guerra pelos índices de audiência dos meios de comunicação de massa (incrementando assim o sucesso dos dois usos, político e mercadológico, do capital medo). (Bauman, 2009, p. 55, grifos próprios)

Esse individualismo que é aproveitado pelo mercado de segurança ocorre, e é intensificado, na cidade desigual em que “no contexto de crescente medo do crime e de

preocupação com a decadência social, os moradores não mostram tolerância em relação a pessoas de diferentes grupos sociais nem interesse em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos”, adotando aquilo que o mercado atende ou oferece de “técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social”. Por meio destas, assim, materializam-se no espaço urbano medidas segregadoras, em que mesmo “diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle” (Caldeira, 2000, p. 255). Em uma sociedade consumista, as medidas de segurança de um indivíduo funcionam como meio de proteger seus bens de consumo do “outro” a quem competiria também pela conquista de deter e consumi-los, pois, “tanto a cultura do medo quanto a consumista fixam os seus alicerces na dinâmica de uma sociedade desigual, marcada por segregação e individualismo” (Fornasier *et al.*, 2019, p. 226).

O conceito de espoliação urbana<sup>6</sup>, notadamente trabalhado nas pesquisas coordenadas por Lúcio Kowarick, descreve bem como, em cidades “permeadas por uma condição de desigualdade refletida nos temas da ausência ou da precariedade da moradia e da oferta limitada e estratificada de equipamentos e serviços públicos”, situações de desigualdade caracterizam a “percepção da vida urbana em sua dinâmica contraditória” (Barreira, 2010, p. 150):

As cidades brasileiras, como palco de desigualdades sociais e conflitos, foram interpretadas com base no conceito de espoliação urbana, traduzindo os supostos da desigualdade em uma sociedade cujo desenvolvimento era acompanhado de formas variadas de “exclusão social”. A espoliação urbana indicava a existência de privações ou carências que pareciam dispersas ou casuais: traduzia a continuidade das formas de extorsão instituídas no âmbito do trabalho, abarcando espaços outros de moradia, transporte e demais situações necessárias à sobrevivência dos indivíduos nas grandes metrópoles. (p. 150)

As medidas segregadoras (fig. 7), dessa forma, são estruturas — como conclui Caldeira, estruturadas por e estruturantes de — desses fenômenos urbanos de espoliação, crime e violência; e que podem ser percebidos como sentimentos de desigualdade, medo e insegurança.

---

<sup>6</sup> “somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.” (Kowarick, 1979, p. 59)

Figura 7 – Recortes do livro *Antropologia da e na cidade* de Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2013), com fotografias de medidas de segurança residencial.



Fonte: Editora Marcavizual

No contexto atual, em face da definida violência urbana, as sociabilidades públicas e a vida privada conhecem sistematicamente novos constrangimentos pelo aumento da criminalidade, alterando nossas concepções culturais sobre a confiança. Dinamiza-se uma pluralidade de reações de proteção para garantir uma rotina de liberdade de ir e vir. Estrutura-se uma avalanche de dispositivos maquinários que alimentam uma indústria que sofisticada o mercado de segurança, na ilusória diminuição da vulnerabilidade, reforçando conceitos culturais de medo e temor que se multiplicam em conflitos na vida pública e privada. Um discurso generalizante sobre a insegurança e os riscos divulgados predominantemente pela mídia atribui causas e consequências à violência urbana, orientando o confronto do conflito com a atividade pública que, em reação, não encontra melhor sugestão do que a passividade como autoproteção. Uma lógica que concebe erros de uma economia neoliberal e a necessária desconfiança do “outro”, “estranho”. (Rocha; Eckert, 2013, p. 102–103)

Figura 8 – Recortes do livro *Antropologia da e na cidade* de Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2013), com fotografias do filme *Cidade Sitiada* realizado pelas autoras.



Fonte: Editora Marcavizual. Disponível em: <https://vimeo.com/441640487>

A materialização deste fenômeno cultural pode ser observada nas medidas individuais na paisagem urbana (fig. 8). Avalia-se que “a ação dos atores na cidade busca amainar a vulnerabilidade considerada e se refere à falta de confiança nos administradores da segurança,

mas também se refere à desesperança na capacidade das políticas públicas de instaurar sistemas sociais de igualdade e justiça” (p. 132).

Na intimidade da população brasileira com a violência, não há dualidade entre relações sociais e instituições brasileiras, mas sim, estas são partes das dinâmicas sociais, presentes em suas atitudes e comportamentos:

Ao associar a casa ao que é privado, pessoal e protegido, e ao identificar a rua com o público, impessoal e perigoso, essa interpretação transforma a violência num problema de relacionamentos em público e frequentemente entre pessoas de diferentes classes, obscurecendo a percepção de sua presença constitutiva dos relacionamentos interpessoais e domésticos em todos os grupos sociais. Se quisermos entender o apoio da população (incluindo o das classes mais humildes) a uma força policial que mata e à pena de morte, como também sua oposição aos direitos humanos, temos que considerar a prática disseminada e o apoio a intervenções violentas no corpo (o que inclui o espancamento de mulheres e crianças dentro da casa que supostamente deveria protegê-las). Em outras palavras, **práticas de violência dentro de casa e práticas públicas de violência não podem ser colocadas em oposição, e, o mais importante, não podem ser separadas de noções de direitos individuais e do estado de direito.** A violência doméstica é constitutiva do padrão brasileiro de direitos individuais e não oposta a ele. (Caldeira, 2000, p. 142, grifos próprios)

Pesquisas sobre medo do crime que reforçam a hipótese de que o medo “não é consequência direta da vitimação criminal e violência”, e “têm permitido identificar uma condição de maior vulnerabilidade como fator positivamente relacionado ao medo”, argumentam que este é potencializado pelo papel da mídia “na produção social dos medos urbanos” (Cabral, 2021, p. 152; 154):

Seguindo a perspectiva dos autores Neto e Moreira (1999), esse organismo social, que nomeia a violência para a sociedade como sendo a delinquência, é uma composição instrumentalizada, a qual, e com o auxílio dos recursos midiáticos, carrega a ideologizada visão de que a delinquência é a violência em si e não uma das suas manifestações. Isto quer dizer que, ao elegermos a delinquência como a forma mais preocupante da violência, possivelmente estaremos naturalizando e/ou minimizando outras formas de violência. “Os objetivos são inequívocos: mimetizando delinquência e violência, restringem seu combate e prevenção a uma mera questão de segurança pública e repressão policial” (Neto; Moreira, 1999, p. 34). Em síntese, a substituição do uso da palavra na resolução de conflitos pela prática da violência se dá pela consolidação do aparato policial. Assim, a questão social passa a ser vista como caso de polícia (Zaluar, 1994). (*apud* Cadermatori; Roso, 2012, p. 405)

A mídia, assim, contribui no “estabelecimento de limites entre a violência tolerável e a intolerável, tanto do ponto de vista individual como coletivo” apoiando “práticas concretas e cotidianas centrais na produção da cidade” (Sposito; Góes, 2013, p. 275).

A preferência por uma ação protetora individual objetiva minimizar a ameaça do perigo demonstrando a recomposição de uma confiança pela mediação do mercado em detrimento da credibilidade nas instituições públicas e civis.

As experiências de vitimização na rede de relações e publicidade das imagens de medo e insegurança pela imprensa e pela publicidade só multiplicam o consumo da segurança e induzem a mudanças no estilo de vida por práticas de prevenção. (Rocha; Eckert, 2013, p. 131)

Posto tudo isso, os conceitos de medo e insegurança revelam-se como interligados às condições humanas desiguais em seus vários âmbitos, permeando as relações sociais e a produção do espaço urbano e, como será demonstrado, manifestando-se cotidianamente em diferentes formas de medidas segregadoras.

(...) a busca da segurança absoluta corre o risco de entrar em contradição com os princípios do Estado de direito e reverte facilmente em pulsão securitária que se volta à caça aos suspeitos e se satisfaz através da condenação de bodes expiatórios.(...) A segurança deveria fazer parte dos direitos sociais na medida em que a insegurança constitui uma falta grave ao pacto social. **Viver na insegurança no dia-a-dia é não poder mais fazer sociedade com seus semelhantes e viver sua vizinhança sob o signo da ameaça, e não do acolhimento e da reciprocidade.** Esta insegurança cotidiana é mais injustificável ainda pelo fato de afetar especialmente as pessoas mais desprovidas de outros recursos em matéria de renda, de moradia e de proteções concedidas por uma situação social assegurada — todos aqueles que são também as vítimas da insegurança social. (Castel, 2005, p. 91, grifos próprios)

## 2.2 CONTEÚDO

“Como a desigualdade se materializa na cidade?”: fundamentando o que se entende por segregação socioespacial na produção do espaço urbano

A frase “a cidade não está dada”, traz a imagem de uma multiplicidade que só é múltipla quando entendida no seu dinamismo em fazer associações: a cidade é campo de multiplicidade a partir do momento em que entendemos os sujeitos que fazem cidade cotidianamente como os elementos que compõem a reinvenção diária da vida, fazendo cidade diariamente. Nesse sentido, é danoso querer resumi-la a um elemento único e homogêneo, assim como estudar suas dinâmicas fora de uma concepção transdisciplinar. Esse entendimento ignora justamente a pluralidade de saberes presentes tanto na prática e constituição da cidade, quanto nos processos de individuação. (Nascimento, 2021, p. 28)

O espaço urbano é produzido pela humanidade e, como parte da sociedade, pode tanto ser estudado, entendidas suas trajetórias, sucessões de eventos e parâmetros que conduziram ao seus resultados e produtos, como também pode ser mudado.

Diferentemente do que correntes iniciadas nas décadas de 1930 e 1940 inferem, que a segregação socioespacial seria “um fato natural, comum e inerente do processo de urbanização” (Vieira; Melazzo, 2012 *apud* Bastos Filho *et al.*, 2017, p. 300), os estudos urbanísticos que surgem nas décadas de 1960 e 1970 observam que a “segregação socioespacial é a reprodução no território da divisão social do trabalho” em que:

(...) a relação do Estado no ordenamento do espaço urbano juntamente aos grupos hegemônicos e dominantes do capital que acabam influenciando na **manutenção de uma dispersão controlada da classe trabalhadora**. (Bastos Filho *et al.*, 2017, p. 300, grifos próprios)

No Brasil, esse conflito de classes fica evidente na dualidade entre centro e periferia:

(...) onde o centro apresenta acesso a serviços urbanos, sejam públicos ou privados, ocupados pelas camadas de mais alta renda, e a periferia, ao contrário, subequipada e longínqua, ocupada pelas camadas de mais baixa renda (Villaça, 2001), criando uma dualidade entre cidade dos ricos e cidade dos pobres, ou mesmo entre cidade legal e cidade ilegal (Bonduki, 2010). (*apud* Bastos Filho *et al.*, 2017, p. 300)

Mais recentemente, e mais profusamente a partir da década de 1990, estudos urbanísticos também passam a abordar a segregação das classes dominantes que se afastam dos centros urbanos, conformando “enclaves fortificados, espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho” (Caldeira, 1997, p. 155).

Os estudos urbanísticos em si, no cenário brasileiro, são frequentemente marcados pelos momentos de grande transformação urbana em que se inserem, sendo estes nas duas últimas décadas: a assinatura do Estatuto da Cidade (2001), a criação do Ministério das Cidades (2003), os Programas de Aceleração do Crescimento (2007 e 2010) e grandes eventos internacionais (2014 e 2016). Mais recentemente, também foram determinantes as mudanças políticas entre 2016 e 2018, assim como as medidas do então novo governo que “após ter extinto o Ministério das Cidades em 2019, em plena pandemia substituiu o Programa Minha Casa Minha Vida pelo Programa Casa Verde Amarela” e “contingenciou recursos que estavam destinados para empreendimentos de interesse social, atrasando a finalização de obras” (Bonduki, 2022). O agravamento da crise econômica, um inicial *boom* e posterior iminência de estagnação dos setores imobiliários e da construção civil, o déficit de infraestrutura em mobilidade e saneamento são alguns desdobramentos acarretados ou potencializados também pela pandemia iniciada em 2020. A nova alternância de governo que se inicia em 2023, recriação do Ministério das Cidades e retomada de programas habitacionais e de infraestrutura, bem como repercussões e novas soluções para cidades pós-pandemia, medidas e leis ambientais e sanitárias, apontam para marcos e momentos futuros cujos desdobramentos serão analisados pelos decorrentes estudos urbanísticos que virão.

Estudos, esses, que predominantemente usam de referencial teórico a partir de revisões bibliográficas e pesquisa documental, reunindo dados para compor “estudos de caso e análises comparativas para revelar a situação do fenômeno”, sejam teóricos ou empíricos. Isto “revela diversidade de caminhos metodológicos e teóricos para a pesquisa do fenômeno, o que é um elemento essencial para a pesquisa científica: a relação entre realidade e teoria” (Bastos Filho *et al.*, 2017, p. 300).

Desse modo, estudar a produção do espaço urbano em suas múltiplas dimensões se torna meio para entender os processos que conformam a cidade que se materializa como realidade — ou, coloquialmente, estudar “como chegamos até *aqui*” —, e também meio para projetar novas realidades — ou “para onde queremos ir e como chegaremos *lá*”.

A cidade, segundo Milton Santos (1993), é fruto da sobreposição de um sítio social ao sítio natural, onde desenvolvem-se atividades e disputas pela localização urbana. O sítio socialmente constituído se superpõe ao sítio natural, transformando seletivamente os lugares naturais que originalmente tem sua atratividade própria, os quais passam a ganhar ou perder valor simbólico a partir da construção de uma paisagem urbana de maiores e menores possibilidades de acesso e circulação entre grupos sociais distintos. A estratificação urbana dos

espaços resultante da transformação social dos lugares naturais, de acordo com Castells (1978), corresponde à própria estratificação social expressa no espaço.

Entende-se que a cidade é resultante, portanto, do entrelaçamento das estruturas sociais no espaço, que atuam com motivações contraditórias, forças em intensidades distintas e, muitas vezes, com interesses em direções convergentes sobre o mesmo setor da cidade. Nesta produção social do espaço urbano, as diferentes camadas socioeconômicas disputam com condições profundamente desiguais o mesmo espaço que é finito e, portanto, excludente. Orientado pela lógica capitalista, o espaço urbano é produzido e consumido por um processo dominado pelas camadas de alta renda, estruturado sobre o conflito de classes, em torno da expropriação do capital e obtenção de vantagens características do espaço urbano (Villaça, 1998). Assim, as diferenças socioeconômicas são determinantes para diferenciar o espaço desejável e o espaço possível de vir a ser ocupado e vivenciado pelos distintos grupos.

Particularmente no contexto latinoamericano de países em desenvolvimento, o centro urbano, dotado dos melhores serviços e infraestrutura, é originalmente onde mantém-se o predomínio de ocupação residencial das populações de alta renda, o que remete à “Teoria da Causação Circular” de Vetter e Massena (1982), na qual as classes dominantes recorrentemente se apropriam dos investimentos em qualificação urbana realizados pelo Estado e pelo capital privado. Essa apropriação ocorre não apenas de maneira forçosa, mas também por vezes sendo legitimada e ideologicamente normalizada.

Chauí (1981) define ideologia como a versão da realidade social, dada pela classe dominante, com vistas a facilitar o processo de dominação. Subliminarmente, a ideologia incute na maioria das pessoas a ideia de que a “cidade” é a parte do território onde se encontra a classe dominante, onde estão seus espaços de vida. Ao investir nesta parte, o Estado estaria, por consequência, investindo na “cidade”. Assim, a produção do espaço urbano, incutida pela ideologia capitalista, tem como resultante ideal a segregação socioespacial que possibilita efetivamente ocultar a desigualdade na alocação dos investimentos públicos e promover a cidade espacialmente desigual. Sob esta perspectiva, pode-se compreender que a segregação não é um simples produto da formação de preços do solo urbano, onde somente as elites podem acessar os espaços mais valorizados, mas uma ferramenta para executar a “cidade” como é entendida, mesmo que esta só possa ser efetivamente acessada por parte da população.

O tema da habitação apresenta algumas particularidades e destaque na produção capitalista do espaço urbano, por se tratar de um bem de consumo durável e essencial, um elemento capaz de conferir maior status social e um importante indicativo do estágio de desenvolvimento socioeconômico de um país. De acordo com o “Paradigma do Conflito”

analisado por Farret (1985), a estruturação do espaço residencial constitui também em um elemento de poder, na medida em que o mercado imobiliário é regido pelos interesses de grupos e classes e o Estado atua como um agente ativo nos processos de apropriação do espaço. Desse modo, a decisão sobre a localidade de moradia de um indivíduo é entendida como parte de um grande conjunto de decisões, resultantes de deliberações anteriores de instituições governamentais e de diferentes agentes privados. As preferências em relação à habitação seriam assim adaptativas às opções disponíveis considerando a capacidade financeira das diferentes camadas sociais.

Por outro lado, Harvey (1982) reflete sobre o papel da habitação na vida do trabalhador, afirmando ser este o elemento mais importante para a totalidade do seu ambiente de vida, e, como o seu custo e a qualidade afetam diretamente o padrão de vida dos trabalhadores. O autor explica também como o poder monopolístico, atribuído pelos arranjos da propriedade privada, confere aos proprietários não apenas a capacidade de se apoderar da renda mas também a detenção de um “monopólio natural” associado ao chamado efeito de “vizinhança ou de externalidades” — que corresponde a forma como o valor de uma residência é afetado, em parte, pelas condições das demais que a cercam, o que leva cada proprietário a se preocupar em garantir que a vizinhança como um todo seja bem conservada:

“Da mesma forma, a **soma das decisões individuais privadas cria um efeito público** por causa da permeabilidade dos efeitos externos que, em si, forçam certas formas de consumo coletivo através da ação privada” (p. 19, grifos próprios)

Harvey destaca também o poder coercitivo que o ambiente construído pode exercer sobre o cotidiano na medida em que sua longevidade, juntamente com os métodos de financiamento e amortização, significam que, uma vez que este tenha sido adquirido, o seu uso torna-se necessário para que ele não perca o valor que apresenta. Portanto, todo proprietário de habitação acaba sendo aprisionado numa luta pela apropriação de valores em decorrência dos inconstantes padrões de custos e benefícios externos refletidos no ambiente construído. Por exemplo, a construção de uma nova avenida pode reduzir drasticamente o valor de algumas habitações e elevar o de outras.

Singer (1980) destaca que o capital imobiliário constitui um falso capital, uma vez que a origem da sua valorização não está na atividade produtiva, mas sim na monopolização do acesso a uma condição imprescindível àquela atividade. Frequentemente a edificação é provida de melhorias, as quais passam a impressão de que o seu valor resulta desses investimentos;

contudo, sua influência sobre o “valor” do imóvel seria, em grande parte dos casos, pouco significativa, sendo comum que o preço de um imóvel seja composto inteiramente pelo valor do terreno, o qual sofre variações de acordo com a sua localização. É neste contexto que o autor discorre sobre a chamada “renda de monopólio” (Edel, 1976, *apud* Singer, 1980, p. 81), a qual está ligada diretamente à localização privilegiada do imóvel — por contar com melhor infraestrutura e serviços urbanos, comércio, etc. — característica que permite ao proprietário do imóvel cobrar valores de aluguel ou de venda acima da média do que normalmente se observa no mercado.

Desse modo, os diferentes grupos responsáveis pela produção do ambiente construído residencial acabam por determinar a qualidade de vida para cada trabalhador, uma vez que, tendo como possibilidades as mercadorias imobiliárias que esses responsáveis podem produzir lucrativamente em certas localizações, estão limitados ao que está disponível no mercado. Em geral, o mercado imobiliário oferece ao trabalhador um número limitado de escolhas de maneira que, se este conta com poucos recursos para exercer uma escolha efetiva, aceita-se aquilo que consegue pagar, mesmo que se pequenas habitações construídas de forma precária em localizações mais baratas: “A produção para o lucro e a produção para o uso são frequentemente conflitantes” (Harvey, 1982, p. 12).

A luta do trabalhador para se libertar da exploração do mercado imobiliário, diz Harvey, se encontra no estabelecimento de um controle sobre os códigos de habitação, visando restringir a apropriação e assegurar um mínimo de qualidade para a sua moradia. Além disso, o poder monopolístico do proprietário de terra poderá ser afetado significativamente pela capacidade que o trabalhador tiver de fugir da necessidade de residir próximo ao local de trabalho, sendo o mercado da habitação bastante sensível às melhorias dos transportes de uma cidade.

Em suma, a possibilidade de o trabalhador fazer uma viagem mais longa até o local de trabalho depende da taxa salário (que permite o pagamento do transporte), a duração da jornada de trabalho (a qual dá tempo para que ele se desloque), e o custo e disponibilidade de transporte. Ao pressionar por formas mais baratas e eficientes de transporte, o trabalhador pode se libertar do aprisionamento geográfico e conseqüentemente reduzir a capacidade dos proprietários de terras ou imóveis vantajosamente localizados de obter rendas de monopólio. Dentro desse cenário, o trabalhador passa a dispor de um conjunto mais amplo de opções de habitação, surgindo novos questionamentos em relação à definição de qualidade de vida.

A luta na qual o trabalhador se envolve contra a apropriação de renda trata-se, assim, de uma luta contra o poder monopolístico da propriedade privada, a qual não se limita ao campo

da habitação, adentrando também na questão do trabalho. Segundo Harvey, é por esse motivo que, no capitalismo, necessita-se conservar como sagrado o princípio da propriedade privada, visto que uma luta bem travada demandando por propriedade pública poderia colocar todo o princípio em perigo.

Como consequência disso, a vulgarização da casa própria individualizada é tratada no capitalismo como algo vantajoso, uma vez que ela incentiva a fidelidade de pelo menos uma parcela da classe trabalhadora ao princípio da propriedade privada, além de promover a fragmentação dessa classe em “classes de habitação” compostas por inquilinos e proprietários. Desse modo, o “sonho pela casa própria” passa a ser utilizado pelos agentes do capitalismo como uma alavanca ideológica contra a propriedade pública, através da propagação de uma narrativa perversa, na qual a propriedade pública pretende retirar dos trabalhadores suas próprias casas. No entanto, a maioria dos residentes de “casa própria” não é totalmente dono de suas habitações, financiando suas aquisições ou contraindo empréstimos no formato de hipotecas (Harvey, 2013, p. 355). Assim, a compra da “casa própria” leva uma parte da classe trabalhadora a se colocar ao lado do princípio da propriedade privada, este mantido intacto pelo capital frente à luta de classes, consentindo que os trabalhadores se tornem proprietários parciais de propriedades como uma premissa para o consumo<sup>7</sup>.

É possível, então, compreender que o capital domina a força de trabalho, não só no seu local de trabalho, mas também no seu espaço de moradia, por meio da determinação de sua qualidade e padrões de vida, em parte, através da produção de residências que se adequem às exigências da acumulação e da produção de mercadorias. Permanecem os embates entre os apropriadores, na busca por renda; os construtores, procurando o lucro; os financistas, visando juros; enquanto a classe trabalhadora segue tentando combater as maneiras secundárias de exploração que ocorrem no seu ambiente de vida.

São essas algumas das várias e contraditórias dinâmicas sociais que, materializadas e dispostas sobre o espaço urbano, conformam o que se denomina *cidade*, bem como ambientam o que se vivencia no *cotidiano*. Por isso, analisar todo esse conteúdo teórico requer também atentar-se para suas formações.

---

<sup>7</sup> “A casa própria, a seu turno, advinda do extremamente penoso processo de autoconstrução, também não pode apenas ser encarada como um abrigo que protege os trabalhadores contra as intempéries do sistema econômico, nem, unicamente, enquanto modalidade que o capitalismo predatório à latinoamérica inventou para rebaixar os custos da reprodução da força de trabalho. É isto e muito mais, pois, se as condições de vida não escapassem das exigências do processo de acumulação, as alternativas históricas estariam de antemão impossibilitadas por um destino de submissão ou revolta contido nas determinações macroestruturais. Repitamo-lo ainda uma vez: as condições materiais objetivas constituem as fibras das quais a tecelagem permite múltiplas cores e desenhos.” (KOWARICK, 2017, p. 84)

### 2.3 FORMA

“De que forma isto se dá?”: espacializando conceitos de estudos sociais como fundamentação para a pesquisa em Arquitetura e Urbanismo

O que diferencia a pesquisa de Arquitetura e Urbanismo das demais ciências sociais? Considerando a atribuição dada para tal formação acadêmica, a questão do espaço aparenta se sobressair das demais disciplinas, que por sua vez, especializam-se em outros aspectos. A capacidade de uma pessoa arquiteta e urbanista em espacializar um estudo social — como se observa em trabalhos seminiais, de Camillo Sitte ([1889] 1992) a Kevin Lynch ([1960] 1982) — permite em muito contribuir ao estudo da sociedade.

Uma vez que espaço para a Arquitetura e Urbanismo não se finda em dimensão ou mera ausência e vazio, mas se entende como o meio das relações entre as pessoas e o ambiente construído, a busca por sua compreensão supera uma ideia estática do mesmo. Ao se estudar a *sociedade*, a *cidade* não pode ser dissociada das pessoas, e vice-versa. Como Maria Elaine Kohlsdorf (1996) bem coloca ao relacionar espaço urbano (que se refere ao espaço da cidade) e a sociedade (que se refere às pessoas da cidade):

(...) o espaço urbano e sociedade são duas faces da mesma moeda, ou seja, o espaço é um aspecto estrutural da cidade. Seu papel supera o conceito sociológico de suporte de atividade, pois não é um meio rígido neutro, mas capaz de oferecer **possibilidades e restrições à realização de práticas**. (p. 21, grifos próprios)

O estudo urbano, assim, cumpre a função de um estudo social especializado, em que espaço, como Camillo Sitte (1992) ao falar das praças modernas e sua escala desproporcional já articulava, “depende das relações mútuas e não das dimensões absolutas” (p. 58). Reitera-se que o estudo arquitetônico e urbanístico não se resolve somente na sociedade, aspectos culturais, históricos, comportamentais, etc; nem tanto apenas no espaço, aspectos físicos, medidas, conformações, etc. Tipologias arquitetônicas, morfologias urbanas, padrões de desenho espacial, mesmo que abstraídas, não podem ser retiradas de seus contextos, nem tanto devem ser ignoradas. Ao se tipificar o desenho urbano, as abstrações que são feitas têm tanto potencial de servir como ferramenta ou instrumento ao estudo quanto as abstrações que a Sociologia faz com uma população e, em ambos os casos, não se espera que tais abstrações sejam dissociadas de seus contextos pois, pelo contrário, espera-se justamente que sejam aplicadas ao objeto estudado.

E, embora a disciplina do Urbanismo já confira algumas diretrizes, para se estudar “a cidade” é sempre necessário contexto: “De fato, todos nós sabemos o que é uma cidade, embora seja difícil defini-la.” (Vasconcelos, 2015, p. 18).

Compreende-se aqui a cidade como conjunto entre sociedade e espaço urbano no tempo, abrangendo os demais territórios de ocupação antrópica, como áreas rurais ou remotas. Maria Adélia de Souza (2017), ao discorrer sobre esse paradoxo da cidade em seu artigo, destrincha e pontua:

Espaço é História, pois é uma acumulação de tempos, **manifesta inclusive por meio da forma**. O espaço (a cidade em particular) é uma linguagem da História. Ingênuo pensar que o espaço urbano (urbano e rural) é um mero suporte dos homens e de suas atividades. O espaço é social. (p. 19, grifos próprios)

Dessa forma, a atribuição de um estudo social através da competência da Arquitetura e do Urbanismo se beneficia da aptidão para compreender como um tema se configura num espaço. Em outras palavras e de maneira coloquial, a especialidade da pesquisa científica social de uma pessoa arquiteta e urbanista poderia ser posta como um estudo que mostra “de que *forma* que algo se dá”. Pois, a disciplina da Arquitetura e Urbanismo detém, como também requer, essa habilidade de perceber a relação entre o espaço, o construído e as pessoas, entre o cheio e o vazio. A potência da pesquisa arquitetônica e urbanística como ciência social é convenientemente sua especialidade, aquilo que inclusive origina sua palavra (*tekton*, do grego, pessoa construtora). A compreensão do processo construtivo, da formação das cidades, das conformações no espaço urbano, como condições humanas se engendram num ambiente ao longo do tempo; a pesquisadora arquiteta e urbanista apresenta-se como cientista social hábil para apreender enfaticamente o espaço como *construção* social.

Nota-se que a palavra “cidade” é originada pela palavra grega “civitas” que significa condição ou direito de pessoa cidadã. Junta-se a esta, “polis”, que significa cidade, originada pela palavra grega “πόλις”, da qual também se originam palavras como “política” (em grego, “*politikós*”, “*politiké*” quando empregado no masculino) “entendido como um adjetivo que distingue os cidadãos que compõem a comunidade na qual convivem civicamente, a partir de polis, referindo-se à cidade no sentido da sua organização e seus processos” (Veschi, 2020). A formulação de tais conceitos podem ser observadas ao se estudar as concepções de Aristóteles, por exemplo (*apud* Barão, 2019):

A constituição, bem como as instituições presentes na pólis, servem como um guia para que a natureza humana se realize plenamente em uma pólis bem ordenada. Aristóteles (Política, 1253a 3–5) ao afirmar que “uma cidade é uma daquelas coisas que existem por natureza e que o homem é, por natureza, um ser vivo político” deixa em evidência uma tese naturalista a respeito da pólis. (p. 12)

Soma-se que o “urbano”, refere-se àquilo que se relaciona ou pertence à urbe, e “urbe” sendo outra palavra para cidade. Também, a palavra “espaço”, do latim “*spatium*”, que denomina o intervalo entre coisas. Ainda, “sociedade” (proveniente do latim “*societas*”) origina-se da ideia de associação entre indivíduos em um sentido mais contratual, o que, ao longo do tempo, ganhou também o sentido de uma associação por um contrato social, uma comunidade que comunga direitos e deveres, emparelhando-se em certo aspecto com o emprego da palavra “civilização”, retornando à ideia de pertencente à vida pública e à cidade.

Não à toa, a pesquisa social de Arquitetura e Urbanismo, de maneira redundante, torna em envolver temas que tratam da espacialização das relações sociais, da disposição do que é estudado e de suas conformações. Cidade é a manifestação política através do espaço.

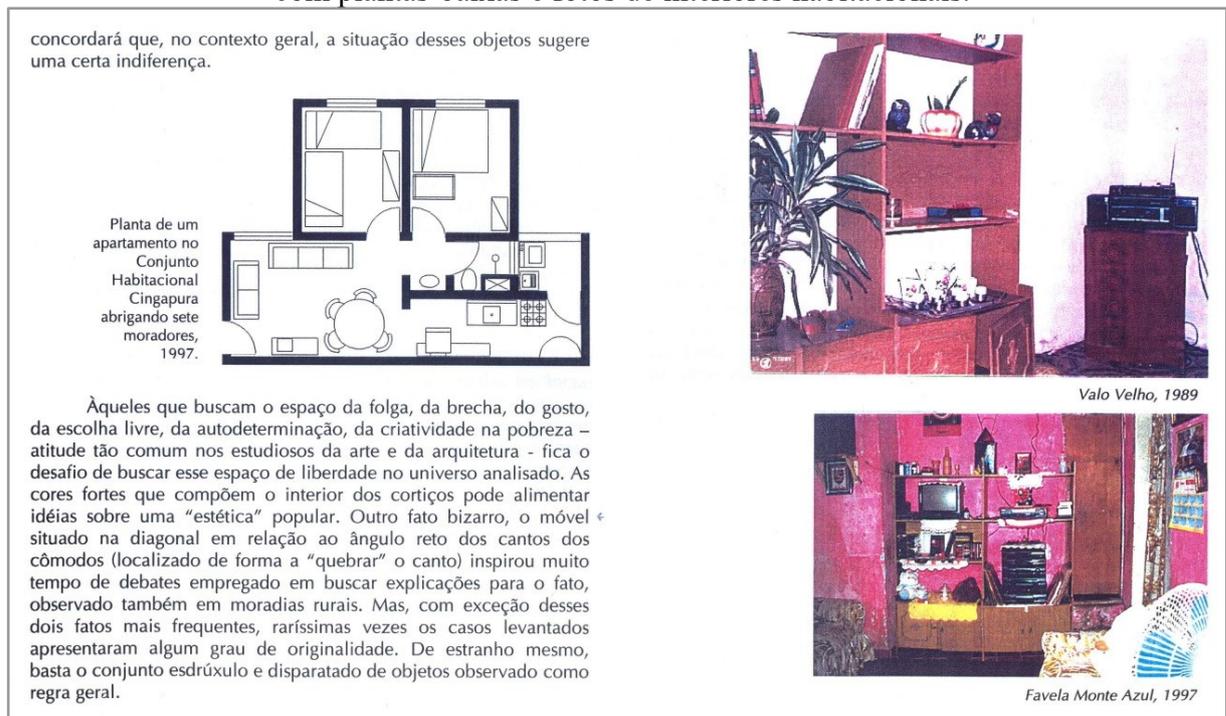
Estudos sociais que tratam da cidade, nas mais diversas disciplinas, costumam pela própria natureza de seu tema espacializar seus dados. Se existe uma porção física e material que coabita o espaço de trocas e relações humanas, ao se estudar essas dinâmicas sociais, tais estudos coerentemente recaem em estudar o espaço urbano também. Exemplos como trabalhos de diferentes áreas de estudo, realizados por profissionais de múltiplas disciplinas, podem ilustrar bem isso. Obras como as de Jane Jacobs ([1961] 2000), uma jornalista por formação; Teresa Caldeira (2000), cientista social e antropóloga; ou Milton Santos (1993) e David Harvey (2014), geógrafos; são exemplos de estudos urbanísticos que, enquanto levantam dados demográficos, entrevistas, recortes publicitários; e cujos referenciais teóricos abrangem disciplinas como Sociologia, Filosofia, Antropologia, Economia e Geografia; ao tratar do espaço urbano, acabam por descrever e localizar as inter-relações sociais estudadas como instrumento próprio de investigação.

Mas, apesar da grande contribuição dessas obras para a compreensão do espaço urbano, é justamente no aspecto espacial que esses estudos carecem de validação formal. Por vezes, descrevem situações cotidianas que de maneira inspiradora suscitam ao leitor que olhe por sua janela, saia às ruas, encare as várias realidades presentes nas cidades. No entanto, na discussão de suas ideias, em sua argumentação interna, essa mesma carência de espacialização pode entoar pouca reverberação com a crítica não versada, produzindo trechos que para um leitor não disposto a aceitar certo argumento, solicita mais que dados ou referências teóricas,

pois pede que lhe seja mostrado “como que isso se dá”. Para além disso, por se tratar de um estudo social que é por natureza espacial também, tais instrumentos de argumentação revelam-se pertinentes para a sua própria elaboração teórica, não somente para confirmar afirmações, mas para elaborar novos questionamentos também.

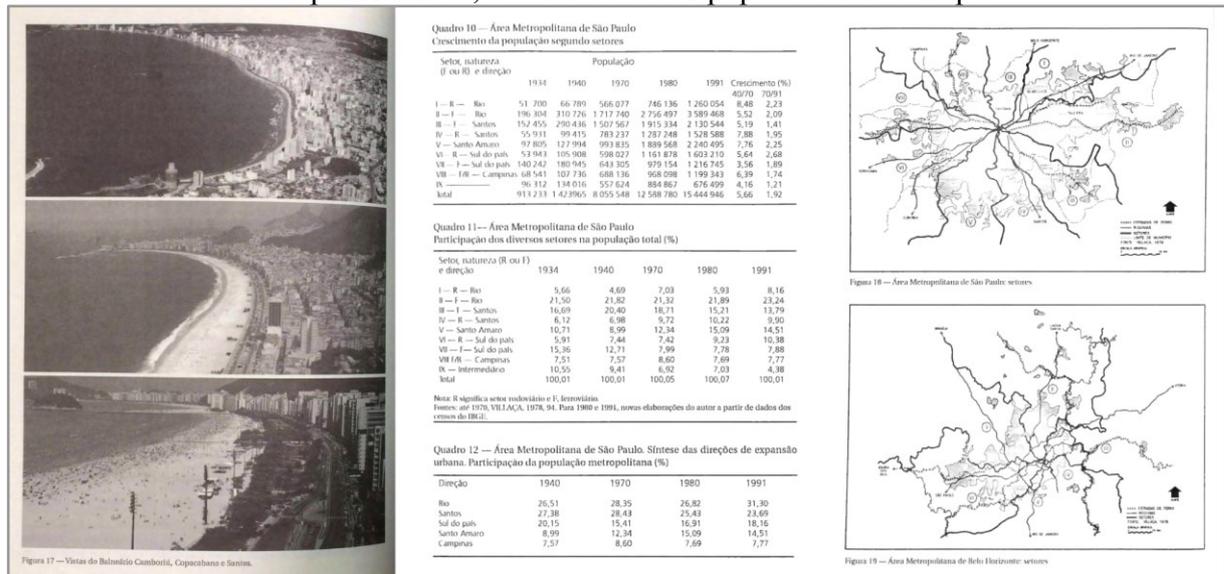
É neste sentido que trabalhos como os de Flávio Villaça (1998) e Ermínia Maricato (1999) se beneficiam de estudos espaciais, empregando suas formações em Arquitetura e Urbanismo, para potencializar seus estudos sociais junto à gama de trabalhos das demais disciplinas, adicionando à discussão socioespacial aspectos físicos e concretos que suscitam as dinâmicas fluidas e abstratas, desde a compreensão das formas dos cômodos das habitações, no caso de Maricato (fig. 9), até as disposições das habitações nos processos de conurbação, o caso de Villaça (fig. 10). E em ambos os trabalhos, não seria tal abordagem socioespacial o foco ou tema de sua respectiva obra, mas sim, seriam os instrumentos pertinentes para, com o embasamento das ciências sociais, realizar tais estudos.

Figura 9 – Recortes do livro *O interior da moradia popular* de Ermínia Maricato (1999), com plantas-baixas e fotos de interiores habitacionais.



Fonte: FAUUSP

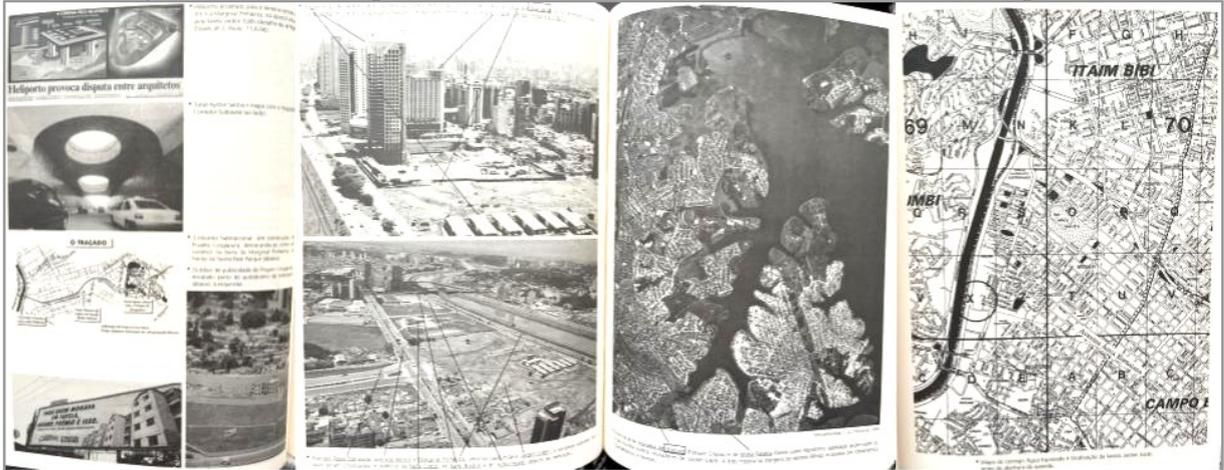
Figura 10 – Recortes do livro *Espaço Intraurbano no Brasil* de Flávio Villaça (1998), com fotos panorâmicas, tabelas de dados populacionais e mapas.



Fonte: Studio Nobel

Uma progressão mais recente deste tipo de trabalho urbanístico-sociológico são as obras *Parceiros da exclusão* e *São Paulo, cidade global* de Mariana Fix (2001, 2007) e, não por acaso, os prefácios destes foram escritos pelos autores supracitados. A partir de uma imersão, registrando relatos, entrevistas e muitas fotografias; como também através de uma revisão aplicada, coletando recortes de jornais, anúncios publicitários e dados espaciais e quantitativos (fig. 11); a autora produz um estudo social espacializado que, como diz Maricato, “não se trata de registro simplesmente. Trata-se da reconstrução de uma tragédia com texto e fotos. Os diálogos transcritos foram complementados por uma pesquisa sobre os investimentos imobiliários em andamento na região” (Fix, 2001, p. 7). Villaça destaca que a obra integra a teoria “ao empírico, ao raciocínio, à investigação e à agradável narrativa”; utiliza das entrevistas com moradores como parte do “processo de investigação, não sendo meras ilustrações do pensamento exposto”; bem como, através da própria publicidade, inteira-se da atuação do setor imobiliário, “absorve o conhecimento armazenado pelos próprios empresários e se utiliza dele” (Fix, 2007, p. 10). Este trabalho que “procura identificar as formas específicas que assumem a produção e o consumo do espaço urbano em São Paulo, durante o processo de globalização da economia” (p. 13), justamente por abarcar a complexidade que o tema encerra, não se resume a meramente abstrair em formas as relações socioespaciais. Resulta, pois, no reconhecimento do *espaço como História* e seu registro, coerentemente, abrange as várias dimensões que esta requer.

Figura 11 – Recortes do livro *Parceiros da exclusão* de Mariana Fix (2001), com recortes de jornais, anúncios publicitários, fotos térreas e aéreas, aerofotos e mapas.

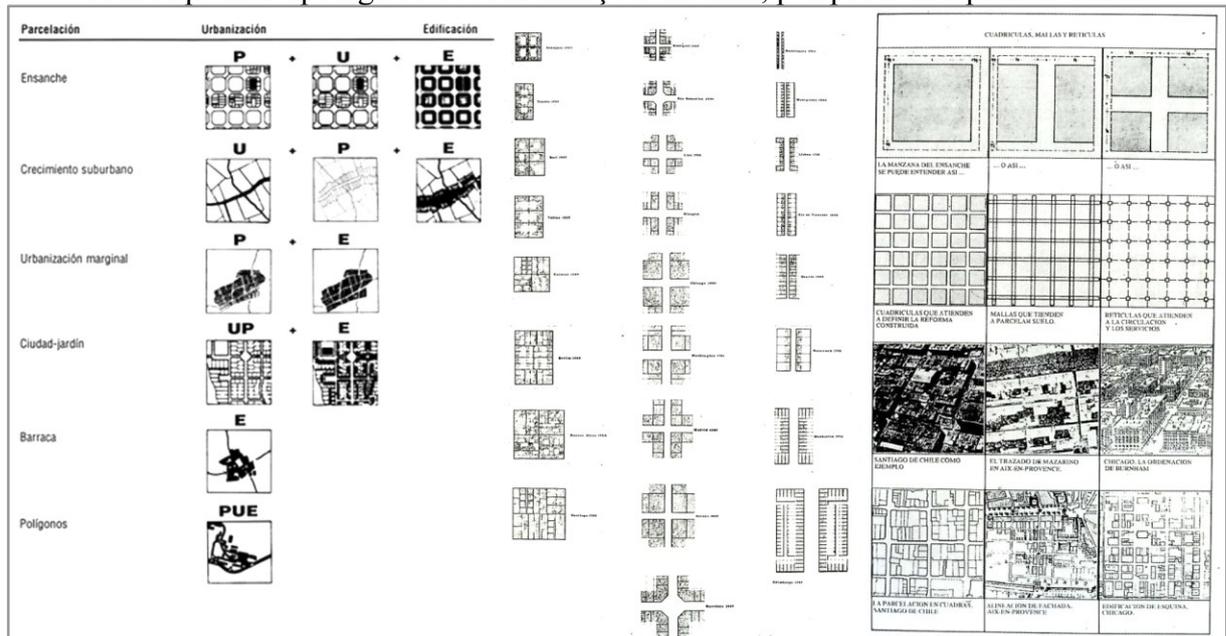


Fonte: Boitempo Editorial

No caso das abstrações morfológicas, mesmo quando Solà-Morales (1993) destrincha o crescimento urbano através de formas, abstraindo as conformações físicas, traduzindo em manchas tipificadas (fig. 12); a preocupação do estudo não recai na catalogação gerada, que permite enquadrar genericamente as especificidades de condições diversas em cidades distintas, pois o estudo das “formas de crescimento urbano” (que dá o nome à sua monografia) é exatamente a ferramenta com que se estuda as relações sociais em tais espaços conformados. Enquanto são tipificadas, tais formas são usadas nas análises do crescimento urbano. Milena Skalee (2008), ao referenciar a importância de tal obra para a realização de sua pesquisa, evidencia o trabalho como um estudo de processos:

Traz um material teórico e metodológico de caráter processual no estudo da **forma** urbana, onde o seu desenvolvimento, **no correr do tempo**, é considerado o principal objeto na **transformação das cidades**. Sistematiza a ocorrência dos processos de parcelamento, edificação e infra-estrutura, no sentido de entendimento da conformação formal da estrutura territorial. “...toda lá cuestión está en medir el tiempo con el espacio...” (Solà-Morales, 1997, p. 19) (*apud* Skalee, 2008, p. 24, grifos próprios)

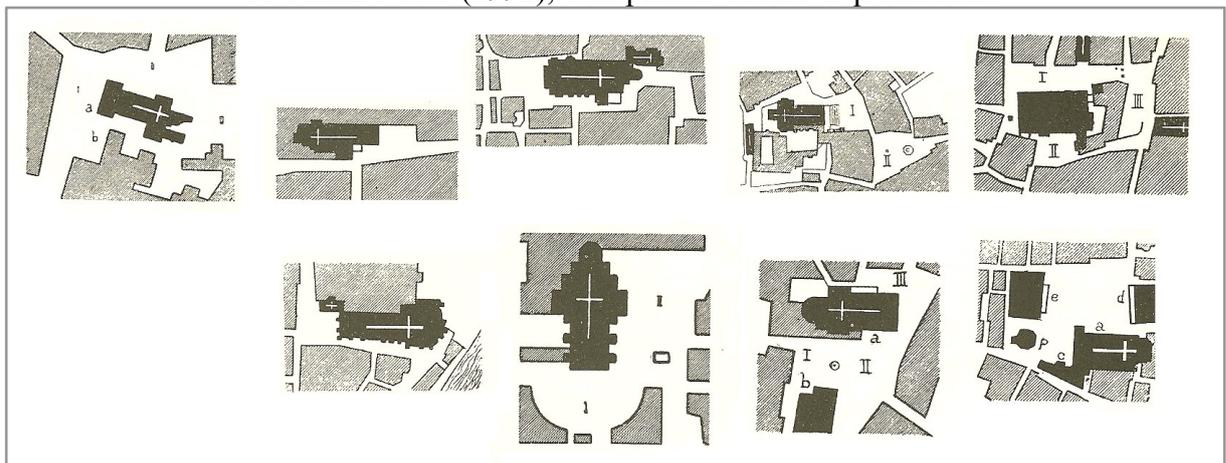
Figura 12 – Recortes do livro *Las formas de crecimiento urbano* de Solà-Morales (1993), com esquemas tipológicos de conformações urbanas, perspectivas e plantas-baixas.



Fonte: Edicions UPC

Uma abordagem similar, mais de cem anos anterior àquela de Solà-Morales, fora a obra de Camillo Sitte (1992). Nesta, estudando praças europeias, Sitte utiliza justamente das formas dos espaços públicos (fig. 13), também abstraindo em manchas, para analisar a apropriação dos mesmos, as relações geradas entre pessoas, espaço e ambiente construído, estudando aspectos da sociedade de sua época e, por fim, encaminhando-se para uma crítica da própria atuação de profissionais em Arquitetura e Urbanismo que, ao cabo, efetivam ao menos parte física de tais relações.

Figura 13 – Recortes do livro *A Construção das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos* de Camillo Sitte (1992), com plantas-baixas esquemáticas.

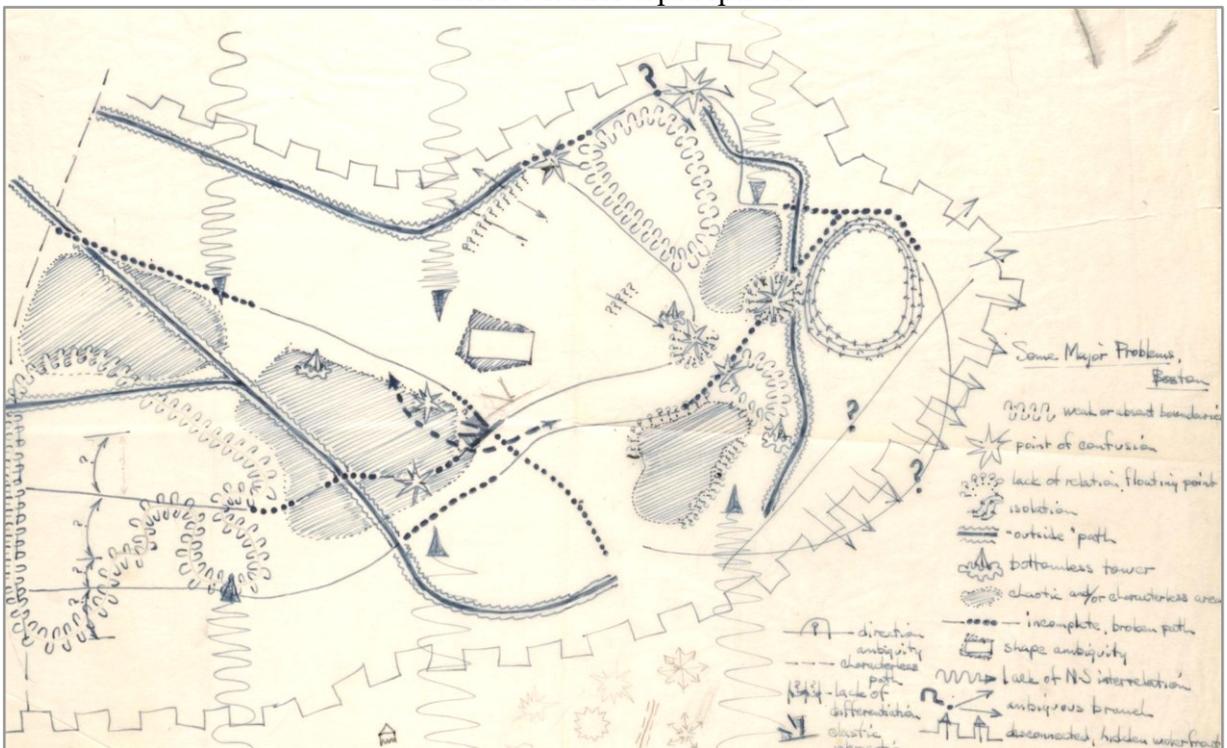


Fonte: Editora Ática

Ambos exemplos dão ênfase à forma, utilizando da abstração, em específico, através de manchas em planta-baixa. Têm-se, assim, uma ferramenta que usufrui da disposição de elementos físicos que compõem seus objetos de estudo, no caso, as edificações das cidades, sendo as edificações os elementos e as cidades o objeto a ser estudado. Todavia, alguns exemplos da aplicação com abordagens diferentes demonstram outras possibilidades:

No estudo da percepção da cidade, contemplado nas obras de Kevin Lynch (1982) e Maria Elaine Kohlsdorf (1996), cruzam-se dados sociais, pesquisas de campo e questionários com o desenho topoceptivo. O estudo da imagem da cidade, utilizando-se da técnica de representação imagética com uso de mapas mentais (fig. 14), acaba por criar uma série de tipificações que pode ser entendida como um catálogo. Contudo, não se trata de uma pesquisa social que por fim gera um catálogo espacial, pois no que o trabalho resulta é a utilização dessa catalogação que é criada para assim exercer sua pesquisa socioespacial.

Figura 14 – Trabalho morfológico elaborado por Kevin Lynch (1982), unindo mapas com fluxos e ícones topoceptivos.



Fonte: Massachusetts Institute of Technology

Através da sintaxe espacial, pesquisadores como Frederico de Holanda (2003) utilizam uma abordagem que se distancia da percepção e imagem, analisando a conectividade do espaço urbano por meio de dados físicos como as distâncias e ângulos dispostos pelas vias urbanas, compreendendo a configuração da cidade em relação à acessibilidade de seus componentes.

Mas são esses levantamentos aparentemente frios e exatos que sustentam pesquisas sociais profundas, cuja complexidade requer a compreensão do espaço através das ferramentas pertinentes para essa pesquisa. A especialidade de Arquitetura e Urbanismo confere à técnica empregada para esse estudo a possibilidade de desvendar questionamentos sociológicos que, até mesmo no idioma, estão imbricados com o espaço. Pois, apesar das diferenças entre disciplinas, estudar a cidade é exercer um estudo da sociedade que mostra “como se dá” a questão levantada, como Holanda já bem descreve na organização do livro: “a arquitetura não cria por si só uma nova sociedade, mas afeta nossos modos de convívio”. Um estudo socioespacial visa a compreensão dessa relação.

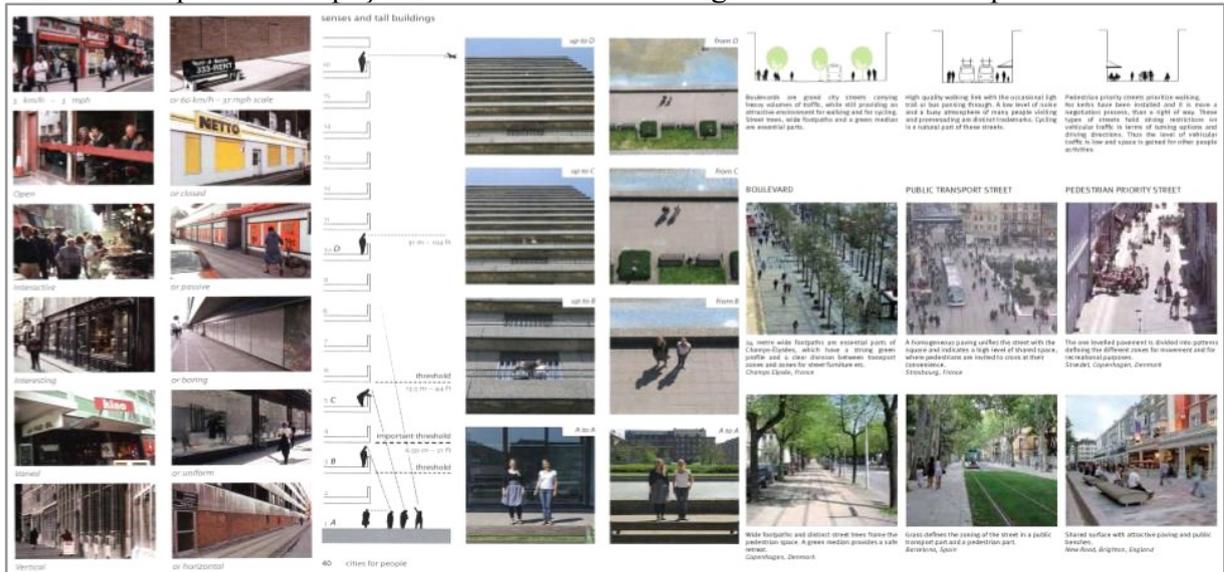
Trabalhos como os de Jan Gehl — que inicia em 1971 com o livro *Life between buildings: Using public spaces*, culminando no popular livro *Cities for people* (2010), *Cidade para pessoas* no Brasil, lançado em 2013 — estudam e categorizam as relações entre espaços urbanos e pessoas, gerando obras muito imagéticas e ilustrativas (fig. 15) nas quais se “chega ao estudo das dimensões e atributos adequados do ambiente exterior que permitem visão, audição, olfato, comunicação” (Tenorio, 2012, p. 64), atentando-se também para diferentes percepções do espaço como velocidade e distância (p. 116). São trabalhos que, novamente, utilizam de abstrações aplicadas com devida contextualização aos objetos estudados, pois “dados numéricos, como taxas de ocupação ou de aproveitamento, por si só não dizem nada: os tipos edilícios, sua disposição no sítio, as atividades que abrigam e a maneira como se relacionam com o espaço público são o que conta” (p. 118). Salvo críticas a exemplos de má aplicação e adaptação, como fragilidades nas *checklists* de “critérios-chave da qualidade do espaço público” (p. 124–125) ou o caso da reforma do Vale do Anhangabaú em São Paulo (SP)<sup>8</sup>, a didaticidade desses livros, juntamente com serviços de consultoria realizados pelo escritório do autor, não somente repercutiram nas escolas de Arquitetura e Urbanismo como também influenciaram reformas urbanas em cidades ao redor do mundo:

Após mostrar quão desejável é possuir um espaço público que permita não apenas atividades necessárias, mas opcionais e sociais, indica as condições favoráveis em que elas ocorreriam e aponta pré-requisitos para planejamento de cidades com vistas a favorecer a urbanidade. (p. 115)

---

<sup>8</sup> Em um processo caótico que se estendeu desde pelo menos 2013, envolvendo conflitos políticos entre diferentes gestões da prefeitura municipal e entidades da sociedade civil, o projeto em questão gerou muitas críticas, inclusive ao projeto e trabalho de Jan Gehl, que “nesta pretensão universal de se considerar uma *cidade para pessoas*, o arquiteto parece refletir e projetar os espaços apenas para alguns tipos de pessoas, sobretudo aquelas que detêm privilégios por conta da intersecção de seus marcadores sociais das diferenças, ao passo que oblitera das intenções aquelas mais vulneráveis que, historicamente, padecem pela exclusão decorrente da produção estratégica da cidade.” (Machado, 2022, p. 162).

Figura 15 – Recortes do livro *Cities for people* de Jan Gehl (2010), com estudos de relações entre pessoas e espaços urbanos utilizando fotografias e desenhos esquemáticos.



Fonte: Island Press

Mais recentemente, com avanços tecnológicos de plataformas SIGs (sistema de informação geográfica, também conhecida pela sigla em inglês GIS) e *softwares* de geoprocessamento, em especial nas últimas duas décadas, a geotecnologia, “conjunto de técnicas utilizadas para obtenção de dados em determinado local geográfico, com o objetivo de processar e analisá-los em função de uma hipótese proposta” (Perez Filho *et al.*, 2020, p. 145), tem assistido demais disciplinas em seus estudos urbanísticos por proporcionar “maior integração entre as áreas do conhecimento, (...) maior troca de informação e aplicação, sendo comum a formação de grupos multidisciplinares, corroborando para o avanço do conhecimento científico no âmbito da geomorfologia.” (p. 156–157). Com o aprimoramento das ferramentas de *Street View*, que registram ao nível e por meio das vias com fotografias geralmente panorâmicas ou omnidirecionais (fig. 16), a “aplicação de imagens de *Street View* para pesquisas de espaço urbano tem recebido atenção significativa” (Wang *et al.*, 2023, p. 2, tradução própria).

Figura 16 – Recortes do artigo “Diagnóstico e Estratégias de Planejamento para a Qualidade do Espaço Viário Urbano Baseado em Imagens do *Street View*” (Wang *et al.*, 2023, tradução própria).



Fonte: ISPRS International Journal of Geo-Information

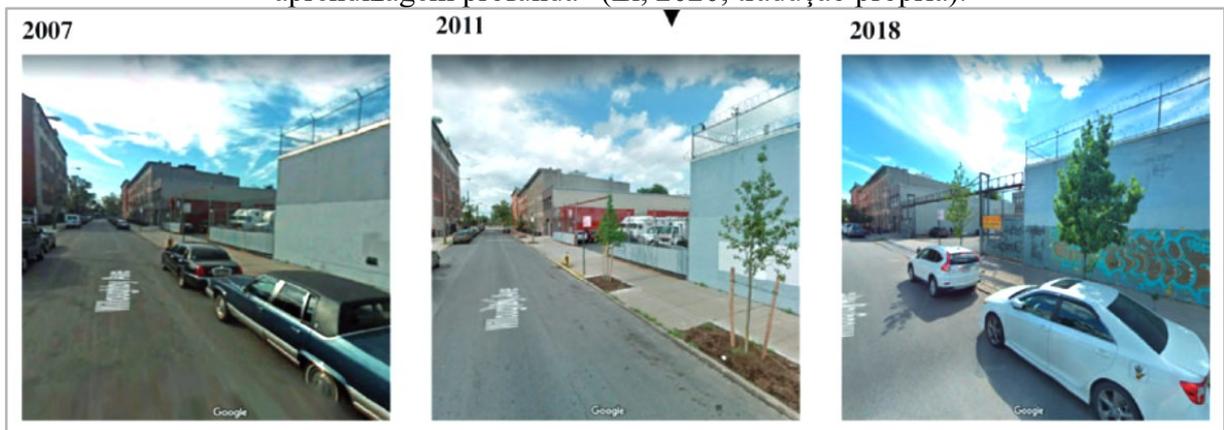
No entanto, pesquisas, essas, majoritariamente quantitativas que, a fim de coletar dados, abstraem informações tanto objetivas como subjetivas, gerando análises muito pragmáticas — como pretendido — mas que pouco refletem ou transversam temas já bem aprofundados das ciências sociais, do planejamento urbano e do conhecimento empírico:

Em geral, impulsionados pelo desenvolvimento da tecnologia, uma riqueza de resultados de pesquisa e métodos técnicos relativamente maduros foram formados na aplicação de imagens de *Street View*, que podem retratar com precisão as características espaciais das ruas e identificar os problemas de qualidade dos espaços das ruas. No entanto, devido às características da pesquisa interdisciplinar, os resultados das pesquisas existentes geralmente são difíceis de aplicar ampla e efetivamente na prática do planejamento

urbano. Em outras palavras, os métodos técnicos, objetos de análise de avaliação e elementos propostos na literatura existente ainda precisam ser mais integrados aos sistemas técnicos para facilitar sua aplicação prática no planejamento urbano. (Wang *et al.*, 2023, p. 3, tradução própria).

Ainda, a utilização dessa ferramenta em pesquisas quanto ao seu registro no decorrer do tempo, com comparações entre imagens de anos de diferença, é bastante incipiente e de análise predominantemente quantitativa. Dessas, como a revisão bibliográfica de trabalhos que utilizam imagens de *Street View* em análise urbana e SIG de Biljecki e Ito mostra, “quase todos os estudos se concentram em um único período de tempo, mas há exceções que fornecem uma análise sobre a mudança temporal do Índice de Verde (Green View Index) em uma cidade” (2021, p. 8, tradução própria). Estudos como o de Li (2020), mesmo que utilizando a ferramenta para gerar dados quantitativos e conferir índices (fig. 17), ainda assim revela o potencial de aferição da paisagem e condição urbana que abstrações estatísticas podem não contemplar.

Figura 17 – Recortes do artigo “Examinando a distribuição espacial e a mudança temporal do Índice Verde (GVI) na cidade de Nova York usando imagens do *Google Street View* e aprendizagem profunda” (Li, 2020, tradução própria).



Fonte: EPB – Urban Analytics and City Science

Desse modo, esses exemplos da bibliografia, desde estudos de tipologia e morfologia até o uso da sintaxe espacial e fotografias das ruas, demonstram e apontam para o potencial do uso das ferramentas espaciais que exploram variadas dimensões perceptivas e estão em constante desenvolvimento. Evidencia-se, assim, como a pesquisa de Arquitetura e Urbanismo pode contribuir com as ciências sociais, como também estas em muito integram as várias áreas de estudo de uma pessoa arquiteta e urbanista. Dado que são dos estudos das diferentes áreas das ciências sociais que as pesquisas que tratam cidade e sociedade se sustentam, o termo “socioespacial” aparenta suprir bem essa especialidade. Afinal, estudos sociais em Arquitetura e Urbanismo, como os apresentados, não se limitam a utilizar as ciências sociais para produzir

um estudo espacial. Nem tanto, tal especialidade da Arquitetura e do Urbanismo é equivalente a outras disciplinas, como a Geografia, por exemplo, a qual também abrange pesquisas socioespaciais, embora em outras dimensões de estudo. Pois, à semelhança dos trabalhos de Geografia (embora nestes, abordem suas especialidades como geopolítica, geomorfologia, etc.), estudos socioespaciais de Arquitetura e Urbanismo lidam com estudos sociais e estudos espaciais detendo a sua especialidade de compreender a construção do espaço, por exemplo, nas edificações, na estrutura viária e na infraestrutura, nos ambientes e materiais naturais e industrializados, sempre levando em conta as conformações entre todos esses elementos.

Assim, a questão da forma que concomitantemente ao espaço e às relações sociais envolvem o estudo social arquitetônico e urbanístico, como nos exemplos de aplicação mostrados, em muito tem a contribuir para aprofundar essas questões complexas e ajudar a responder: “de que forma isto se dá?”.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Considera-se esta pesquisa como exploratória, pois intenta constatar no fenômeno urbano medidas segregadoras possivelmente banalizadas. Utiliza-se um método qualitativo, “objetivando a descoberta, a identificação, a descrição detalhada e aprofundada” (Silva, A., 2015, p. 52) dessas medidas enquanto estuda situações limítrofes de segregação, com uma abordagem fenomenológica que considera o pesquisador fundamental para o processo de coleta dos dados, sendo quem os observa, registra, seleciona e interpreta. Contudo, mesmo que o pesquisador vivencie muitas das situações estudadas, optou-se pela observação indireta na coleta de dados, buscando um distanciamento dos atores, a fim de coletar dados já disponíveis, muitas vezes publicados pelos próprios agentes estudados. Dessa maneira, entende-se esta também como pesquisa descritiva, uma vez que realiza descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais. Essas análises ocorrem de maneira indutiva, em que “as abstrações são construídas a partir dos dados, num processo de baixo para cima” (Triviños, 1987, *apud* Silva, A., 2015, p. 55).

A estratégia de utilizar dados já publicados, por vezes, pelos próprios atores da produção urbana para, indutivamente, analisá-los e gerar como produto trabalhos que convidam à reflexão parte de um estudo inicial sobre imagem e linguagem, motivado por experiências de intervenção urbana proporcionadas pelo programa de pós-graduação em que este estudo se insere.

É nesse processo exploratório que o método desta pesquisa foi construído e seu potencial testado em diferentes formatos, como também, durante as próprias aplicações deste, foi questionado, problematizado ou criticado. Além de se recorrer à bibliografia e trabalhos similares para embasar a abordagem, prioriza-se o cuidado e respeito a todos os atores que, mesmo indiretamente, são estudados. Sendo um trabalho de escopo imagético, por justamente lidar com a imagem das coisas, das pessoas, das entidades, o uso desta como ferramenta para gerar reflexão percorre constantemente a linha entre exploração e valência.

### 3.2 CONSTRUÇÃO DO MÉTODO

Imagens como rima: uso de fotografias já publicamente disponíveis para questionar situações cotidianas

De certa forma, toda rima já foi feita. Uma vez linguagem, a rima está limitada pela repetição dos fonemas que a compõem, tal qual a geometria das formas ou a harmonia das consonâncias musicais. Tem-se, então, uma força redundante nas palavras escolhidas numa letra de música, poesia, letreiro, etc; como se estas palavras já tivessem sido escritas ou proferidas anteriormente já que constituem a quantidade finita de rimas. A força, para além do que a própria escolha e ordem destas palavras emanam, seria essa impressão de já se ter ouvido ou lido estas anteriormente, uma legitimidade que é dada pela própria língua. E a língua sendo uma construção social, tanto nos fonemas quanto nos significados que suas relações expressam, parece com a rima reforçar, assim, aquilo que o próprio emprego da linguagem já faz.

A semelhança entre a rima da linguagem e o enquadramento da fotografia ou pintura, parece ser essa escolha que a pessoa artista compõe com elementos senão dispersos que ali se encontram. Ao, por exemplo, fazer caber dentro de uma área delimitada por quatro arestas, seja de um quadro ou de uma folha de papel, palavras ou figuras que sem essa escolha artística existiriam sem sentido, soltas ou desordenadas, emanam, a partir disso, um ou vários significados e se dá contexto. Ou seja, somente reduzindo esses fenômenos (da fala, da escuta, da visão) que estes se tornam obras e daí são interpretados como tais.

Situações adversas, de contrastante desigualdade podem ser observadas em um contexto urbano no simples caminhar pelas ruas. Também, podem ser facilmente encontradas nos registros dessas vias, dada sua cotidianidade. No entanto, é quando se delimita essa situação — a descreve, fotografa, recorta ou enquadra, definindo sua forma e conteúdo — que esta se torna representação, podendo ser analisada, comentada e até julgada. A imagem trivial de uma esquina que, pela dinâmica acelerada da rotina urbana pode ser rapidamente ignorada no seu atravessar, ao ser enquadrada, permite que se reflita sobre a situação representada, se discuta seus elementos e estude as relações sociais e os espaços físicos que as suportam (fig. 18). Isso, ainda, podendo ser facilmente publicado e compartilhado, possibilitando que parte da reflexão não esteja pronta e acabada, mas seja completada pelas próprias experiências e percepções de com quem se compartilha.

Figura 18 – Situação de ago. de 2019. Perspectiva da Rua Victor Meirelles, São José.



Fonte: Google 2021 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/8M1EK96Tz7DjZd956?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/8M1EK96Tz7DjZd956?g_st=ic)

Esse processo de completar a compreensão da obra com sua própria percepção como artifício para potencializar a mensagem, aceitando as subjetividades e evitando cegar-se “à ‘outridade’, seja por rejeitá-la ou assimilá-la ao ego-sabedor”, oferece ao outro sujeito a possibilidade deste sentir algo por si, a partir de balizas, enquadramento, estímulos, ensejos de quem se expressa. Segundo a historiadora e crítica de arte Rosalyn Deutsche (2009, p. 179), as “imagens críticas interrompem o excesso de autorreferencialidade, promovendo ‘respostabilidade’ ao outro, estabelecendo modos de ver, e desenvolvendo a experiência do ser em público”.

Em resumo, utiliza-se elementos objetivos para ativar subjetividades. Assim, dados e imagens já disponíveis — se devidamente aproveitados para sua valência e não sua exploração —, contêm o potencial de produzir esse convite à reflexão, em razão de constituírem simultaneamente elementos objetivos (dados conhecidos) e possibilitar a subjetividade (recorte ou enquadramento). E, se como obra de arte está sujeita a interpretações, sendo também um instrumento de pesquisa, adequadamente contextualizado e aplicado, detém o potencial de enriquecer as reflexões de um estudo devidamente fundamentado.

Fotografias já publicamente disponíveis em serviços de *Street View*, como da empresa *Google* no Brasil ou da *Baidu* na China, conferem um universo de imagens pretensiosamente cotidianas das cidades. Desde a disponibilidade desses serviços, além de seu emprego para pesquisas sobre o espaço urbano, como visto em trabalhos técnicos, o potencial poético e

artístico do uso desses registros já foi demonstrado em ensaios fotográficos<sup>9</sup> ou em relatos afetivos como de pessoas que, ao perder um ente querido, recorrem às imagens por esses “singelos registros cotidianos, talvez incapazes de despertar o interesse” justamente mostrarem “a pessoa em uma situação corriqueira, de dia a dia, algo que era da rotina dela”<sup>10</sup>.

No artigo “Imagens Exaustivas: Vigilância, Soberania e Subjetividade no *Google Maps Street View*” da curadora e pesquisadora em fotografia Gabrielle Moser (2011, tradução própria), analisando a obra “Os Nove Olhos do *Google Street View*” de Jon Rafman (2008–)<sup>11</sup> que captura imagens inusitadas ao enquadrar essa fotografia panóptica de livre acesso virtual (fig. 19), argumenta que mesmo com “uma promessa de imediatismo e neutralidade que apenas uma forma de **fotografia mecânica sem fotógrafo** pode oferecer, as imagens da *Google* ainda assim permanecem como textos culturais que **exigem interpretação**’ (Rafman, 2009)” (*apud* Moser, 2011, grifos próprios).

Figura 19 – Captura de tela do blog “9 eyes” (2008–) de Jon Rafman.



Fonte: Jon Rafman

<sup>9</sup> METRÓPOLES. **Artista com agorafobia viaja e fotografa o mundo via *Google Maps***. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/turismo/artista-com-agorafobia-viaja-e-fotografa-o-mundo-via-google-maps>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>10</sup> UOL. **'Aquece o coração': por que pessoas de luto estão recorrendo ao *Street View***. Recife, 2022. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/08/07/memoria-esta-ali-pessoas-lembram-familiares-mortos-no-google-street-view.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://9-eyes.com/>

Quando uma pessoa artista que intenta com um universo de palavras ou figuras criar, então, uma composição ou enquadramento, tem-se a questão da linguagem. Entende-se, aqui, linguagem como um instrumental que antecede o contato com a obra, embora não anteceda a percepção dos corpos que irão experienciar a obra. Como Merleau-Ponty (2004) ensaia, esses elementos da linguagem, como as palavras de uma língua, não carregam seus significados em si, mas nas relações umas com as outras, o que evidentemente aqui seria a composição. Sobre essa força redundante, tanto na linguagem da própria língua, quanto na imagem da fotografia ou pintura, existem relações que são reforçadas pela própria composição dos elementos entre outros elementos.

Assim como a rima entre as palavras na linguagem de uma língua falada ou escrita antecede a composição em si destas, ou seja, independente da escolha das palavras pela artista escolhedora (compositora), estas já sempre rimaram; existe na linguagem visual, das imagens, como o *Google Street View*, a redundância do registro fotográfico já ter sido feito. Ao enquadrar, então, uma imagem dentro do universo de imagens que as nove lentes da companhia *Google* fornece — assim como palavras selecionadas no universo de um idioma — têm-se uma redundância, tal qual a rima, um entendimento de que aquilo já estava lá, mas foi a artista escolhedora que enquadrou. Moser exemplifica com a obra de Rafman:

Embora a *Google* afirme que o aplicativo “contém imagens que não são diferentes do que você **pode ver dirigindo ou andando na rua**”<sup>12</sup>, a série “Nove Olhos” de Rafman prova que algo diferente ocorre quando esses eventos são **capturados e representados fotograficamente**. (*apud* Moser, 2011, tradução própria, grifos próprios)

Ora, e não poderia se dizer o mesmo sobre uma fotógrafa que sai para a rua portando sua câmera e escolhe para onde apontá-la? Que escolhe o que enquadrar num universo (no caso, “o universo”)? É aí, pois, que está a redundância: As fotos do *Street View* já foram feitas. Assim como a rima das palavras, essas imagens sempre estiveram aí — pelo menos desde o advento dessa ferramenta. E não somente os fenômenos que a fotografia retrata, mas as imagens, as fotografias em si sempre estiveram aí.

Existe aqui uma diferença entre qualquer pessoa com seu corpo, que é diferente de qualquer outro, sair pelas ruas tirando fotos e selecionando enquadramentos, de uma pessoa qualquer utilizar as imagens já registradas do *Street View* para enquadrá-las. Para sair para a rua portando uma câmera fotográfica, há importância no corpo para a materialização da foto em si, não apenas seu enquadramento. Os diferentes corpos e suas diferenças não importam da

---

<sup>12</sup> Na nota de rodapé original: “‘Privacy’, *Google Maps*, accessed August 28, 2011, [http://google.com/intl/en\\_us/help/maps/streetview/privacy.html](http://google.com/intl/en_us/help/maps/streetview/privacy.html).” (*apud* Moser, 2011)

mesma maneira para essas duas situações. No exemplo do *Street View*, importam obviamente para o exercício do enquadramento, mas não da fotografia. Não é qualquer pessoa que consegue sair às ruas e fotografar uma situação instigante, mas se compreende que qualquer um poderia enquadrar algo do *Street View* e só não o fez. Assim como qualquer um poderia rimar duas palavras terminadas com o mesmo fonema.

Não por acaso, do mesmo modo que nos quadros de filmes ou documentários disponíveis na *internet*, no exemplo da captura de tela do *Google Street View*, junto à legenda “Disponível em:”, possibilita-se ter o *link* ou um *QR code* para aquela própria posição no *Street View* (e não somente sua captura de tela) podendo, ao acessá-lo, re-enquadrar a fotografia. Existe aí essa força quase irônica de que “estava ali e ninguém mais viu” dentro de um universo que está tão acessível, das palavras e das imagens.

O curta-metragem “Nunca é noite no mapa” (2016) de Ernesto de Carvalho<sup>13</sup>, que exhibe imagens da cidade de Recife (PE) como se fossem feitas por alguém caminhando pelas ruas com uma câmera em punho, utiliza a captura das imagens do *Google Street View* como instrumento de expressão para sua narrativa. Ao descrever seu encontro com o veículo da empresa que fazia o registro fotográfico — e posteriormente encontrar a si mesmo na imagem disponibilizada *online* —, o diretor narra suas reflexões sobre a cidade enquanto estas são ilustradas pelas próprias imagens do *Street View* que as suscitam (fig. 20).

Figura 20 – Quadro do curta-metragem “Nunca é noite no mapa” (2016) de Ernesto de Carvalho.



Fonte: Ernesto de Carvalho

<sup>13</sup> Disponível em: <https://vimeo.com/175423925>

Sejam narrativas de situações adversas, como pessoas sendo revistadas por agentes policiais, ou catárticas, como manifestações populares reivindicando direitos, por serem imagens cujo acervo estão facilmente acessíveis (podendo-se fazer o mesmo percurso que o diretor, mas focando em outras situações, por exemplo), e por se tratar da cidade em âmbito e pelas vias públicas, infere-se entre espectador e obra uma relação de participação ou, por vezes, cumplicidade.

Em uma das passagens de tempo presentes no curta, em que a transformação abrupta do espaço é registrada pelas lentes do *Street View*, o diretor narra como tal reforma que permitira a viatura da *Google* realizar esse novo mapeamento fotográfico viera “de outros veículos oficiais. Veículos que abrem o caminho para o veículo do mapa, dos veículos da polícia, e todos os outros veículos”. A obra demonstra com a própria linguagem da ferramenta *Street View* a ironia em dizer-se um aparato “imparcial”. Parece existir na cidade uma impossibilidade em operar com neutralidade, pois até um “olho desincumbido de um corpo” precisa abrir caminhos para percorrer. Como a teórica da fotografia e cultura visual Ariella Azoulay em seu livro *O Contrato Civil da Fotografia* (2008, tradução própria) explica, uma vez que um indivíduo observa uma situação, este torna-se participante e responsável também pelo o que chega até seus olhos. No cotidiano da cidade, então, esse olhar jamais será inconsequente, mas uma constante intervenção.

Aplicando esse estudo, motivado por uma disciplina do programa de pós-graduação em que se insere esta pesquisa, realizou-se uma experiência de intervenção urbana virtual, utilizando essas imagens do *Street View* para, com seu enquadramento e manipulação, produzir fotos compartilháveis em redes sociais, a fim de gerar — e não somente expor — reflexões. Para tanto, criou-se em uma rede social focada em fotos um perfil da intervenção que, ao longo de um mês, postou diariamente imagens do cotidiano nas cidades da Grande Florianópolis (SC). O projeto “Que cor(po) tem a sua cidade?”<sup>14</sup> findou em uma experiência breve, singela e frutuosa, que contribuiu para testar e ponderar os conceitos estudados.

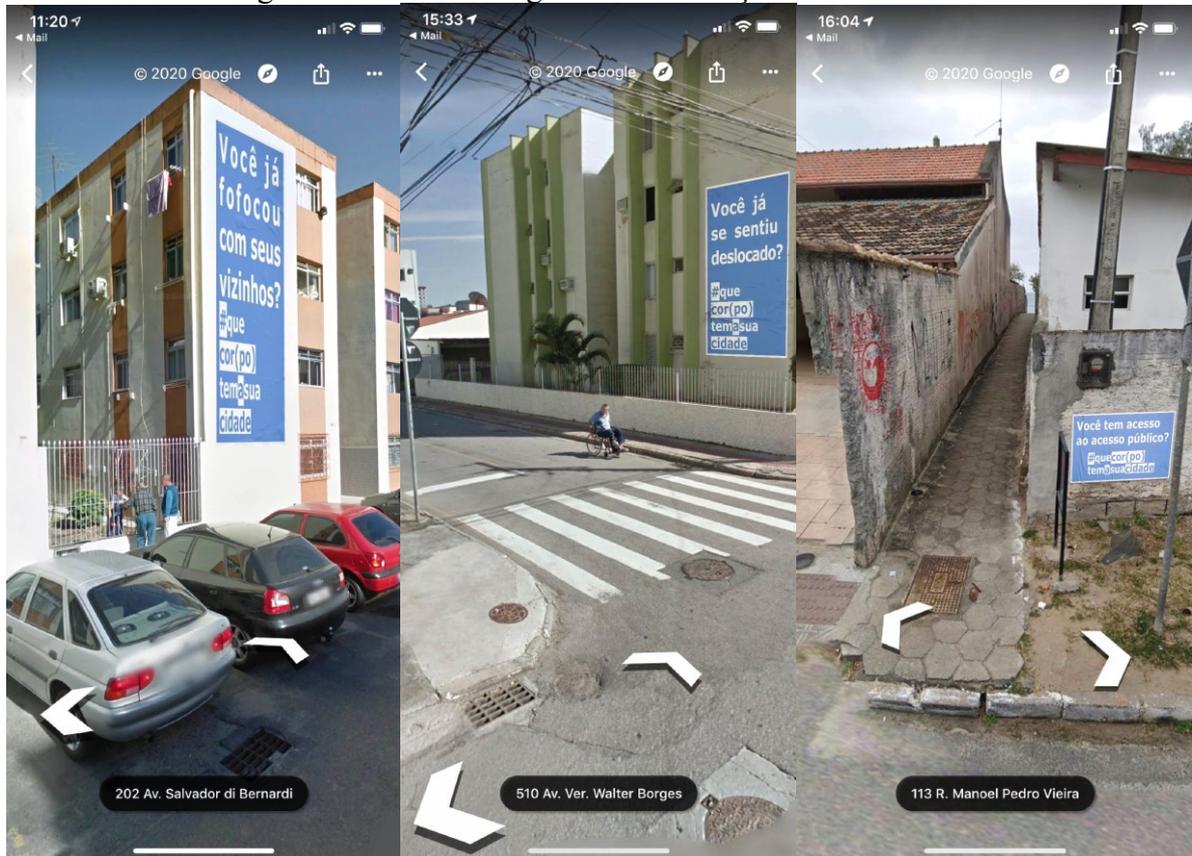
Capturas de tela do *Google Street View* de situações características de vivências na cidade que cotidianamente se têm, uma série de enquadramentos em que se busca questionar às pessoas espectadoras se estas já teriam ou como teriam vivenciado as situações representadas. Assim, chegou-se à ideia dessas diferentes compreensões através desses diferentes corpos nas cidades.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/explore/tags/quecorpotemasuacidade/>

Ao se introduzir nas imagens dessas situações urbanas perguntas às pessoas espectadoras as questionando sobre como essas vivenciam esses espaços, mesmo que estas pessoas não se identifiquem com os corpos retratados, a própria incompatibilidade suscita reflexões sobre esses vários corpos que coexistem na cidade, além da cidade em si (fig. 21).

Figura 21 – Fotomontagens da intervenção em rede social.



Fonte: Instagram

O exemplo, entre tantos do projeto, do registro de um grupo de idosos conversando por entre grades de um prédio, ao lado de janelas gradeadas de apartamentos térreos e entre o estacionamento de carros, pode passar despercebido por quem transita pela rua ou pelo *Street View*, como imagem banal e sem provocar qualquer reflexão crítica. Mas, a partir da intervenção virtual, o momento capturado se torna obra, um artifício que estimula à observação, questionamento e discussão acerca das qualidades dos espaços urbanos que suportam essas relações sociais cotidianas. Uma cena prosaica que, analisada criticamente, revela medidas segregadoras, sinais de medo e insegurança na cidade.

A concepção das fotomontagens, por sua vez, são inspiradas nas perguntas espalhadas pela cidade, presentes em pichações ou pôsteres do tipo lambe-lambe. Inserir digitalmente esses pôsteres, embasando-se nas referências estudadas, seria trabalhar com essa redundância da

imagem provida pelo *Street View*, propiciar a sensação de “isso já estava ali e só não vi”, incluindo assim a própria pergunta impressa, estampada na situação que, senão pela obra, passaria despercebida.

Dessa forma, esse processo de experimentação proporcionado pelo programa de pós-graduação auxiliou na elaboração do método desta pesquisa exploratória. Com a revisão bibliográfica sobre produção do espaço urbano e o estudo mais aprofundado sobre segregação nas cidades em suas várias dimensões, com as experiências teóricas e práticas de abordagem, encaminhou-se para a definição do método. Acrescido do tema da pesquisa, e aplicando à pergunta central que esta intenta responder, o uso de dados e imagens já disponíveis publicamente aflora seu potencial como instrumento do trabalho.

A construção do método e a formulação do tema, então, ocorrem em conjunto, com o estudo de segregação nas cidades sendo intuído pela própria abordagem que insta olhar para seu *limiar*. Como no exemplo anterior da esquina (fig. 18), o limiar da segregação pode ser identificado pela calçada, no caso, elemento limítrofe entre o que é público e o que é privado, que tensiona as discrepâncias de dois espaços físicos de qualidades e aptidões bem distintas, mesmo que no momento enquadrado exerçam suporte para a mesma atividade da alimentação.

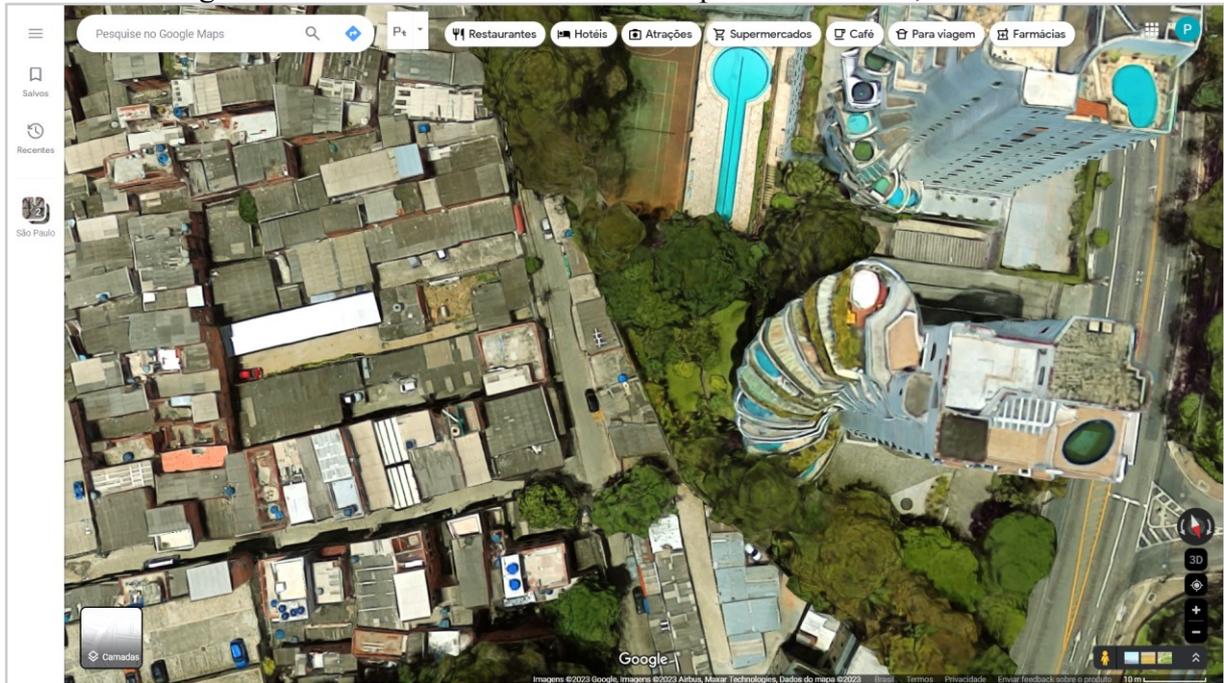
É com esta abordagem, estudando o espaço urbano a partir desses tensionamentos e discrepâncias, não focando nos objetos isoladamente mas sempre os considerando em relação uns aos outros, que o fenômeno da segregação, nem sempre marcado por elementos visíveis ou tangíveis, pode ser observado e ilustrado.

Atentar-se para esses limiares permite, assim, observar e analisar situações adversas no espaço urbano sem recair somente sobre seus atores, espaços ou as próprias situações; possibilita-se um estudo não somente da forma ou conteúdo, mas das relações destas.

### 3.2.1 Aplicação do instrumento de *Street View* em método qualitativo

Um urbanismo visto também debaixo

Figura 22 – Limites entre bairros Paraisópolis e Morumbi, São Paulo.



Fonte: Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

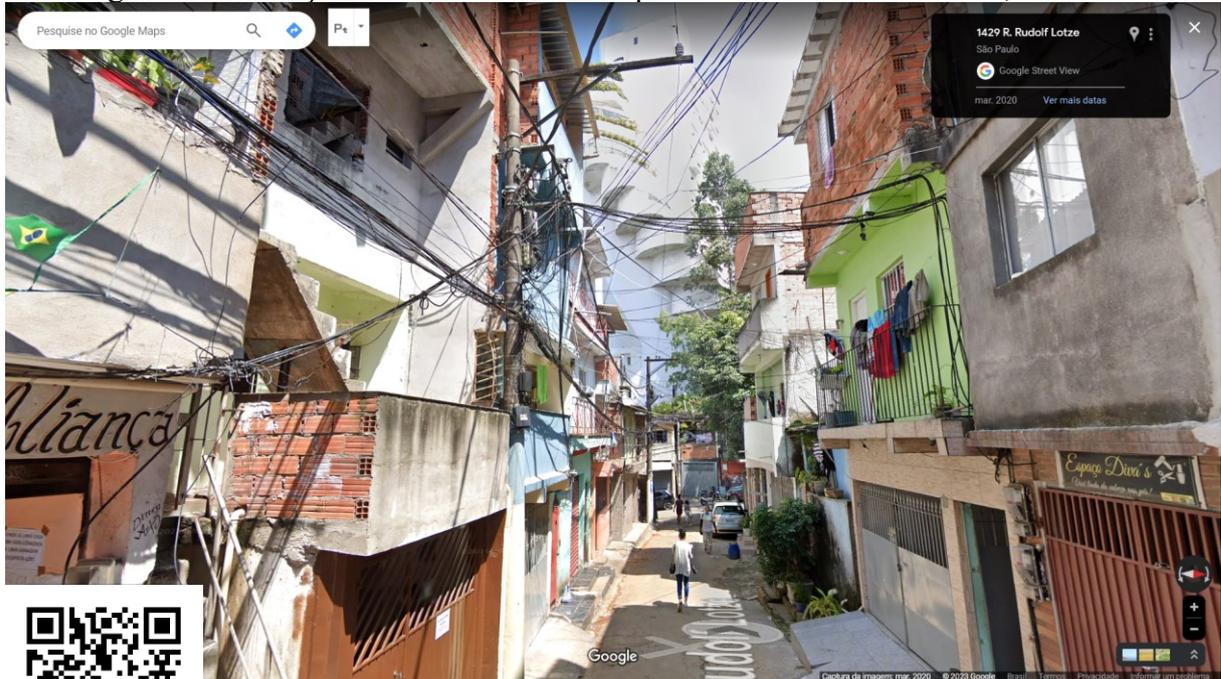
Quando se estuda segregação socioespacial, em obras de geografia, antropologia, sociologia, arquitetura e urbanismo, como também na mídia, em reportagens, noticiários e documentários, imagens como as da foto de Tuca Vieira (conhecida como “retrato e símbolo da desigualdade no Brasil”<sup>15</sup>, retratando a disparidade entre os bairros paulistanos Morumbi e Paraisópolis), tiradas de cima de outro prédio, por drone, helicóptero, avião ou mesmo satélite (fig. 22), retratam a desigualdade material, a separação entre duas qualidades distintas de cima para baixo, didaticamente expressa pelos círculos azuis das piscinas (em geral, construções de alto padrão construtivo) e das caixas d’água descobertas (em geral, baixo padrão construtivo). Ou seja, para demonstrar a diferença entre duas realidades e o que as separam, comumente, utilizam-se de imagens que não estão na escala humana — mas, talvez, na escala urbana?

Por que não se observar também, em conjunto com ferramentas como imagens aéreas, imagens que retratam as vias públicas, as ruas e suas calçadas? Por que não observar a disparidade material entre um prédio com piscinas individuais para cada apartamento e um bairro com problemas infraestruturais que afetam cada uma das edificações, observando-se também as costas (ou fundos das lajes das sacadas) que o edifício de alto padrão exhibe para o bairro vizinho (fig. 23)? Assim, também observando as vivências e sinais de urbanidade intrabairro, como comércios nas fachadas ativas, moradores nas fachadas de suas casas em

<sup>15</sup> UOL. **Paraisópolis: Triste saber que ela continuará atual, diz autor de foto símbolo que volta a viralizar após mortes.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/12/04/triste-saber-que-ela-continuara-atual-diz-autor-de-foto-simbolo-de-paraisopolis-que-volta-a-viralizar-apos-mortes.htm>. Acesso em: 10/09/2023.

contato com as ruas, os restos de decoração de uma festa junina convivendo com as grades de segurança nas janelas das residências (fig. 24).

Figura 23 – Situação de mar. de 2020. Perspectiva da Rua Rudolf Lotze, São Paulo.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/TqdWYM3NSXRbybn9A?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/TqdWYM3NSXRbybn9A?g_st=ic)

Figura 24 – Situação de jul. de 2023. Perspectiva da Rua A. de Oliveira Santos, São Paulo.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/daeqn9SXiuX9qBWY6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/daeqn9SXiuX9qBWY6?g_st=ic)

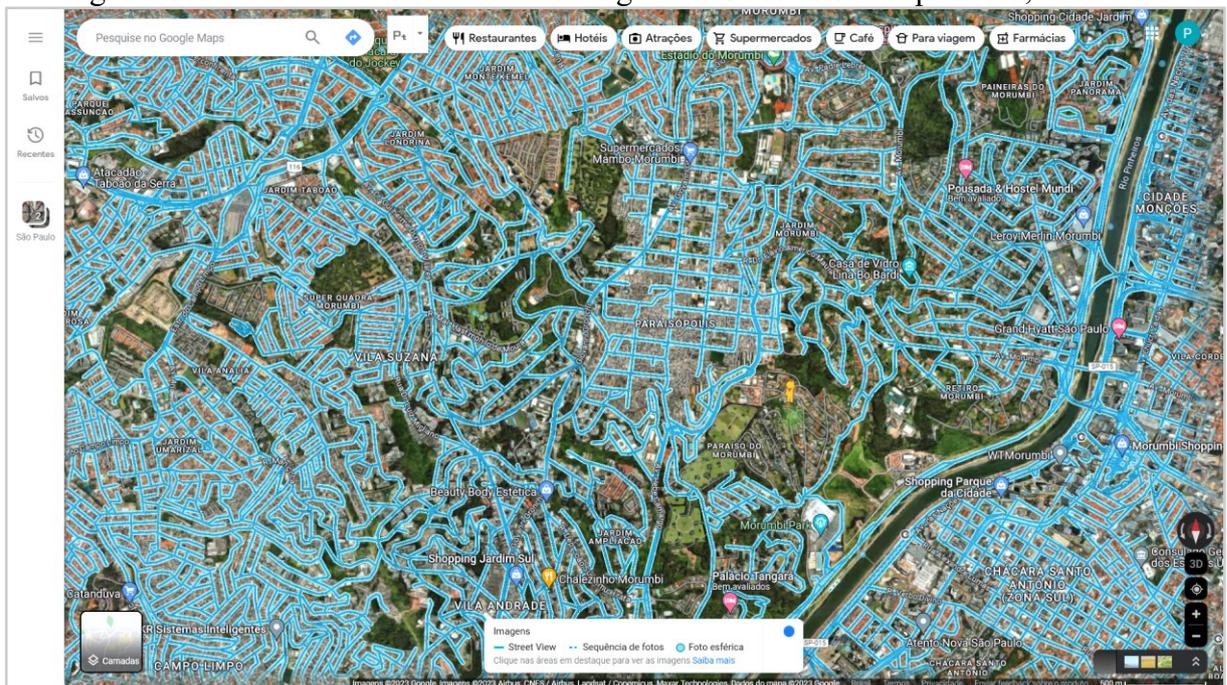
Se no estudo urbanístico existe um universo inesgotável de dados empíricos esperando ser levantados nas cidades, acervos de dados como estatísticas (mais notadamente censos do

IBGE e outros institutos), levantamentos e cadastramentos (estaduais ou das prefeituras municipais), mapas (topográficos, viários, cadastrais; geoprocessamento) servem como instrumentos para, em camadas, compreender este complexo objeto de estudo que é o espaço urbano. Por conseguinte, acervos de imagens urbanas como serviços de *Street View*, conferindo fotografias à altura similar a escala humana, revelam-se como ferramenta para um estudo urbano que almeja compreender, com o cruzamento dos dados de outros instrumentos, como relações humanas ocorrem nesse espaço.

Para além da possibilidade quantitativa, como estudos mais recentes utilizando inteligência artificial e algoritmos para interpretar o enorme volume de imagens disponíveis nas ferramentas de *Street View* (gerando dados como porcentagens de esquinas com determinada tipologia, etc.), o seu uso qualitativo, selecionando imagens que representem uma situação já levantada por outros instrumentos e citados por outros estudos, oferece uma pesquisa que demonstra, no sentido ilustrativo da palavra, como algo acontece, corroborando com análises embasadas e proporcionando novas compreensões.

Por meio do próprio método facilitado pela ferramenta, a acessibilidade ou não do veículo da empresa de *Street View* expõe condições das vias, podendo-se verificar pelas linhas realçadas em azul (no caso da *Google*) demarcando os trajetos percorridos com registro fotográfico (fig. 25). Dessas, áreas não sublinhadas como malhas ortogonais ou radiais de condomínios fechados, ou ainda vias axiais em formato de espinha de peixe ou orgânicas seguindo a topografia de assentamentos em encostas de morros, demonstram impedimento no trânsito livre de automóveis. Mesmo assim, investigando-se esses pontos finais em que o veículo da empresa se limita, os motivos para essas interrupções muitas vezes também se revelam como situações de desigualdade ou segregação.

Figura 25 – Caminhos destacados com imagens de *Street View* disponíveis, São Paulo.



Fonte: Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

Por fim, similarmente como as imagens aéreas de geoprocessamento propiciam analisar através do tempo a formação morfológica do espaço urbano, as imagens de *Street View*, que no Brasil constam de pelo menos uma década de registros, possibilitam a análise em um decurso temporal, gerando exemplos de *antes e depois* ou de progressões no tempo que, na temática da segregação socioespacial, em muito contribuem.

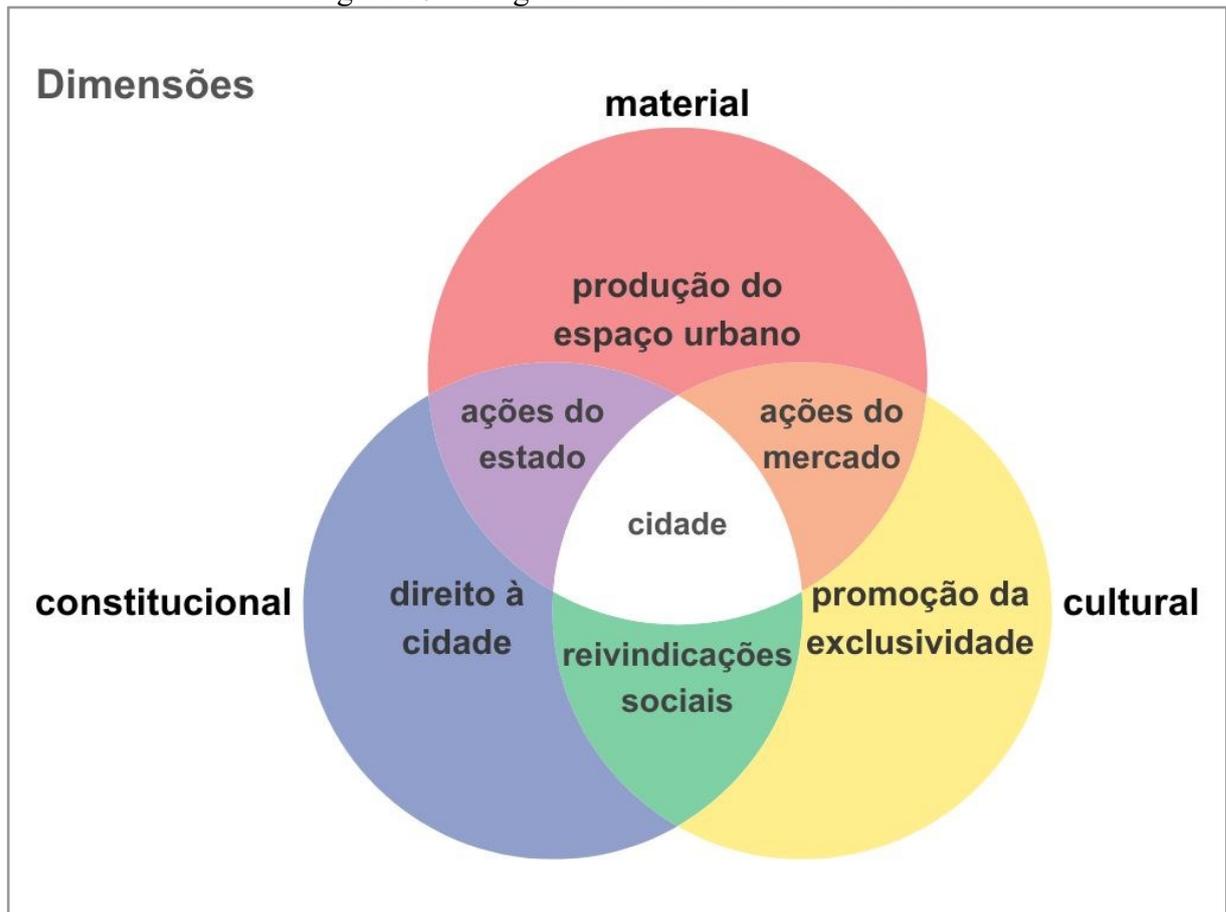
### 3.2.2 Dimensões e fio condutor

Abordar a cidade em camadas, dividindo sua complexidade em dimensões para então as correlacionar é uma estratégia comum dos estudos urbanísticos dada a profundidade de seu objeto. Notadamente, na obra de Henri Lefebvre, o “autor trabalha a noção de produção do espaço através de tríades que funcionam como uma lupa para melhor desvendar cada dimensão que gostaríamos de analisar.” (Pires, J., 2018, p. 85), em que “a produção do espaço pode ser dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados”, são esses:

(...) momentos da produção do espaço. Eles são duplamente determinados e da mesma forma duplamente designados. Por um lado, eles se referem à tríade da “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação”. Por outro lado, eles se referem ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”. Esta série paralela aponta para uma abordagem dupla do espaço: uma fenomenológica e outra linguística ou semiótica. (Schmid, 2012)

Com estratégia similar, sempre a fim de responder sua pergunta central, esta pesquisa aborda a temática a partir de três eixos, dimensões pelas quais as medidas segregadoras podem ser mais compreensivelmente estudadas e demonstradas. Pelo próprio caráter exploratório de seu processo, a pesquisa não predefiniu as dimensões, mas indutivamente as sistematizou, a partir da temática, conforme os variados objetos estudados se correlacionam, interseccionam e aglutinam. Sem a pretensão de esgotar o tema, mas de organizar o conteúdo e o material produzido com esta pesquisa dentro de seu escopo, a complexidade da cidade é dividida em dimensões, esses três eixos pelos quais o trabalho aborda o tema (fig. 26):

Figura 26 – Diagrama das dimensões abordadas.



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Na seção *Dimensão material*, intenta-se demonstrar de que forma a desigualdade, o medo e a insegurança se manifestam cotidianamente em medidas segregadoras na produção do espaço urbano que, por meio de seus vários atores, através das ações do mercado (correlacionando com aspectos culturais) e ações do Estado (em um âmbito constitucional), conformam a cidade tangível que suporta as relações sociais.

Na seção *Dimensão cultural*, pretende-se mostrar como as transformações da cidade dialeticamente alteram relações sociais, ao passo que essas relações também transformam o espaço físico. Enquanto atitudes individuais e coletivas exercem ou reivindicam por direitos cidadãos (constitucionais), os desejos por melhores condições de se viver, como segurança e infraestrutura de qualidade, revelam-se (materialmente) na publicidade e nos produtos do mercado imobiliário.

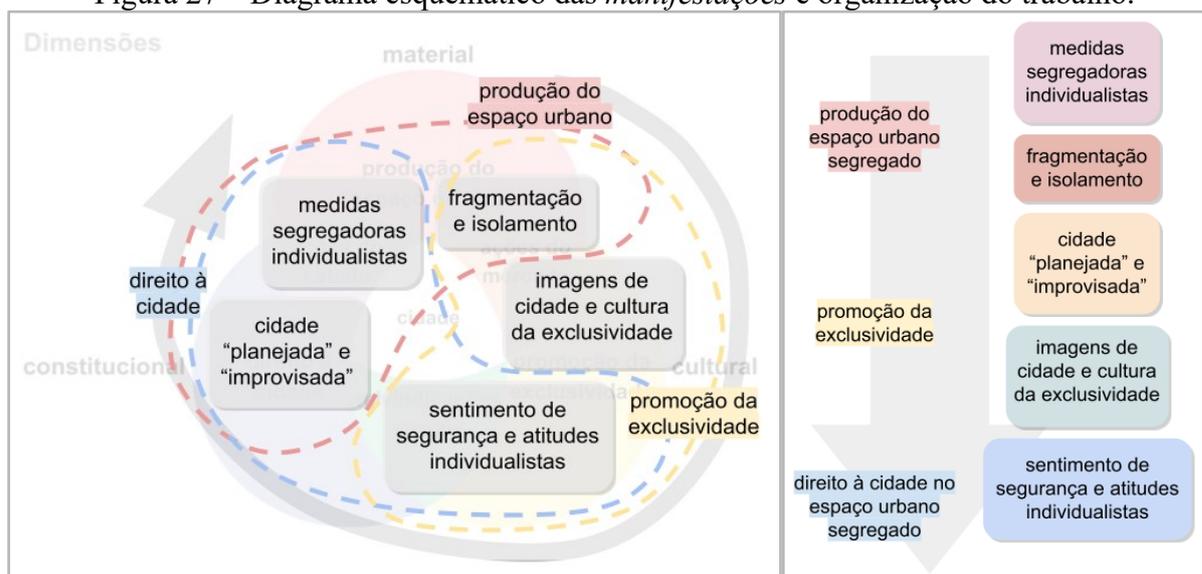
Na seção *Dimensão constitucional*, fechando o círculo, reivindicações populares (culturais) e ações do Estado (materiais) que conferem o direito à cidade de forma plena são

especializados ao se estudar a cidade quanto sua acessibilidade, sustentabilidade e seguridade, por exemplo.<sup>16</sup>

Figurativamente, consideradas as limitações das dimensões abordadas, o entrelaçamento dessas resulta em um nó representando a complexidade da cidade. Neste estágio do trabalho, com bastante material levantado e analisado, pôde-se junto ao referencial teórico e à formulação da pergunta central, elaborar o fio condutor no qual o método, concomitantemente construído, seria aplicado.

Para conduzir o desenvolvimento deste trabalho de maneira sequencial e, ao mesmo tempo, interconectada, atentou-se às relações entre os diferentes eixos, uma vez que, com o estudo dessas interações e não dos eixos isolados, consegue-se aprofundar aspectos do tema ao passo que esses se articulam. Assim, dessas dimensões pelas quais o tema é estudado, uma vez respondendo à sua pergunta central, compreendem-se *manifestações* que, enquanto se circunscrevem por esses eixos abordados, possibilitam agrupar as análises e levantamentos em ações e fenômenos no espaço urbano (fig. 27).

Figura 27 – Diagrama esquemático das *manifestações* e organização do trabalho.



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

<sup>16</sup> A escolha pela denominação “dimensão constitucional” ao invés de “dimensão política” ou “dimensão legal” intenta diferenciar esta dimensão das demais (material e cultural), uma vez que os conceitos “política” e “legislação” também as abrangeriam, ao passo que ressalta esta dimensão quanto questões de direito e cidadania, tal qual o termo é empregado no Direito Urbano: “A cidade, a partir da Constituição de 1988 tem uma dimensão constitucional, expressando um direito fundamental síntese de outros direitos fundamentais, dentre os quais o direito à moradia, à gestão, à política urbana e ao meio ambiente, e disso resultando direitos e deveres fundamentais. O Estado Socioambiental Democrático de Direito têm princípios próprios aplicáveis às cidades, dos quais sobressaem-se os princípios da integração, da cooperação, da precaução, da prevenção, da responsabilidade pela causa, da gestão democrática, da solidariedade entre gerações, da sustentabilidade urbano-ambiental e da função socioambiental da propriedade.” (Prestes, 2008)

Desse modo, além de cada assunto aprofundado contribuir para o entendimento dos conteúdos seguintes, somando-se em camadas, possibilita-se organizar a dissertação em capítulos e subcapítulos distribuídos ao longo de seu fio condutor, simbolicamente, desatando-se o nó.

### 3.3 MÉTODO

As reflexões provenientes desta pesquisa surgem da costura do embasamento teórico da bibliografia sobre segregação com a observação de situações — aparentemente — triviais de relações socioespaciais nas cidades, cruzando dados visuais com outras informações como notas oficiais, recortes de jornais, *blogs* e anúncios publicitários, descrevendo esses fenômenos a fim de explorar o tema em múltiplas dimensões e ao longo do tempo.

Estabelece-se como método, então, esse cruzamento interdisciplinar e em múltiplas mídias, seguindo uma ordem de: identificação do fenômeno (motivado pela pesquisa exploratória e facilitado pelas ferramentas utilizadas), levantamento da situação (verificação espacial através dos mapas, social através de dados cadastrais ou censitários, eventual através de notas oficiais, notícias, relatos ou anúncios), observação do caso (análise das imagens de *Street View* ao longo do tempo), avaliação do caso (interlocação de todos esses dados e análises). Com esse material levantado, prossegue-se para a argumentação do trabalho, em que de forma conjunta, aplica-se o método ao seu fio condutor.

Brevemente, o fio condutor (como aprofundado anteriormente) pelo qual o método será aplicado é composto pelos referenciais teóricos (bibliografia sobre segregação, desigualdade, medo e insegurança), eixos de abordagem (manifestações nas diferentes dimensões material, cultural e constitucional) e a pergunta central formulada a partir desses: “de que forma a desigualdade, o medo e a insegurança se manifestam cotidianamente em medidas segregadoras nas cidades?”.

Dessa forma, ao passo que essa organização de desenvolvimento do trabalho segue uma linha de raciocínio, o método que é aplicado expõe com exemplos o conteúdo levantado pela pesquisa exploratória, bem como as reflexões produzidas pelas análises qualitativas.

Enfatiza-se como todo esse processo, da investigação mais subjetiva e exploratória ao levantamento mais objetivo e preenchido de dados, está centrado no limiar dessas relações socioespaciais, e não em elementos, dispositivos ou medidas segregadoras em si, afinal, intenta-se estudar as relações entre esses, bem como suas repercussões. De maneira aplicada, os

exemplos são analisados conforme suas relações com os demais, seja comparando dados espaciais (um território com outros adjacentes), quantitativos (uma parte da população com outra), visuais (características físicas de um bairro com outro), etc; tal qual as imagens de *Street View* utilizadas, enquadrando-se *entre* os elementos estudados.

Para concluir, por se tratar de um trabalho multimídia, necessita-se fazer algumas especificações:

a) Em razão de a presente pesquisa não pretender expor pessoas em situações adversas, nem tanto denunciar ou fazer julgamento de qualquer entidade privada, manteve-se a conduta de ocultar rostos e optou-se pelo uso de tarjas para preservar qualquer identidade que não seja pública, não afetando, pois, a compreensão do conteúdo desta. Para tanto, no caso de referências, endereços virtuais ou fontes de imagens, mesmo esses materiais estando todos públicos, utilizou-se os termos “anúncio” e “divulgação” para representar os anúncios publicitários e os artigos, respectivamente, de empresas privadas.

b) As imagens utilizadas provenientes de aerofotos e imagens de satélite, ou fotografias omnidirecionais como as do *Street View*, conferem acervos que registram há mais de uma década no caso da *Google*, ou há quase um século, no caso de aerofotos. Para sua compreensão num decurso temporal, as imagens são trabalhadas como conjuntos de registros em intervalos de tempo, produzindo-se comparações entre duas ou mais datas distintas, assim como em uma sequência cronológica. Embora cada imagem de *Street View* que será utilizada possibilita através do seu acesso por *hyperlink* a visualização de registros em diferentes datas, e as mudanças com o tempo tenham sido levadas em conta ao longo dos levantamentos, as imagens em tempos diferentes serão expostas e analisadas quando suas comparações forem importantes para a reflexão.

c) Quanto a essa possibilidade de interatividade propiciada pelo método, as próprias ferramentas que proporcionam esses registros também facilitam sua divulgação acessível, uma vez que os enquadramentos que geram muitas das imagens utilizadas na pesquisa podem ser manipulados, tanto posicional quanto cronologicamente, propiciando a colaboração de leitores com novas perspectivas e, numa metalinguagem deste trabalho, reforçando como os exemplos estudados estão presentes nas imagens do cotidiano urbano. Por isso, permite-se acrescentar em cada imagem de *Street View* exposta o seu correspondente *link*.

d) Além disso, como meio para esse hipertexto e convite à interação, serão adicionados códigos *QR* junto às figuras deste trabalho que contenham imagens do *Google Street View*, permitindo que cada pessoa possa acessar as posições e marcas temporais específicas, assim como propor novos enquadramentos, a fim de enriquecer a reflexão. Mesmo que lendo uma

versão impressa deste trabalho, com o uso de um celular, basta apontar a câmera do aparelho para o código e clicar no ícone “*Google Maps*” para ser direcionado, possibilitando, assim, *acessar* a imagem e *rever* sua perspectiva.

### 3.4 OBJETOS E RECORTES DE ESTUDO

O estudo enfoca situações de segregação socioespacial e medidas segregadoras, sendo seus objetos de estudo o espaço urbano e as relações socioespaciais que o englobam, limitando-se à abordagem da pesquisa e seu escopo. Para tanto, utilizam-se exemplos que demonstrem os conceitos já aprofundados pela bibliografia, sendo esses: em uma dimensão material, vias, calçadas, edificações, loteamentos, bairros, cidades; em uma dimensão cultural, anúncios, relatos, notícias, notas oficiais; e em uma dimensão constitucional, leis, códigos e planos diretores, bem como denúncias ou reivindicações populares.

Optou-se por estudar múltiplas localidades, primeiramente pelo método possibilitar que se façam análises a partir do cruzamento dos dados acessíveis de locais diversos e distantes, e secundamente, com essa liberdade que o método proporciona, para conseguir demonstrar cada conceito em seus exemplos mais expressivos, não se limitando a exprimir todos em uma única localidade, assim, consoante com a diversidade e complexidade das cidades brasileiras.

A partir da pesquisa exploratória e material já levantado, então, definiu-se a porção Oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) como recortes espaciais pela conjunção de: conterem exemplos emblemáticos que melhor demonstram as análises qualitativas deste trabalho; constarem vastos dados disponíveis para a aplicação do método; serem objetos de parte dos referenciais teóricos utilizados; e, finalmente, a proximidade ou experiência do pesquisador com essas regiões.

Por conta do contexto urbano, mudanças morfológicas, gestoras e legais, com a oportuna disponibilidade dos dados, em especial, recursos visuais (fotos, mapas, anúncios publicitários, artigos em *blogs* e jornais), faz-se o recorte temporal a partir de 2010, ano em que a empresa *Google* iniciou seu serviço de *Street View* no Brasil, salvo pontuais resgates de eventos anteriores à última década.

#### 4 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SEGREGADO

A cidade tangível suporta as relações sociais. É nesta que se materializam as desigualdades e as medidas segregadoras movidas, em grande parte, pelo medo e insegurança<sup>17</sup>. Observando a cidade nessa dimensão material, as manifestações de segregação são desenvolvidas pelos vários atores da produção do espaço urbano, possibilitando sintetizar para além de ações individuais, e correlacionando com as demais dimensões, em ações do Estado e do mercado.

Entender a cidade como espaço que suporta as relações sociais, mesmo que lidando com manifestações concretas de um conjunto de sistemas urbanos, trata-se de vê-la como uma espacialização de disputas e ações em um território em constante transformação ao longo do tempo. Portanto, entender a cidade requer estudar seus processos de formação, a forma de atuação do Estado e os interesses e ações de agentes do mercado imobiliário, como promotores, incorporadores e proprietários fundiários, inseridos dentro do contexto capitalista.

É neste contexto, em que a terra é tratada como mercadoria, ações do mercado imobiliário se efetivam como cidade e as desigualdades sociais são também espacializadas, que as lutas das diversas classes ocorrem (Kowarick, 2017, p. 69–79). A segregação e a ideologia revelam-se não apenas como subprodutos ou resultados de tais ações de mercado, mas como ferramentas para a efetivação destas (Caldeira, 2000; Sugai, 2015). A produção do espaço urbano se desenvolve não somente como fim, mas também como meio para o acúmulo de capital (Kowarick, 1979). A organização espacial, acessibilidade e qualidade das habitações integram uma estratégia de produção urbana que é comercial, priorizando uma lógica que por vezes ignora demandas coletivas e sociais ou o bem-estar dos indivíduos (Kowarick, 2017, p. 81–95). Assim, aquilo que se observa empiricamente nas cidades brasileiras são os resultados dessas ações que paradoxalmente voltam-se para o mercado e acúmulo de capital, mas que são vividos e experienciados por cada indivíduo da população.

Intentando demonstrar a segregação socioespacial, então, atenta-se para as manifestações desta em nível unitário, coletivo e urbano:

Conurbações e pólos inteiros, como a sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo revelam como, enquanto populações de distintas faixas de renda convivem em um espaço urbano segregado de desigual estrutura, as manifestações de medo e insegurança, em

---

<sup>17</sup> Há outras motivações que levam à adoção de medidas segregadoras no espaço urbano mas, no âmbito deste trabalho, concentra-se nas reflexões sobre a naturalização destas medidas e aceitação por parte do conjunto da sociedade.

diferentes escalas e tipologias, ocorrem por toda a extensão do território, concebendo uma cidade de valores menos coletivos e mais individualistas.

Conformações características como concentração nos centros urbanos, fragmentação e isolamento de conjuntos habitacionais de luxo ou baixa renda são realidades comprovadas pelo cotidiano e que evidenciam os constantes conflitos e desigualdades socioespaciais. Cidades brasileiras como as da Grande Florianópolis, região metropolitana junto à capital de Santa Catarina, cujos extensos recursos naturais são fragmentados e limitados a isolados enclaves fortificados ou espaços públicos precarizados, exemplificam tal lógica que, ao contrário de desvalorizar imóveis privados pela proximidade de áreas com má qualidade, justamente pela existência de barreiras, têm seu valor aumentado.

Nessas cidades, a população como todo está inserida em um território servido de recursos, serviços e infraestrutura, além de usufruir ou ser afetada — embora de diferentes modos — pelo ambiente natural que, mesmo segregados, são intrínsecos a um espaço urbano que transcende suas diversas formas de planejamento.

Enquanto o estudo desses processos revelam uma retroalimentação e constante escalada desses comportamentos, uma melhor compreensão dos processos de formação das cidades continua a reforçar que tais ações são sempre realizadas por indivíduos sociais que também as habitam e vivenciam, mesmo que em diferentes níveis, e que também recaem sobre estes a responsabilidade de agir para melhorar as condições de viver em uma cidade que, em sua essência, jamais será de poucos.

#### 4.1 MEDIDAS SEGREGADORAS INDIVIDUALISTAS

Neste subcapítulo, pretende-se expor em uma instância mais individual, na escala do corpo humano e ao nível do pedestre, como medidas segregadoras materializadas no espaço urbano se relacionam com a própria conformação da cidade, suas interações sociais e processos de formação. Utilizando dados estatísticos sobre vitimização e analisando situações contrastantes nas vias de acesso das unidades habitacionais até enormes empreendimentos imobiliários, evidencia-se como medidas individuais influem, em variadas intensidades, no desenho da cidade e no dia-a-dia da população.

No documentário “Alphaville: do lado de dentro do muro” de Luiza Campos (2008)<sup>18</sup>, que mais recentemente viralizou ao ser publicado em 2022 no Youtube, a diretora se compromete a retratar o *lado de dentro* de condomínios fechados em Santana de Parnaíba e Barueri (sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo), mudando-se por dois meses para uma das residências e entrevistando seus então vizinhos condôminos. Enquanto os relatos dos moradores assustados e temerosos com a violência urbana da capital São Paulo justificam sua fuga para o condomínio fechado na cidade satélite, o documentário apresenta a tranquilidade e o silêncio das ruas residenciais internas do condomínio. Expondo os mecanismos e agentes de segurança que tanto moradores como administradores do condomínio afirmam propiciar a paz deste espaço privado, o filme chega em seu clímax acompanhando o passeio de um morador com seus cachorros por entre os muros duplos que dividem o condomínio fechado com a rua pública do bairro Parque Imperial ao lado (fig. 28).

Figura 28 – Quadro do documentário “Alphaville: do lado de dentro do muro” (2008) de Luiza Campos.



Fonte: Mixer

Em entrevista para o documentário “Alphaville 2022: no limite da ficção” de Martín Raquita (2022), a diretora Luiza Campos relata sua experiência fazendo o documentário quinze anos atrás em que, como “já tinha um olhar crítico sobre aquela situação [do condomínio fechado] olhada de fora”, dispôs-se a enxergá-la da perspectiva interna. Conta também que precisou tomar cuidado com a exposição excessiva de ideias radicais de condôminos

<sup>18</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=RrUW\\_-5lZvA](https://www.youtube.com/watch?v=RrUW_-5lZvA)

entrevistados pois, exibir apenas pessoas falando absurdos, “um monte de coisa pesada (...) acaba não gerando reflexão”. Aproximando-se das conclusões de Caldeira (2000) e Kessler (2009) sobre a “fala do crime”, a diretora considera que os condôminos “falam coisas muito parecidas (...) querem acreditar naquilo para poder tomar atitudes, poder falar ‘eu moro aqui por causa disso’ (...) ter o porquê ela tá aí [no condomínio fechado], porque ela acha tão necessário [as medidas de segurança do condomínio fechado]”.

Sem relativizar as consequências que essa segregação socioespacial tem para a cidade e mantendo um pensamento crítico, por buscar as motivações deste comportamento por parte da classe dominante e com condições financeiras para se excluir, a diretora compreende que “por trás desse discurso tão agressivo tem o medo, tem a vontade de ter uma vida mais leve, que você não tem que ficar o tempo inteiro preocupado se alguém entra na porta, se alguém pula seu muro; tem uma vontade genuína ali também”. Esta reflexão pode ser reforçada pelas cenas *do outro lado do muro*, no bairro vizinho ao condomínio fechado que, embora demonstrem muito mais urbanidade<sup>19</sup>, com comércio, pessoas sentadas com cadeiras nas calçadas em rodas de conversa e crianças brincando, ainda exibem grades em muitas das janelas e portões de garagem (fig. 29), mesmo que se acompanhe o crescimento do bairro e melhorias infraestruturais ao longo do tempo (fig. 30 e 31).

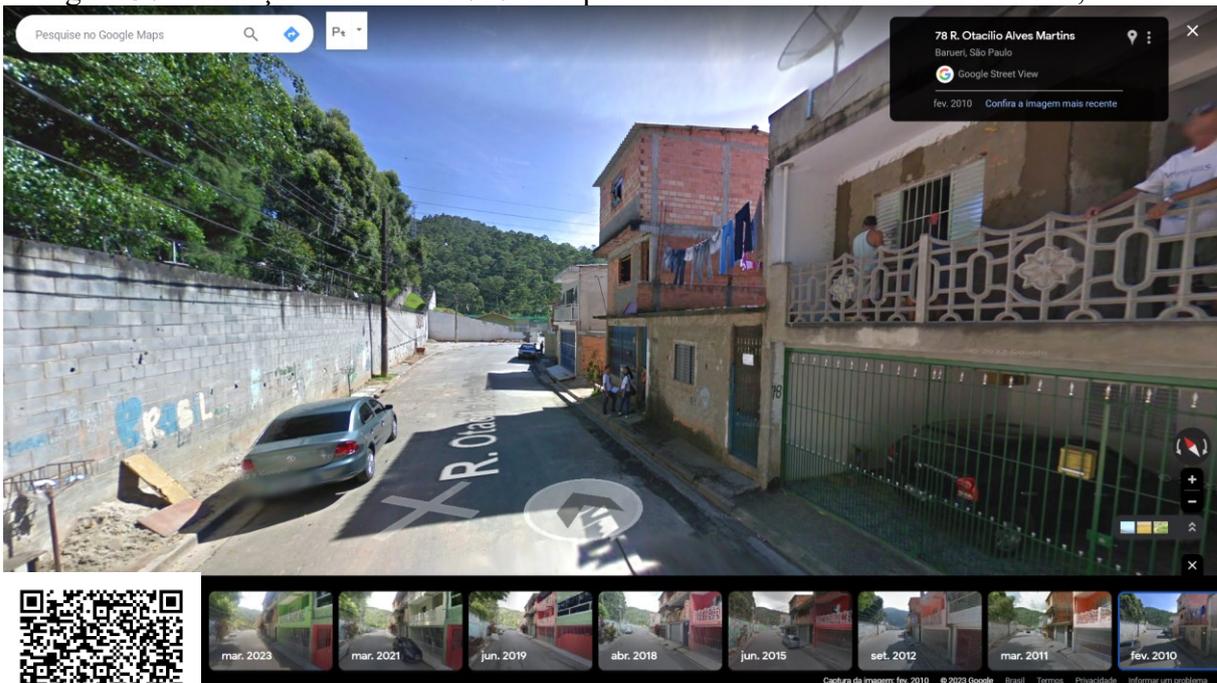
Figura 29 – Quadro do documentário “Alphaville: do lado de dentro do muro” (2008).



Fonte: Mixer

<sup>19</sup> A própria limitação em acompanhar através do *Street View* as situações em volta do muro exprime a diferença entre a rua pública do bairro e a via privada do condomínio, ao qual a ferramenta não tem acesso.

Figura 30 – Situação de fev. de 2010. Perspectiva da Rua Otacílio Alves Martins, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/sHFdRJCyZ67tYQUz7?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/sHFdRJCyZ67tYQUz7?g_st=ic)

Figura 31 – Situação de mar. de 2023. Perspectiva da Rua Otacílio Alves Martins, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/qbA3EJuchk6PHCGX6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/qbA3EJuchk6PHCGX6?g_st=ic)

O fenômeno das grades para vias públicas não se limita à rua que convive com o muro alto do condomínio fechado, aparecendo no restante do bairro, como também nos demais. Não se limita também à cidade ou à região referidas, nem tanto ao Brasil ou à América Latina como

todo. Não se trata de um fenômeno recente nem estritamente moderno, podendo ser observado em diversas culturas milenares<sup>20</sup>. Medidas individuais de segurança, aquelas que não lidam com o problema de forma sistêmica ou sob o controle do estado, podem ser observadas em diferentes países<sup>21</sup>, regiões e configurações urbanas<sup>22</sup> e classes socioeconômicas<sup>23</sup>.

No Brasil, os dados da PNAD do IBGE (2010; 2022a)<sup>24</sup> permitem quantificar ao início e ao final da última década os domicílios que utilizam dispositivos de segurança: em 2009 “dos 58,6 milhões de domicílios particulares permanentes, 34,8 milhões, cerca de 60%, usaram algum dispositivo de segurança” em áreas urbanas e rurais (fig. 32) e 64,9% dos domicílios nas áreas urbanas (fig. 33), enquanto em 2021 dos “72,9 milhões de domicílios do País, em 49,6 milhões existia algum dispositivo ou funcionário para a segurança do domicílio, o que correspondia a 68,0% do total” (fig. 34), tendo o maior percentual a região Sul, com 76,2% — mais de  $\frac{3}{4}$  dos domicílios. Apesar desses percentuais não serem constantes em todas as regiões do país, todos estavam acima de 50% em 2009 e acima de 60% em 2021, ou seja, sabe-se que desde a década passada mais da metade dos domicílios brasileiros contam com algum tipo de dispositivo de segurança e esta proporção demonstra estar aumentando. Destes, o uso de grades em janelas ou portas é persistentemente o dispositivo mais utilizado, observando-se em 2009 “grade na janela/porta (...) presente em 35,7% dos domicílios” do total e 40,5% nas áreas urbanas, enquanto em 2021 “trava, tranca, fechadura reforçada ou grade (porta, janela ou portão)” consta 41% do total. Os elementos “cerca eletrificada, muro ou grade com mais de 2 metros de altura ou com cacos de vidro ou arame farpado, e/ou alarme eletrônico” em 2009

<sup>20</sup> EL DIARIO. **Otro hallazgo “excepcional” en Mérida: unas rejas de hierro “intactas” de unas termas públicas.** Madri, 2023. Disponível em: [https://www.eldiario.es/extremadura/merida/hallazgo-excepcional-merida-rejas-hierro-intactas-termas-publicas\\_1\\_10438212.html](https://www.eldiario.es/extremadura/merida/hallazgo-excepcional-merida-rejas-hierro-intactas-termas-publicas_1_10438212.html). Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>21</sup> LAPHAM'S QUARTERLY. **The Prehistory of Glass Windows.** Nova Iorque, 2023. Disponível em: <https://www.laphamsquarterly.org/roundtable/prehistory-glass-windows>. Acesso em: 10 ago. 2023.

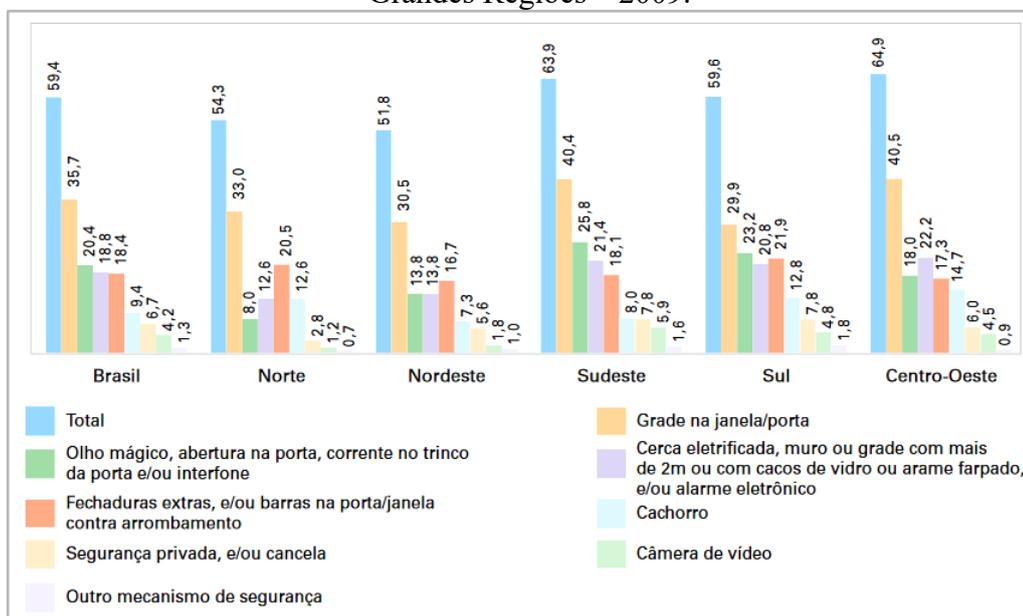
<sup>22</sup> O GLOBO. **Grades em condomínios suscitam debates sobre sua real utilidade.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/imoveis/grades-em-condominios-suscitam-debates-sobre-sua-real-utilidade-21619186>. Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>23</sup> O GLOBO. **Bairros de elite de São Paulo instalam grades e fecham ruas.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/bairros-de-elite-de-sao-paulo-instalam-grades-fecham-ruas-25000112>. Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>24</sup> Embora a PNAD seja atualmente uma pesquisa contínua, a inserção de questões relativas à vitimização ocorreu apenas em 1988, 2009 e 2021, nas quais se alteraram suas metodologias. Em 2009 as “características de vitimização foram pesquisadas em todas as unidades domiciliares, para todos os moradores do domicílio com 10 anos ou mais de idade”, enquanto em 2021 utilizou-se 15 anos. Em 2009 diferenciou-se alguns dados referentes aos “dispositivos de segurança” conforme domicílios urbanos e rurais, enquanto em 2021 apresenta-se apenas os dados totais nesta análise. Por fim, os conteúdos em si das pesquisas, como os elementos atribuídos como “dispositivos de segurança”, embora possam ser correlatos, se modificaram ou foram agrupados em itens distintos, impossibilitando a comparação direta de muitos dos dados. Por isso, será descrito cada um dos dados conforme sua pesquisa, a fim de que a comparação possa ser ponderada.

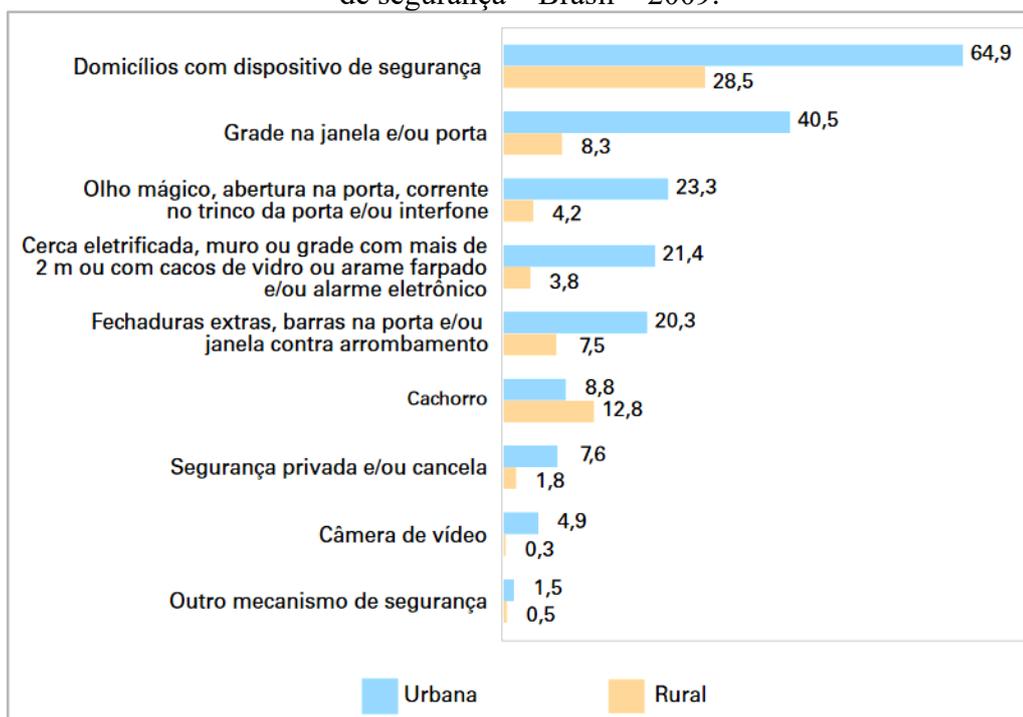
equipavam apenas 18,8% no total de domicílios, em 2021, 35,5% dos domicílios contêm “muro ou grade altos, cacos de vidro ou arame farpado”.

Figura 32 – Percentual de domicílios com cada tipo de dispositivo de segurança, no total de domicílios particulares permanentes, por tipo de dispositivo de segurança, segundo as Grandes Regiões – 2009.



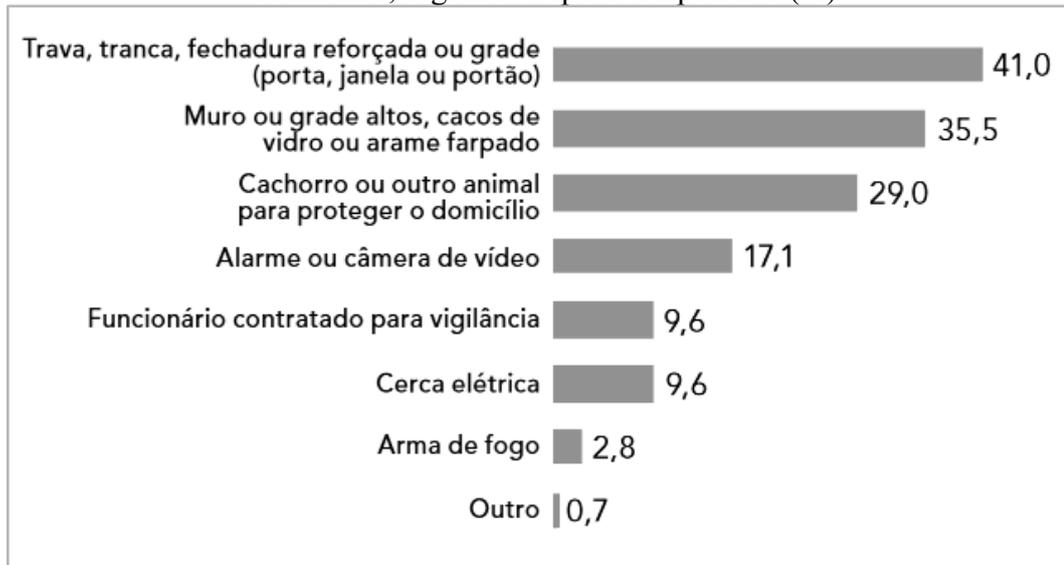
Fonte: adaptado de IBGE, PNAD 2009

Figura 33 – Percentual de domicílios com cada tipo de dispositivo de segurança, no total de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio segundo o tipo de dispositivo de segurança – Brasil – 2009.



Fonte: adaptado de IBGE, PNAD 2009

Figura 34 – Domicílios com algum dispositivo ou funcionário para segurança, no total de domicílios, segundo o tipo de dispositivo (%).



Fonte: adaptado de IBGE, PNAD Contínua 2021

No entanto, ambas as pesquisas demonstram, pontualmente e comparativamente pelo decorrer da década passada, que a “sensação de segurança” da população brasileira não é significativamente afetada pelas medidas de segurança individuais que equipam seus domicílios: “89,7% das pessoas se sentiam seguras em domicílios com pelo menos um dispositivo de segurança, contra 89,1% das pessoas de domicílios que não faziam uso dessas proteções” (IBGE, 2022b, p. 2)<sup>25</sup>.

Esses dados mais recentes condizem com o levantamento empírico de Caldeira (2000), demonstrando que a população é mais afetada quanto ao sentimento de segurança pelas experiências — mesmo que indiretas — com delitos, enquanto as medidas de segurança que equipam suas habitações, transformando o arranjo interno das moradias e a paisagem urbana quanto a sua liberdade e acessibilidade, pouco influem numa melhora perceptiva de segurança.

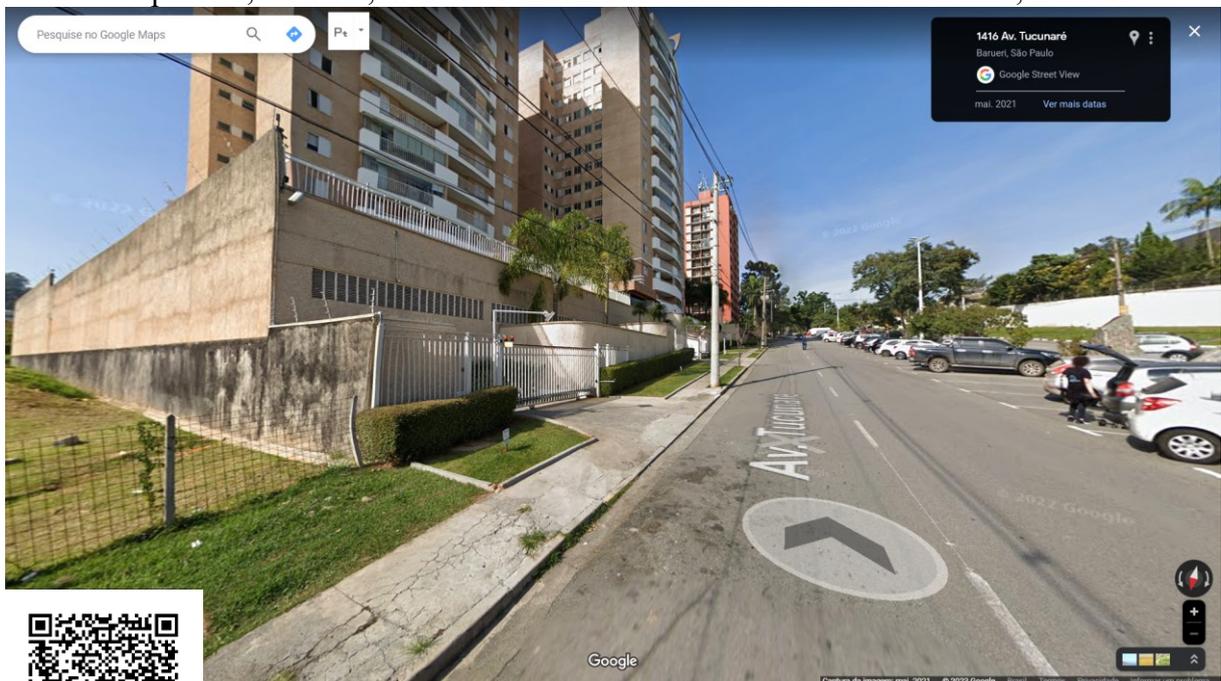
Tal qual o exemplo em questão dos bairros e das vias públicas que convivem com os muros do conjunto de condomínios fechados, o fenômeno das grades e outros dispositivos ostensivos de segurança — mais sólidos como muros altos equipados com cacos de vidro, arames farpados ou cerca elétrica; ou mais fluidos como câmeras, guaritas e guardas de vigilância — pode ser observado na maior parte das moradias urbanas brasileiras, salvo justamente aquelas dentro dos condomínios fechados e “bairros planejados”, uma vez que já estão circunscritas por muros ou outros limites equipados destes dispositivos. Quando as

<sup>25</sup> “Por outro lado, o fato de ter sofrido algum furto ou roubo no domicílio (nos últimos 12 meses) teve um impacto considerável no grau de segurança na própria residência, fazendo com que a proporção de pessoas seguras caísse para 71,9% no caso de furto e 59,9% no caso de roubo.” (IBGE, 2022b, p. 2)

moradias da classe alta não pertencem a esses modelos privados de urbanização, verificam-se casas ou edifícios de alto padrão construtivo<sup>26</sup> ostentando esses mesmos métodos para a via pública, agora de forma individual.

Diferentemente do bairro Parque Imperial cujas residências de baixo e normal padrão construtivo — apesar do uso de grades em janelas e portões — ainda conferem contato com as ruas, edifícios residenciais de alto padrão também às margens desses condomínios fechados utilizam medidas de segurança similares àquelas do condomínio no outro lado da via, com muros altos e equipados de câmeras e cercas elétricas, produzindo habitações verticalizadas em que o contato das unidades com a via pública está apartado por pavimentos de garagem, portarias com guaritas, câmeras, sistemas de identificação, portões de garagem com sistema de clausura ou paisagismo cercado (fig. 35):

Figura 35 – Situação mai. 2021. À esquerda, edifício residencial de alto padrão; ao centro, via pública; à direita, muro de condomínio fechado. Avenida Tucunaré, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/ZMge9X34z7KiyreM9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/ZMge9X34z7KiyreM9?g_st=ic)

<sup>26</sup> Faz-se a correlação entre o padrão construtivo dessas habitações (observação empírica de tipologias, métodos construtivos e materiais) e a renda média da população (dados do IBGE), sendo facilmente validada, salvo exceções como habitações dos programas de inclusão social, pelos parâmetros da NBR 12721:2006 (ABNT) e pelos dados do SINAPI (dados também do IBGE), CUB (dados dos Sindicatos) ou valor venal (dados do Poder Público). Embora esta relação possa ser conferida em cada exemplo pelo geoprocessamento de dados do Censo 2010 do IBGE, disponível pelo projeto Portal ReSolution do Centro de Estudos da Metrópole (2019), por se tratar da espacialização de estimativas, algumas distorções precisam ser avaliadas com o cruzamento desses e outros dados, como o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

Enquanto os relatos no trabalho antropológico de Caldeira (2000) oferecem um propósito para tal comportamento analisando a ocorrência dessas “fortalezas individuais” da classe alta nas diferentes configurações urbanas<sup>27</sup>, ao se voltar para bairros de classe baixa e média, a autora pondera que, mesmo que ainda expressem maior urbanidade<sup>28</sup>, comportamentos relativamente similares ocorrem nestas demais camadas sociais: “Apesar da contínua sociabilidade local, as pessoas não sentem que o bairro é tão seguro como costumava ser. Elas fortificaram suas casas, estão mais desconfiadas, falam com estranhos na rua por detrás de suas grades” (p. 317).

Corroboradas pelos dados do IBGE (2010)<sup>29</sup>, a maior diferença entre o sentimento de segurança da população de maior renda quando em seu domicílio, quando em seu bairro ou na cidade, se reflete nos exemplos de residências forçosamente isoladas, bem como a menor diferença no caso da menor renda pode ser representada pelas habitações mais próximas e integradas às vias públicas e imóveis vizinhos do bairro. Em suma, pessoas com maior renda tendem a temer mais seu próprio bairro ou cidade, fechando-se mais em seu domicílio cuja intensa proteção é propiciada pela condição financeira capaz de usufruir dispositivos de segurança mais elaborados; em contrapartida, pessoas com menor renda tendem a temer proporcionalmente menos o bairro e a cidade em relação ao seu domicílio, abrindo-se mais para a via pública em sua habitação que, mesmo com dispositivos de segurança mais simples, está fisicamente mais próxima da rua.

Isso pode ser demonstrado com os exemplos em questão, ao redor do conjunto de condomínios fechados no oeste da RMSP (fig. 36), onde a constante presença dos dispositivos de segurança acompanha em suas respectivas formas e dimensões as condições de infraestrutura

---

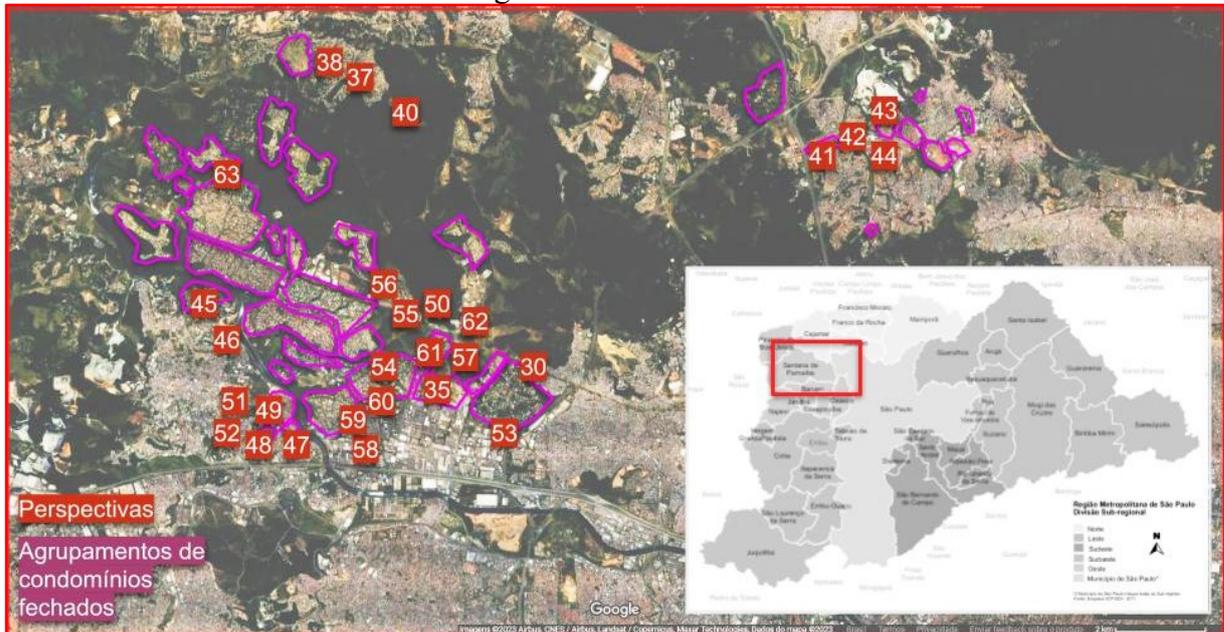
<sup>27</sup> “Residentes da classe alta em condomínios fechados e edifícios associam viver dentro de uma dessas fortalezas às sensações de liberdade e proteção, sem falar da alta qualidade de vida. Pessoas que moram em casas independentes expressam o mesmo em relação a suas fortalezas individuais, embora não possam imaginar que os condomínios ofereçam o mesmo. Em nenhum desses casos, no entanto, os moradores demonstram algum sentimento de perda em relação a um tipo mais aberto de residência ou a uma sociabilidade pública mais diversificada. Viver no isolamento é considerado o melhor; eles estão fazendo o que querem fazer — e daí seu sentimento de liberdade.” (Caldeira, 2000, p. 291)

<sup>28</sup> “A suspeita em relação a pessoas vistas como “outras” ou como “inferiores” não é exclusiva da classe alta (...). A vida coletiva e as atividades políticas perderam vitalidade na última década, mas o espaço público das ruas ainda sustenta interações locais e intercâmbios públicos.” (Caldeira, 2000, p. 317)

<sup>29</sup> Na PNAD 2009, declarações dos entrevistados “permitiram afirmar que, à medida que a população se afastava do domicílio, a sensação de segurança se reduzia” e que sua renda influi nesta percepção: quanto mais alta a renda, maior a percepção de segurança no domicílio e menor no bairro e na cidade, proporcionalmente (IBGE, 2010). Comparando-se os percentuais com relação ao sentimento de segurança, a diferença entre as faixas de menor e maior renda de quase 20% quanto à cidade e apenas 5% quanto ao domicílio demonstram que pessoas com maior renda, e conseqüentemente maior condição de usufruir medidas de segurança, não se sentem tão mais seguras em suas habitações quanto pessoas de menor renda, embora se sintam proporcionalmente muito mais inseguras em seu bairro ou na cidade.

urbana, podendo-se observar no crescendo do padrão construtivo das edificações como o sentimento de insegurança se materializa na produção do espaço urbano:

Figura 36 – Localização das Perspectivas e agrupamentos de condomínios fechados. Sub-região Oeste da RMSP.



Fonte: adaptado de Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

Nos assentamentos mais incipientes, como no bairro Cidade São Pedro, elementos como portões de rolo, portões e grades de barras de ferro acompanham a construção das edificações, podendo-se observar estas muitas vezes antecedendo a incorporação de posteriores fechamentos como portas de madeira ou janelas de esquadria e vidro — é possível ver na imagem, da direita para esquerda, essas fases de consolidação (fig. 37). Conforme a consolidação dos assentamentos, elementos como grades de proteção sobrepostas às portas e janelas também são frequentes, verificando-se ao longo do tempo o surgimento conjunto de serralherias que proporcionam este serviço — este é um fenômeno que ocorre em todas as comunidades com similar padrão construtivo da região, podendo-se conferir comparando imagens de *Street View* no decorrer da década passada (fig. 38 e 39). Demonstrando que a incorporação do bairro ocorre simultaneamente a sua vivência, são notórios também os elementos de infraestrutura e urbanização dos assentamentos posicionados de forma provisória, como caixas d'água, relógios de água e luz, postes e fiações, antenas parabólicas e espinhas de peixe, números das edificações e nomes de logradouros, sendo gradualmente substituídos ou executados com materiais e acabamentos definitivos, concomitantemente com a pavimentação e asfaltamento das vias. Há ausência de iluminação e arborização públicas contínuas, ocorrendo mais esparsamente. Além das placas de comércio e serviços, muitas propagandas eleitorais

(principalmente de candidatos a vereador) estampam com seus rostos e números as fachadas das edificações, o que pode ser relacionado a esses processos de regularização fundiária e desenvolvimento urbano.

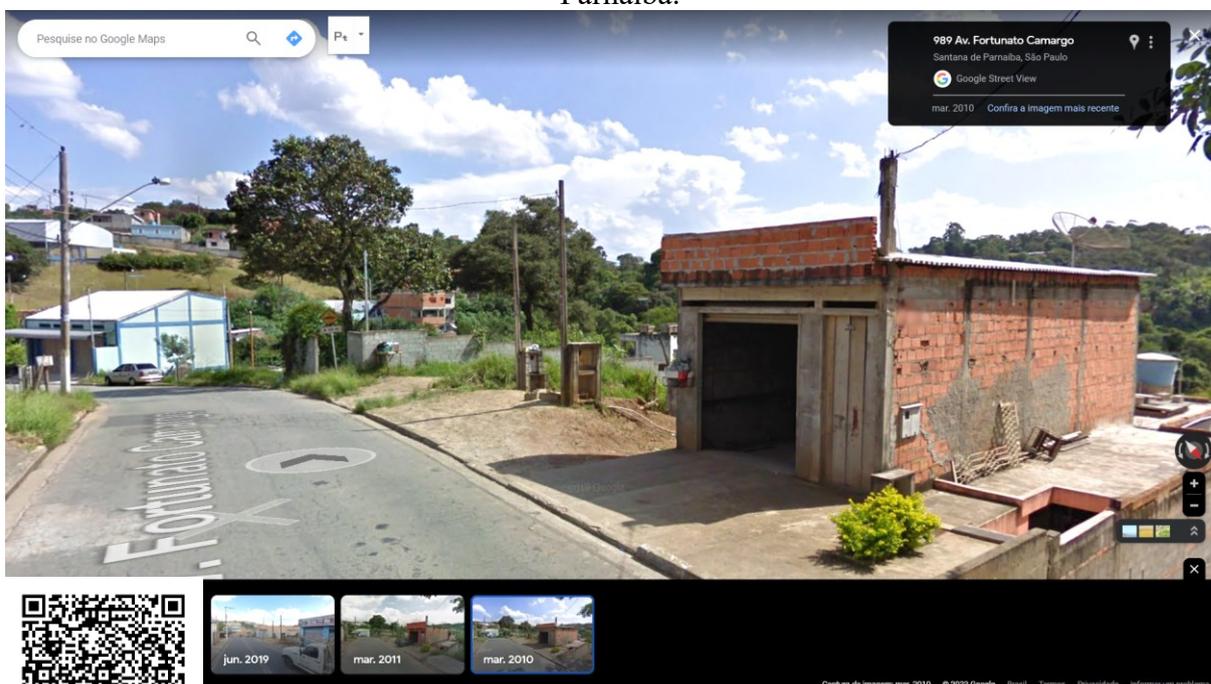
Figura 37 – Situação fev. 2019 da R. do Gavião. Cidade São Pedro, Santana de Parnaíba.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/Di3P9JJ7UyKW2Uqs8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/Di3P9JJ7UyKW2Uqs8?g_st=ic)

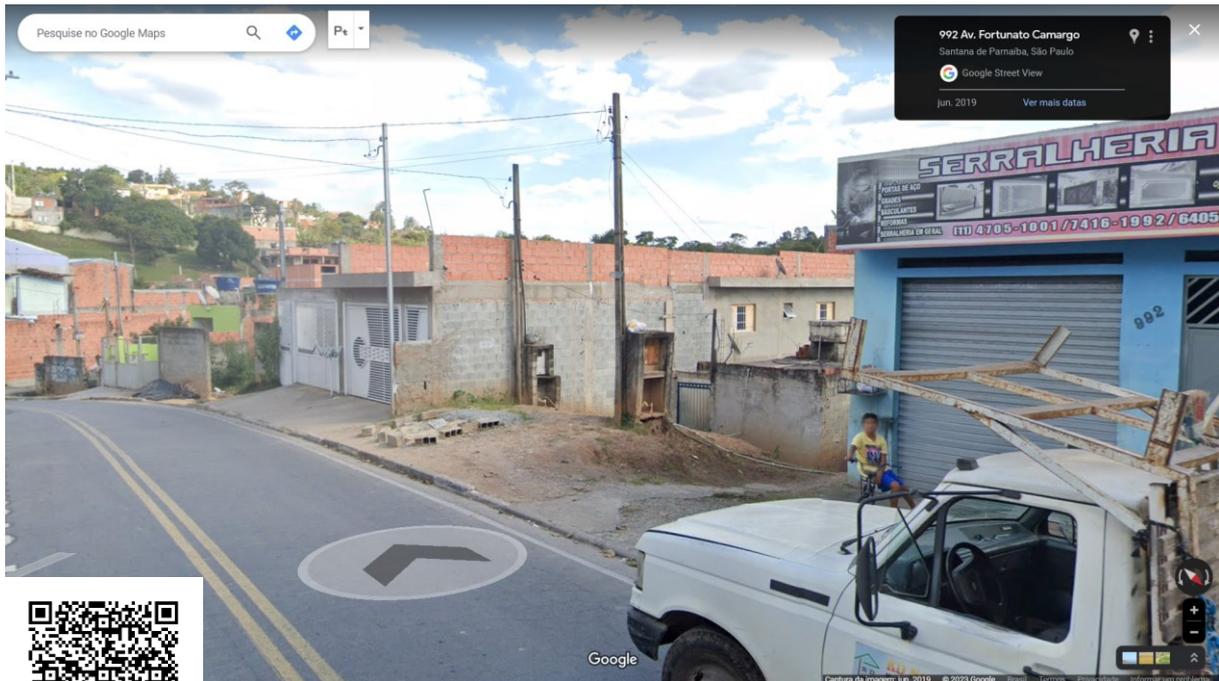
Figura 38 – Situação mar. 2010 da Av. Fortunato Camargo. Cidade São Pedro, Santana de Parnaíba.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/cQECNC8pY89d4eth6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/cQECNC8pY89d4eth6?g_st=ic)

Figura 39 – Situação jun. 2019 da Av. Fortunato Camargo. Cidade São Pedro, Santana de Parnaíba.

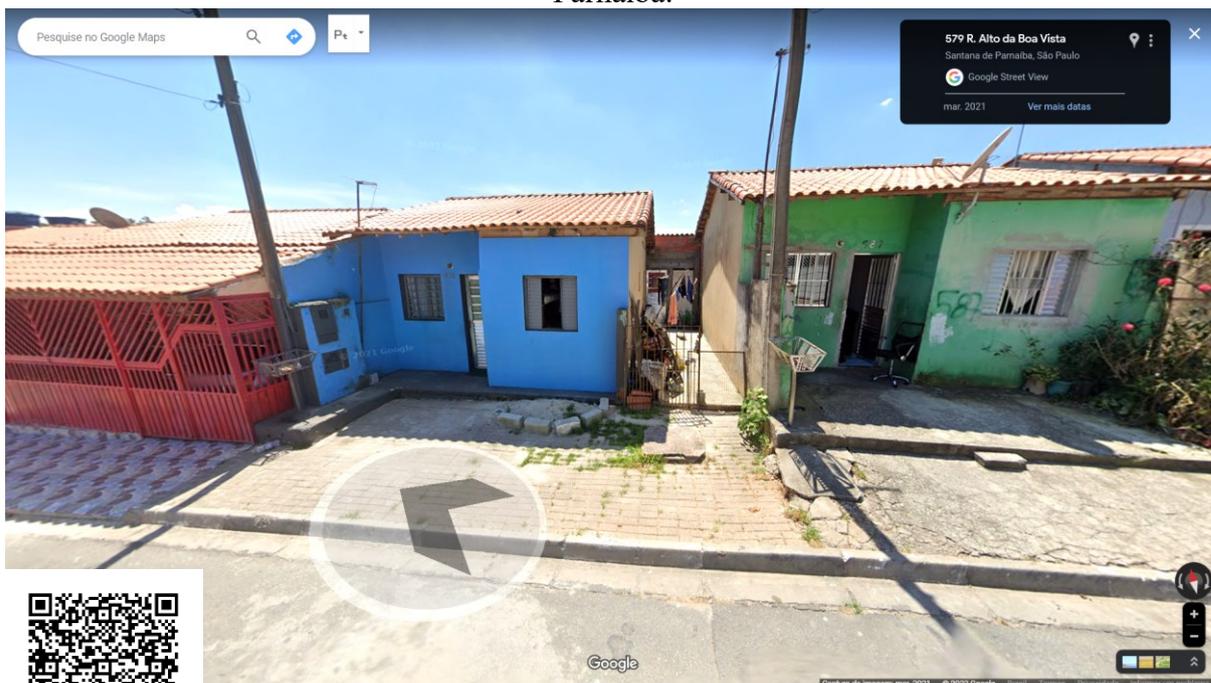


Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/XF79WiEfAwQ5phHm6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/XF79WiEfAwQ5phHm6?g_st=ic)

Diferentemente dessas edificações de baixo padrão construtivo, vilas e conjuntos habitacionais populares são primeiramente incorporados para posteriormente serem ocupados. Contudo, as características das edificações após anos de uso e habitação destoam de seus projetos e aspectos inaugurais, possível reflexo da incompatibilidade destes com as necessidades da população ou a mudança de valores e atitudes desta, acompanhando-se nas imagens da última década a construção ou crescimento de muros, cercamentos e instalação de dispositivos de segurança. Nos bairros Colinas da Anhanguera (fig. 40) e Jardim Ipanema (fig. 41), exemplos dessas incorporações demonstram como a urbanidade das ruas, com comércios e serviços de bairro, pessoas caminhando e crianças brincando convivem com os pequenos enclaves (se comparados com os condomínios fechados). Posto isto, apesar das medidas de segurança ostensivas como muros altos, grades, arames farpados ou câmeras de vigilância, ainda é possível observar alguma permeabilidade em portões abertos (que são fechados após certo horário), estabelecimentos comerciais que se abrem para as vias, ou a própria escala e proximidade das edificações.

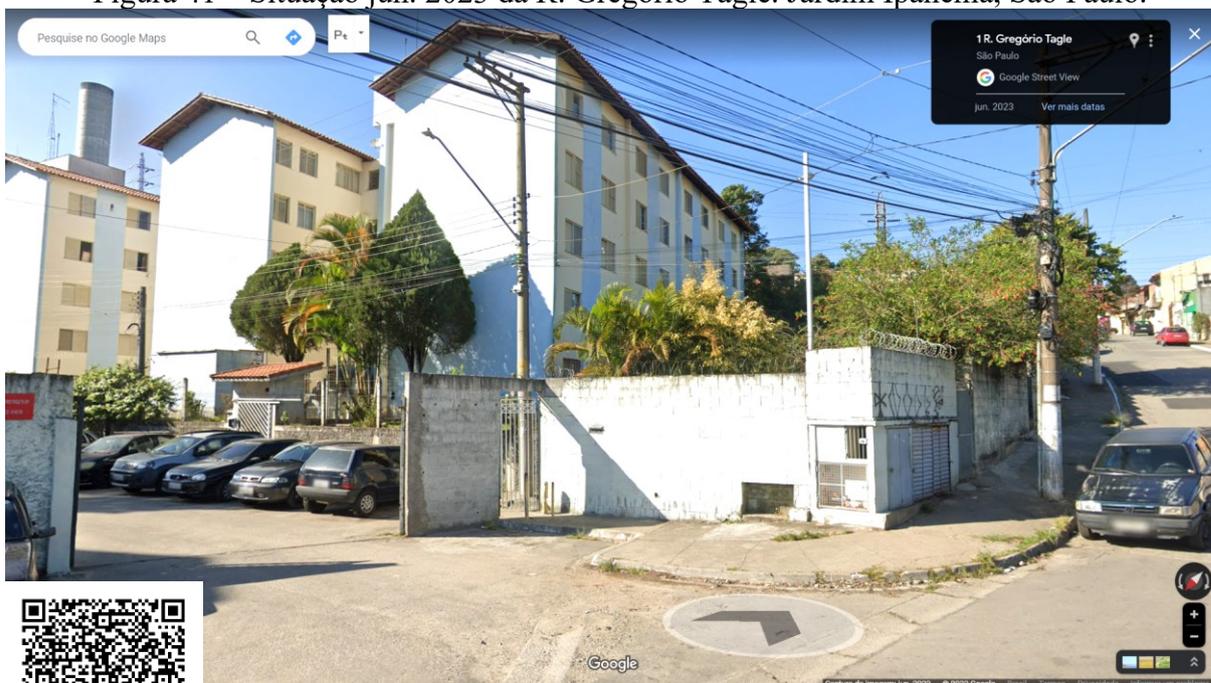
Figura 40 – Situação mar. 2021 da R. Alto da Boa Vista. Colinas da Anhanguera, Santana de Parnaíba.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/A8d5HDw6kzWBXUGH6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/A8d5HDw6kzWBXUGH6?g_st=ic)

Figura 41 – Situação jun. 2023 da R. Gregório Tagle. Jardim Ipanema, São Paulo.



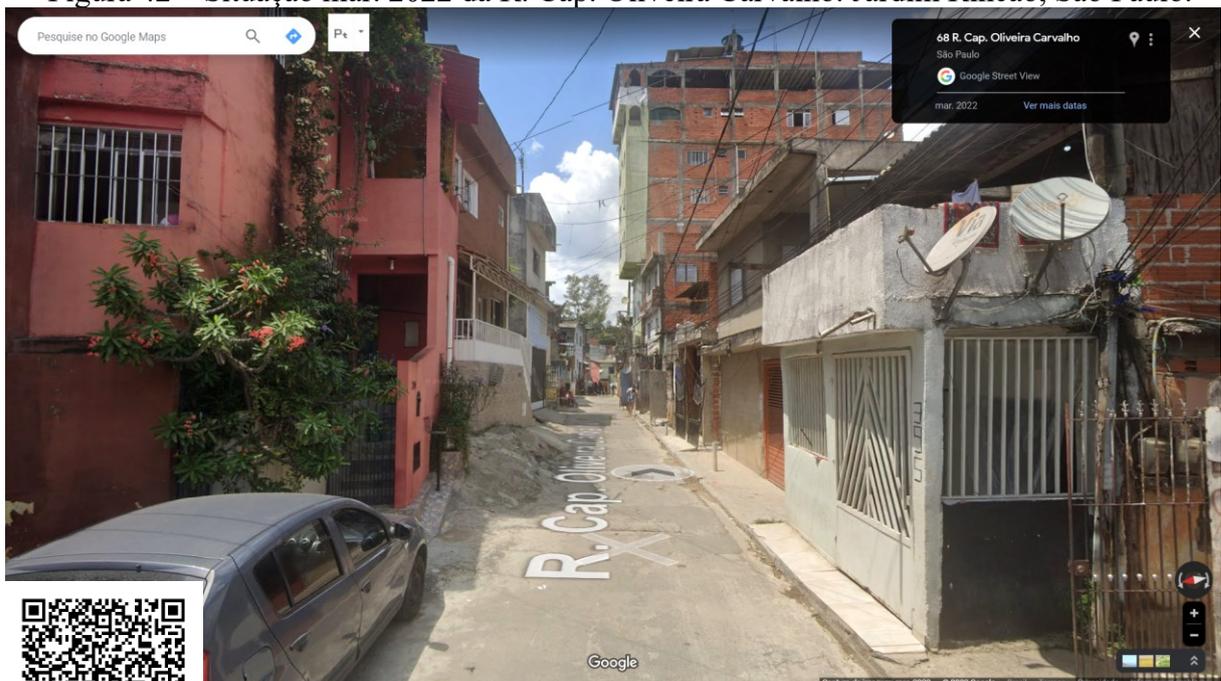
Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/xAkPjTKMVEcGFuLn9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/xAkPjTKMVEcGFuLn9?g_st=ic)

Adentrando bairros há mais tempo estabelecidos, como os bairros vizinhos Jardim Rincão (fig. 42) e Jardim Alvina (fig. 43) em São Paulo, atentando-se para as edificações mais consolidadas, as imagens ao longo da década passada revelam os também frequentes dispositivos de segurança sobrepostos aos fechamentos definitivos como portas e janelas.

Porquanto se observa a desigualdade infraestrutural entre as ruas dos bairros e as avenidas que dão acesso aos condomínios fechados, as constantes situações de urbanidade apenas podem ser constatadas nos bairros cujas escalas e tipologias das edificações, similarmente aos exemplos anteriores, propiciam as interações com o espaço público. Se comparados esses dois bairros, Jardim Rincão e Jardim Alvina, o primeiro demonstra por todo decurso temporal estudado mais atividades nas ruas, bem como mais pessoas nas interfaces das edificações, como portas e janelas. No Jardim Rincão há mais uso misto, contando com uma escola pública que confere bastante circulação de pessoas, enquanto no Jardim Alvina predomina mais o uso residencial das edificações. O primeiro, mais desabastado, contém maior adensamento com algumas vielas entrecortando quadras, inclusive com portões que são fechados após certo horário, e com maior ocorrência de esquinas, enquanto o segundo, de maior padrão construtivo e melhor condição socioeconômica<sup>30</sup>, confere vias mais largas e lotes com maiores testadas com muitas ruas sem saídas. Ao passo que pessoas podem ser vistas detrás das grades de seus domicílios em ambos os casos, apenas no primeiro exemplo estas podem ser frequentemente encontradas interagindo com outras pessoas nas calçadas, uma vez que no segundo exemplo se encontra pouca gente nas ruas.

Figura 42 – Situação mar. 2022 da R. Cap. Oliveira Carvalho. Jardim Rincão, São Paulo.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/S8WRvJbZNb6SgpZK9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/S8WRvJbZNb6SgpZK9?g_st=ic)

<sup>30</sup> Segundo os dados do IPVS disponíveis pelo Geosampa da Prefeitura Municipal de São Paulo (2023), o bairro Jardim Rincão apresenta predominantemente vulnerabilidade muito alta e alta, enquanto no bairro Jardim Alvina predomina a baixa e muito baixa.

Figura 43 – Situação mar. 2022 da R. Rio da Fronteira. Jardim Alvina, São Paulo.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/rdcLzTcRzaWTtBJPA?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/rdcLzTcRzaWTtBJPA?g_st=ic)

Nesses casos, a proximidade de condomínios fechados mais recentes com essa população de baixa e média renda estabelecida há mais de uma década tem como interface muros dos condomínios seguidos por avenidas e porções de áreas verdes — além dos gramados que já acompanham os muros, obedecendo às regras de área permeável dos planos diretores. Mesmo sendo de padrão construtivo não tão alto quando comparados com os demais condomínios, e não havendo grande diferença entre os padrões construtivos dos condomínios e dos bairros de população de renda média-baixa, os condomínios fechados da região adotaram essa estratégia de separação — como visto na imagem anterior (fig. 43). Vias públicas que apenas ligam os bairros com os condomínios fechados (fig. 44), como se pode observar na imagem da Avenida Amador Aguiar (paralela à rua Cap. Oliveira Carvalho do Jardim Rincão), conformam corredores de muros duplos equipados de dispositivos de segurança, calçadas, ciclofaixas e rodovias bem pavimentadas, acompanhadas de paisagismo e com muros altos de grades para o talude que separa a via do bairro vizinho. Também é possível acompanhar ao longo da última década — nesta imagem em questão, um dos condomínios está em estágio final de construção e outro ainda nem fora implantado — como esta infraestrutura de qualidade foi incorporada junto à construção dos condomínios, enquanto os bairros vizinhos já estavam estabelecidos.

Figura 44 – Situação fev. 2010 da Av. Amador Aguiar. Jaraguá, São Paulo.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/gdcE9aHFTUaKi1Qw5?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/gdcE9aHFTUaKi1Qw5?g_st=ic)

Figura 45 – Situação mai. 2018 de servidão de condomínio. Tarumã, Santana de Parnaíba.



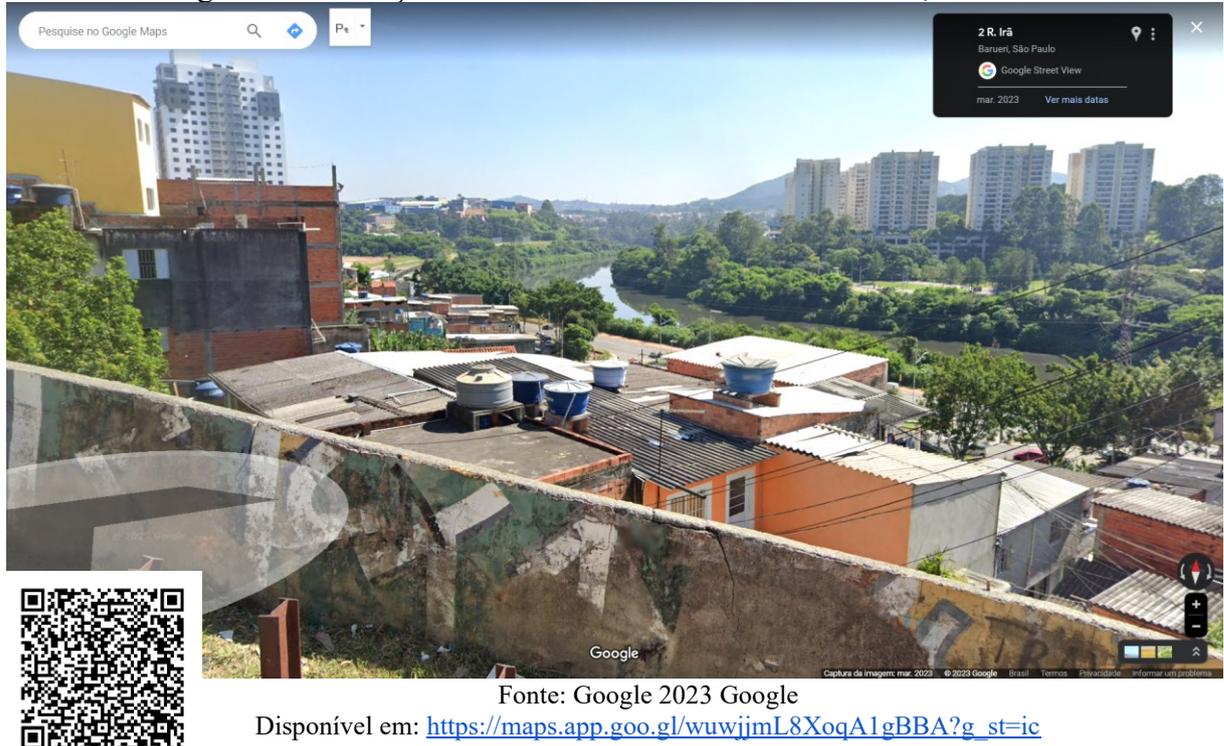
Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/SvzfncoZUB2CHQR8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/SvzfncoZUB2CHQR8?g_st=ic)

No caso da sub-região oeste da RMSF, essa estratégia segregadora do uso de áreas verdes em conjunto com os dispositivos de segurança dos condomínios fechados conta também com barreiras naturais como morros e rios, podendo-se observar, de um muro para outro, apenas

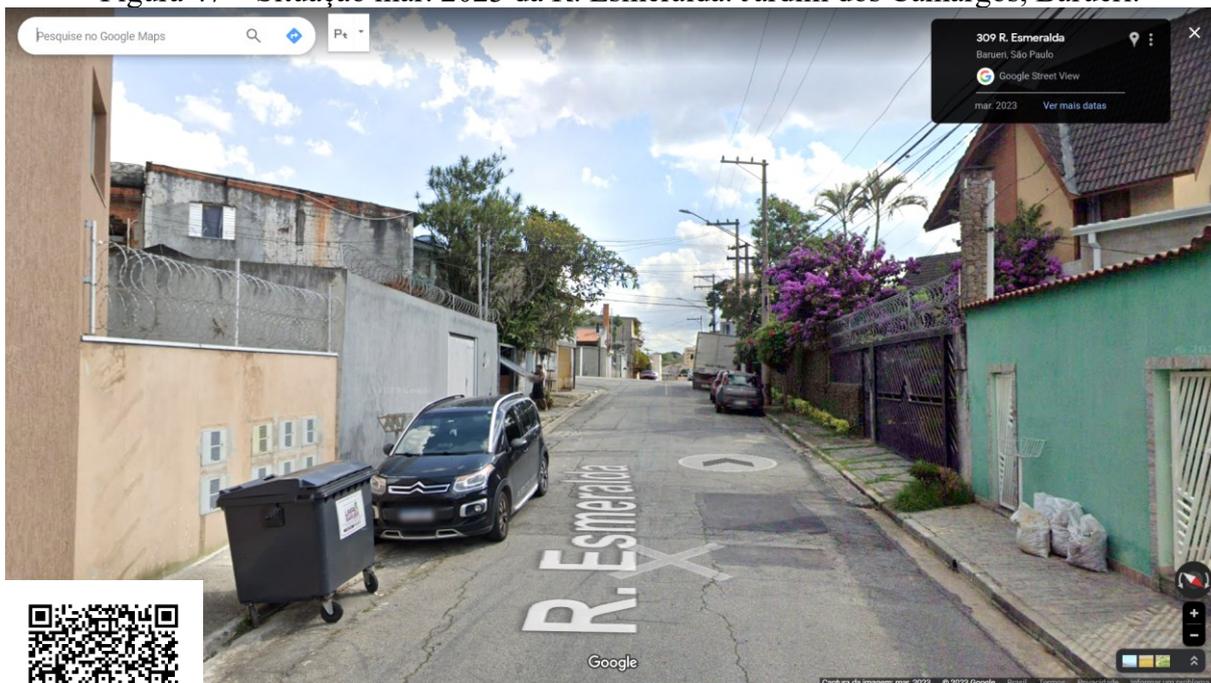
a vegetação e o rio entre os condomínios (fig. 45), mas também entre um condomínio e outras comunidades, bairros com uso misto e vias públicas que margeiam o rio (fig. 46).

Figura 46 – Situação mar. 2023 da R. Irã, Jardim São Luiz, Barueri.



Do outro lado do Rio Tietê, bairros de Barueri como Jardim dos Camargos (fig. 47) e Vila Boa Vista (fig. 48) apresentam edificações de baixo a normal padrões construtivos e convivência da população de baixa e média renda. Comparados aos exemplos anteriores, de bairros com população predominantemente de baixa renda, os muros destoam quanto sua altura e opacidade, bem como o descolamento das edificações — as fachadas não fazem mais interface com as ruas. Apesar da infraestrutura urbana de melhor qualidade quanto à pavimentação e dimensão das vias, a iluminação e arborização continuam escassas, sendo a última frequentemente restrita ao interior dos lotes. Nota-se também o aparecimento de dispositivos de segurança ostensivos como arames farpados, cercas elétricas e câmeras de vigilância sendo usados individualmente, somente vistos anteriormente acompanhando conjuntos habitacionais e condomínios fechados. Esses dispositivos mostram-se cada vez mais frequentes, conforme se observa gradualmente edificações de maior padrão construtivo e população de maior renda, enquanto cada vez menos são observados elementos como grades, visto que as janelas das unidades de casas e prédios encontram-se mais distantes das vias e protegidas pelos muros equipados, limitando-se na maioria das ocorrências aos primeiros pavimentos.

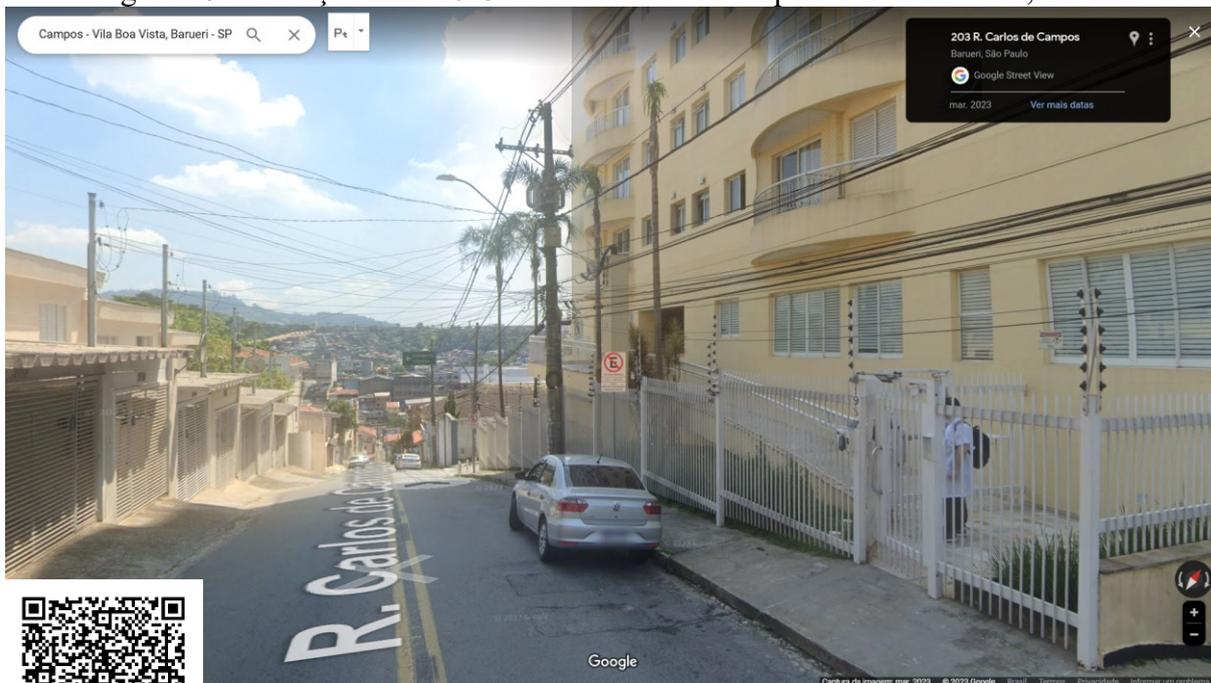
Figura 47 – Situação mar. 2023 da R. Esmeralda. Jardim dos Camargos, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/Yh8vEEMnQ8jNedLk6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/Yh8vEEMnQ8jNedLk6?g_st=ic)

Figura 48 – Situação mar. 2023 da R. Carlos de Campos. Vila Boa Vista, Barueri.

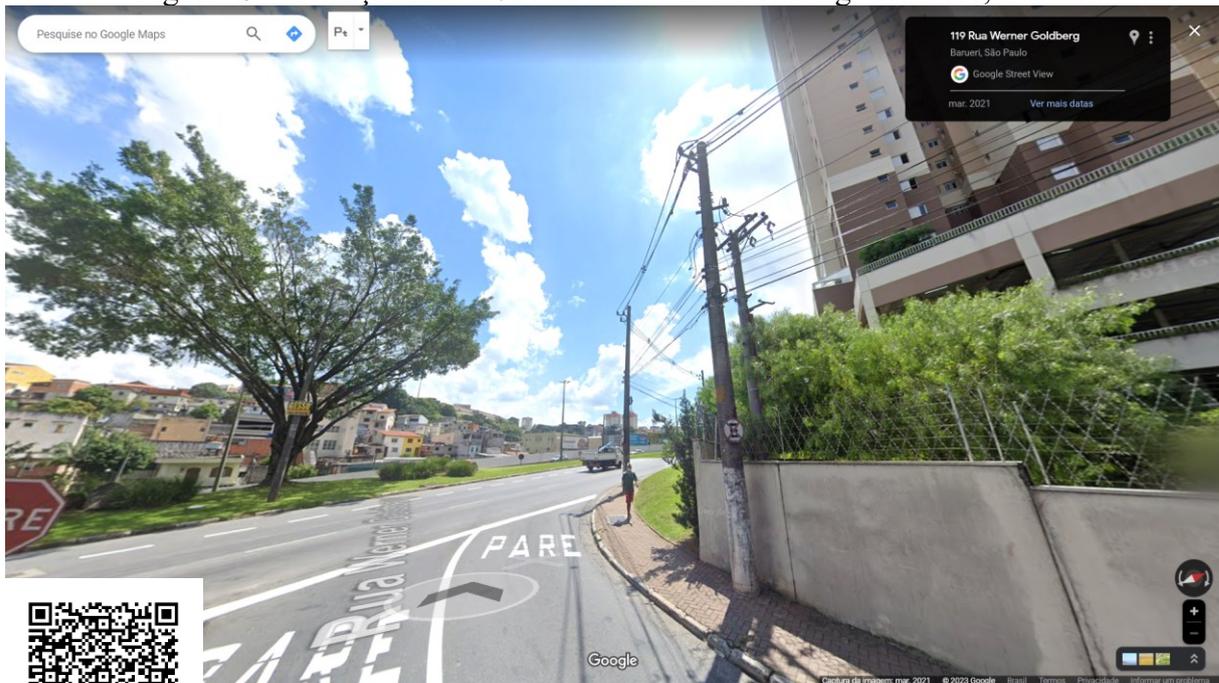


Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/tbs8aMMqgM3qxgtf8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/tbs8aMMqgM3qxgtf8?g_st=ic)

A própria qualidade dos dispositivos muda à medida que o padrão construtivo e a renda da população aumentam, mais evidentemente, no formato das grades e dos arames farpados, estes últimos aparecendo em formato ortogonal, restando às concertinas proteger áreas menos visíveis como lixeiras e saídas de garagem dos empreendimentos.

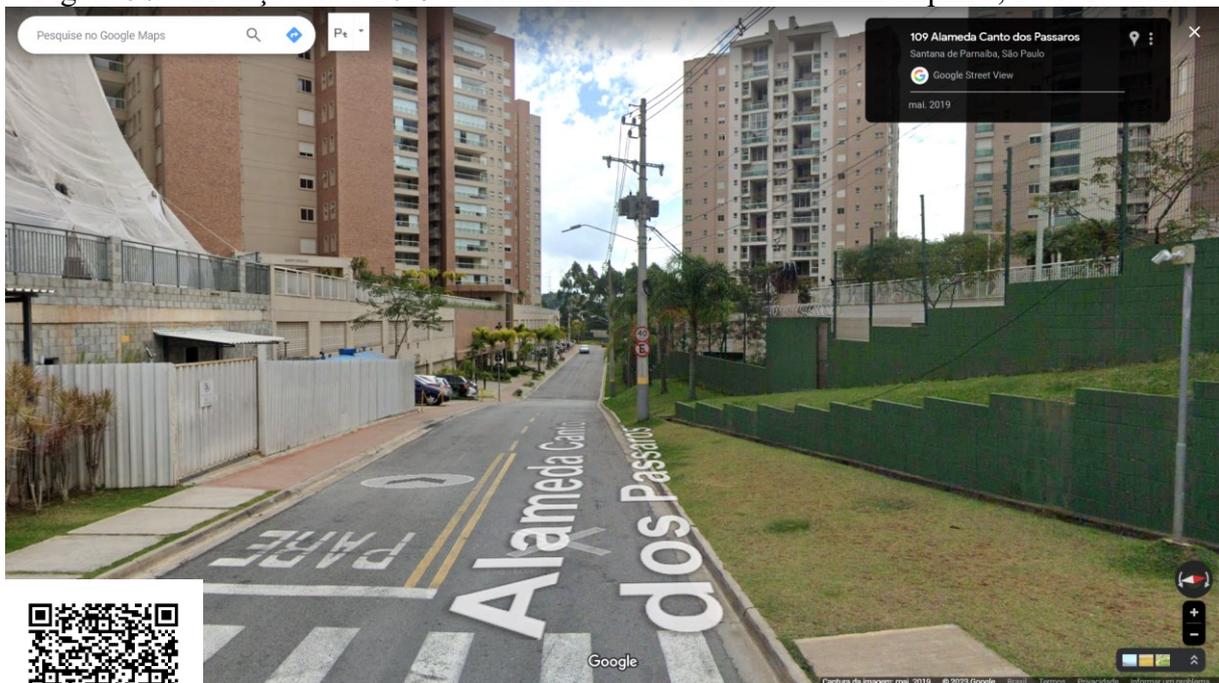
Figura 49 – Situação mar. 2021 da R. Werner Goldberg. Tamboré, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/8pkFpFpUeXkDzT96?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/8pkFpFpUeXkDzT96?g_st=ic)

Figura 50 – Situação mai. 2019 da Al. Canto dos Pássaros. Jardim Tupanci, S. de Parnaíba.



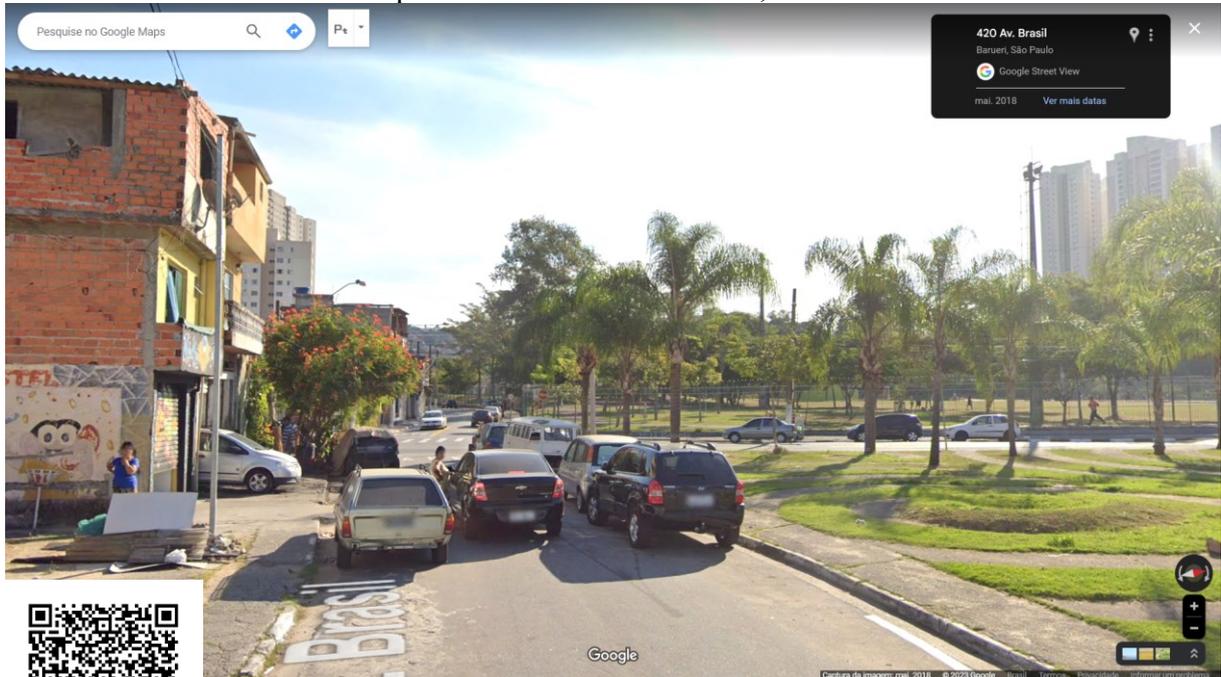
Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/MTMTdbjD8MdGbNNk8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/MTMTdbjD8MdGbNNk8?g_st=ic)

Tal qual os condomínios fechados horizontais, como também os conjuntos habitacionais, os edifícios de padrão construtivo mais alto com múltiplos blocos e vias de circulação internas se fecham como condomínios verticais que ocupam porções ou quadras inteiras, podendo-se observar nestes os mesmos métodos de separação com as unidades

individuais vizinhas, como no caso do bairro Tamboré (fig. 49), ou ainda com condomínios de prédios fechando-se uns aos outros, como no Jardim Tupanci (fig. 50).

Figura 51 – Situação mai. 2018 da Av. Brasil. À direita, Parque Municipal Dom José, à esquerda bairro Jardim Barueri, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/WvnHq1Tw5uQPbDH36?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/WvnHq1Tw5uQPbDH36?g_st=ic)

Figura 52 – Situação mar. 2021 da R. Werner Goldberg. À esquerda, Parque Giacomo Imparato. Vila Boa Vista, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/ov4rOuVZqRgYqRG3A?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/ov4rOuVZqRgYqRG3A?g_st=ic)

Sobressaem-se entre esses bairros com população de alta renda as grades com arames farpados que circunscrevem todo o Parque Municipal Dom José (fig. 51), inclusive nas porções tangentes ao bairro Jardim Barueri, limítrofe ao Vila Boa Vista, bairros com população de baixa e média renda onde centra o Parque Giacomo Imparato que, embora tenha na última década passado por reformas e manutenção junto à Escola Municipal José Emídio de Aguiar, jamais fora fechado por grades (fig. 52).

Finalmente, os condomínios fechados exibem um vasto repertório de medidas segregadoras. Embora seus muros em si sejam cegos — conferindo nenhuma permeabilidade, janelas ou portas, nenhum uso com fachadas ativas propiciando “olhos para a rua” (Jacobs, 2000, p. 35) que zelam pelo espaço público e privado —, esses contêm instrumentos visuais de vigilância do espaço público e proteção do empreendimento privado, equipamentos como câmeras e guaritas de segurança (fig. 53), o primeiro disposto em intervalos ao longo de todo o muro e o segundo posicionado estrategicamente nas arestas e entradas dos condomínios.

Figura 53 – Situação mar. 2022 da Av. Ceci. Tamboré, Barueri.



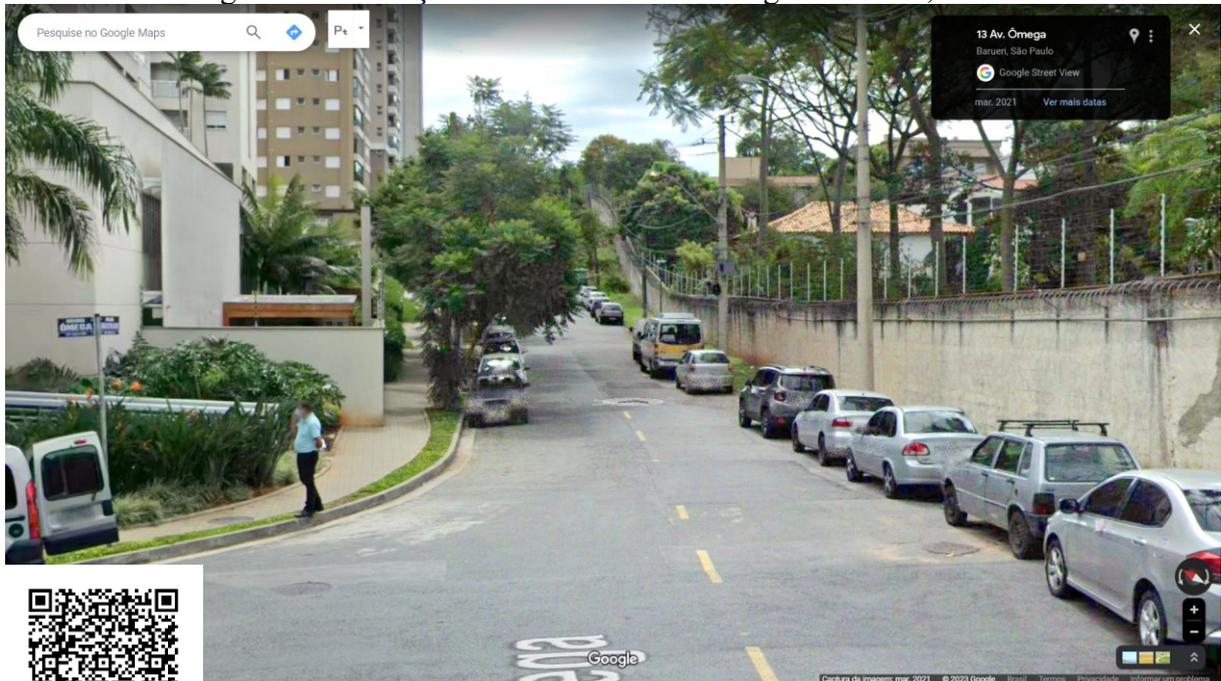
Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/C5Er9odkWBs6Syov8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/C5Er9odkWBs6Syov8?g_st=ic)

Essa diferença entre as qualidades dos muros de condomínios fechados com os muros das demais edificações fica evidente quando confrontados, mesmo em bairros com população homogeneamente de mesma renda (fig. 54). Enquanto no modelo vertical os conjuntos de prédios ainda contam com alguma interação entre as unidades muradas e as vias públicas, como algum comércio térreo, mobiliário no acesso de pedestres à portaria ou, mesmo que distantes, as janelas das unidades expostas para as ruas, em ambos os casos, contendo sistemas de

identificação, acessos “social” e “serviço” segregados, cancelas e portões, câmeras e guardas de vigilância (fig. 55 e 56); o modelo horizontal, estendendo-se por uma área muito maior e com suas unidades mais deslocadas e ocultas pela altura dos muros em relação às edificações, resulta em extensas porções de barreiras opacas sem interrupção (fig. 57).

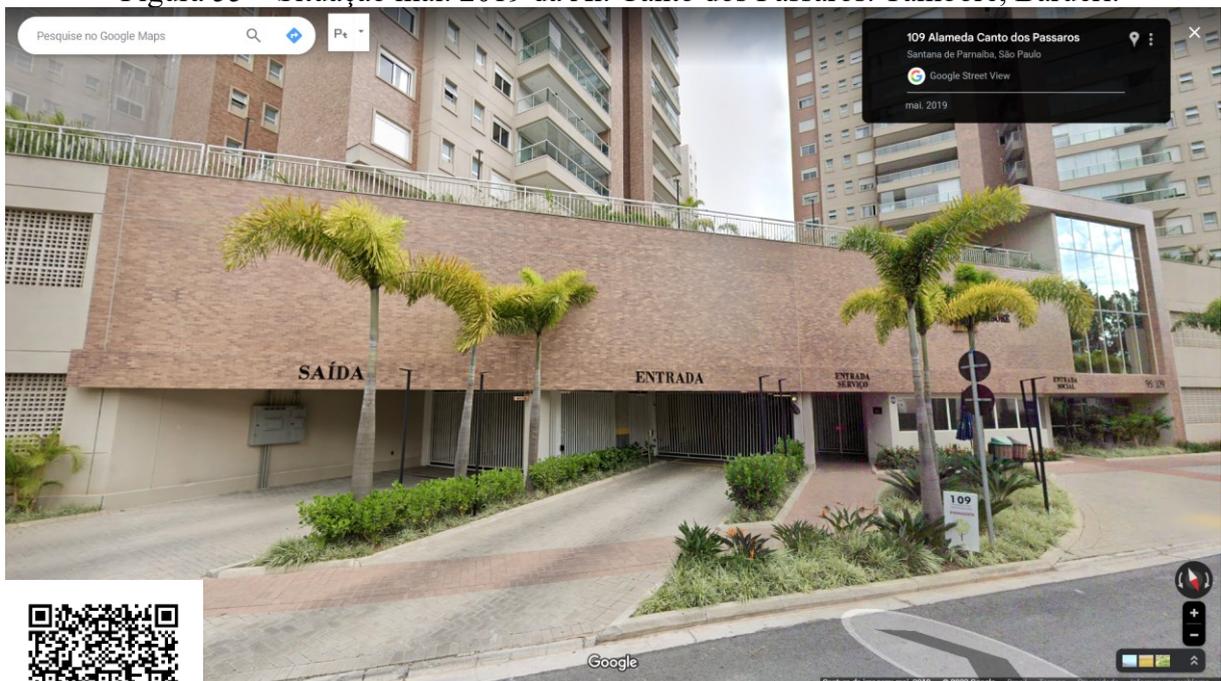
Figura 54 – Situação mar. 2021 da Av. Ômega. Tamboré, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/jvfSsN63H1WrXS2a9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/jvfSsN63H1WrXS2a9?g_st=ic)

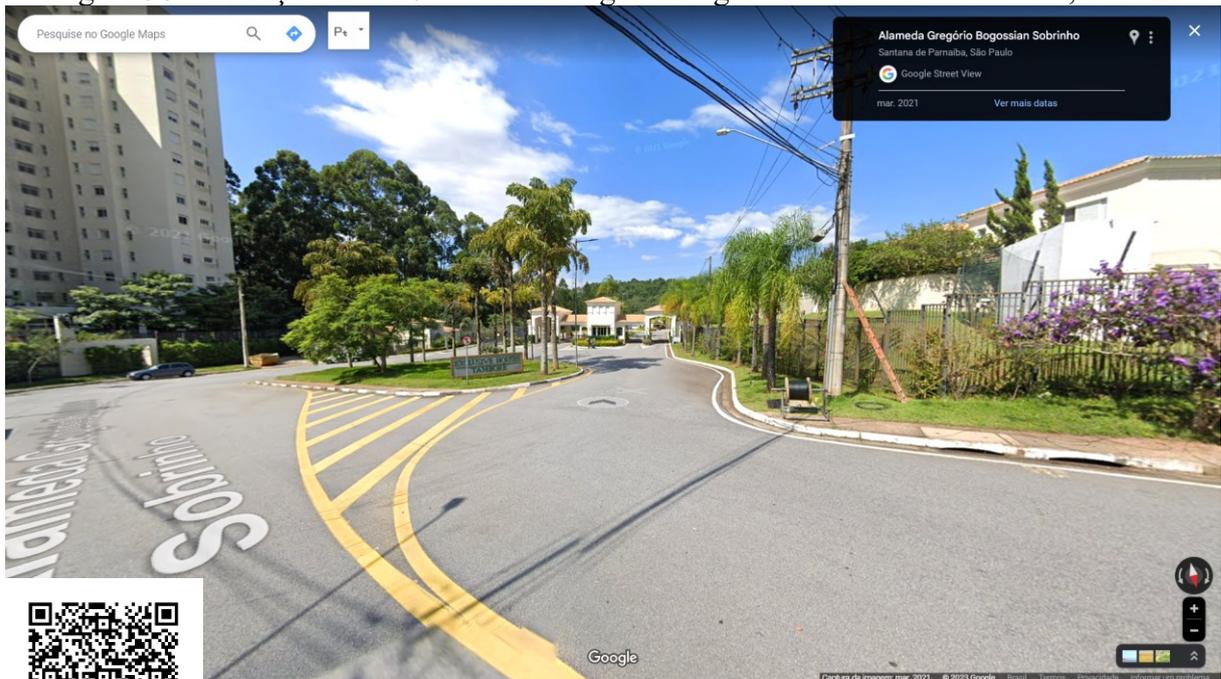
Figura 55 – Situação mai. 2019 da Al. Canto dos Pássaros. Tamboré, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/DDMmGZdSrDavn6tRA?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/DDMmGZdSrDavn6tRA?g_st=ic)

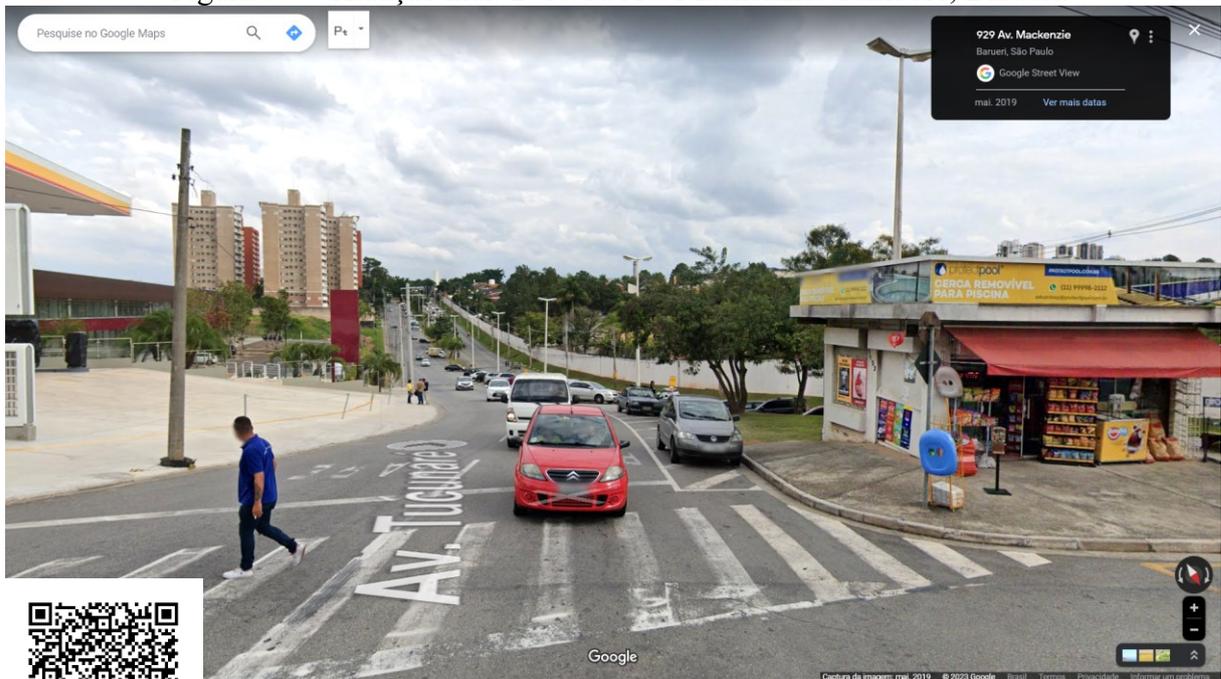
Figura 56 – Situação mar. 2021 da Al. Gregório Bogossian Sobrinho. Tamboré, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/fRgzSb4dJTY3KFxz6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/fRgzSb4dJTY3KFxz6?g_st=ic)

Figura 57 – Situação mai. 2019 da Av. Mackenzie. Tamboré, Barueri.



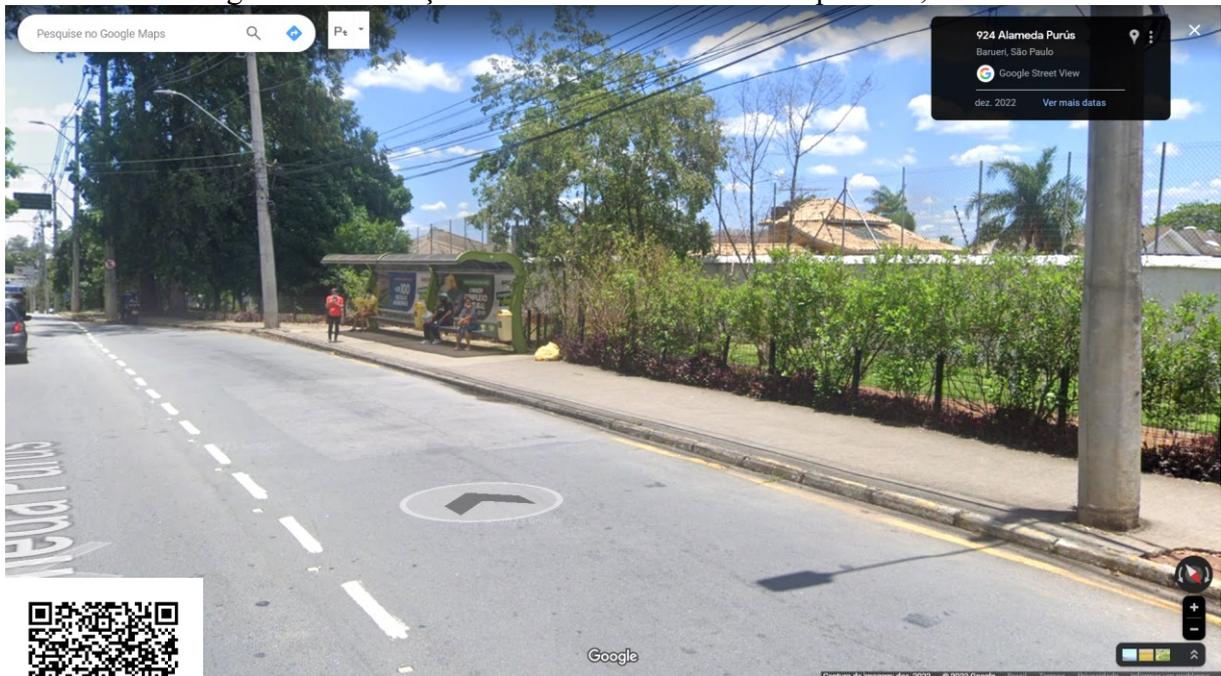
Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/qYAyV4PsqQKCLikt6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/qYAyV4PsqQKCLikt6?g_st=ic)

No contexto urbano até canteiros com gramados e árvores (geralmente obedecendo exigências de áreas permeáveis do plano diretor) integram o sistema de segurança dos condomínios, complementados com cercas e grades (fig. 58), acivado por taludes (fig. 59) ou

mesmo interposto com calçadas (fig. 60). Em todos os casos, os dispositivos arames farpados, cercas elétricas e câmeras de vigilância são constantes.

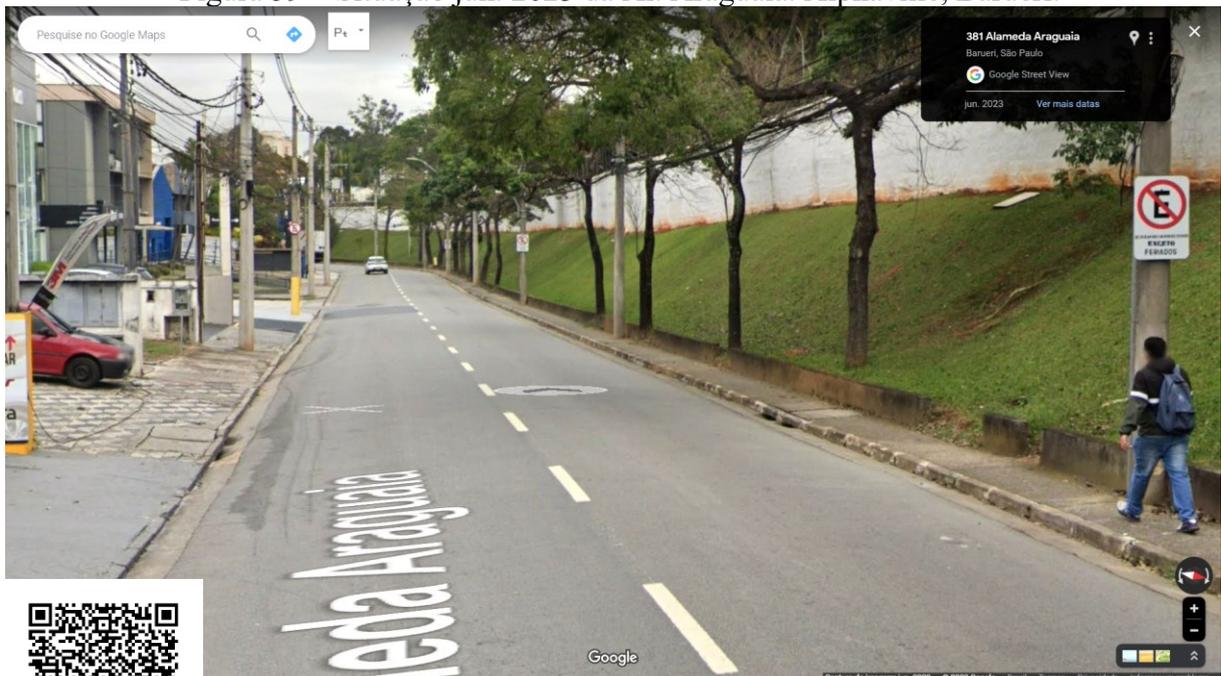
Figura 58 – Situação dez. 2022 da Al. Purús. Alphaville, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/VcT2SSyAsAtgyUBk8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/VcT2SSyAsAtgyUBk8?g_st=ic)

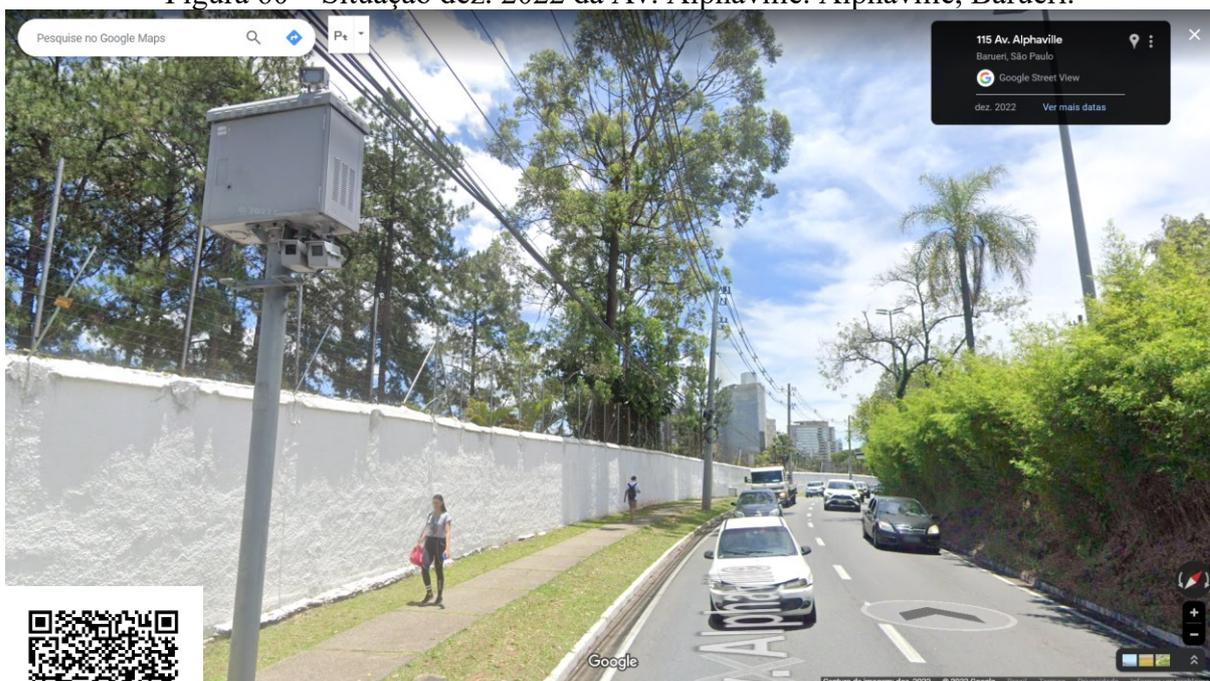
Figura 59 – Situação jun. 2023 da Al. Araguaia. Alphaville, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/o4gGFjtawEp5ZkVE9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/o4gGFjtawEp5ZkVE9?g_st=ic)

Figura 60 – Situação dez. 2022 da Av. Alphaville. Alphaville, Barueri.

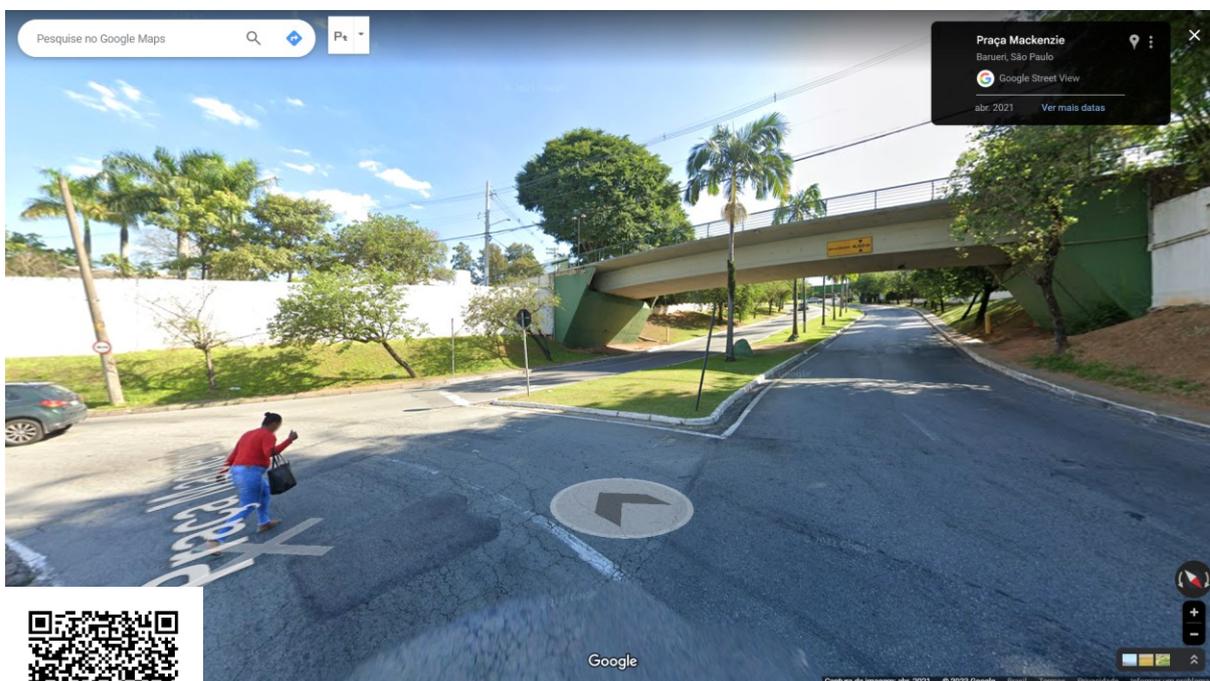


Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/uT9kBeSCNtvJhBR7?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/uT9kBeSCNtvJhBR7?g_st=ic)

Por um empreendimento destes ocupar uma extensão de solo urbano comparável com a de um bairro, a acessibilidade e a transposição da cidade, seja por pedestres ou automóveis, são comprometidas pela ininterruptão dos enclaves, inclusive quando cortados por autoestradas públicas e conectados por viadutos particulares (fig. 61).

Figura 61 – Situação abr. 2021 da Av. Mackenzie. Alphaville, Barueri.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/CxvEysmfhnGMdvmB9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/CxvEysmfhnGMdvmB9?g_st=ic)

Como em exemplos anteriores, as avenidas que conectam os condomínios ao restante da malha urbana, justamente por percorrerem suas contínuas barreiras até suas entradas, resultam em corredores desabitados que, mesmo dentro da cidade, desprovêm de qualquer urbanidade (fig. 62).

Figura 62 – Situação abr. 2022 da Estr. Paiol Velho. Tamboré, Santana de Parnaíba.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/WbbyUnfqkHrfrPFL9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/WbbyUnfqkHrfrPFL9?g_st=ic)

Enquanto relatos de comunidades que têm suas vias de acesso a outros pontos da cidade barradas por muros de condomínios em conjunto de obras do Poder Público<sup>31</sup>, ou constatações na imprensa de que “serviços urbanos são oferecidos aos grupos de alta renda para prover condomínios fechados recém-construídos, porém raramente alcançam comunidades de renda mais baixa para as quais o transporte público é um serviço essencial”<sup>32</sup>, revelam “a fragmentação e a segmentação do tecido urbano”, resultando em “disparidades nos níveis de infra-estrutura e serviços” que este modelo de implantação de empreendimento privado acarreta (Koch, 2008, p. 100); no contexto urbano, ao se transitar pelas vias públicas que esses complexos margeiam, a interface desta desigualdade se traduz materialmente nas medidas segregadoras dos condomínios. Se nos bairros estudados a má qualidade da infraestrutura urbana ou os fechamentos de vielas a partir de certo horário, no limite, restringiam a

<sup>31</sup> BARUERI NA REDE. **O muro da vergonha**. Barueri, 2016. Disponível em: <https://baruerinarede.com.br/o-muro-da-vergonha/>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>32</sup> BBC. **Acessível para quem? Como o transporte divide ricos e pobres na cidade brasileira**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37572962>. Acesso em: 10/09/2023.

acessibilidade; no caso dos condomínios fechados somados em conjuntos (fig. 63), essas medidas de segurança que separam bairros e bloqueiam caminhos, em sua extensão, afetam inclusive a mobilidade urbana.

Figura 63 – Situação dez. 2022 da Estr. de Ipanema. Jardim Paula, Santana de Parnaíba.



Dados esses exemplos de dispositivos de segurança e medidas segregadoras que perpassam, em diferentes formas e intensidades, todas as camadas socioeconômicas e padrões construtivos analisados, corroborados pelos dados de vitimização da PNAD e avaliação dos índices de vulnerabilidade e distribuição de renda dos municípios, conferindo-se situações de desigualdade em múltiplas dimensões (econômica, infraestrutural, mobilitária), compreende-se, como também se demonstra, a relação material das estratégias hostis de proteção com a segregação socioespacial.

Essas medidas não são somente individuais, por vezes sendo aplicadas coletivamente ou integradas a sistemas de segurança, nem tanto são homogêneas ou uniformes, ocorrendo em situações distintas com muitas particularidades e variáveis, mesmo que se observe sendo estruturais para certas implantações e conformações urbanas. Contudo, entende-se essas como individualistas, no sentido da atitude de alguém que “pensa, sente e atua segundo seus próprios interesses, importando em menor medida o contexto social em que se encontra” (Gouveia *et al.*, 2003, p. 224), mesmo que possam ser justificadas pela desigualdade ou pelos sentimentos de medo e insegurança. Para esta compreensão deve-se “reconhecer que não necessariamente

individualismo e coletivismo são pólos opostos. As pessoas são um pouco de cada um, sendo, muitas vezes, o contexto, a situação imediata, que vai definir o estilo mais apropriado de comportamento” (Triandis, 1995; Triandis; Chen; Chan, 1998 *apud* Gouveia *et al.*, 2003, p. 224).

Correspondem também à constatação de Castel (2005) de que “as sociedades modernas são construídas sobre o alicerce da insegurança, pois não encontram em si a capacidade de assegurar proteção”, fazendo com que em uma sociedade centrada no indivíduo, o que “lhe dará proteção não será mais o grupo a que pertence, mas sua propriedade. É ela que garante a segurança diante dos imprevistos da existência” (*apud* Rosário, 2005. p. 185). Kowarick (2017) também remete a esse “primado do cidadão privado” a imagem da casa própria que, no contexto latino-americano, “constitui refúgio de características eminentemente defensivas em metrópoles do subdesenvolvimento industrializado, cuja característica básica é fazer do espaço público um espaço eminentemente excludente e violento” (p. 95). Caldeira (2000) associa essas medidas à descrença do que é público, um dano à cidade democrática em que “cidadãos cada vez mais usam segurança privada e enclaves privados e estruturam suas vidas cotidianas de formas que excluem a presença de serviços e autoridades públicas, deslegitimando-os” (p. 11); e Rocha e Eckert (2013) inferem que, na lógica neoliberal, essa “preferência por uma ação protetora individual objetiva minimizar a ameaça do perigo demonstrando a recomposição de uma confiança pela mediação do mercado em detrimento da credibilidade nas instituições públicas e civis” (p. 131).

Em parte, é dessa forma, em uma dimensão material que perpassa também questões culturais e constitucionais, que a desigualdade, o medo e a insegurança se manifestam cotidianamente no espaço urbano, com medidas segregadoras individualistas. Como Rocha e Eckert (2013) bem resumem, num contexto urbano de elementos e atitudes hostis, o espaço propicia não o exercício das qualidades cidadãs coletivas, mas sim, as individualistas:

O receio resulta de um processo de **contato agressivo do outro** que desestimula o indivíduo no que lhe é constitutivo, as interações que o constroem como sujeito social. Refêns do estranhamento, indivíduos em suas redes de pertencimento designam como perigosos as territorialidades, os trajetos, as situações, os horários e os indivíduos que, **potencialmente estranhos**, ameaçam a ordem social. A desconfiança do outro leva ao mergulho no sentimento de esvaziamento dos sentidos coletivos, fortalecendo ainda mais as bases de um ethos social hiperindividualista. (p. 124, grifos próprios)

## 4.2 FRAGMENTAÇÃO E ISOLAMENTO

Neste subcapítulo, pretende-se espacializar as diferentes formas de fragmentação e loteamento do solo urbano, atentando-se também para seus modos de isolamento e segregação, a fim de analisar as relações socioespaciais entre esses variados tipos de ocupação, como unidades multifamiliares, loteamentos, conjuntos habitacionais de interesse social, condomínios fechados e “bairros planejados”.

No século XVI, não se entra facilmente à noite em Augsburg. Montaigne, que visita a cidade em 1580, maravilha-se diante da “porta falsa” que, graças a dois guardas, controla os viajantes que chegam depois do pôr-do-sol. Estes vão de encontro em primeiro lugar a uma poterna de ferro que o primeiro guarda, cujo quarto está situado a mais de cem passos dali, abre de seu alojamento graças a uma corrente de ferro que, “por um caminho muito longo e cheio de curvas”, puxa uma peça também de ferro. Passado esse obstáculo, a porta volta a fechar-se bruscamente. O visitante transpõe em seguida uma ponte coberta situada por cima de um fosso da cidade e chega a uma pequena praça onde declina sua identidade e indica o endereço onde ficará alojado em Augsburg. O guarda, com um toque de sineta, adverte então um companheiro, que aciona uma mola situada numa galeria próxima ao seu quarto. Essa mola abre em primeiro lugar uma barreira — sempre de ferro — e depois, por intermédio de uma grande roda, comanda a ponte levadiça “sem que nada se possa perceber de todos esses movimentos: pois são conduzidos pelos pesos do muro e das portas, e subitamente tudo isso volta a fechar-se com grande ruído”. (...) Detalhe importante que completa esse dispositivo ao mesmo tempo pesado e engenhoso: sob as salas e as portas existe “um grande porão para alojar” quinhentos homens de armas com seus cavalos, no caso de qualquer eventualidade. Se for necessário, são enviados para a guerra “sem a chancela do povo da cidade”. (Delumeau, 2009, p. 11–12)

É com este exemplo do acesso a uma cidade fortificada no início da Idade Moderna que o historiador Jean Delumeau inicia seu livro sobre o medo, abordando o Ocidente por todo o período entre 1300 e 1800: “Precauções singularmente reveladoras de um clima de insegurança”. Essas medidas que “não parecem excessivas para proteger contra qualquer surpresa uma cidade de 50 mil habitantes (...), na época, a mais povoada e a mais rica da Alemanha”, são justificadas por um pensamento de que “todo estrangeiro é suspeito, sobretudo à noite. Ao mesmo tempo, desconfia-se do homem ‘comum’ cujas ‘emoções’ são imprevisíveis e perigosas”. Portanto, é a partir desses dispositivos do século XVI que possibilitavam a cidade fortificada controlar seu acesso, que “uma cidade particularmente cobiçada consegue, se não afastar completamente o medo para fora de seus muros, ao menos enfraquecê-lo o suficiente para que possa viver com ele” (p. 12).

A correspondência desse comportamento com aqueles dos enclaves fortificados descritos por Teresa Caldeira (2000), mais de quatrocentos anos depois do relato de Montaigne, chama à atenção tanto pela similaridade ideológica quanto pelo uso de estratégias e dispositivos com funções muito similares: tal qual uma portaria 24 horas, para o controle do acesso em questão do horário (“depois do pôr-do-sol”), utilizam-se equipamentos e agentes de segurança blindados e armados (“poterna de ferro [...] puxa uma peça também de ferro [...] quinhentos homens de armas com seus cavalos”) exigindo identificação (“declina sua identidade e indica o endereço onde ficará alojado”), contando com sistema de liberação remota (“situado a mais de cem passos [...] graças a uma corrente de ferro [...] com um toque de sineta [...] aciona uma mola situada numa galeria próxima [...] conduzidos pelos pesos do muro e das portas [...] por intermédio de uma grande roda, comanda a ponte levadiça”), sistema de clausura (“passado esse obstáculo [...] volta a fechar-se bruscamente [...] abre em primeiro lugar uma barreira”) e o uso de elementos naturais (“ponte coberta situada por cima de um fosso”).

Conforme Caldeira utiliza relatos de moradores de baixa a alta renda da cidade de São Paulo entrevistados entre as décadas de 1970 a 1990, ou ainda a narração literária de Chico Buarque em seu livro *Estorvo* (1991), para descrever o sentimento de medo e insegurança nas cidades, e como este se manifesta no espaço urbano; são esses mecanismos de fortificação descritos — e que não mudaram muito desde a época de Montaigne — que hoje possibilitam, ao menos à parte da população com condições socioeconômicas para tal, a autossegregação.

Para que a comparação não seja anacrônica, ressalta-se que, enquanto Augsburg contava com um sistema de controle do acesso centralizado para uma única cidade de 50 mil habitantes, em exemplos anteriores de condomínios fechados como os de Barueri e Santana de Parnaíba, números recentes da associação empresarial e residencial<sup>33</sup> estimam “65 mil habitantes, com um público flutuante de cerca de 180 mil pessoas que visitam ou trabalham na região”, divididos em 44 prédios comerciais e 57 residenciais e “mais de 40 opções de condomínios horizontais de alto padrão”<sup>34</sup>, cada um contando com suas próprias portarias que, mesmo quando integradas a um sistema de segurança<sup>35</sup>, controlam individualmente o acesso aos respectivos empreendimentos isolados.

<sup>33</sup> DIVULGAÇÃO. **Cidades multiplicaram população com a chegada de (...)**. Barueri, 2023. Disponível em: [https://www\(...\)com.br/cidades/cidades-multiplicaram-populacao-com-a-chegada-de-\(-...\)](https://www(...)com.br/cidades/cidades-multiplicaram-populacao-com-a-chegada-de-(-...)). Acesso em: 10/09/2023.

<sup>34</sup> DIVULGAÇÃO. **Quais as vantagens de morar na região de (...)?**. Barueri. Disponível em: [https://blog\(...\)com.br/quais-vantagens-morar-regiao-\(-...\)/](https://blog(...)com.br/quais-vantagens-morar-regiao-(-...)/). Acesso em: 10/09/2023.

<sup>35</sup> DIVULGAÇÃO. **Segurança da (...) recebe reconhecimento pelos serviços de excelência**. Barueri, 2023. Disponível em: [https://www\(...\)org.br/post/seguran%C3%A7a-da-\(-...\)-recebe-reconhecimento-pelos-servi%C3%A7os-de-excel%C3%Aancia](https://www(...)org.br/post/seguran%C3%A7a-da-(-...)-recebe-reconhecimento-pelos-servi%C3%A7os-de-excel%C3%Aancia). Acesso em: 10/09/2023.

É neste ponto — não das medidas em si mas da conformação e disposição espacial, motivando o uso do termo “enclave” por Caldeira — que atuais fragmentações e isolamentos no solo urbano ocorrem diferentemente das cidades fortificadas, pois, ao contrário de existir todo um sistema de infraestrutura urbana circunscrita aos dispositivos de proteção, tratam-se de porções da malha urbana que estão insuladas em questão de acessibilidade, embora ainda estejam conectadas a “redes invisíveis” de meio ambiente, infraestrutura e serviços que o restante da cidade provém<sup>36</sup>.

Conquanto este conceito de “enclave fortificado” seja atribuído por Caldeira aos empreendimentos da classe dominante, e este seja o exemplo mais evidente de “propriedade privada para uso coletivo”, suas definições também podem ser similarmente aplicadas a exemplos de conjuntos habitacionais incorporados por meio de programas de inclusão social. Em ambos os casos, o processo de expansão urbana, que gerou os fenômenos de periferização e cidades satélites nos quais se incluem, perpassa fatores econômicos imobiliários: “o ‘novo conceito de moradia’ é uma resposta à necessidade dos empreendedores imobiliários de construir prédios de apartamentos longe do centro e em imensos lotes por causa dos códigos de zoneamento e do aumento do preço da terra” (p. 265).

As dinâmicas econômicas próprias do mercado imobiliário junto ao processo de urbanização das cidades brasileiras (no caso da renda baixa, incentivo à casa própria, expansão de rodovias e linhas de ônibus, valorização e expulsão higienista dos centros; e da renda alta, violência urbana nos centros, caos urbano, adensamento) promoveram uma ocupação pulverizada ao redor dos centros urbanos, em que empreendimentos públicos e privados (com motivações mercadológicas ou políticas) são espalhados, gerando entre estas zonas ainda não exploradas a fim destas terem seus preços elevados pela especulação. Esses “vazios urbanos” criados artificialmente por investidores imobiliários, uma vez dada mobilidade entre centro e periferias, com a especulação dos lotes no interstício desses que, com a posterior

---

<sup>36</sup> “Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São **propriedade privada para uso coletivo** e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São **fisicamente demarcados e isolados** por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São **voltados para o interior e não em direção à rua**, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São **controlados por guardas armados e sistemas de segurança**, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são **espaços autônomos, independentes do seu entorno**, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. Em outras palavras, em contraste com formas anteriores de empreendimentos comerciais e residenciais, eles **pertencem não ao seus arredores imediatos, mas a redes invisíveis** (Cenzatti e Crawford, 1998). Em consequência, embora tendam a ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, ao lado de favelas ou casas autoconstruídas. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes **socialmente homogêneos**. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas.” (Caldeira, 2000, p. 258–259, grifos próprios)

implementação de infraestrutura pelo Estado, são valorizados e, portanto, lucrativos (Kowarick, 2017, p. 27). O resultado são variados polos sem conexão entre si.

Ainda, por conta das dinâmicas econômicas e a variação do valor da terra, o fenômeno da periferização acarreta na desocupação de parte da população, afastamento dos equipamentos urbanos e maiores deslocamentos; uma gentrificação a nível infraestrutural que espraia a malha urbana e propicia conformações cada vez mais desarticuladas, desintegradas e polarizadas<sup>37</sup>.

Assim, a alternativa de acumulação capitalista a partir da expansão do território das cidades tem ocorrido com a ocupação dessas novas áreas pelas populações de alta e baixa renda. Entretanto, esta coexistência social na periferia não se dá de modo integrado, sendo marcante a fragmentação e o isolamento dos espaços ocupados pelas diferentes classes sociais, ainda que estes possam estar justapostos. Neste contexto, a ação imobiliária garante a separação, a restrição no contato social e a invisibilidade das desigualdades, em que a fragmentação e o isolamento são reforçados pelo fetiche ao modelo dos condomínios fechados (como será aprofundado no capítulo seguinte). Esses “enclaves fortificados”, pequenas células isoladas, vendidas como soluções urbanas internas, equipadas de segurança e serviços privados, configuram uma produção do espaço urbano que nega a própria coexistência em cidade, embora ainda usufruam de todos os recursos e infraestruturas desta.

Adotado também para a promoção da moradia às populações de baixa renda, em contradição à efetiva demanda por moradia e direito à cidade, a política habitacional brasileira vem sistematicamente reproduzindo padrões isolados, fragmentados e periféricos da habitação popular das diferentes cidades do país. As políticas e os programas de promoção habitacional permitem que empreendedores e incorporadoras desenvolvam seus conjuntos habitacionais em áreas afastadas dos centros urbanos — e, conseqüentemente, longe de onde se encontra a maior parte dos empregos e equipamentos —, assim, optando por terrenos mais baratos, justamente pela sua localização distante das centralidades.

Em ambos os casos, ainda que existisse a possibilidade de se promover o convívio e a integração social, observa-se a presença de muros, o isolamento interno e o modelo de

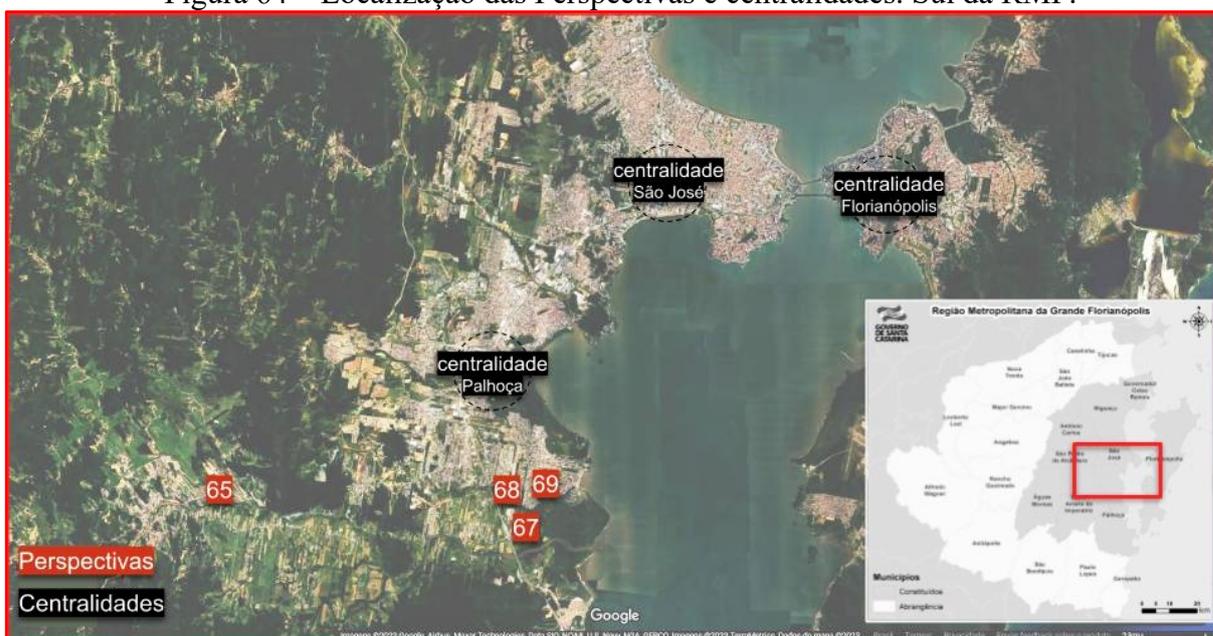
---

<sup>37</sup> “Deve-se dizer que com a chegada de melhorias urbanas em áreas antes desprovidas, eleva-se seu preço econômico à medida que decai seu ônus social. No momento em que ocorre esse processo de valorização, essas áreas, antes acessíveis a faixas de remuneração mais baixa, tendem a expulsar a maioria dos locatários, os proprietários que não puderem pagar o aumento de taxas e impostos, transformando-se em zonas para camadas melhor remuneradas. Ademais, elas se fecham para o contingente de novos moradores pauperizados, que deverão procurar em outros locais, desprovidos de benfeitorias, uma habitação para alugar ou comprar um terreno para construir a sua ‘casa própria’: reproduz-se, assim, um padrão de periferização que aumenta enormemente os assim denominados custos de urbanização, pois sempre são geradas novas áreas longínquas e rarefeitas de população que deverão ser — algum dia — providas com um mínimo de serviços públicos. Reproduz-se também uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para aqueles que não têm recursos econômicos e políticos para pagar o preço de um progresso altamente espoliativo.” (Kowarick, 2017, p. 28)

condomínio fechado; justificados por motivos socioeconômicos<sup>38</sup> e sempre perpassando a questão da segurança: “a ampla difusão do medo do crime, que levou pessoas de todas as classes sociais a buscar formas mais seguras de moradia” (Caldeira, 2000, p. 255).

Esse fenômeno de fragmentação e isolamento, por contraste, fica bem expresso por empreendimentos cercados e murados na Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF), uma vez que as escalas das edificações e as distâncias e deslocamentos entre centralidades<sup>39</sup> dos municípios são bem reduzidas (quando comparadas às da sub-região oeste da RMSP, por exemplo); mesmo assim, apresentando enclaves circunscritos por medidas de segurança (fig. 64).

Figura 64 – Localização das Perspectivas e centralidades. Sul da RMF.



Fonte: adaptado de Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

Uma das particularidades da RMF está na disposição geográfica dos municípios, em que a maior cidade Florianópolis (em área, população e PIB, segundo dados de 2020 a 2022 do IBGE), capital do Estado de Santa Catarina, tem sua maior extensão territorial dentro da Ilha de Santa Catarina, apenas acessível a automóveis e pedestres por meio de três pontes localizadas próximas da centralidade da Capital, duas destas juntas à rodovia federal BR-282, um dos eixos de conexão viária (em conjunto com a BR-101) com demais cidades da Região.

<sup>38</sup> “Entre eles incluem-se a reversão do crescimento demográfico; a recessão econômica, a desindustrialização e a expansão das atividades terciárias; a melhoria da periferia combinada com o empobrecimento das camadas trabalhadoras; o deslocamento de parte das classes média e alta para fora do centro” (Caldeira, 2000, p. 255)

<sup>39</sup> Utilizam-se centralidades levantadas por Almeida (2020) além de seus conceitos para definir a centralidade de Santo Amaro da Imperatriz. Para as distâncias, estimou-se um ponto central acessível pelas rodovias, gerando as distâncias pela média dos caminhos sugeridos pelo *Google Maps*.

Observa-se também entre a Capital e os municípios ao seu redor dinâmicas pendulares<sup>40</sup> quanto a trabalho e a escolas ou creches. Em relação especificamente ao trabalho, segundo o Censo 2010 do IBGE, as cidades da RMF com mais pessoas trabalhando em outro município, proporcionalmente, são Gov. Celso Ramos, Biguaçu, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz, respectivamente. Junto às análises de taxas de atração e repulsão, infere-se o uso dessas como “cidades dormitórios” por parte da população desses municípios<sup>41</sup>.

Adentrando esses municípios, a fim de analisar exemplos de fragmentação e isolamento, enfoca-se aqueles empreendimentos com múltiplas edificações e circulação interna por vias particulares, como também atenta-se para os contextos desses, as características das construções em loteamentos, comércios vicinais e às margens das rodovias de seus entornos; observando a relação desses bairros com os conjuntos isolados:

Em Santo Amaro da Imperatriz (município não adjacente à Capital mas limítrofe de Palhoça e São José, ao sul da RMF), um condomínio fechado de padrão construtivo normal no bairro Vila Becker destoa com sua torre d'água e vinte blocos de quatro pavimentos do restante das edificações às margens da rodovia federal BR-282 (fig. 65). Salvo por mais alguns condomínios verticais de um ou dois blocos e alguns pequenos condomínios horizontais de baixa<sup>42</sup> e alta<sup>43</sup> renda, este é o empreendimento do tipo mais próximo do limite com Palhoça enquanto ainda em Santo Amaro da Imperatriz.

Distando por meio de rodovias aproximadamente 3 km da centralidade de Santo Amaro (arredores da Prefeitura Municipal), 13 km da centralidade de Palhoça (Praça Sete de Setembro), 20 km da centralidade de São José (Kobrasol) e 29 km da centralidade da capital Florianópolis (Mercado Público); o conjunto incorporado no início da década passada, com financiamento pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), atualmente, mais de dez anos depois, ainda mantém muros baixos e com permeabilidade visual para a via de acesso do bairro, sem cercas elétricas ou arames farpados, embora conte com portaria e câmeras ao longo de todo o muro, este sendo maior e mais equipado para os fundos onde faz divisa com lote desocupado.

---

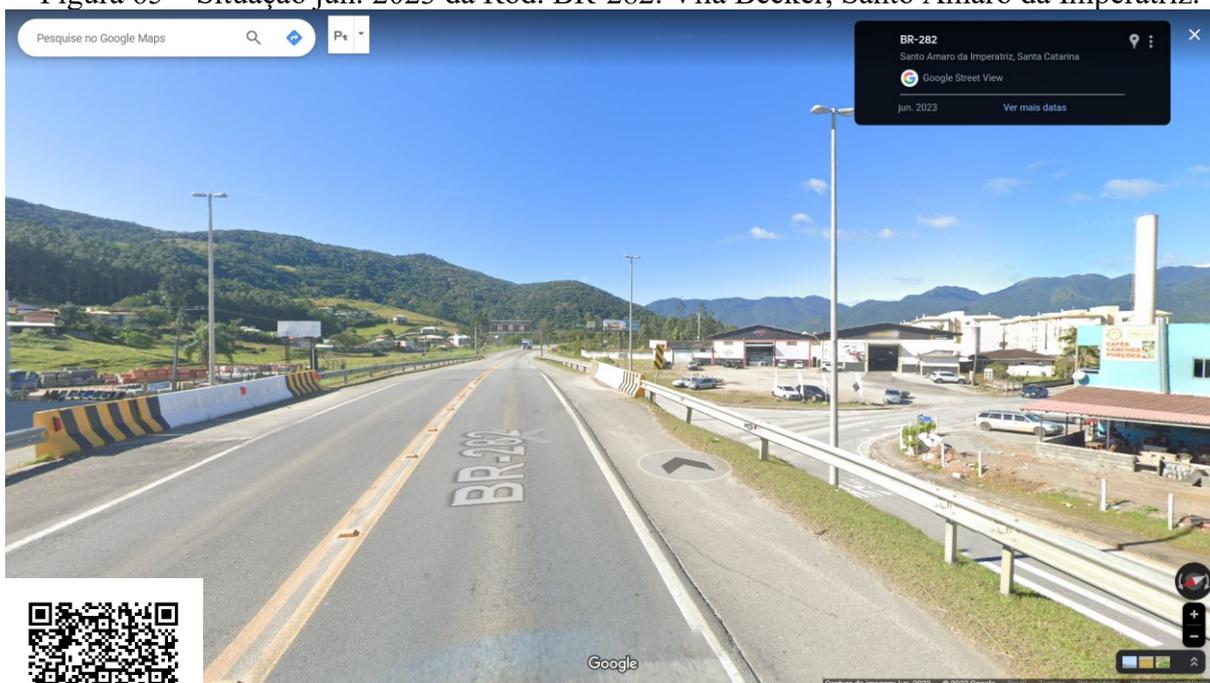
<sup>40</sup> “A expressão ‘movimento pendular’ é habitualmente utilizada para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo.” (Moura *et al.*, 2009, p. 3).

<sup>41</sup> “A grande maioria dos municípios com altas taxas de repulsão formam arcos no entorno de municípios pólos o que significa que possuem funções semelhantes, em geral se encaixam na categoria de municípios-dormitórios: no entorno de Florianópolis tem-se Palhoça, São José, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara, Águas Mornas, Paulo Lopes e Nova Trento;” (idem, p. 50)

<sup>42</sup> Condomínio fechado horizontal direcionado à população de baixa renda em Santo Amaro da Imperatriz (SC). Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/GckTYJjLbrSpvDG8>

<sup>43</sup> Condomínio fechado horizontal direcionado à população de alta renda em Santo Amaro da Imperatriz (SC). Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/8MEY2SADaf83JPr8>

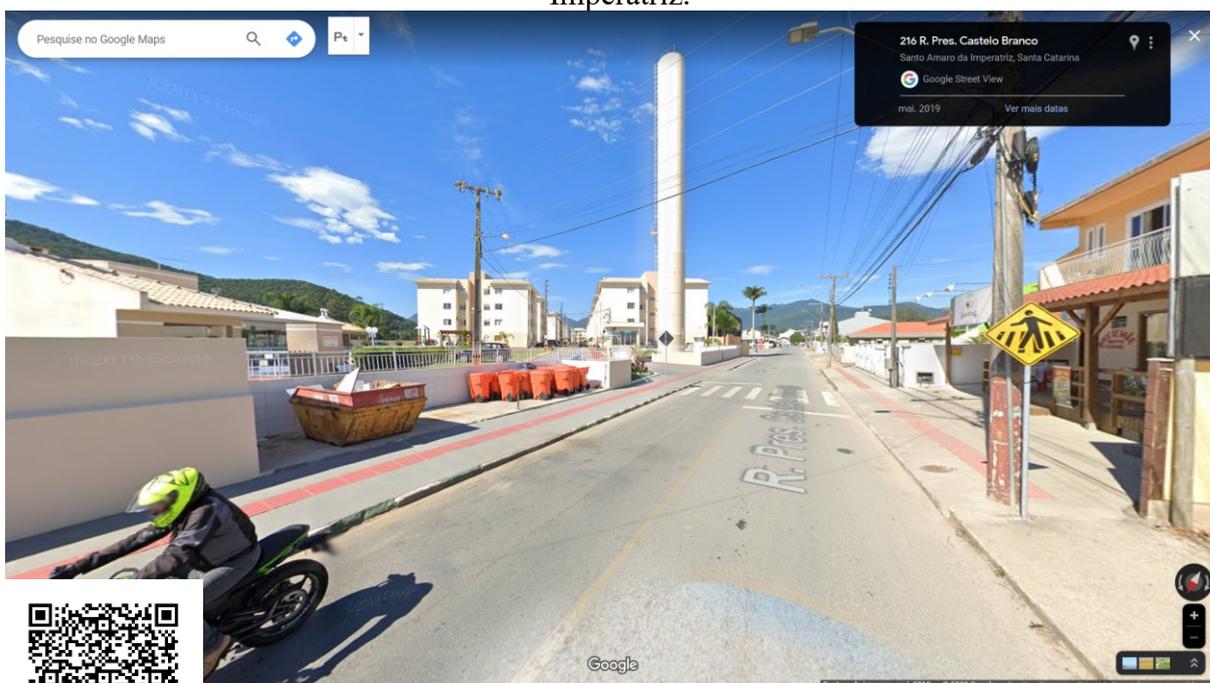
Figura 65 – Situação jun. 2023 da Rod. BR-282. Vila Becker, Santo Amaro da Imperatriz.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/moLNR5bjDHFc1Ef56?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/moLNR5bjDHFc1Ef56?g_st=ic)

Figura 66 – Situação mai. 2019 da R. Pres. Castelo Branco. Vila Becker, Santo Amaro da Imperatriz.



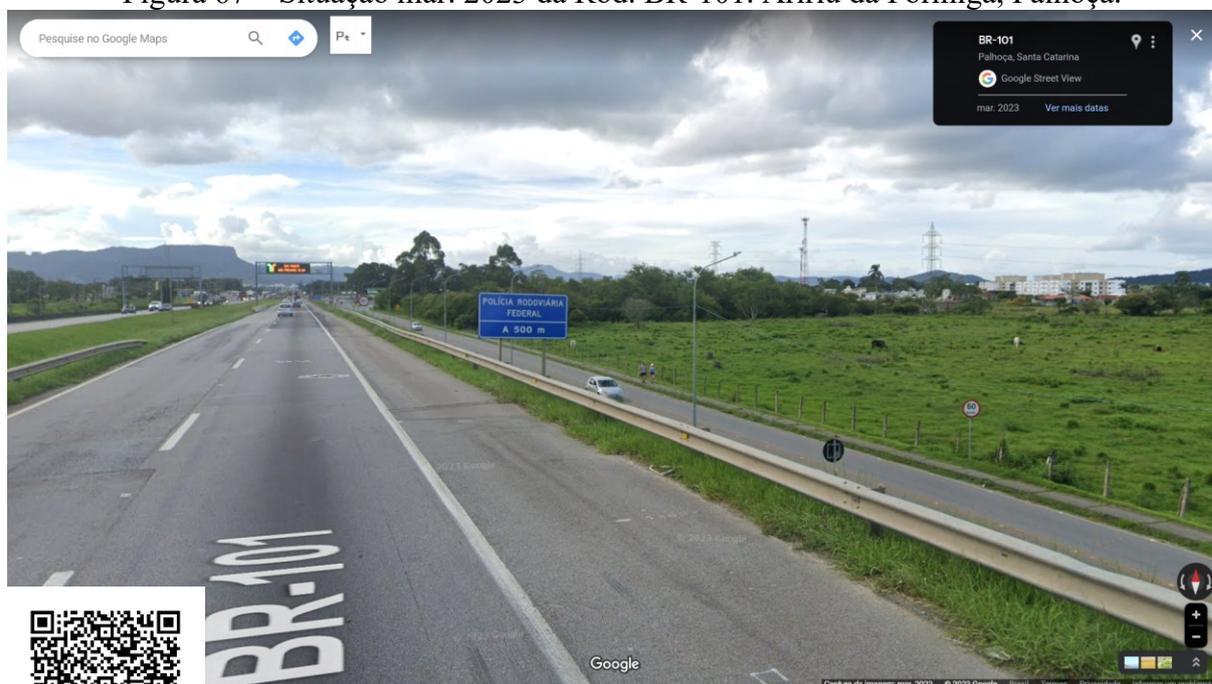
Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/tUyxpjxAm7dJ4LL9A?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/tUyxpjxAm7dJ4LL9A?g_st=ic)

Afora o cercamento do condomínio, conforme se afasta da rodovia e se adentra o bairro, o seu restante conta com várias edificações comerciais e residenciais com poucos pavimentos e pouquíssima ocorrência de dispositivos de segurança e proteção (fig. 66).

Pode-se também observar uma situação muito similar em um condomínio incorporado na mesma época, de mesmo padrão construtivo e forma de financiamento, agora dentro do território de Palhoça, no bairro Aririu da Formiga, desta vez às margens da rodovia federal BR-101 (fig. 67). Embora o bairro esteja menos distante das centralidades — por meio de rodovias, 7 km de Palhoça, 15 km de São José, 22,5 km de Florianópolis — as conformações das vias, da malha e dos loteamentos são também muito similares ao exemplo anterior. No entanto, apesar da também presença de pequenas edificações residenciais e comerciais, adentrando os loteamentos predominantemente residenciais, a ocorrência de dispositivos de proteção, especialmente grades, é constante (fig. 68). Uma particularidade deste condomínio, que só pôde ser observada mais proximamente em conjuntos do PMCMV em Biguaçu ou de décadas anteriores em São José, é a fachada ativa junto à entrada e portaria do conjunto, conferindo comércios diversos para a rua (fig. 69).

Figura 67 – Situação mar. 2023 da Rod. BR-101. Aririu da Formiga, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/7q62ZzgC9AfP5igT6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/7q62ZzgC9AfP5igT6?g_st=ic)

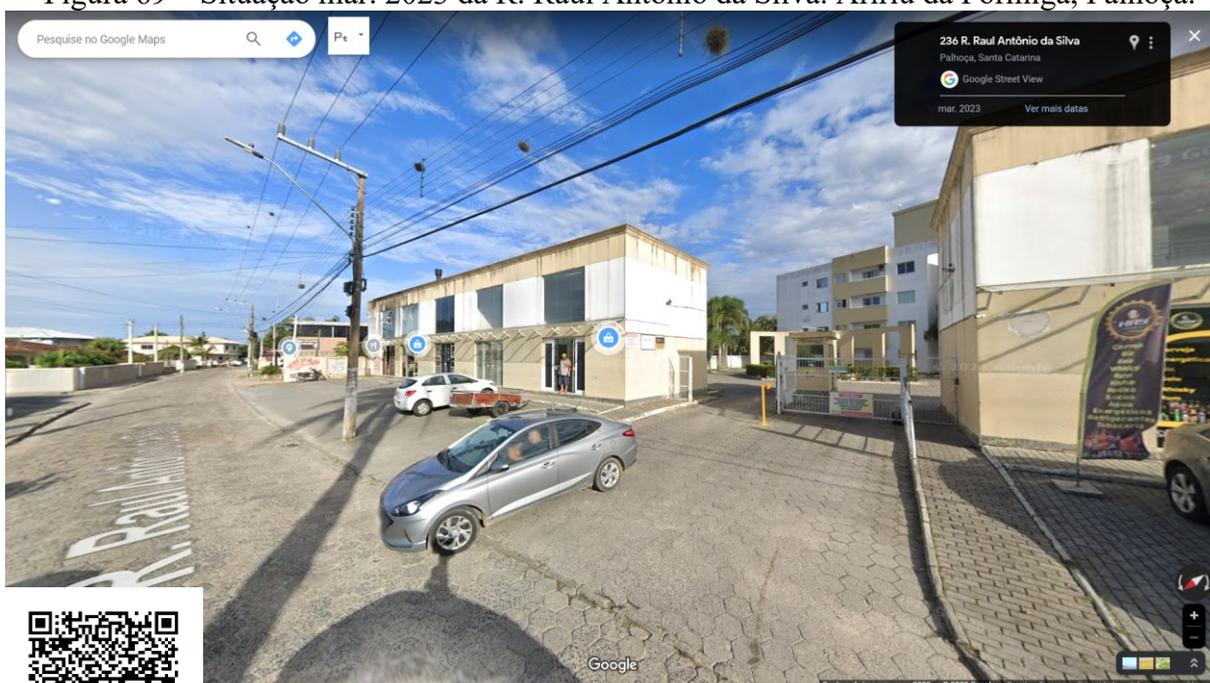
Figura 68 – Situação nov. 2018 da R. Roberto Wagner. Aririu da Formiga, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/XzYZvUZgX5HuZkCP9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/XzYZvUZgX5HuZkCP9?g_st=ic)

Figura 69 – Situação mar. 2023 da R. Raul Antônio da Silva. Aririu da Formiga, Palhoça.



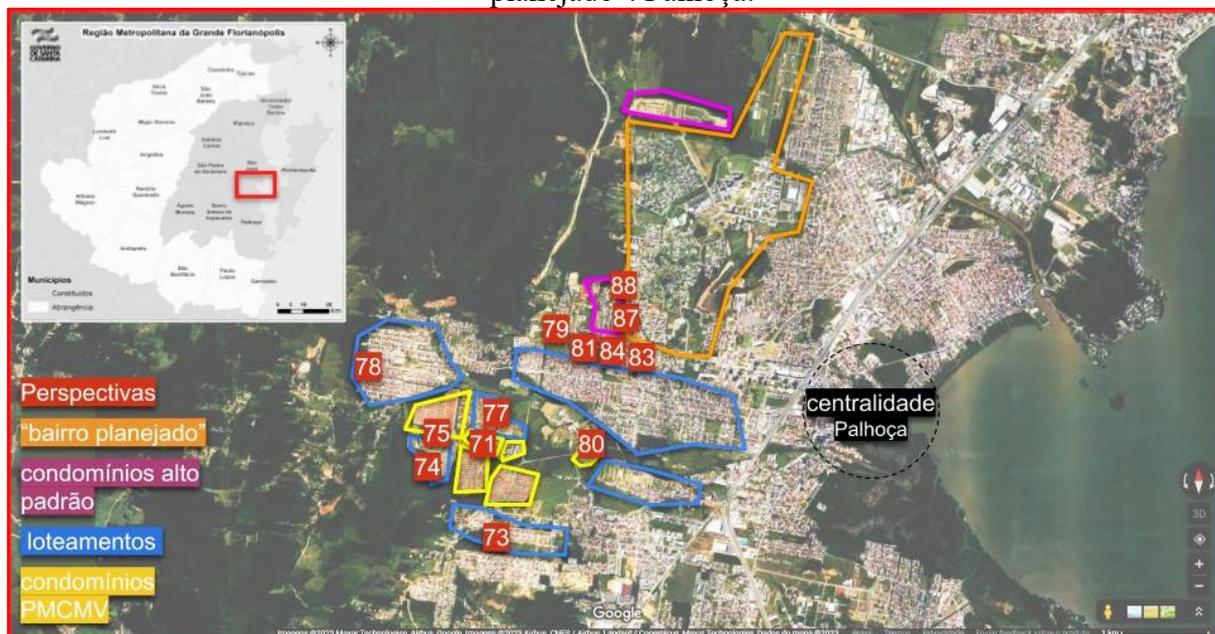
Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/wR6g6iVGmKzSS1th6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/wR6g6iVGmKzSS1th6?g_st=ic)

Aproximando mais ainda das centralidades, encontra-se um agrupamento de diferentes tipologias e formas de fragmentação e isolamento no espaço urbano (fig. 70), verificando-se exemplos de loteamentos, condomínios fechados horizontais e verticais de normal e alto padrão,

próximos de um “bairro planejado”, grande empreendimento que se estende pela malha urbana com pólos residenciais, comerciais e industriais. Tratam-se dos bairros Bela Vista, São Sebastião, Caminho Novo, Passa Vinte, Pagani e Pedra Branca, no município de Palhoça:

Figura 70 – Localização das Perspectivas, loteamentos, condomínios fechados e “bairro planejado”. Palhoça.



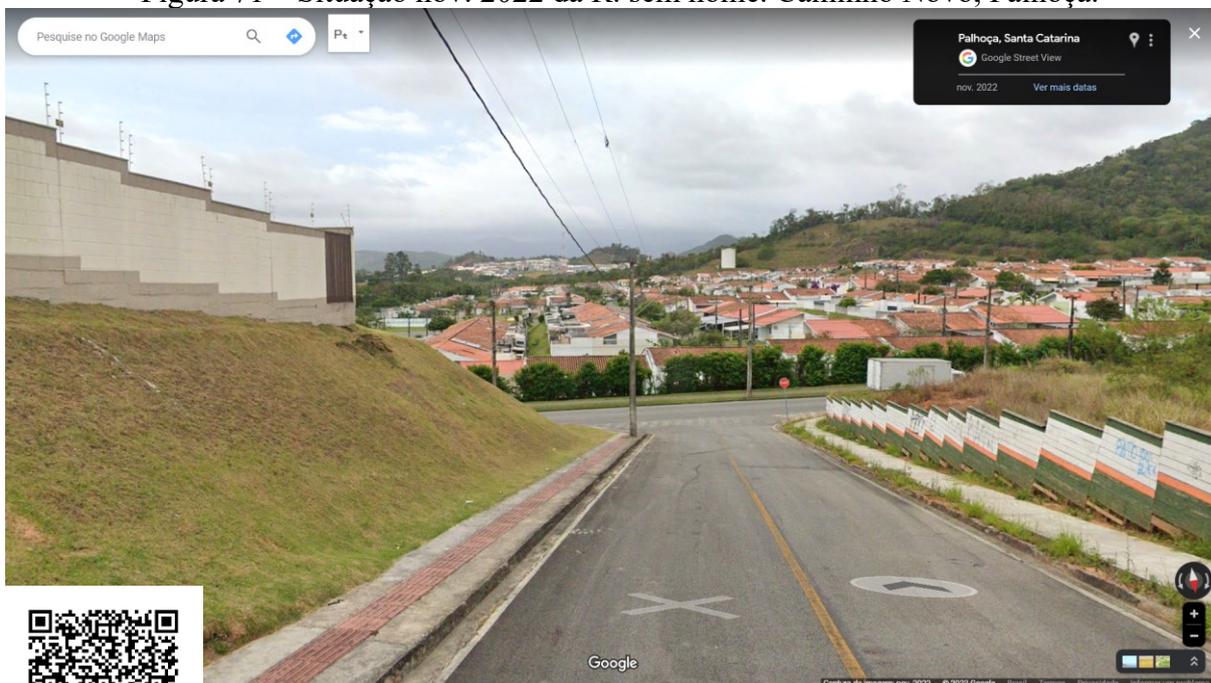
Fonte: adaptado de Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

No bairro Caminho Novo, pelo menos seis condomínios fechados (com indícios de mais obras à caminho) fazem divisa uns aos outros, como também com loteamentos do bairro. São todos destinados à população de renda baixa e média, com financiamento também pelo PMCMV, com normal padrão construtivo. Enquanto alguns desses empreendimentos cercados são do tipo vertical com conjunto de blocos de até quatro pavimentos, outros seguem o modelo horizontal, com unidades geminadas de um ou dois pavimentos (fig. 71). Mesmo quando pertencentes ao mesmo modelo e executados pela mesma construtora, estando em quadras separadas, os condomínios fecham-se uns aos outros com todos os dispositivos de segurança já vistos (fig. 72).

Distando 6,5 km da centralidade no “bairro planejado” (Praça Passeio Pedra Branca), 6 km de Palhoça, 13,5 km de São José e 21 km de Florianópolis; o bairro ainda conta com loteamentos, similarmente aos dois exemplos anteriores, cujas vias públicas conferem edificações comerciais e residenciais baixas (fig. 73) embora, como no último caso, muitas destas apresentem grades e outros dispositivos de proteção (fig. 74). Nota-se também como os loteamentos e suas respectivas construções acompanham temporalmente a incorporação dos conjuntos habitacionais, podendo-se observar ao longo da última década sua implementação

junto à pavimentação, iluminação, infraestrutura e transporte públicos (fig. 75 e 76). Chama à atenção também a especulação imobiliária, podendo ser expressa pelas inúmeras placas de “venda” em terrenos e edificações próximos aos conjuntos (fig. 77).

Figura 71 – Situação nov. 2022 da R. sem nome. Caminho Novo, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/jdge3JwxU58weTuz6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/jdge3JwxU58weTuz6?g_st=ic)

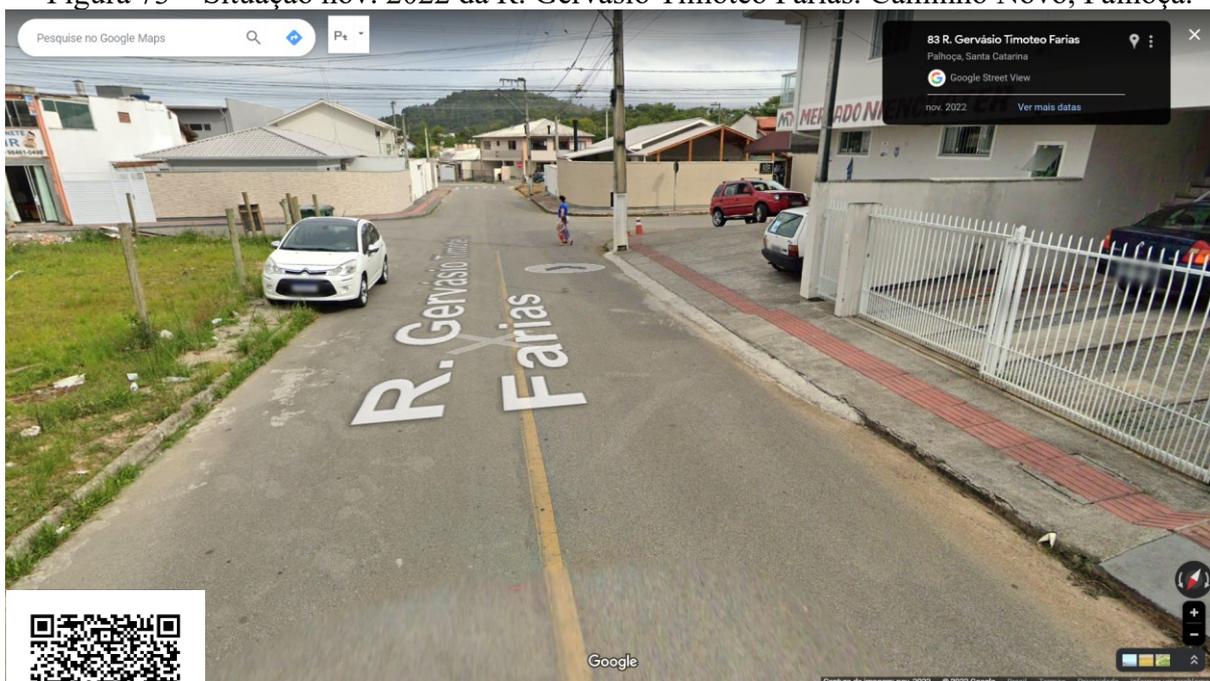
Figura 72 – Situação nov. 2022 da R. sem nome. Caminho Novo, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/rz7Y95jHDGFB6FKv5?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/rz7Y95jHDGFB6FKv5?g_st=ic)

Figura 73 – Situação nov. 2022 da R. Gervásio Timóteo Farias. Caminho Novo, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/21bo8C5EfmXec9xJ9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/21bo8C5EfmXec9xJ9?g_st=ic)

Figura 74 – Situação nov. 2022 da R. Brandina Tozon Zambon. Caminho Novo, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/yPwqrvrHCtrihXru6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/yPwqrvrHCtrihXru6?g_st=ic)

Figura 75 – Situação set. 2011 da Av. Paulo Roberto Vidal. Caminho Novo, Palhoça.

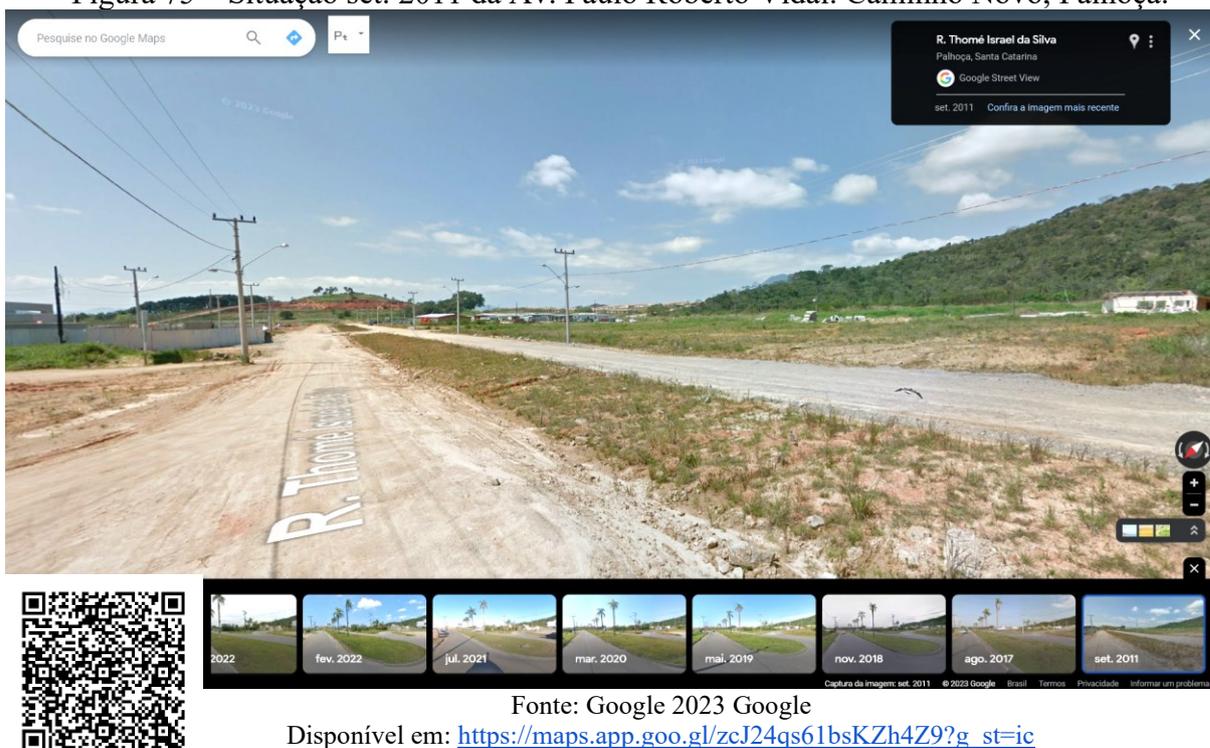


Figura 76 – Situação jun. 2023 da Av. Paulo Roberto Vidal. Caminho Novo, Palhoça.

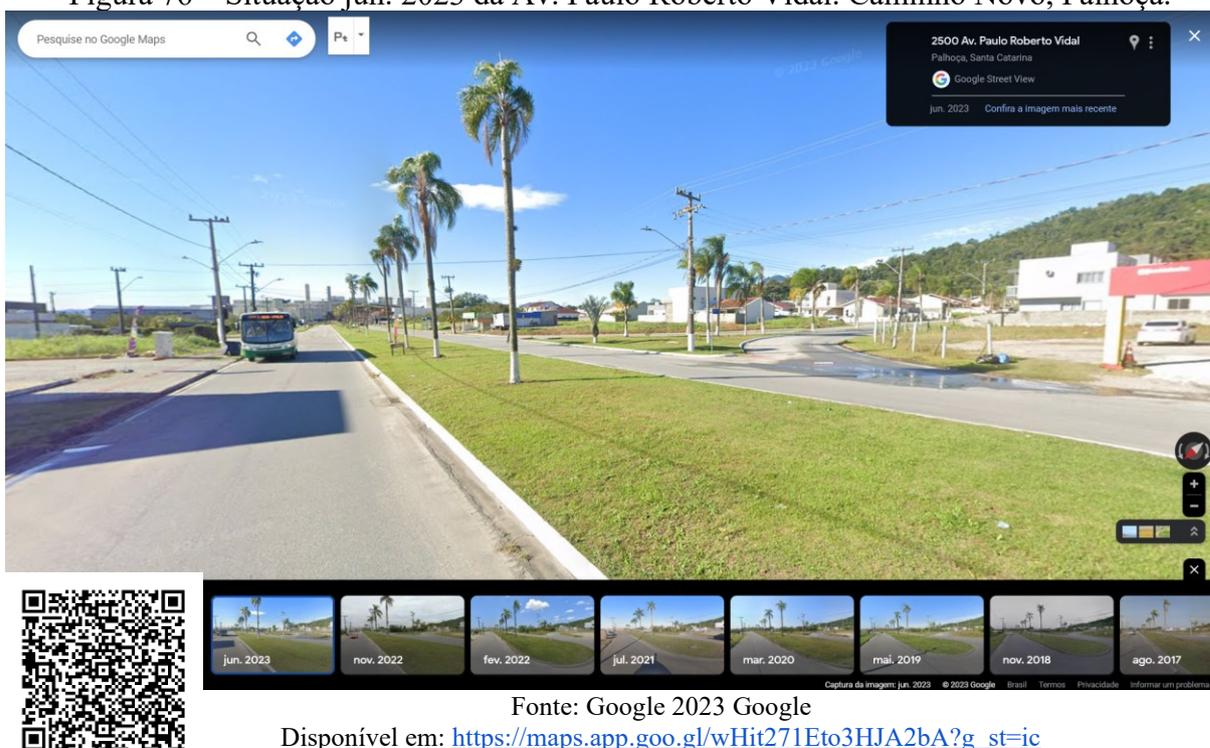
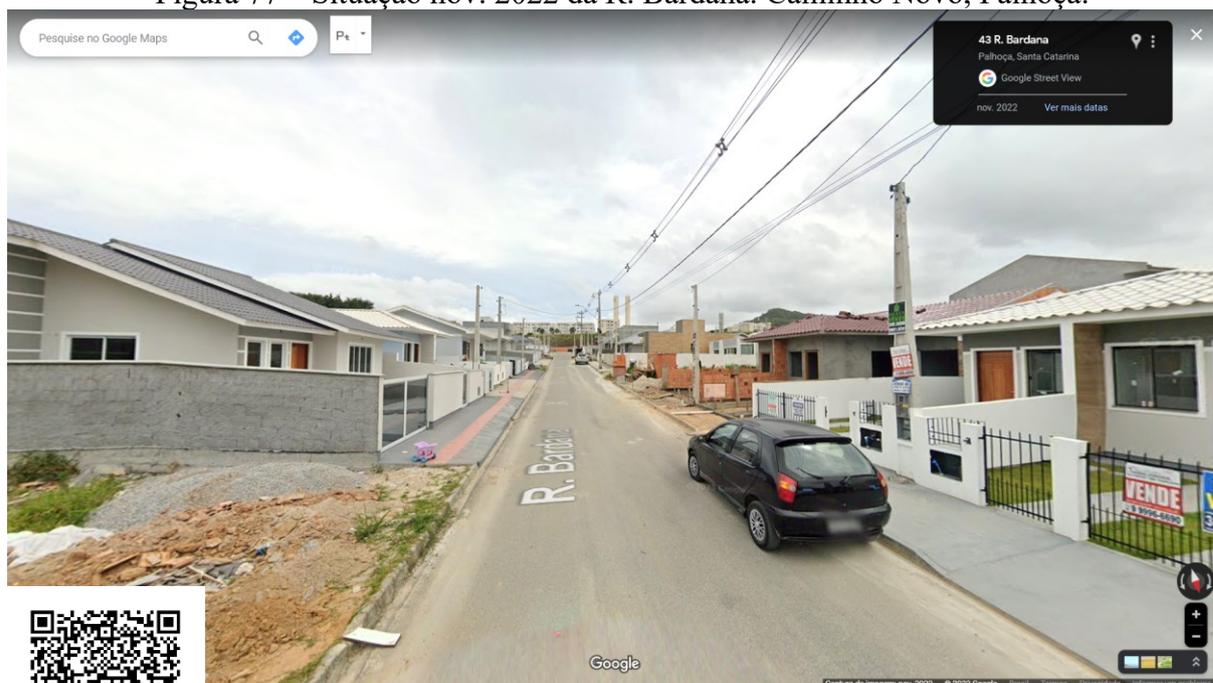


Figura 77 – Situação nov. 2022 da R. Bardana. Caminho Novo, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/yyVueyYhpXvyZMU97?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/yyVueyYhpXvyZMU97?g_st=ic)

No bairro vizinho, São Sebastião, conjuntos habitacionais do tipo vertical, de similar padrão construtivo do exemplo anterior, estão dispostos ao longo de rodovias que ligam os bairros em meio a grandes glebas há décadas desocupadas, possivelmente em especulação, gerando servidões e ruas sem saídas (fig. 78), ou ainda extensos muros para terrenos descampados (fig. 79). Apesar da ocupação ser predominantemente residencial, e sua conformação propiciar enclaves desarticulados com o restante da malha urbana, tal qual o exemplo na região mais remota em Santo Amaro do Imperatriz, esses condomínios conferem muros baixos e visualmente permeáveis, ainda que por vezes equipados com cercas elétricas ou câmeras (fig. 80). Dispositivos como grades também são observados nas edificações dos loteamentos do bairro, acompanhando suas instalações ao longo do tempo (fig. 81 e 82). Comparado com o anterior, este bairro dista 1 km mais próximo de todas as centralidades listadas.

Figura 78 – Situação nov. 2022 da R. Maria Vieira dos Santos. São Sebastião, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/2UNtoNVrRAZv1R329?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/2UNtoNVrRAZv1R329?g_st=ic)

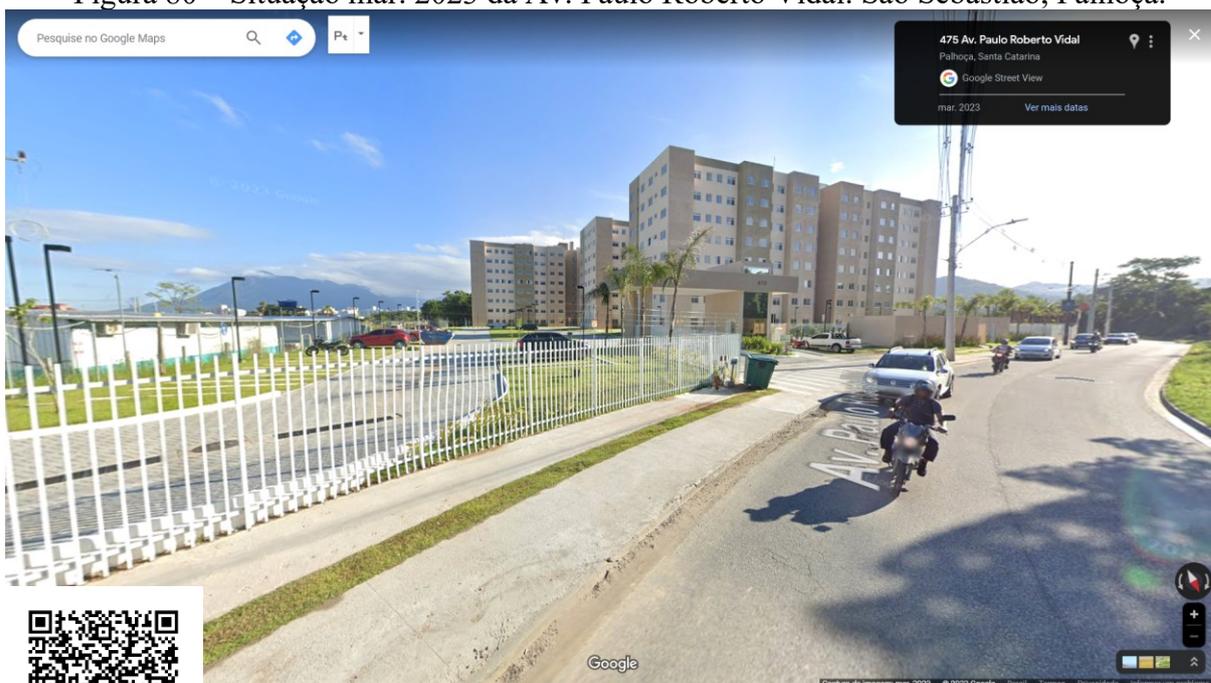
Figura 79 – Situação mar. 2023 da R. Tomaz Domingos da Silveira. São Sebastião, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/8yLChmdoJcj1x4TH6>

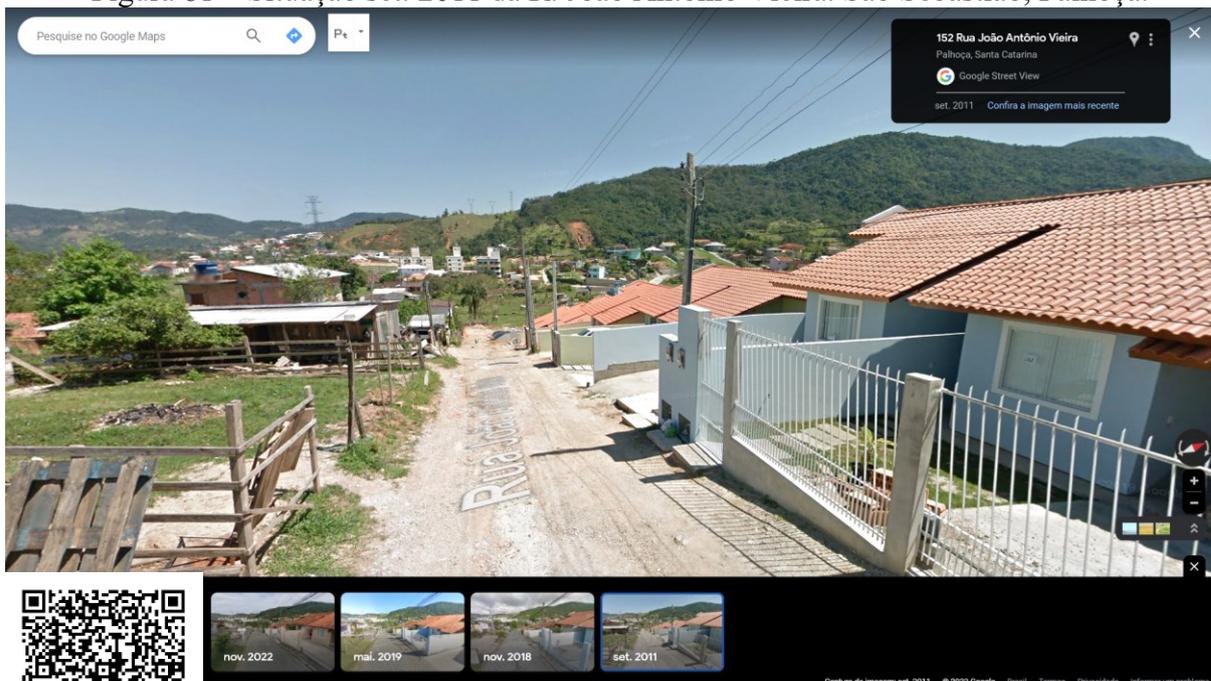
Figura 80 – Situação mar. 2023 da Av. Paulo Roberto Vidal. São Sebastião, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/oXFyugUwjKf2ySMDA?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/oXFyugUwjKf2ySMDA?g_st=ic)

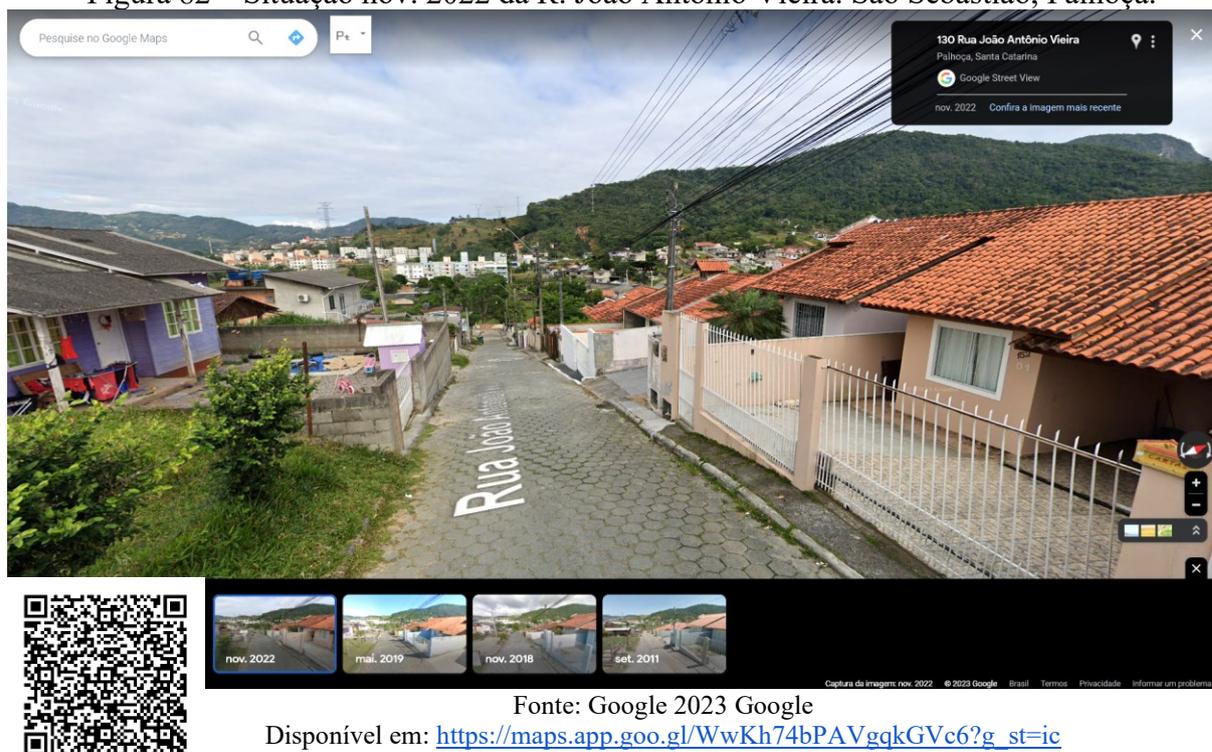
Figura 81 – Situação set. 2011 da R. João Antônio Vieira. São Sebastião, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/c9Qaf69fyzk8HUcD7?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/c9Qaf69fyzk8HUcD7?g_st=ic)

Figura 82 – Situação nov. 2022 da R. João Antônio Vieira. São Sebastião, Palhoça.



Mais próximos do “bairro planejado”, alguns edifícios de alto padrão construtivo e maior número de pavimentos, acompanhados de muros e portarias equipados de dispositivos de segurança, podem ser avistados nos bairros Pagani (fig. 83) e Passa Vinte (fig. 84). Nestes, apesar de blocos únicos ou duplos, o cercamento se dá por muros mais altos que dos exemplos anteriores que, com a recorrência desses edifícios e sem os intervalos das pequenas edificações residenciais, transformam ruas em corredores de grades e muros com câmeras e cercas elétricas (fig. 85). Como aprofundado no tópico anterior, à medida que a renda da população aumenta, em geral, as condições do ambiente acompanham em qualidade material, com melhor iluminação e infraestrutura, vias mais largas ou mesmo os acabamentos dos prédios com maior valor agregado, mais notadamente ao nível das ruas, com o uso de vidro nos muros (fig. 86); sendo que esta qualidade material não necessariamente acompanha a espacial, por exemplo, no caso das calçadas esguias e interrompidas por postes, ou a arborização limitada para dentro dos lotes, mesmo que se observe algumas poucas pessoas caminhando pelas ruas com crianças, animais e carregando sacolas.

Figura 83 – Situação mar. 2023 da R. Ímola. Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/6z5Ba18UKcqQ3KDJ7?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/6z5Ba18UKcqQ3KDJ7?g_st=ic)

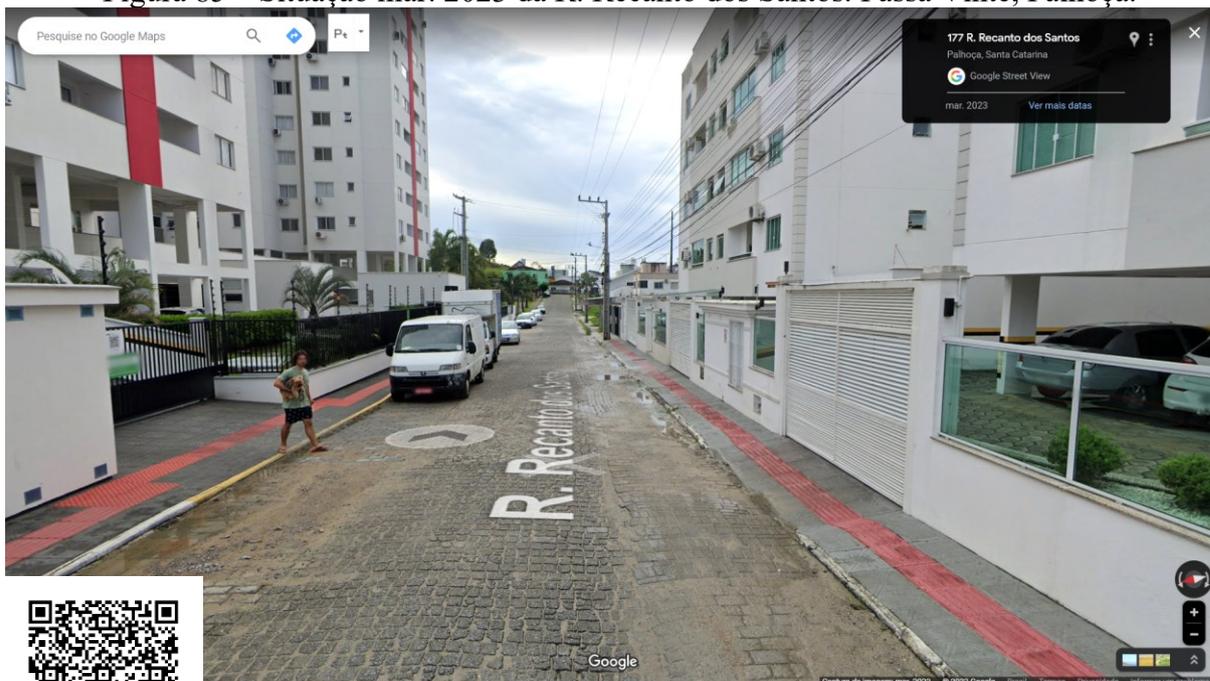
Figura 84 – Situação mar. 2023 da R. Recanto dos Santos. Passa Vinte, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/EH2tAgZM92jA1Ee48?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/EH2tAgZM92jA1Ee48?g_st=ic)

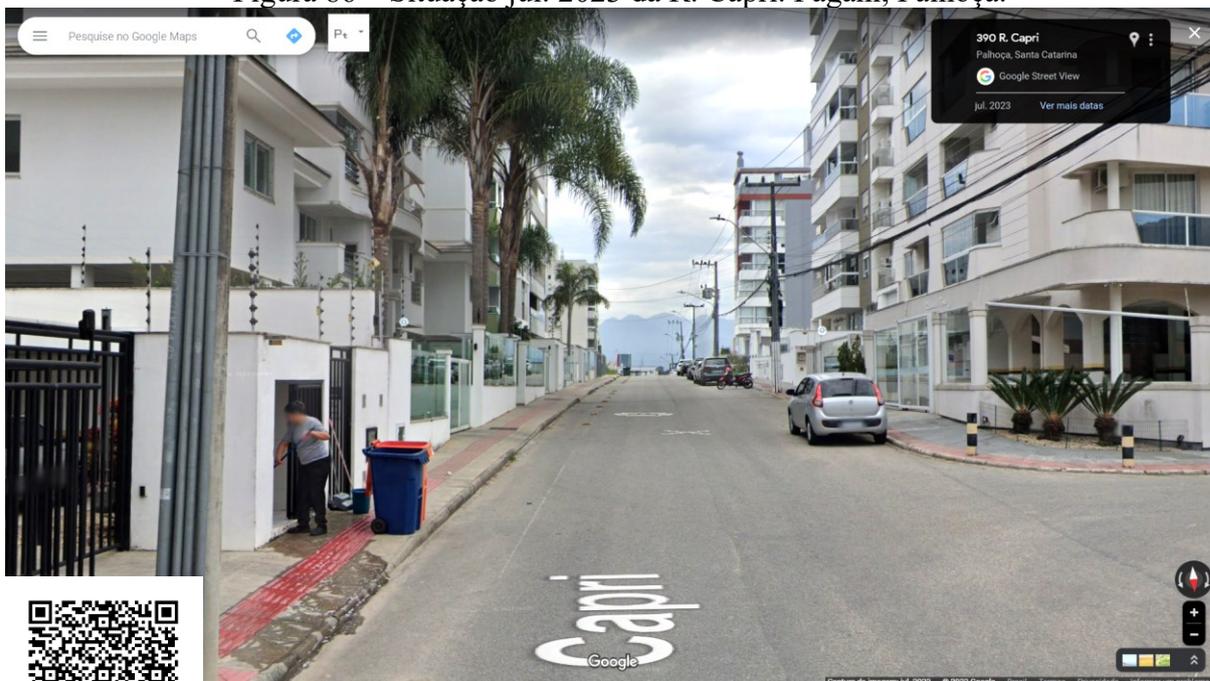
Figura 85 – Situação mar. 2023 da R. Recanto dos Santos. Passa Vinte, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/JAoKMdECEv4cVyyX8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/JAoKMdECEv4cVyyX8?g_st=ic)

Figura 86 – Situação jul. 2023 da R. Capri. Pagani, Palhoça.



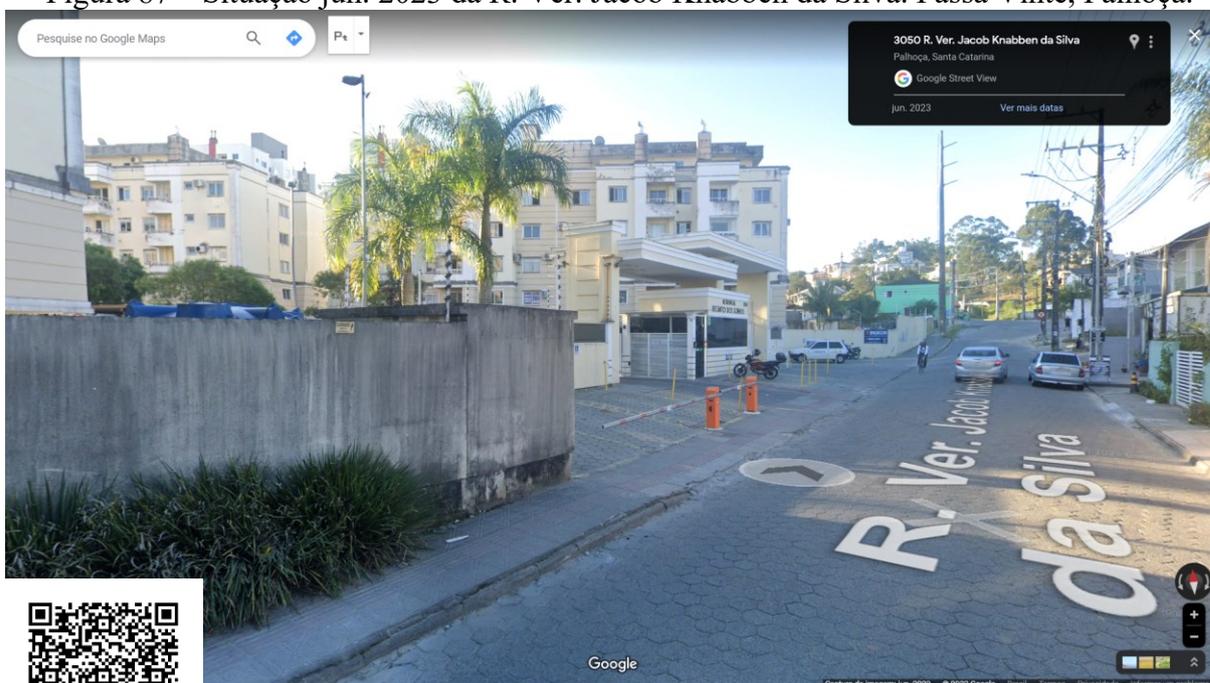
Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/bFH8wcseBcVYc8QU7?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/bFH8wcseBcVYc8QU7?g_st=ic)

Junto a esses, condomínios fechados de alto padrão construtivo nos modelos vertical e horizontal ocupam terrenos do tamanho de múltiplas quadras do bairro, completamente cercados. Em ambos os tipos, o controle de acesso é feito por portaria equipada de guaritas, portões e câmeras, tal qual aquelas dos condomínios de normal padrão financiados pelo

PMCMV, com a diferença dessas direcionadas à população de mais alta renda ostentarem portais ornamentados ou monumentais. Diferentemente do exemplo anterior, também de alto padrão e população de renda mais alta mas em blocos isolados de edifícios, esses condomínios fechados apresentam maior contraste em relação à qualidade das vias e construções adjacentes, o que salienta ainda mais seu isolamento com o restante do bairro (fig. 87).

Figura 87 – Situação jun. 2023 da R. Ver. Jacob Knabben da Silva. Passa Vinte, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/81Dem9LB34jBTRiz9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/81Dem9LB34jBTRiz9?g_st=ic)

A exacerbação disso ocorre no encontro do condomínio fechado de alto padrão horizontal com o “bairro planejado” que, mesmo com suas vias acessíveis ao público, fecha-se com muros duplos (do empreendimento e das unidades residenciais) para a rua que divide com o condomínio (fig. 88) — à esquerda da imagem, pode-se observar a rua bem pavimentada e arborizada com residências sem muros dentro do “bairro planejado” e, embora esta seja acessível ao público, está limitada pelos muros, com algumas poucas entradas equipadas com guaritas, mas sem cancelas ou portões; à direita, está o condomínio fechado horizontal. Na via pública, além de arames farpados e cercas elétricas equipando os muros altos, a ausência de pavimentação na calçada do “bairro planejado” e o muro cego contínuo do condomínio fechado chamam à atenção para a inospitalidade do caminho. Os condomínios distam apenas 2 km da centralidade do “bairro planejado” e 4,5 km de Palhoça, 11 km de São José e 19,5 km de Florianópolis.

Figura 88 – Situação jun. 2022 da R. Ver. João Bernardino da Rosa. Pedra Branca, Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/kalpzir9Mvf68kj77?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/kalpzir9Mvf68kj77?g_st=ic)

Esse comportamento de se excluir, assim, sendo observado em diferentes camadas sociais, por divergentes processos socioeconômicos e com diversas formas e materiais, mesmo podendo ser justificado por um legítimo intento em se sentir mais seguro, justamente por se tratar de espaço e as dinâmicas que isolam e fragmentam o solo urbano, finda em segregação<sup>44</sup>.

Uma vez esse comportamento intrínseco às dinâmicas do mercado imobiliário, a especulação e a produção do espaço urbano<sup>45</sup>, como visto, com grandes empreendimentos e loteamentos em terrenos inexplorados sendo eventualmente servidos pela estrutura do Poder Público, o que resulta como cidade e periferia incluem também essas realidades constatadas com pouca urbanidade, mesmo quando tão próximas das centralidades.

Isso fica ainda mais nítido quando dentro da cidade consolidada, materializado na contraposição de ocupações díspares inseridas à malha urbana, como um caso no bairro Jardim Atlântico (fig. 89), parte continental de Florianópolis (por rodovias, distando apenas 5 km da centralidade na cidade vizinha São José ou 7 km da Capital), em que ocupam uma mesma quadra dois condomínios fechados de blocos verticais (com menos blocos que os exemplos anteriores, mas mesma conformação), sendo um de interesse social do PMCMV (primeiro a ser

<sup>44</sup> “(...) o conflito social (de classes) espelha-se no tecido urbano gestando contínuos e variados processos de produção e apropriação dos espaços construídos. Sua expressão mais visível reside na segregação socioeconômica e espacial imperante nas áreas desigualmente providas de bens e serviços: constatava-se que, ao valorizar certas áreas, as populações pobres que não podem pagar o assim chamado ‘preço do progresso’, são delas expulsas, e desta forma, novas zonas periféricas destituídas de benfeitorias básicas são constantemente produzidas, aumentando a espoliação urbana, o caos urbano e os custos de urbanização.” (Kowarick, 2017, p. 99)

<sup>45</sup> Para maior aprofundamento dessas relações entre auto-segregação e a “espacialidade própria do capitalismo como formação social”, ver Seabra (2004, p. 194) e Sposito; Goés (2013, p. 271–301).

concluído na cidade<sup>46</sup>), o outro, condomínio de alto padrão construtivo (fig. 90), ambos cercados por muros (fig. 91):

Figura 89 – Localização das Perspectivas. Em amarelo, condomínio do PMCMV; em magenta, condomínio de alto padrão. Jardim Atlântico, Florianópolis.



Fonte: adaptado de Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

Figura 90 – Situação fev. 2018. Em primeiro plano, condomínio de alto padrão; ao fundo, conjunto habitacional de interesse social. Jardim Atlântico, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/h54eVxN4hH29ynLF6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/h54eVxN4hH29ynLF6?g_st=ic)

<sup>46</sup> CORREIOSC. Inaugurado 1º Condomínio Minha Casa Minha Vida em Florianópolis. São José, 2018. Disponível em: <https://www.correiosc.com.br/1o-condominio-mcmv-florianopolis/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Figura 91 – Situação de out. de 2018. À esquerda, conjunto habitacional de interesse social; à direita, condomínio de alto padrão. Jardim Atlântico, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/MsXo7qfxVgnGdVDQ7?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/MsXo7qfxVgnGdVDQ7?g_st=ic)

Como já observado em exemplos anteriores, as diferenças entre as tipologias conferem menor distância das janelas de unidades para as vias públicas quando nas habitações da população de menor renda, enquanto nas de maior, pavimentos de garagem, portaria e paisagismo cercado afastam o contato dos moradores com as ruas. Em ambos os casos, os muros dos condomínios não se limitam apenas ao restante da quadra, com terreno descampado em especulação (vide posterior incorporação de empreendimentos acompanhando os últimos anos, enquanto as quadras ao redor estão há décadas consolidadas), estendendo-se o cercamento para suas entradas com câmeras e sensores de segurança, embora o de maior renda apresente também cercas elétricas. É valoroso observar em uma mesma quadra, numa localização bem inserida à cidade, a mistura das populações de rendas diversas, inclusive das unidades residenciais e comerciais nos arredores dos condomínios, contando ainda com praças, creches e escolas públicas. No entanto, o modelo implementado nos dois empreendimentos ainda remete ao de condomínio fechado, destoando das construções do restante do bairro que, mesmo com dispositivos de segurança como grades, arames farpados ou cercas elétricas, apresentam uma escala muito diferente de contato com a rua (fig. 92) — embora, por comparação, mais similar àquela do condomínio do PMCMV (fig. 93). Inere-se também que, por conta da densificação em uma localização mais central da cidade, a disparidade dos novos empreendimentos nos terrenos especulados, junto a essas qualidades infraestruturais observadas e consequente valorização dos terrenos, acarreta em um possível processo de gentrificação e afastamento da

população de menor renda, corroborado pelas placas de “venda” dos imóveis aparecendo nos últimos anos nas imediações das construções.

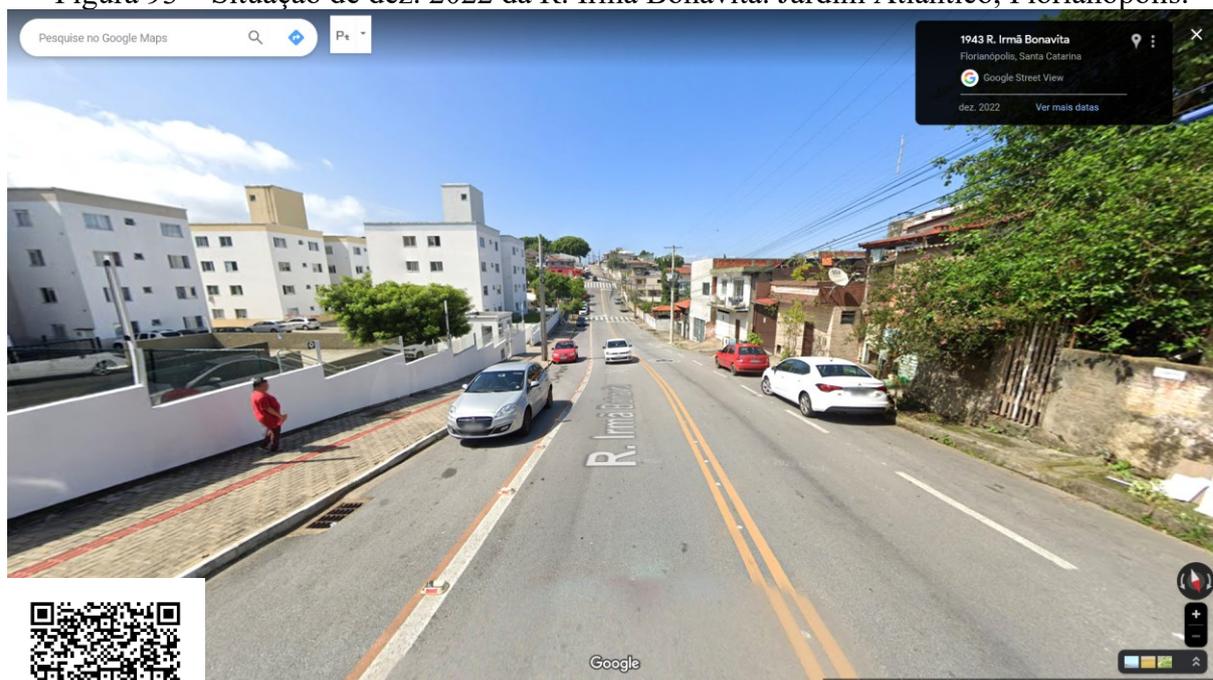
Figura 92 – Situação de jan. 2022 da R. Jorn. O. A. Plat. Jardim Atlântico, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/ufj7rhxrcUxDVXWMA?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/ufj7rhxrcUxDVXWMA?g_st=ic)

Figura 93 – Situação de dez. 2022 da R. Irmã Bonavita. Jardim Atlântico, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/nv2mZ2vLUDJKDtyz8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/nv2mZ2vLUDJKDtyz8?g_st=ic)

Finalmente, dentro da própria Ilha de Santa Catarina, maior porção territorial da capital Florianópolis — onde com seu acesso viário limitado às pontes centrais, segundo o Plano de Mobilidade Urbana sustentável da Grande Florianópolis, o Plamus (Santa Catarina, 2015)<sup>47</sup>, concentra-se o maior número de postos de trabalho dos movimentos pendulares —, podem-se observar variados tipos de empreendimentos que, totalmente circunscritos por medidas de segurança, ocupam a dimensão de múltiplas quadras da malha urbana com suas várias unidades (fig. 94).

Figura 94 – Localização das Perspectivas, condomínios e centralidade. Florianópolis.



Fonte: adaptado de Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

Partindo da centralidade da Capital, nos arredores do centro histórico, Mercado Público, terminais de transporte inter e intraurbanos, centros comerciais, educacionais e turísticos, a região central de Florianópolis apresenta, de forma mais adensada, alguns condomínios com configurações similares aos do exemplo anterior, mais expressivamente, três empreendimentos do modelo vertical, todos em área de população com alta renda segundo o IBGE (2010), sendo um conjunto de quinze blocos de quatro pavimentos cada (fig. 95) e outro

<sup>47</sup> “Os estudos desenvolvidos pelo Plamus (2015) apontaram que a distribuição demográfica na RMF, aliada à concentração de serviços e empregos na Ilha de Santa Catarina, causa um deslocamento pendular diário que representa o maior desafio para a mobilidade regional. Ainda que as viagens municipais superem as intermunicipais em todos os municípios, com 70,10% contra 29,90%, respectivamente, é presente a pendularidade em direção à porção insular do município de Florianópolis, destino de 48,8% das viagens. A Ilha atrai cerca de 829.000 viagens por dia. Dessas, cerca de 190 mil viagens necessitam cruzar a ponte. Considerando a ida à Ilha e a volta à casa, são cerca de 380 mil viagens diárias sobre as oito pistas das pontes em funcionamento. Segundo o Plamus (2015), 172.200 veículos e 24.500 motocicletas cruzam as Pontes Ilha/Continente por dia, transportando o equivalente a 11 mil pessoas por hora. Atualmente, apenas 3% do serviço é feito por ônibus, correspondendo a aproximadamente 10 mil pessoas por hora.” (Schreiner *et al.*, 2019)

de quatro blocos com doze pavimentos cada (fig. 96), ambos com mais de três décadas desde sua incorporação, localizados nos arredores de um *shopping center*, “principal estabelecimento comercial dessa região, atraindo em seu entorno imediato um grande número de restaurantes, bares e hotéis” em que “há um maior equilíbrio entre usos e densidade populacional” e “possuem índices de copresença mais equilibrados ao longo do dia” (Almeida, 2020, p. 75–76). O empreendimento mais recente, junto à avenida Beira-Mar Norte a qual “se configura como limite entre o espaço de intensa circulação de pedestres — ao longo da orla — e o tecido urbano, composto por edificações isoladas no lote e sem interface com o espaço público” (p. 109), confere quatro blocos de dezoito pavimentos cada (fig. 97). Nos três casos, os muros são equipados com arames farpados, cercas elétricas ou sensores, além de câmeras de segurança e entrada por portões com guarita em pelo menos uma de suas porções. Contudo, verifica-se escala das edificações e seus muros mais compatível com seu entorno (se comparado a exemplos anteriores), sendo mais contrastante o condomínio mais recente.

Figura 95 – Situação de fev. 2022 da R. Djalma Moellman. Centro, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/NQHCs1ssF6g7yaGT8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/NQHCs1ssF6g7yaGT8?g_st=ic)

Figura 96 – Situação de fev. 2022 da R. Cruz e Souza. Centro, Florianópolis.



Figura 97 – Situação de jul. 2023 da R. Alm. Carlos da S. Carneiro. Centro, Florianópolis.



Deslocando-se da centralidade, então, diferentes modelos de conjuntos cercados aparecem nos demais bairros da porção insular de Florianópolis. O condomínio fechado horizontal de alto padrão construtivo mais próximo da região central levantado fica no bairro

Carvoeira<sup>48</sup>, distando por rodovias aproximadamente 5,5 km. Isto se dá pelo fato de a distância não ser linear, uma vez que o trajeto até o Centro conta com acesso por túnel, encurtando o deslocamento. O bairro que confere bastante urbanidade pela proximidade com a UFSC e outras instituições contém alguns conjuntos verticais<sup>49</sup>, muito similares ao de múltiplos blocos com quatro pavimentos do exemplo anterior, embora tenham apartamentos com menos dormitórios e dinâmica de aluguel relacionada à Universidade. Os muros e as entradas de ambos os condomínios, horizontal e vertical, não destoam das demais edificações do bairro.

Casos correspondentes ocorrem também nos bairros Trindade e Pantanal<sup>50</sup>, com condomínios fechados horizontais igualmente direcionados à população de alta renda<sup>51</sup> e conjuntos habitacionais com muitos blocos e alta rotatividade, acompanhando-se as várias placas de “aluga” no decurso temporal<sup>52</sup>. Alguns conjuntos de prédios mais recentes e de maior padrão construtivo também podem ser observados<sup>53</sup>. Os empreendimentos distam entre 6 e 8,5 km da centralidade.

Os bairros seguintes Itacorubi<sup>54</sup> e Córrego Grande<sup>55</sup>, menos integrados aos demais e mais afastados do pólo da UFSC, distando entre 9 e 11,5 km do Centro, conferem maior quantidade de condomínios fechados horizontais de alto padrão, além de várias quadras com agrupamentos de edifícios de alto padrão com pelo menos dez pavimentos. Enquanto no Itacorubi os exemplos são exclusivamente residenciais, conferindo muros envidraçados equipados com dispositivos de segurança para as ruas<sup>56</sup>, os condomínios nas imediações do

<sup>48</sup> Condomínio fechado horizontal de alto padrão. Carvoeira: <https://maps.app.goo.gl/Si7iuyeznMhPP14b9>

<sup>49</sup> Condomínio vertical. Carvoeira: <https://maps.app.goo.gl/Ffqr5XJqDyPWGDSA9>

<sup>50</sup> Condomínio fechado horizontal de alto padrão. Pantanal: <https://maps.app.goo.gl/exHsqdShJZLA9GZu9>

<sup>51</sup> Condomínios fechados horizontais de alto padrão. Trindade: <https://maps.app.goo.gl/f1A96ZMoAxbdqD867>  
<https://maps.app.goo.gl/npkrLpknuqVfcLX2A>

<sup>52</sup> Condomínios verticais. Trindade: <https://maps.app.goo.gl/eacu12yhmhctbKLO6>  
<https://maps.app.goo.gl/wTRrviVHX4ojerdZ9>

<sup>53</sup> Condomínios verticais de alto padrão. Trindade: <https://maps.app.goo.gl/sMkeGiscFxDK6Yng7>  
<https://maps.app.goo.gl/fNrYZNpAh36VyxEG9>

<sup>54</sup> Condomínios fechados horizontais de alto padrão. Itacorubi: <https://maps.app.goo.gl/GfAoG28gBmCLeKMi6>  
<https://maps.app.goo.gl/5g4tAvZwMzREauCZ7>

<sup>55</sup> Condomínios fechados horizontais de alto padrão. Córrego Grande:  
<https://maps.app.goo.gl/1cW59Z7ipjtjLALv7>  
<https://maps.app.goo.gl/4zfNfVa4sKMs5dzy8>  
<https://maps.app.goo.gl/V6dcwpM13JpmNDNV8>  
<https://maps.app.goo.gl/ahESMXcjcxsxQoVtZ6>

<sup>56</sup> Agrupamentos de condomínios verticais de alto padrão. Itacorubi:  
<https://maps.app.goo.gl/D2BpZfNHKVA4SbqE6>  
<https://maps.app.goo.gl/iRnpptFYXwZK6wza8>

Parque Linear do Córrego Grande apresentam uso misto, com comércio em algumas fachadas ativas, mesmo que em uma escala monumental desproporcional para o restante do bairro<sup>57</sup>.

Em todos esses exemplos levantados de grandes empreendimentos cercados próximos à principal centralidade da porção insular de Florianópolis, constatam-se apenas edificações para população de média a alta renda, com um único conjunto habitacional destinado à população de baixa renda, implantado por programa de interesse social no alto do maciço do Morro da Cruz, junto ao NEIM do Morro do Mocotó<sup>58</sup>, bairro José Mendes, a pouco mais de 2 km do Mercado Público. Neste caso, porém, o conjunto não é cercado e confere bastantes sinais de urbanidade, com muitas atividades comunitárias associadas às instituições da comunidade, apesar das más condições infraestruturais do bairro como todo.

Outro exemplo mais próximo de conjunto habitado por população de baixa renda aparece somente nos bairros posteriores aos apresentados, como é o caso do Monte Verde e Saco Grande (fig. 98) a 13 km da centralidade de Florianópolis, conferindo alguns conjuntos de programas sociais similares, com suas vias internas acessíveis, sem portarias ou total cercamento, apesar dos dispositivos de segurança, mais notadamente, grades (fig. 99).

Figura 98 – Localização das Perspectivas e condomínios. João Paulo, Monte Verde e Saco Grande, Florianópolis.



Fonte: adaptado de Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

<sup>57</sup> Agrupamentos de condomínios verticais de alto padrão. Córrego Grande:

<https://maps.app.goo.gl/729n57KCavpApWmM8>

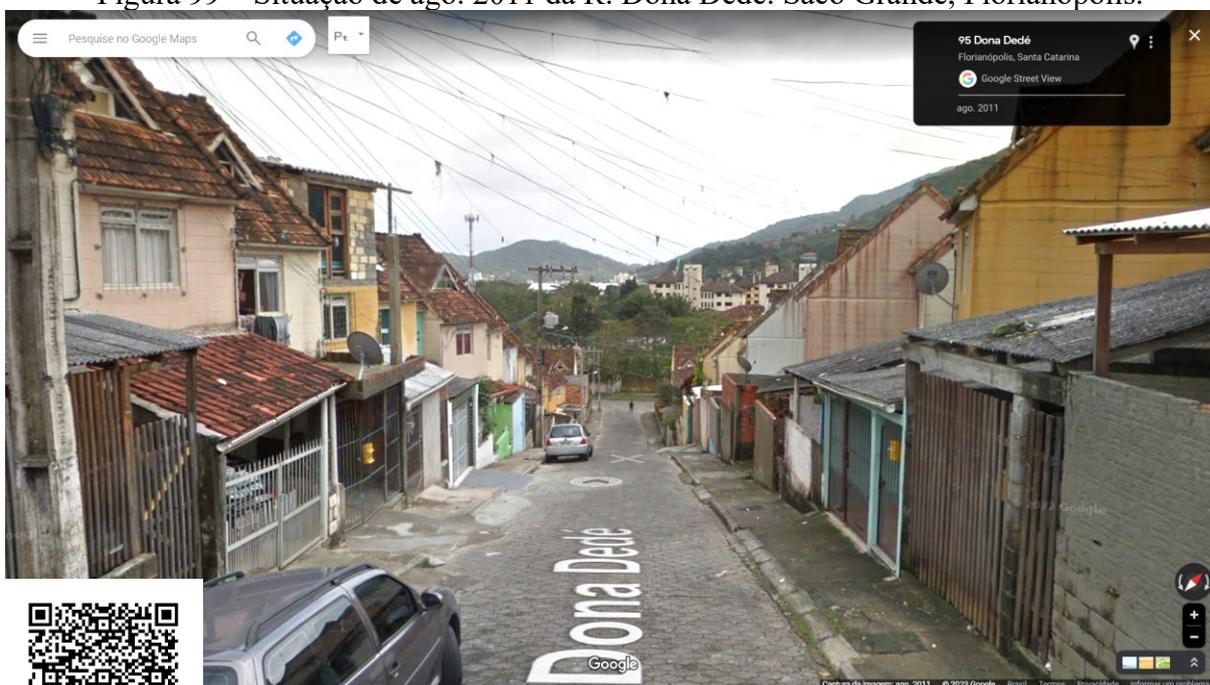
<https://maps.app.goo.gl/M8ZbbefJn6Kdj4n8>

<https://maps.app.goo.gl/SFAQUQnDmb89JKMV9>

<sup>58</sup> Conjunto habitacional de interesse social. José Mendes: <https://maps.app.goo.gl/F4P2P8kmDwgXzVvQ6>

Fazendo divisa com esses conjuntos (como se pode observar ao fundo da imagem anterior), verifica-se no bairro a continuidade dos empreendimentos verticais (fig. 100) e horizontais (fig. 101). Tanto o Monte Verde quanto o Saco Grande, embora apresentem ocupação das populações de baixa a alta renda distribuídas por todo o bairro, com uso predominantemente misto nas imediações da Estrada Virgílio Várzea (principal via vicinal), as construções de alto padrão concentram-se nos condomínios verticais, enquanto as de baixo e normal padrão espriam-se em direção ao morro. Observa-se na última década que as edificações destinadas à renda alta são mais recentes, agrupando-se em torno de novos estabelecimentos às margens da rodovia SC-401, paralela à Virgílio Várzea, indicando possíveis processos de valorização da terra, gentrificação e consequente afastamento de população com menor renda.

Figura 99 – Situação de ago. 2011 da R. Dona Dedé. Saco Grande, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/MiKLvjGSR54niqVr5?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/MiKLvjGSR54niqVr5?g_st=ic)

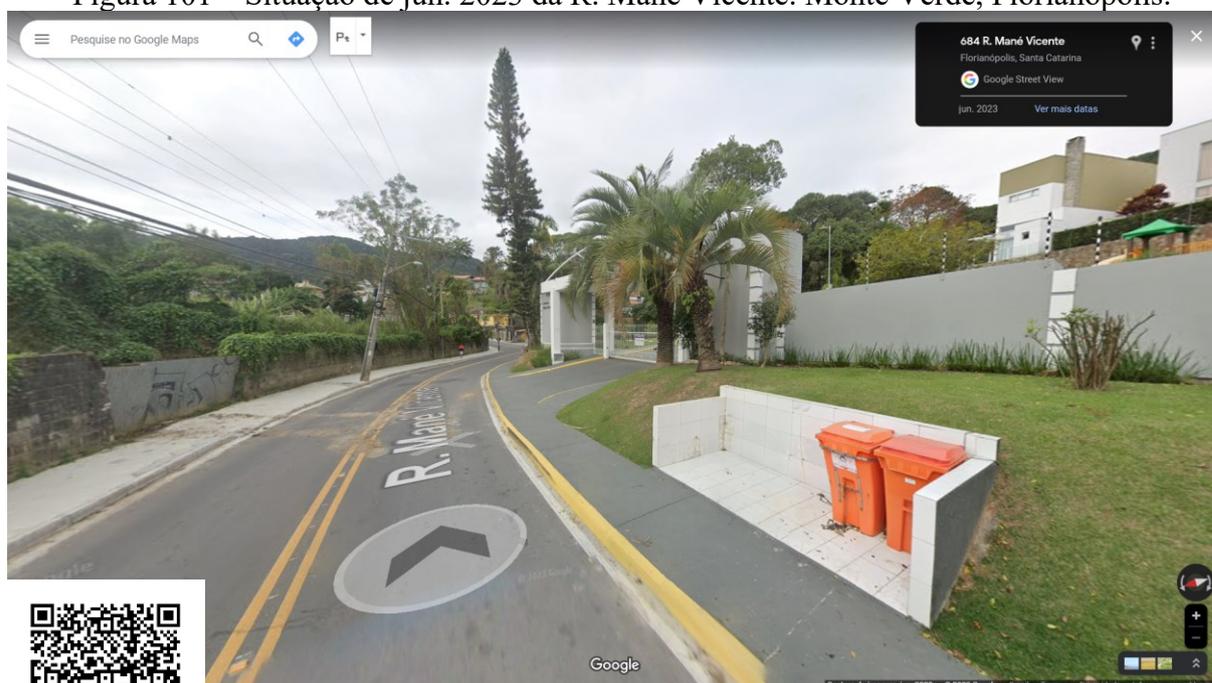
Figura 100 – Situação de set. 2021 da Rod. Virgílio Várzea. Saco Grande, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/xFBrArLBDaFfkL6h6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/xFBrArLBDaFfkL6h6?g_st=ic)

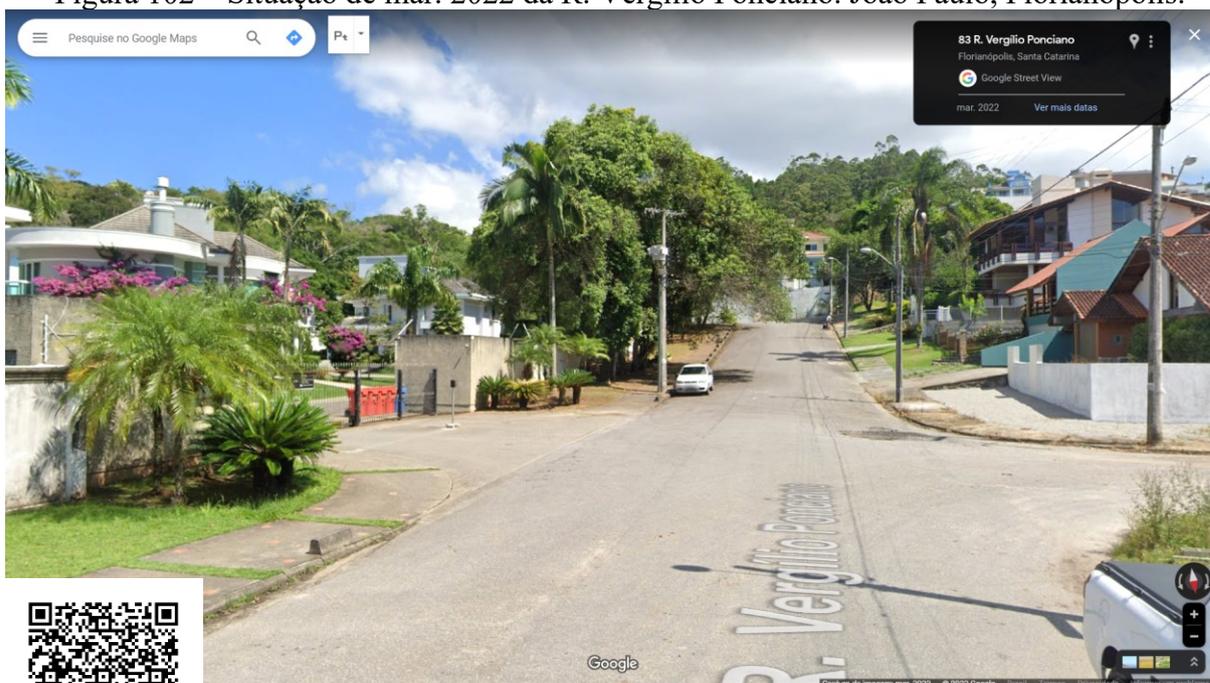
Figura 101 – Situação de jun. 2023 da R. Mané Vicente. Monte Verde, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/7PqziZpjD8wTYUjP7?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/7PqziZpjD8wTYUjP7?g_st=ic)

Figura 102 – Situação de mar. 2022 da R. Vergílio Ponciano. João Paulo, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/95MJ3pDFqsMcAemT8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/95MJ3pDFqsMcAemT8?g_st=ic)

Mesmo que em dimensões e intensidades de ostensividade diferentes, os dispositivos de segurança são constantes por todo o bairro do Monte Verde e do Saco Grande. Comparando com o bairro vizinho, João Paulo, que é geograficamente isolado pelo mar e a topografia em conjunto com a rodovia estadual, em que a população predominantemente de alta renda habita edificações homogeneamente de alto padrão, nota-se a ausência de muros para as vias públicas de muitas residências, embora as guaritas de segurança privada estejam presentes. O contraste dentro do bairro ocorre com os muros dos condomínios verticais e horizontais (fig. 102), estes fortemente equipados — na imagem, condomínio fechado horizontal à esquerda.

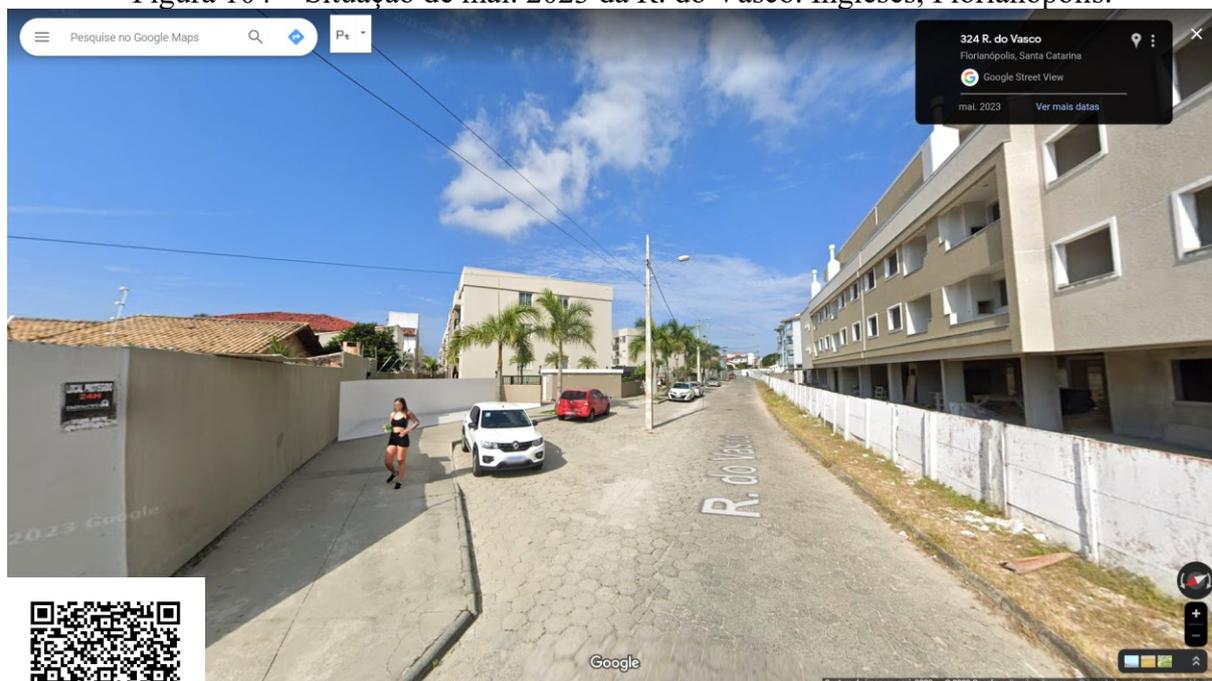
Exemplos similares de fragmentação do solo urbano por grandes condomínios isolados em suas quadras seguem pela extensão da porção insular de Florianópolis até seu extremo norte (fig. 103), bem como pode ser similarmente observado ao leste e ao sul da Ilha. No bairro Ingleses (por rodovias, distando 30 km da região central), pode-se observar um conjunto habitacional com financiamento pelo PMCMV (fig. 104) ao redor de residências e prédios de alto padrão construtivo, próximo de um grande condomínio fechado horizontal destinado à alta renda (fig. 105), todos murados.

Figura 103 – Localização das Perspectivas. Em amarelo, condomínio do PMCMV; em magenta, condomínio fechado horizontal de alto padrão. Ingleses, Florianópolis.



Fonte: adaptado de Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

Figura 104 – Situação de mai. 2023 da R. do Vasco. Ingleses, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/vNCom2SZAnG4vpwh7?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/vNCom2SZAnG4vpwh7?g_st=ic)

Figura 105 – Situação de dez. 2021 da Serv. Três Marias. Ingleses, Florianópolis.

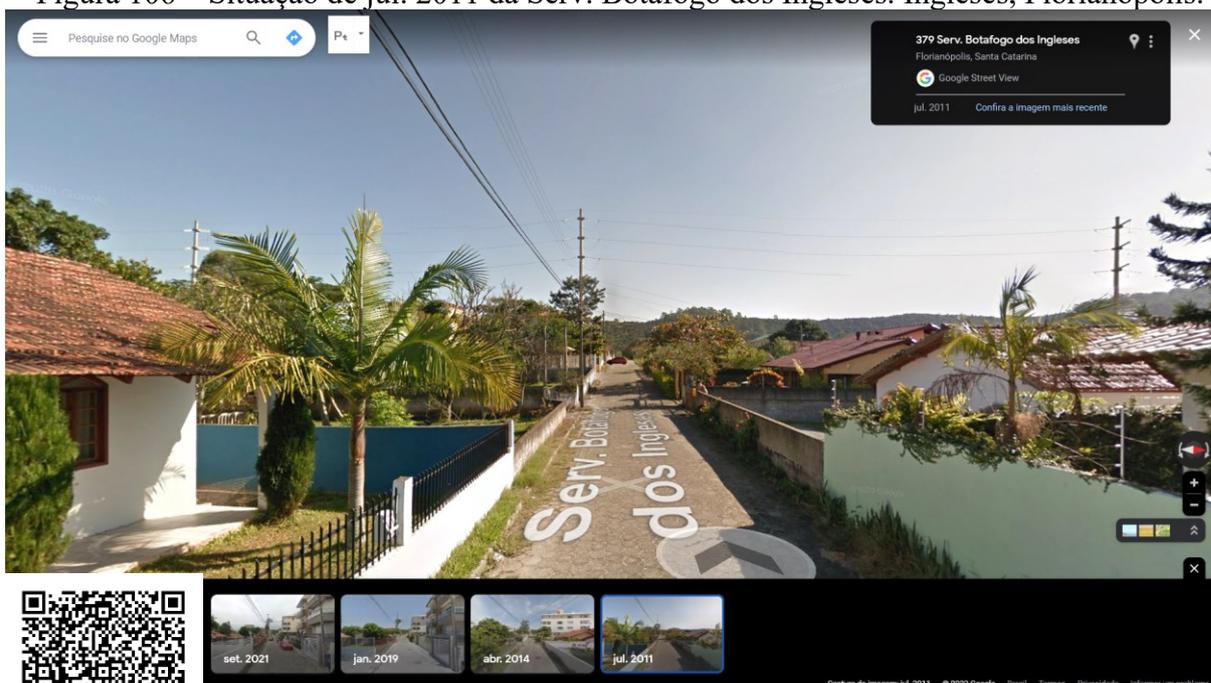


Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/T9VDoaN2H6XZUz3N9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/T9VDoaN2H6XZUz3N9?g_st=ic)

Ao longo da última década já se observavam no bairro muitas das residências com muros acrescidos, grades, arames farpados e cercas elétricas (fig. 106), embora as escalas das residências fossem distintas dos prédios que gradualmente ocuparam os lotes desocupados ou os terrenos de algumas casas vendidas e demolidas. Edifícios esses de poucos pavimentos (até quatro, seguindo o Plano Diretor), mas com muros maiores e mais equipados que das residências mais antigas, podendo-se acompanhar estas equiparando seus cercamentos com os novos edifícios vizinhos com a progressão do tempo (fig. 106 e 107; 108 e 109).

Figura 106 – Situação de jul. 2011 da Serv. Botafogo dos Ingleses. Ingleses, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/PPq7Pm7jvrUJiebn9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/PPq7Pm7jvrUJiebn9?g_st=ic)

Figura 107 – Situação de set. 2021 da Serv. Botafogo dos Ingleses. Ingleses, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/HcbHTtzb8u2mKARCA?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/HcbHTtzb8u2mKARCA?g_st=ic)

Figura 108 – Situação de jul. 2011 da Serv. Botafogo dos Ingleses. Ingleses, Florianópolis.

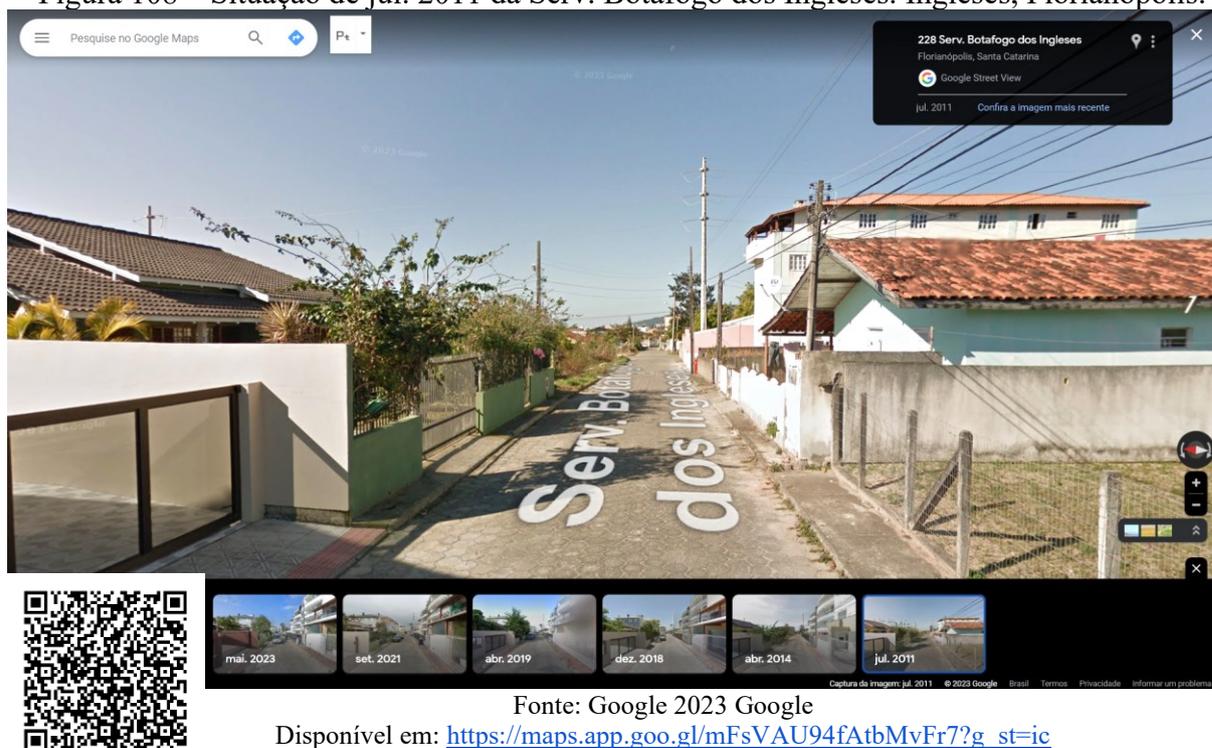


Figura 109 – Situação de mar. 2023 da Serv. Botafogo dos Ingleses. Ingleses, Florianópolis.



Apesar da proximidade com a associação comunitária, administração distrital, escola e creche públicas, além de apresentar ocupação das populações de baixa a alta renda e uso misto na extensão do bairro, as construções mais recentes, horizontais ou verticais, de padrão

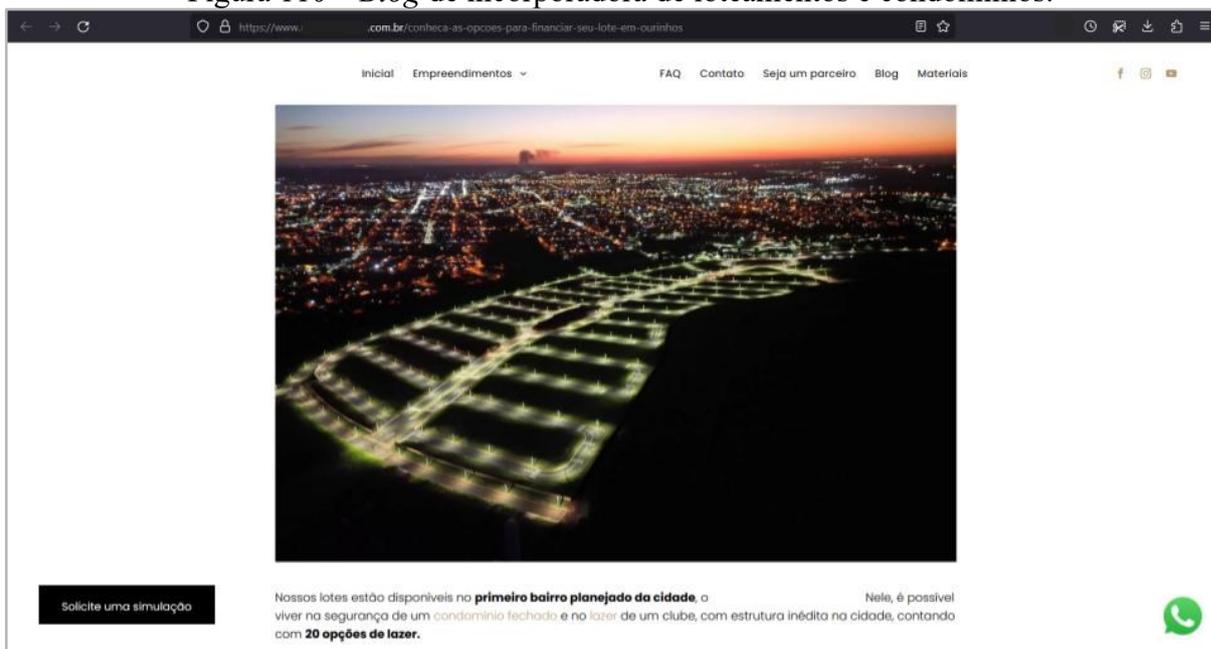
construtivo normal (no caso do condomínio do PMCMV) e alto especialmente em direção aos loteamentos com terrenos descampados, por décadas desocupados (vide geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis, PMF), indicam não apenas possíveis processos de especulação, gentrificação e afastamento da população de mais baixa renda, mas também como os modelos de novas ou reformadas edificações e condomínios do bairro, mesmo quando de renda baixa e média, são os de isolamento dos lotes, com medidas de segurança ostensivas e menor contato com as vias públicas.

Dessa forma, a partir do estudo das relações dessas edificações com o espaço urbano como todo nessas regiões limítrofes, conferindo-se nos variados e distintos casos que se repetem, em suas respectivas escalas e intensidades, por toda a RMF, consegue-se mais do que observar e demonstrar os comportamentos de isolamento e fragmentação do solo, como também é possível inferir, ao se acompanhar no decorrer da última década, como as conformações das cidades, em estrutural desigualdade de renda, infraestrutura e acessibilidade, imersas em manifestações de medo e insegurança, produzem segregação:

Os fragmentos fortificados não se destinam a ser subordinados a uma ordem pública total cimentada por ideologias de abertura, acessibilidade, tolerância de diferenças ou promessas de incorporação. A heterogeneidade agora deve ser levada mais a sério: os fragmentos expressam desigualdades irreconciliáveis, não simples diferenças. Na cidade de muros não há tolerância para com o outro ou pelo diferente. O espaço público expressa a nova intolerância. (Caldeira, 2000, p. 313)

#### 4.3 CIDADE “PLANEJADA” E “IMPROVISADA”

Neste subcapítulo, pretende-se analisar relações entre habitações e vias em empreendimentos privados e espaços públicos, intentando-se contextualizar a cidade que é vendida com a cidade que é vivida, a partir da confrontação desses lugares com fatos políticos e eventos climáticos, demonstrando como ambos espaços, público e privado, embora de diferentes modos, são afetados e estão inseridos às relações sociais e ao sistema urbano da cidade a qual pertencem.

Figura 110 – *Blog* de incorporadora de loteamentos e condomínios.

Fonte: adaptado de Divulgação

A fotografia aérea do empreendimento (fig. 110) traduz visualmente o que se argumenta no artigo “Vantagens de morar em bairro planejado” do *blog* de sua incorporadora, com a cidade sendo representada pelos pontos heterogêneos de iluminação pública e edificações conformadas irregularmente, contrastados por vias pavimentadas e gramados uniformemente iluminados em um circuito fechado do “bairro planejado”, ilustrando a infraestrutura privada que está completamente pronta para então receber as edificações, cuja ausência é simbolizada pelo vazio; serem planejados “significa que são construídos com todo suporte necessário antes que os moradores se instalem (e não depois, como no caso de muitos bairros do Brasil)”:

O crescimento desordenado das cidades brasileiras faz com que a construção de diversos bairros seja realizada de forma improvisada, pois os moradores se instalam antes que os bairros estejam devidamente estruturados. Na ausência do suporte necessário, o local fica sujeito a diversos problemas estruturais, como a falta ou a inadequação de saneamento básico, a ausência de asfalto, a possibilidade de alagamentos e o sistema de eletricidade falho.

Diante dessas dificuldades, os bairros planejados surgem como uma alternativa para livrar o morador de qualquer estresse em relação à infraestrutura. Eles são planejados, o que significa que são construídos com todo suporte necessário antes que os moradores se instalem (e não depois, como no caso de muitos bairros do Brasil). Assim, sua parte estrutural é completa, com rede elétrica, de drenagem, esgoto, abastecimento de água e asfalto, projetados e construídos pelos melhores profissionais.

Além disso, os bairros oferecem área de lazer, serviços e comércio. A ideia é proporcionar ao morador a melhor qualidade de vida possível, fazendo

com que ele tenha acesso a tudo que precisa sem a necessidade de se deslocar muito.<sup>59</sup>

Esse discurso de mercado, que revela uma compreensão da cidade como insolúvel pelos meios públicos, utiliza de fatos concretos e facilmente perceptíveis em certas áreas das cidades, como más condições infraestruturais ou malha viária irregular, para propor seu empreendimento particular como solução. Esse raciocínio sugere que, quando não planejado, “a construção de diversos bairros seja realizada de forma improvisada” por conta do “crescimento desordenado”.

A disparidade estrutural entre cidade pública e empreendimentos privados que é usada como argumento pela publicidade das incorporadoras, ao menos superficialmente, pôde ser observada em todos os exemplos de cercamentos anteriormente demonstrados, com ênfase, nas contraposições de condomínios fechados de alto padrão e bairros de população com baixa renda, inclusive quando se comparando as condições das avenidas públicas que servem os condomínios com as ruas dos bairros. Esses exemplos mostram como a desigualdade não se materializa somente nas construções particulares, aparecendo mesmo em obras infraestruturais de competência do Poder Público. Enquanto esses envolvem processos de interesses políticos e econômicos, o que se experiencia na cidade, abastecendo os argumentos da publicidade das incorporadoras, são as qualidades de uma cidade idealmente justa e democrática “com rede elétrica, de drenagem, esgoto, abastecimento de água e asfalto (...) área de lazer, serviços e comércio (...) acesso a tudo que precisa sem a necessidade de se deslocar muito” estando limitadas a quem possa pagar pela “melhor qualidade de vida possível”.

Em Biguaçu (município adjacente a São José, Antônio Carlos e Gov. Celso Ramos, ao norte da RMF), o exemplo das relações de disparidade entre bairros, loteamentos, condomínios fechados e um “bairro planejado” vizinhos possibilitam uma melhor compreensão da complexidade da produção do espaço urbano (fig. 111). Expressões de segregação socioespacial, mantidas por desigualdade infraestrutural e medidas de segurança, perpassam as condições climáticas e morfológicas, dinâmicas econômicas e políticas, planejamento e desenvolvimento urbano.

A cidade historicamente afetada por enchentes e transbordamento dos rios (como uma tradicional marchinha de carnaval diz “choveu, choveu / Biguaçu encheu”), após obras de macrodrenagem e dragagens de rios iniciadas na década passada<sup>60</sup>, com porções ainda sem

<sup>59</sup> DIVULGAÇÃO. **Vantagens de morar em bairro planejado.** Londrina, 2019. Disponível em: [https://www\(...\)com.br/morar-em-bairro-planejado](https://www(...)com.br/morar-em-bairro-planejado). Acesso em: 10/09/2023.

<sup>60</sup> BIGUANEWS. **Biguaçu passa sem ocorrências graves após forte chuvarada dessa semana.** Biguaçu, jan. 2018. Disponível em: <https://biguanews.com.br/biguaçu-passa-sem-ocorrencias-graves-apos-forte-chuvarada-dessa-semana/>. Acesso em: 10/09/2023.

conclusão<sup>61</sup> por conta de diversos fatores políticos, econômicos e de licenciamento ambiental<sup>62</sup>, convive ao longo do ano todo<sup>63</sup> com constantes alagamentos<sup>64</sup> em seus bairros, tanto mais afastados<sup>65</sup> quanto centrais<sup>66</sup>, atendidos ou não pelas obras de drenagem, envolvendo disputas políticas quanto às obras<sup>67</sup> e frequentes manutenções<sup>68</sup>.

Figura 111 – Localização das Perspectivas, loteamentos, condomínios fechados e “bairro planejado”. Biguaçu.



Fonte: adaptado de Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

<sup>61</sup> PREFEITURA DE BIGUAÇU. **Avançam obras de macrodrenagem no Vendaval.** Biguaçu, mar. 2023. Disponível em: <https://www.bigua.sc.gov.br/noticia-758587/>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>62</sup> BIGUANEWS. **Prefeitura de Biguaçu conquista liberação para dragagem do Rio Caveiras.** Biguaçu, out. 2021. Disponível em: <https://biguanews.com.br/prefeitura-de-biguaçu-conquista-liberacao-para-dragagem-do-rio-caveiras/>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>63</sup> Ocorrências como as de jan. 2018, mar. 2018, jan. 2019, jun. 2021, out. 2022 e dez. 2022 foram relatadas nos noticiários locais e *website* da Prefeitura: PREFEITURA DE BIGUAÇU. **Prefeitura de Biguaçu declara situação de emergência.** Biguaçu, dez. 2022. Disponível em: <https://www.bigua.sc.gov.br/noticia-753148/>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>64</sup> BIGUANEWS. **Ruas voltam a ficar alagadas em bairro de Biguaçu; veja vídeo.** Biguaçu, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://biguanews.com.br/ruas-voltam-a-ficar-alagadas-em-bairro-de-biguaçu-veja-video/>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>65</sup> BIGUANEWS. **Interior de Biguaçu também registra alagamentos com forte chuva; veja fotos.** Biguaçu, jan. 2018. Disponível em: <https://biguanews.com.br/interior-de-biguaçu-tambem-registra-alagamentos-com-forte-chuva-veja-fotos/>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>66</sup> NDMAIS. **Moradores de Biguaçu limpam quintais e casas atingidas por alagamentos.** Biguaçu, jan. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/moradores-de-biguaçu-limpam-quintais-e-casas-atingidas-por-alagamentos/>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>67</sup> BIGUANEWS. **Vereadores apontam que alagamentos ocorreram por falta de manutenção na macrodrenagem.** Biguaçu, abr. 2018. Disponível em: <https://biguanews.com.br/vereadores-apontam-que-alagamentos-ocorreram-por-falta-de-manutencao-na-macrodrenagem/>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>68</sup> Na mídia local e *website* da Prefeitura, notícias desta realizando a limpeza e manutenção dos canais de macrodrenagem foram relatados em out. 2017, mai. 2018, mar. 2019, mar. 2021 e fev. 2023: PREFEITURA DE BIGUAÇU. **Prefeitura de Biguaçu faz limpeza de valas em ação de prevenção contra enchentes.** Biguaçu, fev. 2023. Disponível em: <https://www.bigua.sc.gov.br/noticia-757382/>. Acesso em: 10/09/2023.

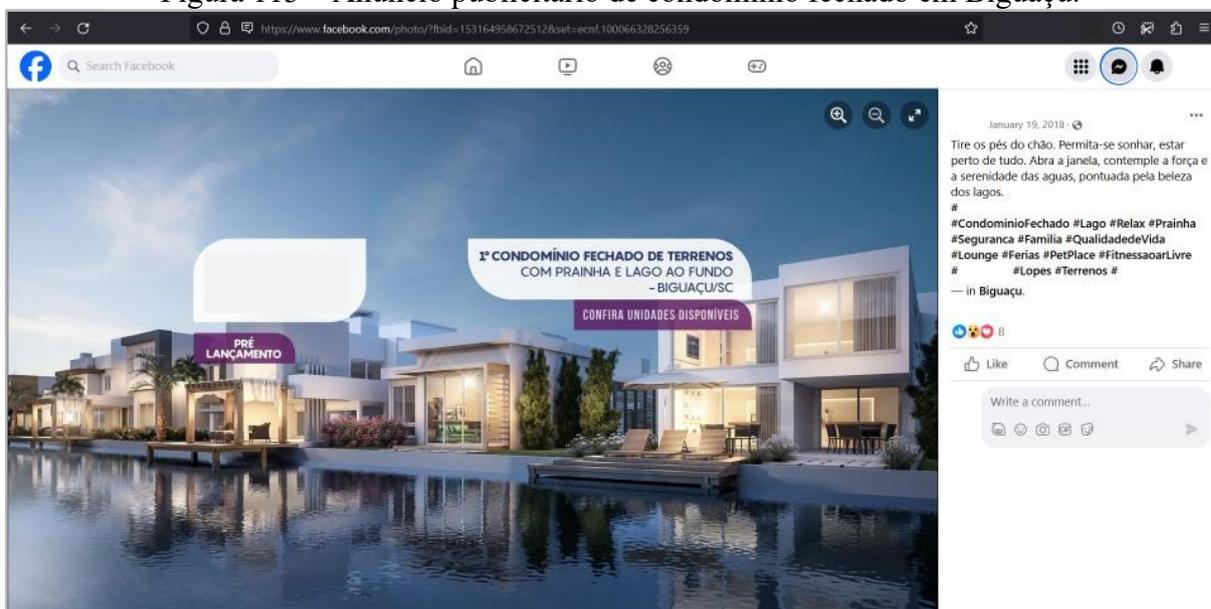
Essas relações complexas se interpõem no decorrer do tempo: Por exemplo, na mesma semana em que os bairros Prado, Vendaval, Fundos e Rio Caveira enfrentavam alagamentos, em janeiro de 2018 (fig. 112), era divulgado nas redes sociais da incorporadora do “bairro planejado” vizinho um novo condomínio fechado a ser implantado com “prainha e lago” — um sistema privado de drenagem e represamento de águas (fig. 113).

Figura 112 – Registro fotográfico de alagamento no bairro Rio Caveiras, Biguaçu.



Fonte: Biguá News

Figura 113 – Anúncio publicitário de condomínio fechado em Biguaçu.

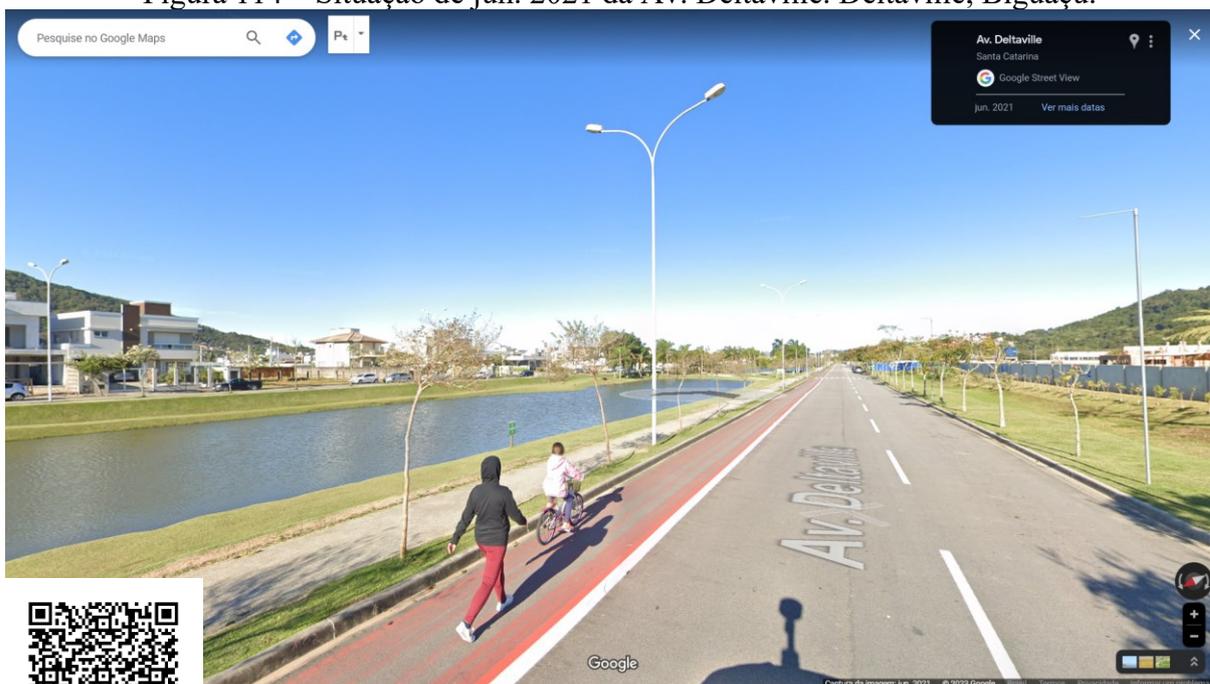


Fonte: adaptado de Facebook

A reconhecível adequação do projeto de implantação do “bairro planejado” e seus condomínios com as condições climáticas e morfológicas do ambiente em que se inserem, transformando condicionantes em potencialidades, intentado produzir uma arquitetura que ao mesmo tempo maneja, preserva e usufrui o ambiente natural, é corroborada pela apresentação da incorporadora, tida como “primeira do ramo da construção civil catarinense a conquistar uma categoria na premiação Empresa Amiga do Meio Ambiente, concedida pela Fundação Desenvolvimento Ambiental”, selo que “valoriza as boas práticas socioambientais das empresas que desenvolvem iniciativas de gestão socioambiental, a fim de estimular práticas recomendáveis ambientalmente, buscando o desenvolvimento sustentável real” (Silva, N., 2019, p. 39).

Para além dos muros desse condomínio fechado, o próprio “bairro planejado” em que se insere confere canais e valas nos canteiros das vias acessíveis ao público (fig. 114), contando também com paisagismo, iluminação com cabeamento subterrâneo, ciclofaixa e mobiliários urbanos como ponto de academia ao ar livre e parquinho. Conta atualmente com quatro condomínios fechados e pelo menos mais três em construção. Apesar de não ter aparecido na mídia local<sup>69</sup>, em dezembro de 2022 o empreendimento também sofreu com alagamentos (fig. 115).

Figura 114 – Situação de jun. 2021 da Av. Deltaville. Deltaville, Biguaçu.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/fUCkBkiQWKqcRnK28?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/fUCkBkiQWKqcRnK28?g_st=ic)

<sup>69</sup> CORREIO DO POVO. Fortes chuvas provocam morte, suspendem aulas e bloqueiam rodovias em SC. Porto Alegre, dez. 2022. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/fortes-chuvas-provocam-morte-suspendem-aulas-e-bloqueiam-rodovias-em-sc-1.931192>. Acesso em: 10/09/2023.

Figura 115 – Registro fotográfico de alagamento no “bairro planejado” e condomínios fechados em Biguaçu.



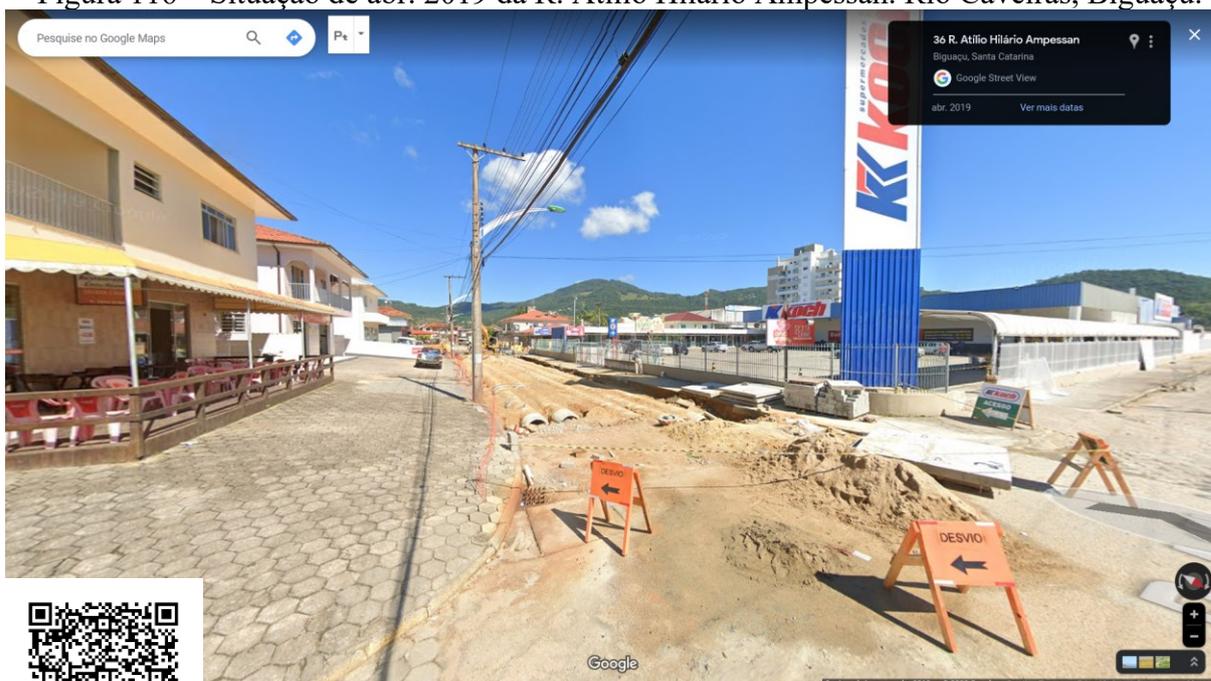
Fonte: Leo Piva / Correio do Povo

Em contrapartida, casos em diversos bairros, de deslizamentos em áreas de aclive e alagamentos em áreas de planície, ocorrem com frequência no restante da cidade, inclusive no Centro<sup>70</sup>. Como a mídia local e a publicidade da Prefeitura mostram, a infraestrutura desses bairros está em constante manutenção ou implementação das obras de macrodrenagem, podendo-se acompanhar pelos relatos nas notícias e nas imagens da última década as edificações sendo afetadas ou adaptadas às melhorias (fig. 116). Essas vias que persistem em alagar, mesmo que reformadas, conferem urbanização sem árvores ou paisagismo, iluminação com cabeamento aéreo, escassez ou total ausência de mobiliários e ciclofaixa (fig. 117).

---

<sup>70</sup> PREFEITURA DE BIGUAÇU. Defesa Civil registra deslizamentos e alagamentos em Biguaçu. Biguaçu, dez. 2022. Disponível em: <https://www.bigua.sc.gov.br/noticia-754439/>. Acesso em: 10/09/2023.

Figura 116 – Situação de abr. 2019 da R. Atílio Hilário Ampessan. Rio Caveiras, Biguaçu.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/jEgsiM7Li1TaDLWQA?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/jEgsiM7Li1TaDLWQA?g_st=ic)

Figura 117 – Situação de dez. 2022 da R. Atílio Hilário Ampessan. Rio Caveiras, Biguaçu.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/CHKt68AyzAR18AnSA?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/CHKt68AyzAR18AnSA?g_st=ic)

As configurações dos lotes, no entanto, são muito similares às do “bairro planejado”. Ambos conferem malha ortogonal e desenho de quadras com divisão dos terrenos decorrentes de loteamentos, com todas as características de fragmentação e isolamento anteriormente apresentados em suas respectivas escalas, mais visivelmente pelos dispositivos de segurança

como grades e cercas elétricas, seja nas habitações individuais dos bairros (fig. 118) ou do “bairro planejado” (fig. 119), seja nos conjuntos habitacionais nas vias públicas (fig. 120) ou nos condomínios fechados dentro do empreendimento privado (fig. 121).

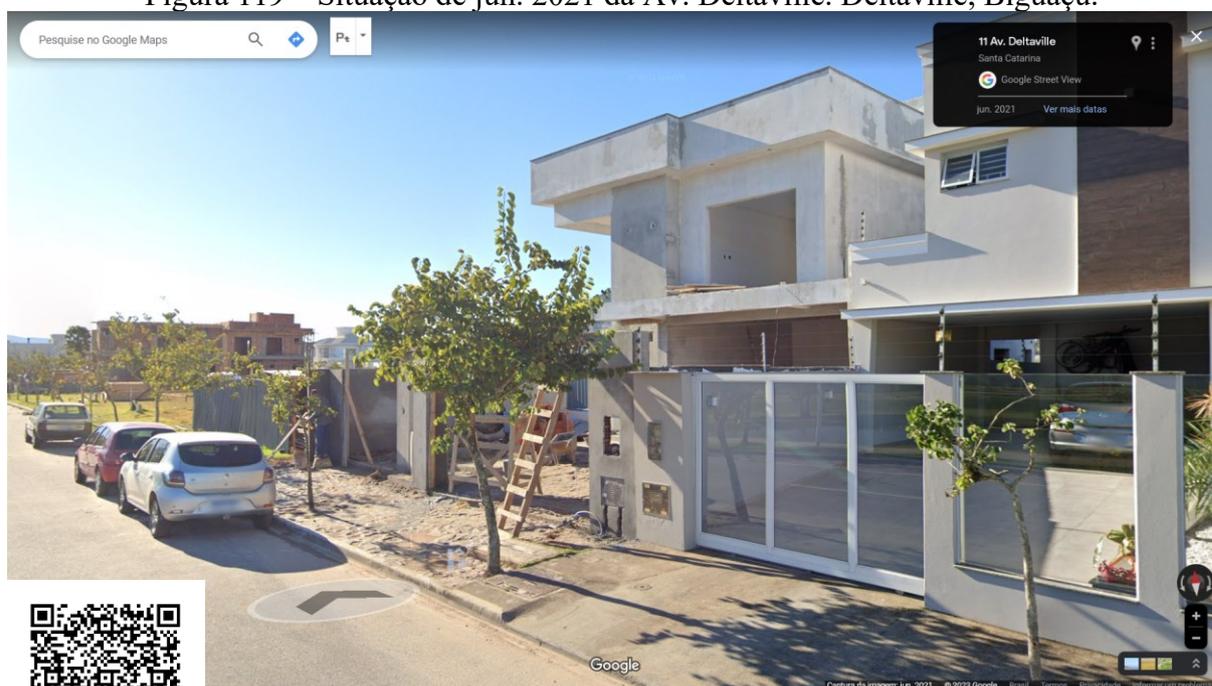
Figura 118 – Situação de out. 2018 da Serv. Santa Terezinha. Vendaval, Biguaçu.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/T5BiKDzPWNzgCNoS8?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/T5BiKDzPWNzgCNoS8?g_st=ic)

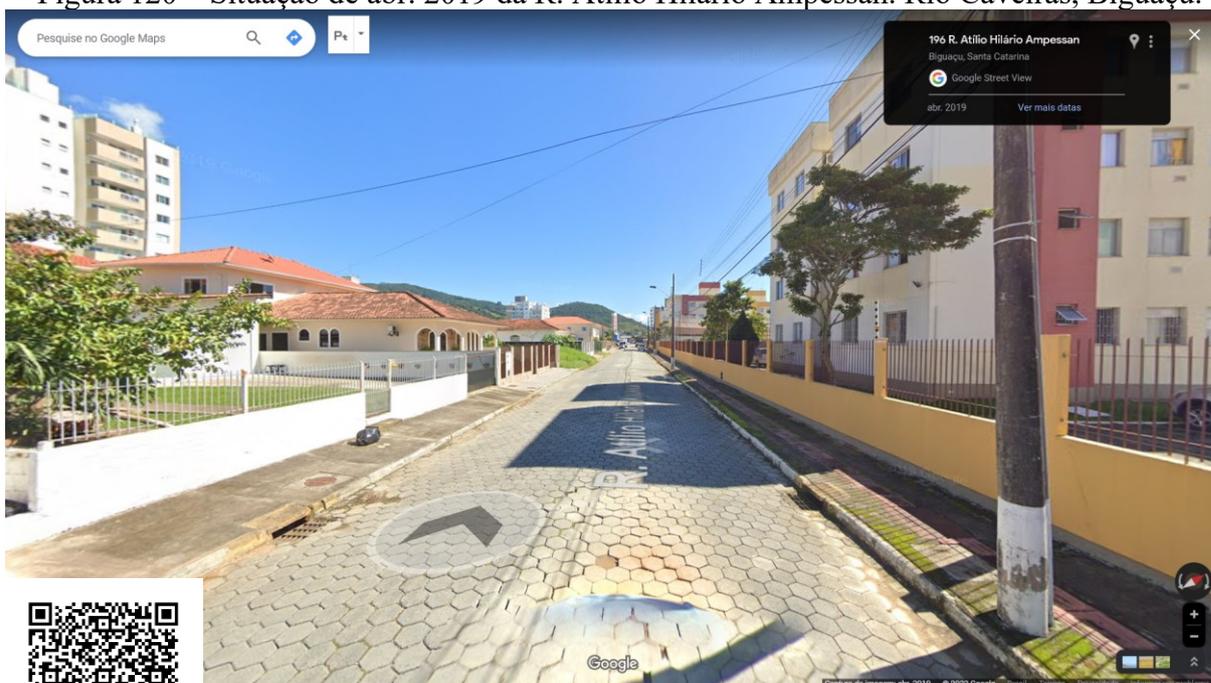
Figura 119 – Situação de jun. 2021 da Av. Deltaville. Deltaville, Biguaçu.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/AmTZPLARVfo2tc2M7?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/AmTZPLARVfo2tc2M7?g_st=ic)

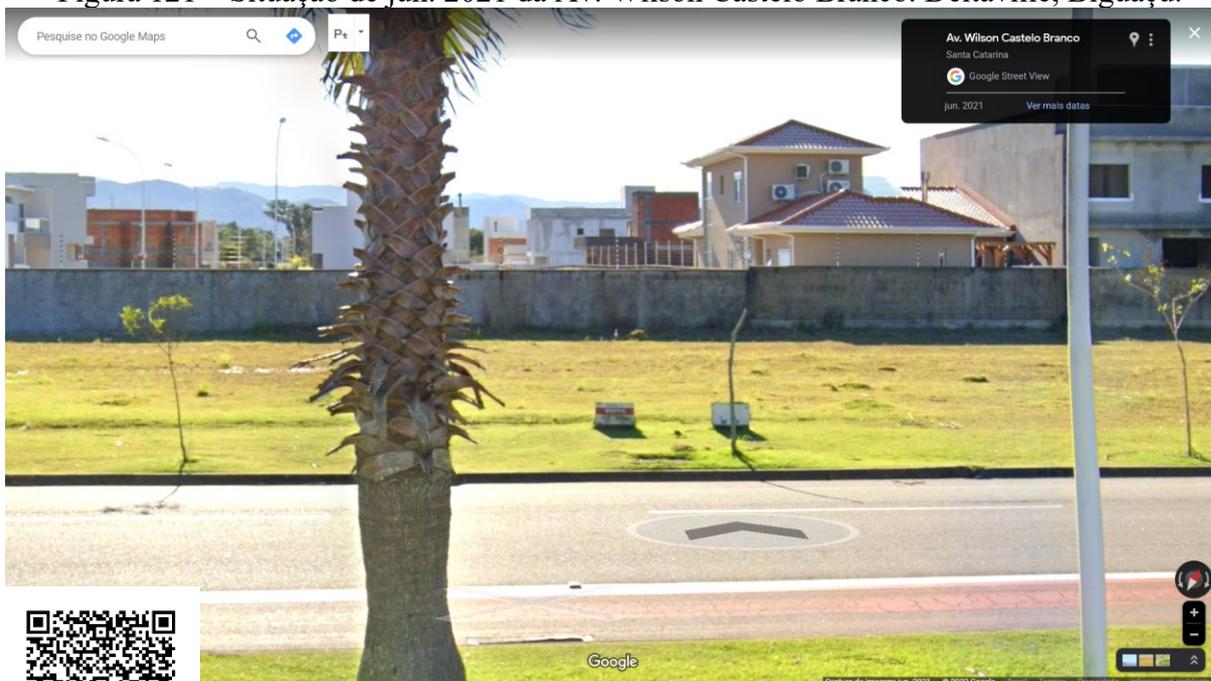
Figura 120 – Situação de abr. 2019 da R. Atílio Hilário Ampessan. Rio Caveiras, Biguaçu.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/hpT5XRNwAFBG6QBF9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/hpT5XRNwAFBG6QBF9?g_st=ic)

Figura 121 – Situação de jun. 2021 da Av. Wilson Castelo Branco. Deltaville, Biguaçu.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/VmX9XUdcECsWeAPH7?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/VmX9XUdcECsWeAPH7?g_st=ic)

As condições ambientais que afetam positiva e negativamente esses bairros, de caráter público ou privado, dadas ocorrências de desastres como alagamentos observados nos registros

de moradores de todas essas localidades do município<sup>71</sup>, evidenciam como a complexidade da produção do espaço urbano não pode ser resumida à qualificação ou não de seu planejamento e execução pelo Poder Público ou pela iniciativa privada. As obras infraestruturais realizadas pelo Poder Público na última década, bem como futuras obras de molhes e dragagem do rio<sup>72</sup>, são de interesse do município e região como um todo e influem sobre o cotidiano, a qualidade de vida e de trabalho nas residências, comércios e indústrias, estejam elas inseridas em um loteamento privado ou junto às vias públicas.

O estudos de *investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis* entre as décadas de 1970 e 2000 (Sugai, 2015) evidenciam que “a localização desses investimentos não ocorreu de forma aleatória e também não foi calcada apenas em decisões técnicas”:

As localizações privilegiadas da área conurbada de Florianópolis e, em especial, da Ilha de Santa Catarina, não se constituem apenas dádivas da natureza, pois, como foi exposto, foram produzidas ininterruptamente pela sociedade durante décadas. Nesse processo o Estado, em suas três esferas, teve um papel fundamental ao executar avenidas, rodovias, vias expressas, aterros, pontes, viadutos, hospitais, edifícios públicos, saneamento básico, redes de abastecimento de água e de energia elétrica, teatros, parques, praças, museus, bibliotecas, campi universitários, entre tantos outros investimentos públicos. A análise da localização de alguns desses investimentos em Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu durante o último século, mas, principalmente nos últimos trinta anos, demonstrou que a sua distribuição espacial não ocorreu de forma geograficamente equilibrada, uniforme, homogênea ou determinada pelas demandas. (p. 181)

Por conseguinte, no caso de “bairros planejados”, condomínios fechados e loteamentos destinados à população de renda mais alta, os estudos que comprovam “a relação direta entre a prioridade na execução dos melhoramentos públicos e a localização das áreas residenciais ou de expansão residencial das camadas de alta renda” ajudam a explicar suas resultantes conformações em uma cidade segregada:

(...) um dos motivos que determinam a necessidade de concentração espacial das elites, do processo segregativo e da aproximação dos bairros segregados, visto que seria politicamente inviável prover seletivamente de serviços públicos, por exemplo, dezenas de pequenos grupos de ruas ou bairros distantes entre si e espalhados pelo espaço conurbado. Se as camadas de maior

<sup>71</sup> DIVULGAÇÃO. **Bairros que alagam em Biguaçu Florianópolis Santa Catarina**. Biguaçu, dez. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=LEm6AmJzDXk>. Acesso em: 10/09/2023.

<sup>72</sup> PREFEITURA DE BIGUAÇU. **Rio Biguaçu: Prefeito cumpre agenda em Brasília em busca de recursos para construção dos molhes**. Biguaçu, mar. 2023. Disponível em: <https://www.bigua.sc.gov.br/noticia-759083/>. Acesso em: 10/09/2023.

rendimento não estivessem concentradas espacialmente, ou seja, segregadas, dificilmente conseguiriam ter esse controle do Estado e do mercado imobiliário. (p. 183–184)

Em ambos os casos, público ou privado, a diferença estrutural desses espaços urbanos que por desigualdade material os segrega, estando inseridos no contexto capitalista de mercantilização e valorização da terra, são produtos do suposto “crescimento desordenado das cidades brasileiras” e estão à mercê do “planejamento urbano” que o mercado imobiliário ou agentes do Estado, influências econômicas e políticas, implementam. Apenas a posterior ação paliativa do Poder Público, que com recursos vindos dos próprios contribuintes atende às necessidades urgentes da população, não pode servir como argumento para afirmar que na cidade “improvisada (...) os moradores se instalam antes que os bairros estejam devidamente estruturados”, uma vez que toda a população está inserida aos processos de mercantilização da terra, parcelamento do solo e investimentos públicos. Na escala da cidade que está em constante transformação, um bairro estar de forma isolada “devidamente estruturado” para receber seus moradores se mostra insuficiente para o sucesso do empreendimento em um ideal de cidade justa e democrática. Além disso, como se confere no limiar dessas medidas ativas para separar o espaço “planejado” daquele “improvisado”, surgem novos problemas para o espaço urbano que, como demonstrado, persiste em ser de todos.

## 5 PROMOÇÃO DA EXCLUSIVIDADE

As relações sociais são simultaneamente motivadas e motivadoras das mudanças espaciais nas cidades. Em uma dimensão cultural, atitudes individuais e coletivas através ou em busca de seus direitos cidadãos, como à própria segurança, assim como propagandas e produtos do mercado, conformam os empreendimentos e comportamentos que transformam e materializam o espaço urbano.

Ao concentrar recursos e impedir acesso, medidas segregadoras como “enclaves fortificados, espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho”, impõem-se como materialização das disparidades sociais. Ao vender essas ações segregantes como necessidades, como soluções para se evitar os problemas urbanos, a publicidade imobiliária torna a exclusividade num bem de consumo, enquanto as ações em si nada resolvem, senão empurram os problemas para quem não tem possibilidade de pagar (Caldeira, 1997, p. 175–176).

Além de a própria precariedade do espaço público ser utilizada para justificar e valorizar tais produtos privados, observa-se nesse processo de desenvolvimento urbano que essas ações potencialmente prejudicam os sistemas urbanos e criam mais ou novos problemas para quem já se encontra excluído, precarizando ainda mais o espaço público e valorizando ainda mais o privado, gerando uma retroalimentação desse comportamento segregador.

Contudo, enquanto ações e discursos dominantes, tais fenômenos encontram-se expressos à população como consenso, intrínsecos a um conjunto de dinâmicas sociais e físicas que tendem a reproduzir o mesmo. Por isso, torna-se necessário observar as condições em que situam esses atores, a fim de compreender sua disposição para, assim, ultrapassar sua imagem de cidade vigente e chegar na cidade que é vivenciada. Ao se estudar artigos e anúncios publicitários de empresas privadas e incorporadoras, associações comunitárias e prefeituras, observando-se na venda de seus produtos ou serviços, o uso da precarização e desigualdades das estruturas já existentes como autopromoção, tais comportamentos e atitudes se sustentam como *habitus* e se revelam como cultura.

Enfatizado pela mídia cotidianamente representando a violência e vulnerabilidade nas cidades, o conceito de segurança, enquanto culturalmente promovido em discursos aquém de sua complexidade, perpassa as materializações de desigualdades no espaço urbano. Compreender melhor como esse conceito em diferentes âmbitos se relaciona com medidas segregadoras ao longo do tempo, verificando-se em atitudes individualistas e em ações de mercado e Estado, contribui para encaminhamentos quanto ao acesso e direito à cidade.

## 5.1 IMAGENS DE CIDADE E CULTURA DA EXCLUSIVIDADE

Neste subcapítulo, pretende-se conceituar a exclusividade como cultura que permeia relações socioespaciais do cotidiano citadino. Analisando questões da mídia e da publicidade à luz do urbanismo, evidencia-se a influência cultural, a difusão de imagens de cidade e o discurso dominante atuantes na produção do espaço urbano.

Se ler a cidade significa ter uma representação de cidade, construir uma imagem de cidade significa também compreender e interpretar e, sobretudo, sintetizar, dada a complexidade do fenômeno observado. Porém, “leituras”, no plural, implicam que a cidade pode ser representada, ou melhor, imaginada, a partir de diversos olhares. Não há uma única leitura possível. O que se vê depende de onde se olha e para onde se olha (Ribeiro, 1999), e **a análise deve identificar de quem são esses olhares ou quem realiza essas leituras.** (*apud* Sánchez, 2001, p. 34, grifos próprios)

Uma vez a cidade sendo tratada como mercadoria — seja pela população proprietária, pelos agentes imobiliários, pelas prefeituras empreendedoras —, ao se estudar o fenômeno da segregação socioespacial, observa-se nas contradições dos consensos que as vivências revelam, relações entre imagem e percepção, discurso e ação, ideologia e diálogo nas ações imobiliárias que são facilmente omitidas, banalizadas ou normalizadas, em uma repetição ou cotidiano citadino: “a construção de imagens opera necessariamente com sínteses, seletivas e parciais, que dão relevância a alguns aspectos e omitem outros, respondendo ao universo especial de interesses dos sujeitos que a constroem e aos objetivos que se pretendem” (Sánchez, 2001, p. 35).

Existe nas peças publicitárias que saturam os meios de comunicação, quando se tratando de anúncios imobiliários, um discurso dominante sobre o que é vendido que, ao confrontar com seu produto materializado, revela um comportamento explicitamente desigual. Entretanto, uma vez dominante, sua própria imposição é camuflada por um aparente consenso<sup>73</sup>. E justamente pela sua posição dominante, também, esses discursos e imagem de cidade

<sup>73</sup> Ao estudar o fenômeno da “cidade modelo” — uma estratégia para atrações de investimentos, exemplos como as cidades de Barcelona ou Curitiba — Fernanda Sánchez (2001) explica essa dissociação entre a cidade e sua imagem: “As imagens-síntese oficiais, aquelas que se impõem como dominantes em cada cidade onde opera um projeto de modernização urbana definido e explicitado, não deixam margem para dúvidas ou interpretações diversas sobre a informação que veiculam; não oferecem alternativas à sua decodificação. Organizam, a seu modo, a cidade, tornando-a simbolicamente eficiente, **uma espécie de publicidade que concretiza o modo de reconhecê-la e avaliá-la.** Leituras oficiais da cidade, que configuram imagens, costumam ser mostradas com aparência de objetividade, **apresentando fatos sociais como inquestionáveis.**” (p. 34, grifos próprios)

intentam a manutenção de sua própria dominância, “visando, ao mesmo tempo, à conquista e à reprodução do poder político e econômico” (Sánchez, 2001, p. 36).

Adentrando na questão imobiliária, expressa-se em sua publicidade uma imposição de produtos e desejos que têm menos preocupação com as estruturas existentes, senão para justificar, com ênfase, a venda em si, a criação da sua necessidade. Pierre Bourdieu (2006) endereça bem isto, justamente ao analisar o mercado imobiliário, inferindo que a “publicidade só é tão eficaz porque adula as disposições preexistentes para melhor as explorar, submetendo o consumidor às suas expectativas e às suas exigências sob a aparência de os servir” (p. 43)<sup>74</sup>.

Observa-se também que essa relação entre publicidade e produto participa do “caráter dialético do processo de produção do espaço”, uma dinâmica entre o que é vendido como necessidade e o que se torna necessário, “dado pela imbricação do real com suas representações. As representações que os sujeitos têm do real influem na construção da realidade ao mesmo tempo que as práticas materiais são a base para novas representações do real” (Novais, 1999 *apud* Sánchez, 2001).

A fim de estudar tais relações entre o discurso dominante e a cidade que se forma, torna-se necessário compreender as perspectivas, os pontos de vista, a posição da qual a imagem de cidade é formada. Pois é desta posição que um indivíduo ocupa, que certas possibilidades de comportamento se apresentam mais suscetíveis, como predisposições. Para além de opções individuais, o conceito de *habitus* pode contribuir para compreender como tais comportamentos nas cidades tendem a certas ações urbanas, e estas ações, por sua vez já conformadas na materialidade da cidade, tendem a suscitar tais comportamentos, assim, predispondo o indivíduo. Esse comportamento retroalimentado que predispõe, esse *habitus*, então “é simultaneamente *estruturado* (por meios sociais passados) e *estruturante* (de ações e representações presentes)” (Catani *et al.*, 2017, p. 215, *itálicos do autor*).

No entanto, como salienta Bourdieu (2020), as “estratégias de reprodução engendradas pelas disposições à reprodução inerentes ao *habitus* podem ser acompanhadas de estratégias conscientes, individuais e às vezes coletivas, que, quase sempre inspiradas pela crise do modo de reprodução estabelecido, não contribuem necessariamente para a realização dos fins a que

---

<sup>74</sup> Aproximando mais ainda ao tema, Carolina Pulici (2014), estudando preferências a estilos arquitetônicos pelas elites na cidade de São Paulo, discorrendo sobre obra de Bourdieu, pondera: “(...) se é inegável que a produção produz o consumidor, isto é, se pelo simples fato de **anular as outras maneiras possíveis** de satisfazer à necessidade de habitar, a oferta produz o comprador, **impondo um modo específico de satisfazer a essa necessidade** sob a aparência de respeitar o gosto do freguês, também não é menos certo que arquitetos, engenheiros, promotores e demais agentes dotados do poder social de construir adaptam suas práticas às estruturas de percepção coletivas e, nesse sentido, a publicidade dos anúncios imobiliários, encarregada de transmutar um simples objeto técnico numa espécie de artefato sagrado, será tanto mais eficaz quanto mais conseguir honrar as disposições pré-existentes da clientela.” (Pulici, 2014, p. 238, grifos próprios)

visam” (p. 26). Por isso, estudar essas relações sociais complexas, tal qual a cidade, necessita observar as trajetórias e situar suas posições, uma vez que “o *habitus* não é necessariamente coerente e unificado, mas revela graus variados de integração e tensão dependendo da compatibilidade e do caráter das situações sociais que o produziram ao longo do tempo” (Catani *et al.*, 2017, p. 215). São pontos de partidas que no correr do tempo não necessariamente partem de um ponto fixo, “na medida em que é um conjunto dinâmico de disposições sobrepostas em camadas que grava, armazena e prolonga a influência dos diversos ambientes sucessivamente encontrados na vida de uma pessoa” (p. 215).

Na ações imobiliárias, enquanto seus discursos expressos nas peças publicitárias utilizam de uma ideologia para criar sua necessidade, na formação urbana, isso se materializa em um *conatus*, “noção correlata ao conceito de *habitus*”, uma “combinação das disposições e dos interesses associados a uma classe particular de posição social que inclina os agentes a se esforçar para reproduzir, sem sequer precisar sabê-lo ou querê-lo, as propriedades — constantes ou ampliadas — constitutivas de sua identidade social” (Catani *et al.*, 2017, p. 125). Esta conceituação ajuda a compreender tais processos urbanos, justamente por compreenderem essas relações sociais e físicas como processo<sup>75</sup>.

Neste ponto, as ações segregadoras nas cidades, analisadas através da questão midiática em relação à condição urbana percebida, parecem se relacionar mais com os conceitos de *habitus* e *conatus* e as disposições dos indivíduos do que a distinção, a manifestação da superioridade, em si. Pois nesse “conjunto de disposições dinâmicas” observados na cidade, infere-se que este processo seria não apenas publicitário, mas intrínseco ao processo de segregação nas cidades. Sánchez (2001), tratando das “camadas médias”, referindo-se à renda, descreve este processo de “reprodução cotidiana e silenciosa dos valores e representações dominantes, na defesa irredutível do projeto de cidade” que fortemente associa o “consumo do espaço” ao “consumo da cultura e ao consumo acelerado de bens e serviços” (p. 42). Enquanto os produtos e seus consumidores expressam ideologicamente uma atitude de apenas querer o melhor para si, em suas ações, tal melhora ocorre em detrimento da desigualdade.

Observa-se na mídia dos meios de comunicação, em panfletos, jornais e revistas, *outdoors* e *backbuses*, propagandas de rádio, televisão e internet, o emprego de palavras que carregam em seus significados a exclusão, segregação, discriminação, desigualdade,

---

<sup>75</sup> “Na verdade, o mundo social é dotado de um *conatus*, como diziam os filósofos clássicos, uma tendência a perseverar no ser, um dinamismo interno, inscrito nas estruturas objetivas e, ao mesmo tempo, nas estruturas ‘subjetivas’, nas disposições dos agentes, e **continuamente mantido e sustentado por ações de construção e de reconstrução das estruturas**, que dependem, em seu princípio, da posição que aqueles que as realizam ocupam nas estruturas.” (Bourdieu, 2020, p. 21–22, grifos próprios)

competição, conquista, e ornamentam os textos publicitários empurrados exaustivamente à população com palavras como “benefícios”, “privilégios”, “vantagens”, “limitadas”, “exclusivos”, “privativo”, “privado”, “*select*”, “*club*”, “*vip*”, “*top*”, “*premium*”, “*gourmet*”. Encontra-se no cotidiano, de maneira normalizada e banalizada, palavras que trazem em sua explícita promoção da superioridade, a ideia implícita da inferioridade de outrem.

Desse modo, ou se aceita que essas palavras como “privilégio” e “vantagem” são utilizadas sendo desassociadas das suas contrapartes que lhes permitem existir (vide seu significado no dicionário: “privilégio: 1. Direito, vantagem ou imunidades especiais gozadas por uma ou mais pessoas, em detrimento da maioria;”<sup>76</sup>), ou se compreende uma realidade cruel e perversa em que aquilo que é oferecido e cobiçado publicamente é admitidamente ator da desigualdade. Pois o termo “vantagem”, por exemplo, não significa uma condição de benefício somente, mas uma “posição que corresponde a um benefício em relação a algo ou alguém”<sup>77</sup>. Ou seja, são palavras que não expressam apenas o bônus, pois, ao menos em seus significados, solicitam o prejuízo de sua contraparte. Existe, assim, um lapso entre as palavras publicitadas e os seus significados, no qual as respostas para os seguintes questionamentos são omitidas: Para quem sobram as desvantagens? Vencer na vida significa derrotar quem? Na cultura da exclusividade, quem são os excluídos?

Ao passo que esses valores desiguais são reproduzidos na mídia, os seus produtos ofertados — assim como seus consumidores — realizam e materializam tais discursos, formando atitudes e comportamentos que suscitam a própria venda e publicidade que as formam, gerando e se mantendo, assim, uma cultura.

Antes de adentrar a questão urbanística, pode-se observar tal comportamento ocorrendo em variados cenários e dimensões envolvendo o espaço físico de maior qualidade sendo segregado dos demais:

Ao se estudar anúncios publicitários, artigos de administração de empresas e investimentos ou relatos de usuários e clientes de espaços exclusivos como camarotes em eventos ou salas VIPs em aeroportos, por exemplo, observou-se na percepção das qualidades que aqueles espaços privilegiados contêm, a busca por usufruir de um produto ou serviço melhor que as estruturas já existentes: “(...) deixar para trás também o barulho, a multidão e o

---

<sup>76</sup> MICHAELIS. **Privilégio**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=la1dO>. Acesso em: 06/03/2021.

<sup>77</sup> PRIBERAM. **Vantagem**. Lisboa, 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/vantagem>. Acesso em: 06/03/2021.

caos”<sup>78</sup>, “(...) sempre foi muito melhor do que esperar no saguão do aeroporto”<sup>79</sup>, “(...) espaços mais agradáveis e exclusivos que o saguão comum dos aeroportos (...) pagar um pouco mais pelo direito de curtir esse conforto”<sup>80</sup>, “(...) com maior proximidade em relação ao trio elétrico”<sup>81</sup>, “(...) Com infraestrutura e segurança para curtir a agitação”<sup>82</sup>, “(...) espaço único proporcionando uma experiência diferenciada com conforto e segurança (...) Ambiente familiar, área coberta, visão privilegiada, entrada privativa, serviço de bebidas e lanches”<sup>83</sup>.

Entretanto, este comportamento de sempre buscar o melhor, “aproveitar”, “tirar vantagem”, usufruir de “privilégios” e “benefícios” carrega no próprio discurso as precariedades daquilo que não é exclusivo. Além disso, a recorrência cotidiana desse comportamento parece dissimular ou normalizar essas precariedades.

No caso de festas ou espetáculos, por exemplo, lê-se num agradável e despretensioso *blog* de viagens um relato de evento num “camarote em espaço privado”: “(...) Foi uma noite especial. O show começou pontualmente e estávamos todas animadas com o vinho e o local tão agradável que oferece bom banheiro, serviço de bebidas e até um recanto com cobertura em caso de chuva.”<sup>84</sup>

A partir, então, da oferta dessa exclusividade, da opção de ser exclusivo; serviços, atributos ou até direitos básicos parecem privilégios, vantagens, algo a mais, um *plus*. No entanto, por vezes, são questões simples de melhoria do evento como todo. Quando um “local tão agradável que oferece bom banheiro, serviço de bebidas e até um recanto com cobertura em caso de chuva” é a exclusividade, que qualidades restam para quem não é exclusivo? Passa-se a aceitar, normalizar, que alguém pague para estar em um evento *com banheiro ruim, sem serviços e debaixo da chuva*, já que não pagou tanto quanto quem é exclusivo — como o exemplo dos consumidores das companhias de aviação que, ao invés de reivindicarem melhores

---

<sup>78</sup> ANÚNCIO. **Salas VIP onde você precisa**. Disponível em: [https://www.\(...\).com/pt/airport-lounges](https://www.(...).com/pt/airport-lounges). Acesso em: 26 mar. 2019.

<sup>79</sup> DIVULGAÇÃO. **Milhas e salas VIP**: descubra qual o melhor (ou melhores) cartão de crédito. Disponível em: [https://\(...\).com.br/2018/07/milhas-sala-vip-melhor-cartao-credito/](https://(...).com.br/2018/07/milhas-sala-vip-melhor-cartao-credito/). Acesso em: 26 mar. 2019.

<sup>80</sup> ANÚNCIO. **Como funciona uma sala vip de aeroporto e quais seus benefícios?**. Disponível em: [https://vemvoar.\(...\).com.br/curiosidades-da-aviacao/sala-vip-de-aeroporto/](https://vemvoar.(...).com.br/curiosidades-da-aviacao/sala-vip-de-aeroporto/). Acesso em: 26 mar. 2019.

<sup>81</sup> ANÚNCIO. **Programação Blocos do Carnaval de Salvador 2020**. Disponível em: [http://\(...\).com.br/blocos](http://(...).com.br/blocos). Acesso em: 01 abr. 2019.

<sup>82</sup> ANÚNCIO. **Camarote Exclusivo Programação 2020**. Disponível em: [http://\(...\).com.br/camarote-exclusivo-atracoes-carnaval-salvador](http://(...).com.br/camarote-exclusivo-atracoes-carnaval-salvador). Acesso em: 01 abr. 2019.

<sup>83</sup> ANÚNCIO. **Camarote Particular**. Disponível em: [https://\(...\).com.br/gramado/camarote-natal-luz](https://(...).com.br/gramado/camarote-natal-luz). Acesso em: 26 mar. 2019.

<sup>84</sup> DIVULGAÇÃO. **A casa que serve de camarote para o show do Natal Luz no lago**. Disponível em: [https://www.\(...\).com/camarote-natal-luz/](https://www.(...).com/camarote-natal-luz/). Acesso em: 26 mar. 2019.

condições aos passageiros, submetem-se à conquistar com créditos provenientes de seus próprios gastos, um lugar privilegiado<sup>85</sup>.

Se, ao final, esses discursos se materializam em produtos ou serviços com os valores e qualidades que seus consumidores possivelmente se identificam e almejam, esse comportamento de melhoria e diversificação dos produtos e serviços parece ser algo benéfico, mesmo que restrito a quem possa pagá-lo. Contudo, percebe-se nos exemplos a noção de que existem precariedades nas estruturas existentes, e o que se anuncia não irá solucioná-las como todo, mas limitá-las, o que segrega e evidencia as desigualdades. Quando o que está sendo vendido é uma solução exclusiva, o que resta aos excluídos são os problemas.

Essa cultura da exclusividade, manifestada por comportamentos e discursos similares a esses exemplos, pode ser observada em diversas outras áreas políticas — que concernem à cidade. Assim, conforme se observa a questão publicitária, no contexto imobiliário este comportamento se materializa na formação urbana através do próprio sistema urbano.

Inseridas num contexto de cidade claramente dividida por aquilo que é de todos e aquilo que é de poucos, separada por barreiras físicas — rodovias, viadutos, muros opacos, de vidro, portões, cancelas, cercas elétricas, arames farpados, balizadores, cintas — ou barreiras invisíveis — portais, câmeras, guaritas, cancelas, guardas-seguranças, revestimentos, decorações, preço das mercadorias; observa-se nessas materializações de ações e comportamentos nas cidades o desejo de ser exclusivo, não só como meio de conseguir melhores qualidades e benefícios, mas limitando de maneira ativa (despendendo recursos) tais qualidades e ignorando, assim, as estruturas existentes.

Comportamento, este, de se promover não por uma qualidade única passivamente proveniente da própria identidade, contexto histórico ou geográfico cultural, ser do seu jeito, especial; mas pela qualidade de excluir todos os demais para permitir que apenas selecionados usufruam desta exclusividade.

Como se observa, essas limitações impostas criam a situação da valorização daquilo que é privado pela precariedade do que é público. Também, uma vez que aquilo que é privado

---

<sup>85</sup> Para entender melhor as estratégias de exclusividade em programas de fidelidade das companhias de aviação, ver exemplos como: DIVULGAÇÃO. **A estratégia de usar o Programa de Fidelidade não cria valor para empresas.** Disponível em: [https://www.\(...\).com.br/investimentos/artigo-a-estrategia-de-usar-o-programa-de-fidelidade-nao-cria-valor-para-empresas/](https://www.(...).com.br/investimentos/artigo-a-estrategia-de-usar-o-programa-de-fidelidade-nao-cria-valor-para-empresas/). Acesso em: 26 mar. 2019; DIVULGAÇÃO. **Programa de fidelidade na Era Digital traz mais benefícios às empresas do que apenas reter clientes.** Disponível em: [https://\(...\).com.br/noticias/programa-de-fidelidade-na-era-digital-traz-mais-beneficios-as-empresas-do-que-apanas-reter-clientes](https://(...).com.br/noticias/programa-de-fidelidade-na-era-digital-traz-mais-beneficios-as-empresas-do-que-apanas-reter-clientes). Acesso em: 26 mar. 2019; DIVULGAÇÃO. **Para especialista, programas de fidelidade precisam ir além da passagem aérea.** Disponível em: [https://www.\(...\).com.br/2017/11/29/programas-de-fidelidade-precisam-ir-alem-da-passagem-aerea/](https://www.(...).com.br/2017/11/29/programas-de-fidelidade-precisam-ir-alem-da-passagem-aerea/). Acesso em: 26 mar. 2019.

e limitado encontra-se em meio a essa estrutura existente, que é pública, a partir das limitações e concentrações de recursos, novas desigualdades surgem ao redor dessas barreiras como resultado e, por vezes, gastando recursos dos próprios excluídos para fabricar a exclusividade.

Ao observar, então, a questão publicitária e a formação urbana em diferentes escalas, as diferenças entre a cidade que é vendida para a cidade que é vivida são percebidas na confrontação dos discursos anunciados com as ações de seus produtos:

Impresso no tapume da obra de um novo condomínio de alto padrão na região do Campeche, lê-se (fig. 122): “O MAIS EXCLUSIVO LANÇAMENTO DE FLORIANÓPOLIS”. O que esta mensagem quer dizer, “O MAIS ESPECIAL” ou “O QUE MAIS EXCLUI”? Existe uma questão da mídia, em que as mensagens escalaram ao superlativo e parece inconcebível anunciar algo que não seja o melhor. Mas ao passo que essas mensagens deixam de descrever qualitativamente para apenas comparativamente, as qualidades parecem ser esquecidas e as comparações, tal qual as mensagens, ficam vazias.

Figura 122 – Anúncio em tapume de obra de condomínio de alto padrão. Campeche, Florianópolis.



Fonte: adaptado de Google 2019 Google

Essa escalada do discurso publicitário fica evidente quando ocorre até mesmo entre grupos exclusivos, chegando-se ao cúmulo de uma exclusividade dos exclusivos. Como exemplo, um *outdoor* posicionado entre a vista para a praia, deste mesmo empreendimento em construção para o condomínio de alto padrão construtivo existente ao lado, com uma mensagem que, para enaltecer o produto que vende, deprecia aquilo que já está disponível, ou seja, o que não está vendendo (fig. 123): “Que tal um *upgrade*?” diz o anúncio direcionado exclusivamente aos condôminos vizinhos. Presente na reportagem da mídia local, as falas dos moradores prejudicados reafirmam ainda isto como cultura quando relatam a preocupação em desvalorizar seus imóveis: “Você é obrigado a ver esse anúncio de um condomínio de padrão superior ao nosso que está sendo construído ao lado. A placa foi colocada somente para atingir moradores

e turistas que alugam os imóveis no nosso prédio”<sup>86</sup>. Reforça-se, assim, uma estratégia de caracterizar-se pela exclusividade, pela exclusão em si, e não por características únicas que conceberiam tal exclusividade.

Figura 123 – Outdoor de empreendimento em construção colocado ao lado de condomínio existente, entre a vista a para praia. Campeche, Florianópolis.



Fonte: adaptado de AcontecendoAqui

Dessa forma, com a dispensa de qualificação ou argumentos das comparações, a promoção da exclusividade não apenas propagandeia suas próprias vantagens e benefícios, mas também, a precarização e desqualidade daquilo que não está vendendo. Por exemplo, no seguinte artigo sobre “bairros planejados” no *blog* de uma incorporadora atuante em Florianópolis:

O resultado conta com inúmeras vantagens como mais privacidade, tranquilidade além do estímulo de ter convívio social, como acontecia antigamente.

Vale destacar que esse novo modelo possibilita ao morador retomar costumes saudáveis esquecidos há tempos. É como se ele estivesse em uma cidade onde não é preciso usar o carro, as crianças podem brincar na rua e todos tem a liberdade de fazer atividade ao ar livre.<sup>87</sup>

O texto da própria empresa que executa o “bairro planejado” trata a cidade como lugar impossível de se ter as qualidades que o seu lugar criado terá. Seguindo a lógica desta última frase, sem esta solução ativa do “bairro planejado”, restaria apenas uma *cidade que é preciso usar o carro, as crianças não podem brincar na rua e nem todos têm a liberdade de fazer*

<sup>86</sup> ACONTECENDO AQUI. **Outdoor considerado ofensivo irrita moradores em Florianópolis.** Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/comunicacao/outdoor-considerado-ofensivo-irrita-moradores-em-florianopolis>. Acesso em: 19 jan. 2019.

<sup>87</sup> DIVULGAÇÃO. **Cresce demanda por bairros planejados em Florianópolis.** Florianópolis, 2018. Disponível em: [https://www.\(...\).com.br/cresce-demanda-por-bairros-planejados-em-florianopolis/](https://www.(...).com.br/cresce-demanda-por-bairros-planejados-em-florianopolis/). Acesso em: 19 jan. 2019.

*atividade ao ar livre*. Mais que uma necessidade criada, as intenções e conceitos aqui utilizados para promover este produto revelam uma forte crítica, quiçá descrença, no sistema público ou nas cidades para fora dos muros (fig. 124).

Figura 124 – Vista aérea de “bairro planejado” em obras. Ingleses, Florianópolis.



Fonte: Google 2019 Maxar Technologies

Isto também fica nítido ao se analisar anúncios imobiliários das residências em condomínios fechados: “ESPETACULAR CASA COM PISCINA (...) em EXCLUSIVO CONDOMÍNIO FECHADO COM ACESSO PRIVATIVO À PRAIA” listando como um de seus vários atributos o “Condomínio com segurança 24 horas e acesso privativo à praia. Melhor casa em todos os aspectos do condomínio que, por si só, já é uma exclusividade!”<sup>88</sup>; ou ainda em anúncios de terrenos: “(...) acesso exclusivo a praia, estação própria de esgoto, cabeamento subterrâneo e segurança 24 horas”<sup>89</sup>, “separados apenas pela exuberante vegetação nativa de preservação permanente, garantindo aos seus exclusivos moradores, um cenário perpétuo e deslumbrante todos os dias.”<sup>90</sup>. Em outro anúncio, desta vez de um projeto ainda não executado:

<sup>88</sup> ANÚNCIO. **Casa de Condomínio com 4 Quartos à Venda, 362 m2 por R\$ 1.959.000**. Disponível em: [https://www.\(...\).com.br/imovel/casa-de-condominio-4-quartos-morro-das-pedras-bairros-florianopolis-com-garagem-362m2-venda-RS1959000-id-82517960/](https://www.(...).com.br/imovel/casa-de-condominio-4-quartos-morro-das-pedras-bairros-florianopolis-com-garagem-362m2-venda-RS1959000-id-82517960/). Acesso em: 31 jan. 2019.

<sup>89</sup> ANÚNCIO. **Terreno no Condomínio (...), De Frente para A Praia Do Morro Das Pedras — Florianópolis. Terreno 462m², R\$ 2.200.000**. Disponível em: [https://www.\(...\).com.br/propriedades/terreno-no-condominio-porto-das-mares-ii-de-frente-2950972194.html](https://www.(...).com.br/propriedades/terreno-no-condominio-porto-das-mares-ii-de-frente-2950972194.html). Acesso em: 20 abr. 2021.

<sup>90</sup> ANÚNCIO. **Terreno à Venda em Morro Das Pedras. Terreno 462m², R\$ 2.200.000**. Disponível em: [https://www.\(...\).com.br/propriedades/terreno-a-venda-em-morro-das-pedras-2953566623.html](https://www.(...).com.br/propriedades/terreno-a-venda-em-morro-das-pedras-2953566623.html). Acesso em: 20 abr. 2021.

“Morar de Frente ao Mar é um projeto para poucos. (...) Imagine sua família vivendo um sonho todos os dias em frente ao mar. Sol nascendo dentro de casa; seus filhos crescendo com qualidade de vida, indo a pé para praia com conforto e segurança.”<sup>91</sup>.

Esses discursos que promovem a compra de um produto acabam, então, por utilizar dessa crítica às deficiências e precariedades daquilo que não é exclusivo (no caso, público) para vender sua exclusividade, não mais como opção, mas a solução. E, enquanto tal discurso se resume a enaltecer-se pela depreciação de outrem, a solução se efetiva ao limitar os benefícios e segregar os problemas. Entretanto, ao excluir-se, tanto não soluciona os problemas ao seu redor, como evidencia a desigualdade.

A questão da segurança pública, que tanto aparece nessas publicidades imobiliárias, como Caldeira bem destrincha<sup>92</sup>, é potencializada pelas medidas segregadoras, contribuindo para o abandono, para a falta de uso e investimento das áreas públicas, o que conseqüentemente só reforça a ideia dessas medidas de segurança privada como necessárias.

As ações exclusivas dos condomínios fechados que se justificam pelas precariedades do espaço público nada fazem para, quando não pioram, a situação do ambiente coletivo. Enquanto o acesso público qualificado com boa visibilidade e equipamentos possibilita suscitar movimento de pessoas e, por conseqüência, segurança pública — para todos —, a segurança privada apenas reforça o que os anúncios publicitários já explicitam: que seus benefícios são “para poucos”.

No caso dos “bairros planejados”, sua publicidade consegue utilizar essa desigualdade socioeconômica, como observadas nas diferenças materiais dos bairros, para reformular seus produtos imobiliários (que formalmente se resumem a loteamentos de alto padrão construtivo) pois, concomitantemente — e independentemente do aspecto locacional e da relação centro-periferia — a acumulação do capital urbano e sua resultante produção de espaços intenta permanentemente criar novos produtos e demandas de consumo. Uma vez que a habitação, além de suprir necessidades básicas de moradia, é tratada pelo mercado imobiliário como bem de consumo — promovendo espetacularização dos produtos habitacionais, arquitetônicos e urbanísticos —, como qualquer outro produto disponível no mercado, a habitação terá em sua

<sup>91</sup> ANÚNCIO. Casa à Venda em Morro Das Pedras. Casa 423m<sup>2</sup>, 5 Quartos, 4 Vagas, R\$ 5.500.000. Disponível em: [https://www\(...\)com.br/propriedades/casa-a-venda-em-morro-das-pedras-2950987382.html](https://www(...)com.br/propriedades/casa-a-venda-em-morro-das-pedras-2950987382.html). Acesso em: 20 abr. 2021.

<sup>92</sup> “(...) as novas morfologias urbanas do medo dão **novas formas à desigualdade**, mantêm grupos separados e conformam uma nova sociabilidade que se opõe aos ideais do público moderno com suas liberdades democráticas. Quando se pratica a exclusão sistemática de algumas pessoas de certas áreas e quando não mais se supõe que diferentes grupos sociais devam interagir no espaço público, referências a princípios universais de igualdade e liberdade na vida social não são mais possíveis, nem mesmo como ficção.” (Caldeira, 1997, p. 175, grifos próprios)

marca e embalagem também uma função mercadológica, maneira como é vendida enquanto produto (*marketing*). Assim, observa-se no caso dos “bairros planejados” que, embora ainda sejam essencialmente a prática de parcelamento do solo tal qual dos condomínios fechados ou loteamentos, a partir de ressignificações e um novo formato de embalagem (*rebranding*), utilizando como fetiche o convívio e o coletivo, esses empreendimentos vão além do modelo do condomínio fechado explicitamente isolado.

Apresenta-se uma tendência do mercado para o lançamento de grandes empreendimentos imobiliários de luxo, rotulados como “bairros planejados” ou até “cidades-modelo”, que nem sempre impõem barreiras físicas intransponíveis, como cercas e muros, ainda que persistam em deter o controle do acesso. Estes empreendimentos operam, em geral, com códigos de convivência internos específicos, com segurança privada e monitoramento remoto. São produtos que permanecem sob propriedade da classe dominante por conta do alto custo, marcados por espaços de altíssima qualidade em relação a infraestrutura, mobiliários e manutenção por serviços privados, e que utilizam conceitos consolidados pela teoria do urbanismo — mesmo que empregados incorretamente ou os distorcendo —, por vezes se intitulado “cidade para as pessoas”. E, conquanto este modelo proporcione legitimação da concentração do capital enquanto fetichiza o coletivo, denota-se de implementação pouco viável de modo equânime em cidades com profundas desigualdades sociais e altos índices de pobreza, concentrando recursos para quem os possa pagar.

Com o uso desse discurso de exaltação do convívio, da vida nas cidades e do fetiche ao coletivo, esses empreendimentos imobiliários acabam por materializar algumas das muitas contradições que compõem as cidades. Mesmo que, se em uma intenção de melhorar as condições de vida nas cidades como um todo, promovam-se ações urbanas e imobiliárias de qualidade, por justamente se inserir no contexto de desigualdade em que as cidades brasileiras existem, essas ações se limitam, tanto em público quanto espacialmente, a quem pode pagar para usufruir dessa alta qualidade. Esses empreendimentos, uma vez sendo produtos dispostos no mercado, tornam em, para promover seus “bairros planejados” como solução para os problemas urbanos, depreciar tudo aquilo que não vendem: a cidade que é pública, esta sendo vista como desorganizada, improvisada ou *não planejada* e insolúvel.

Exemplos publicitários em *blogs* de incorporadoras explicitam esse discurso que, para vender um “senso de comunidade” que seu produto proporcionaria, findam em depreciar as qualidades da cidade que não pode vender pois é pública:

Um lugar que promove tal nível de priorização da qualidade de vida, sustentabilidade e saúde **cria automaticamente um senso de comunidade** muito maior em seus moradores. O lar se estende de dentro das casas para a rua. O **espaço público vira espaço de manifestação cultural, de troca, de convivência e interação entre as pessoas.**

Esse senso de comunidade faz com que os **bairros planejados sejam, também, mais seguros, diferentemente do que acontece em bairros sem esse planejamento.** Uma comunidade unida se protege e permanece se cuidando.<sup>93</sup> (grifos próprios)

Uma vez que a solução que é vendida está limitada a quem pode adquiri-la, revela-se um discurso perverso que banaliza uma realidade cruel, em que se induz à ideia de que “bairros sem esse planejamento” são menos seguros. Utiliza-se do medo e da insegurança para promover seu produto enquanto, em contradição, apropria-se das qualidades inerentes à cidade e ao convívio público. A frase “uma comunidade unida se protege e permanece se cuidando”, que poderia descrever um assentamento popular, ocupação em centros históricos ou de aldeias e povoados; aqui é utilizado para comercializar um produto artificial que promete criar “automaticamente um senso de comunidade”.

Também em meio a essa apropriação, por vezes, confundem-se os conceitos de “bairros planejados” com planejamento urbano. Observam-se exemplos que enaltecem práticas de desenvolvimento urbano sustentável, como melhorias em mobilidade e infraestrutura da cidade como todo — requalificação e alargamento de calçadas, incorporação de rampas e faixas elevadas, abertura de ciclovias, adequação do escoamento pluvial, regularização das instalações de saneamento —, no entanto, desconsidera-se que estas medidas integram o sistema urbano e, portanto, não funcionam de maneira independente.

Resumidamente, as obras de mobilidade e infraestrutura de um “bairro planejado” ainda são dependentes do sistema urbano da cidade em que se insere, mesmo que seus bônus e benefícios estejam restritos aos seus usuários. Por melhor que seja a qualidade da estrutura urbana dentro de um “bairro planejado”, este ainda é abastecido pelas vias e infraestrutura pública, com todos os problemas e defeitos que diz solucionar: o sistema viário ainda será abastecido pelas rodovias municipais, estaduais e federais, assim como o transporte público intra e intermunicipal estará sujeito às respectivas empresas prestadoras; as redes de água potável e energia elétrica ainda serão provenientes das subestações da região, e suas fontes ainda virão de concessionárias regionais; o escoamento pluvial e de dejetos, como também a coleta de resíduos e seu destino final, ainda terão conexão com o sistema urbano da região e

---

<sup>93</sup> DIVULGAÇÃO. **Diferenciais de morar em um bairro planejado para pessoas.** Palhoça, 2022. Disponível em: [https://www.\(...\).com.br/blog/diferenciais-de-morar-em-bairro-planejado/](https://www.(...).com.br/blog/diferenciais-de-morar-em-bairro-planejado/). Acesso em: 20 nov. 2022.

impacto ambiental que transcende os limites do empreendimento privado. Mesmo assim, lê-se no *blog* da incorporadora:

Isso quer dizer que a **falta de um planejamento urbano, ou um planejamento ineficiente**, pode impactar a mobilidade urbana, o acesso a serviços essenciais e de lazer, bem como o meio ambiente. Uma das **soluções para evitar esse problema são os bairros planejados**.

(...) cada um desses problemas está diretamente relacionado com o outro. Veja bem, se não há oportunidades de emprego e lazer perto de casa e, também, não há transporte público efetivo e de qualidade, a consequência é o fluxo intenso de carros no trânsito todos os dias, impactando negativamente a mobilidade urbana.

Esse fator afeta a qualidade de vida dos moradores, que precisam despende horas do seu dia para se locomover e ter acesso ao trabalho, lazer, comércio e serviços de saúde, por exemplo.

Na contramão desses problemas, os **bairros planejados** propõem mais praticidade no dia a dia, por meio do **planejamento urbano sustentável**. (...)

Sem dúvidas, um **eficiente planejamento urbano** consegue impactar positivamente e solucionar problemas sociais. Por isso, muitos urbanistas defendem a **criação de bairros planejados, para que, aos poucos (de bairro em bairro), seja alcançada uma mudança de grande escala**.<sup>94</sup> (grifos próprios)

No entanto, fica explícito ao se observar as conexões deste “bairro planejado” com suas adjacências (fig. 125) como esse planejamento urbano localizado, limitado ao “bairro planejado”, potencialmente gera novos como também solidifica velhos problemas das cidades. A concentração de recursos e consolidação da desigualdade socioeconômica se materializam nas cidades em medidas de segregação espacial. A falta de acesso para pedestres e ciclistas a um “bairro planejado”, por exemplo, ocorre independentemente do quão bem qualificada seja sua infraestrutura, inclusive de calçadas e ciclovias. Isto pode ser observado nos arredores da porção central de um “bairro planejado” (fig. 126) muito bem servido de calçadas e equipamentos urbanos de qualidade, que em suas conexões com loteamentos corporativos e bairros adjacentes carece de acessibilidade que não por automóvel, o que limita e restringe seu público e, conseqüentemente, sua comunidade (fig. 127). A alegada “priorização da qualidade de vida, sustentabilidade e saúde”, “manifestação cultural, de troca, de convivência e interação entre as pessoas”, “a mobilidade urbana, o acesso a serviços essenciais e de lazer, bem como o meio ambiente”, tudo isso fica restrito a quem consegue chegar ao “bairro planejado” por meio de vias sem calçadas nem ciclovias (fig. 128).

---

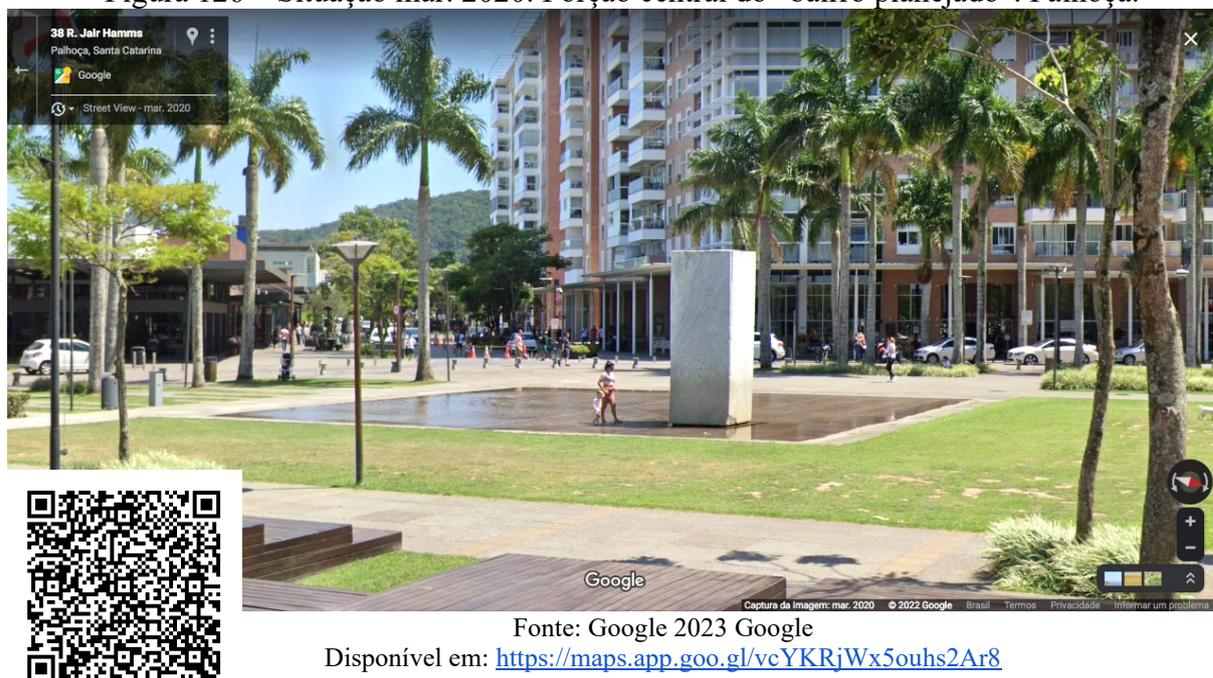
<sup>94</sup> DIVULGAÇÃO. **Como o planejamento urbano brasileiro influencia na sociedade**. Palhoça, 2022. Disponível em: [https://www.\(...\).com.br/blog/planejamento-urbano-brasileiro-sociedade/](https://www.(...).com.br/blog/planejamento-urbano-brasileiro-sociedade/). Acesso em: 20 nov. 2022.

Figura 125 – Localização das Perspectivas, “bairro planejado” e bairros adjacentes. Palhoça.



Fonte: adaptado de Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

Figura 126 – Situação mar. 2020. Porção central do “bairro planejado”. Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/vcYKRjWx5ouhs2Ar8>

Figura 127 – Situação set. 2022. Ao fundo, porção central do “bairro planejado” e em primeiro plano, pedestre caminhando em meio à via asfaltada sem calçadas. Palhoça.



Figura 128 – Situação mai. 2015. Ao fundo, edifícios do “bairro planejado” e em primeiro plano, via de acesso principal com calçada interrompida. Palhoça.



Esta modalidade de exclusão, de auto-segregação socioespacial, dos “bairros planejados”, embora difira em forma daquela dos condomínios fechados, persiste em segregar ao limitar recursos a quem os possa acessá-los, seja financeira ou fisicamente. Isso fica exemplificado na interface entre um condomínio fechado e um “bairro planejado” (fig. 129), em que o primeiro provém para a via pública uma calçada bem executada e de ótima qualidade

enquanto se fecha com muro opaco e cerca elétrica, portão de entrada com sistema de clausura e guarita equipada com câmeras de segurança; e o segundo se encontra aberto, embora não provenha calçada alguma para a via pública, deixando que barrancosos canteiros limitem o acesso apenas pelas vias dos automóveis que, em um canteiro central, passam obrigatoriamente por uma guarita do bairro, com iluminação e placa alertando “Área monitorada 24h com câmeras” (fig. 130).

Figura 129 – Situação dez. 2021. À esquerda, condomínio fechado, à direita, “bairro planejado”. Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/MWsFAF7XMhfeX2b87>

Figura 130 – Situação set. 2022. Uma das entradas do “bairro planejado”. Palhoça.



Fonte: adaptado de Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/6L5zR4N7nZycQmWy6>

Por fim, observa-se nos exemplos de “bairros planejados” a tentativa de legitimação das medidas segregadoras e excludentes provenientes de um planejamento urbano de qualidade restrito e concentrador de recursos, uma vez que, com anuência de leis municipais e através de um discurso que enaltece a vida na cidade e o coletivo, contraditoriamente, salienta a desigualdade. No artigo “Bairros planejados: solucionando desafios urbanos”, publicado na página da incorporadora de um “bairro planejado”, a confusão entre o planejamento urbano de fato e o que seu produto pretende solucionar fica evidente, com ênfase ao descrever “em conjunto com outras políticas públicas”, na medida que, como visto, seu empreendimento falha em se integrar à localidade, sistema urbano ou comunidades adjacentes do município em que se insere:

(...) o planejamento tem o intuito de atuar sobre os usos da cidade, seu crescimento e suas construções, **em conjunto com outras políticas públicas**, como saúde, infraestrutura, educação e transporte, visando sempre otimizar os serviços, facilitar a vida do morador e derrubar grandes desafios urbanos. (...)

Além disso, o nosso bairro planejado se destaca pela localização privilegiada, infraestrutura completa, segurança e boas opções de serviços, comércios e lazer em um sistema de utilização mista do espaço, facilitando a vida dos moradores e dessa forma, intensificando a taxa de qualidade de vida.<sup>95</sup> (grifos próprios)

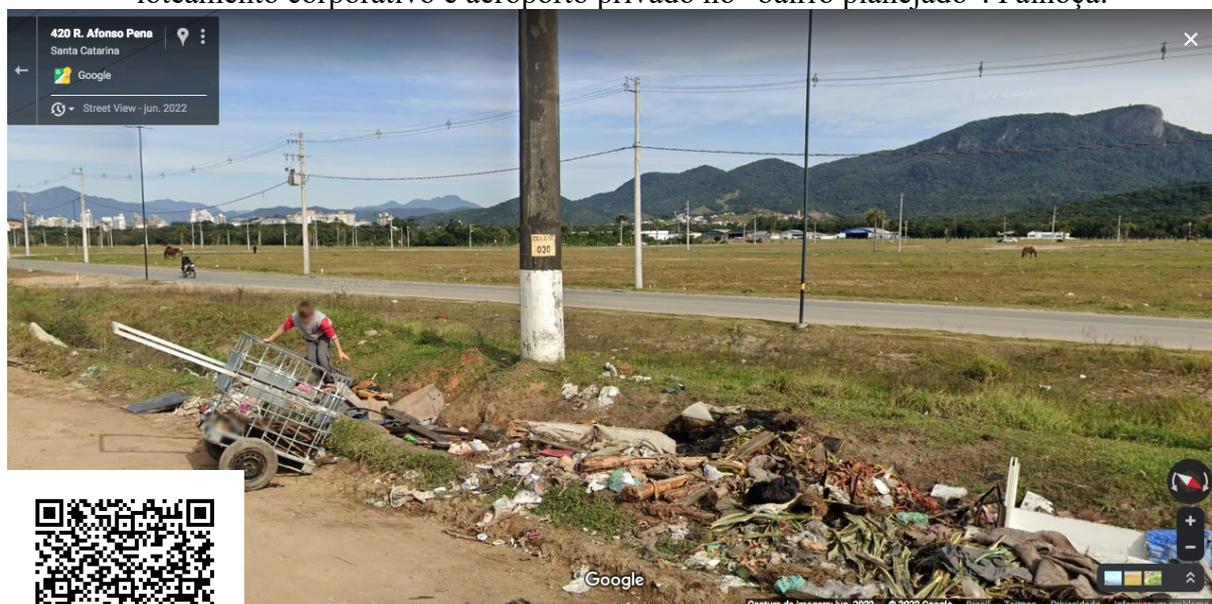
As ações legítimas de incorporadoras que, ao menos no discurso de seus artigos e anúncios publicitários, visam melhorar as condições de vida nas cidades parecem ser muito bem-vindas como medidas paliativas ou de progressiva mudança social — como dito sobre a “criação de bairros planejados, para que, aos poucos (de bairro em bairro), seja alcançada uma mudança de grande escala” —, bem como existem ocasionais iniciativas filantrópicas que buscam arrecadar fundos para remediar condições de escassez alimentícia e sanitária de comunidades adjacentes aos empreendimentos<sup>96</sup>. No entanto, essas são medidas mitigatórias para problemas urbanos a que não competem, senão potencialmente exacerbam as desigualdades, justamente por lidarem com ações de interesse público, integrantes às estruturas e sistemas das cidades, como sendo restritas aos interesses privados, limitando o “planejamento urbano” ao loteamento imobiliário que vende.

<sup>95</sup> DIVULGAÇÃO. **Bairros planejados**: solucionando desafios urbanos. Palhoça, 2022. Disponível em: [https://www\(...\)com.br/blog/bairros-planejados-solucionando-desafios-urbanos/](https://www(...)com.br/blog/bairros-planejados-solucionando-desafios-urbanos/). Acesso em: 20 nov. 2022.

<sup>96</sup> DIVULGAÇÃO. **Coronavírus**: Fundo de Apoio às Famílias da Frei Damião, em Palhoça, 2020. Disponível em: [https://www\(...\)com.br/blog/coronavirus-fundo-de-apoio-as-familias-da-frei-damiao-em-palhoca/](https://www(...)com.br/blog/coronavirus-fundo-de-apoio-as-familias-da-frei-damiao-em-palhoca/). Acesso em: 20 nov. 2022.

Ao divulgar um loteamento corporativo junto a aeroporto privado, em que “A infraestrutura do local conta [com] monitoramento por câmeras, ciclovia na avenida principal, sistema de drenagem pluvial, rede de abastecimento de água e energia e associação dos proprietários”<sup>97</sup>, a incorporadora abstrai o contexto em que seu empreendimento se insere, localizado nas adjacências de uma comunidade carente por infraestrutura, saneamento básico e serviços, e conta como vantagens de seu produto elementos básicos de infraestrutura — como se as redes de esgoto, energia elétrica e água potável já não fossem atributos mínimos de uma ocupação urbana. A realidade cruel que se afere ao observar o loteamento corporativo a partir da comunidade vizinha (fig. 131), contudo, revela que nem o mínimo é garantido.

Figura 131 – Situação jun. 2022. Ao fundo, porção central do “bairro planejado”. Em primeiro plano, com via não pavimentada, bairro Brejaru; ao lado, com via asfaltada, loteamento corporativo e aeroporto privado no “bairro planejado”. Palhoça.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/sQWo52VDAZsJE7aP8>

Junta aos bairros Brejaru e Jardim Eldorado, no município de Palhoça, a comunidade Frei Damião<sup>98</sup>, que é atendida por iniciativas filantrópicas da incorporadora do “bairro planejado” vizinho, faz divisa com o bairro Sertão do Maruim, São José, onde se encontra o loteamento corporativo junto a um aeroporto privado. Um canteiro gramado separa os dois municípios, separa os dois bairros (“planejado” e “sem esse planejamento”) e separa as duas

<sup>97</sup> ANÚNCIO. **Conheça o Aeropark (...)**. Palhoça, 2020. Disponível em: [https://conteudo.\(...\).com.br/aeropark-\(...\)](https://conteudo.(...).com.br/aeropark-(...)). Acesso em: 20 nov. 2022.

<sup>98</sup> Embora Frei Damião seja, por vezes, denominado como um bairro independente, segundo o geoprocessamento da prefeitura municipal, reconhece-se a área em que a comunidade se insere como sendo integrante ao bairro Brejaru.

comunidades: um loteamento corporativo que ostenta infraestrutura de qualidade implantada pela iniciativa privada ainda com sua ocupação incipiente, e uma comunidade há mais de uma década carente por infraestrutura mínima e atuação do Estado<sup>99</sup>.

Dentre as legítimas ações de remediação, a incorporadora responsável pelo “bairro planejado” mais recentemente, em 2022, firmou parceria público-privada com a prefeitura do município para melhoria de ruas na comunidade vizinha. O serviço, no entanto, surge como outorga, em acordo firmado entre incorporadora e prefeitura, pela prorrogação da concessão para serviços de água e esgotamento sanitário no próprio “bairro planejado” pelos 20 anos seguintes. Com um discurso muito similar ao dos anúncios publicitários da incorporadora, o prefeito diz que a “reurbanização do Frei Damião já é uma realidade”<sup>100</sup> e que se preocupam “em levar qualidade de vida aos moradores em diferentes frentes, proporcionando momentos de lazer em um espaço de convivência equipado com um complexo esportivo, e também levando infraestrutura à comunidade, com a revitalização das ruas internas do bairro.”<sup>101</sup>

Esse tipo de ação assistencialista, tanto do Estado como da iniciativa privada, é frequentemente veiculada — como no caso das três fontes aqui citadas — junto a um discurso pejorativo para com a comunidade, correlacionando a má condição de suas estruturas com pobreza e criminalidade, estampando em manchetes como “Comunidade mais pobre de SC será reurbanizada” e citando sem quaisquer parâmetros, fontes ou dados, um “histórico de pobreza e violência”, sem questionar, no entanto, o porquê de uma comunidade que iniciou sua ocupação no fim da década de 1990, inclusive anterior a do “bairro planejado”, ainda não ter um eficiente planejamento urbano, nem tanto uma urbanização digna:

Com um **histórico de pobreza e violência**, a comunidade do Frei Damião, em Palhoça, na Grande Florianópolis, **vai ganhar uma oportunidade de construir capítulos diferentes daqui pra frente**.

Neste sábado (21), a prefeitura de Palhoça lança o pacote de reurbanização do espaço. Em parceria com a incorporadora (...), serão feitos R\$10 milhões em investimentos para a recuperação de nove ruas da comunidade. (...)

<sup>99</sup> NDMAIS. **Comunidade Frei Damião em Palhoça aguarda projeto de reurbanização há mais de dez anos**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/comunidade-frei-damiao-em-palhoça-aguarda-projeto-de-reurbanizacao-ha-mais-de-dez-anos/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

<sup>100</sup> PORTAL DA ILHA. **Prefeitura de Palhoça lança pacote de obras de reurbanização no Frei Damião**. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=54721/prefeitura-de-palhoça-lanca-pacote-de-obras-de-reurbanizacao-no-frei-damiao>. Acesso em: 20 nov. 2022.

<sup>101</sup> PORTAL PALHOÇA. **Obras no Frei Damião seguem em ritmo acelerado**. Palhoça, 2022. Disponível em: <https://portalphoca.com.br/noticias/comunidade/obras-no-frei-damiao-seguem-em-ritmo-acelerado>. Acesso em: 20 nov. 2022.

A (...) fará os serviços por conta de um termo de acordo firmado em 2020, como contrapartida à prorrogação da autorização para que a incorporadora preste os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no bairro (...) por mais 20 anos.

Pela proposta, a empresa vai arcar com outorga social a ser revertida em benefício das comunidades dos bairros Frei Damião e Brejaru.

Junto com o lançamento da obra, a prefeitura vai levar, neste sábado, uma série de atividades ao parque da Frei Damião. O evento começa às 9h.<sup>102</sup> (grifos próprios)

Ficam, assim, legitimadas as ações excludentes e segregadoras em uma cidade desigual. O erro de ordem das coisas, em que uma urbanização adequada para a comunidade poderia ter sido anteriormente realizada, inclusive em parceria com a incorporadora do “bairro planejado”, é ignorado ou ocultado pela banalização da desigualdade. E isso é bem ilustrado nos anúncios publicitários do loteamento corporativo que, em suas representações com maquetes digitais do empreendimento, utiliza foto real da região como base para a renderização, permanecendo junto às vias asfaltadas do loteamento corporativo, do outro lado do canteiro gramado, as ruas sem pavimentação da comunidade vizinha (fig. 132). A normalidade com a qual a incorporadora vende seu projeto, idealizando uma via asfaltada paralela à rua de chão batido, apenas é contestada — provavelmente sem intenção — pela tarja que cobre a comunidade vizinha com a frase “Imagem meramente ilustrativa”.

Figura 132 – Perspectiva renderizada do projeto de loteamento corporativo junto ao aeroporto privado no “bairro planejado”.

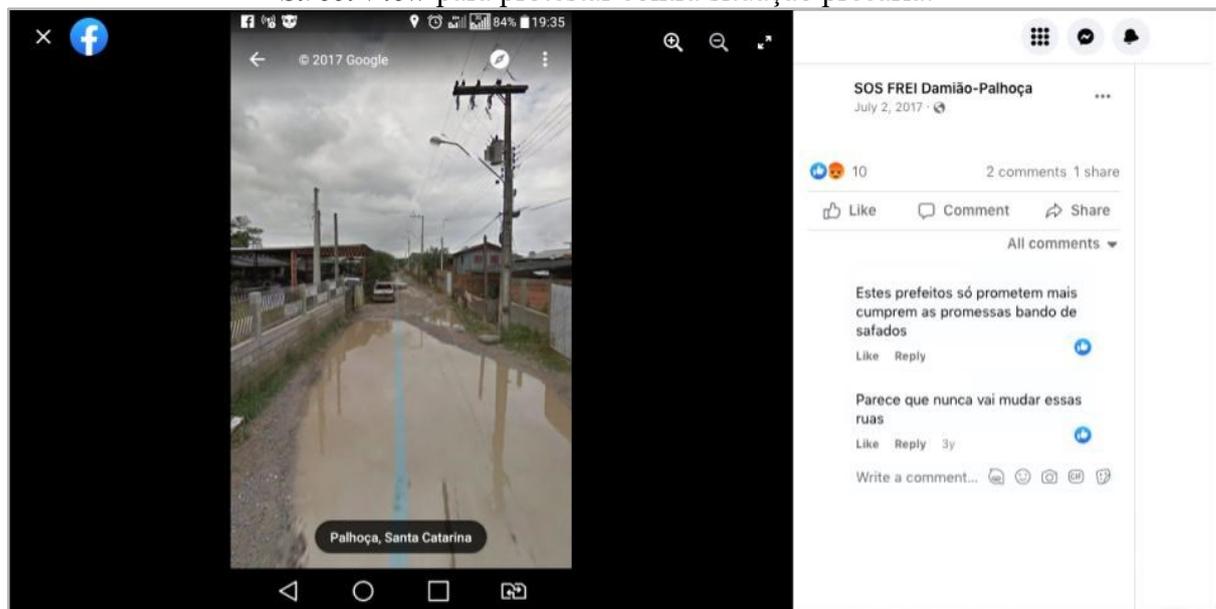


Fonte: Divulgação

<sup>102</sup> NSC. **Comunidade mais pobre de SC será reurbanizada**. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/columnistas/anderson-silva/comunidade-mais-pobre-de-sc-sera-reurbanizada>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Enquanto isso, reivindicações por condições mínimas de infraestrutura dos moradores da comunidade vizinha ao “bairro planejado” são motivadores de disputas, cobranças e respostas dos atores políticos<sup>103</sup>. Em uma página de rede social dedicada a protestar às entidades responsáveis por condições melhores das estruturas na comunidade Frei Damião, um morador utiliza imagens do *Google Street View* que capturam momento de alagamento da via não pavimentada, assim como outras fotos semelhantes tiradas pelo próprio morador, expressando o quão negligenciada a situação é — que até mesmo no registro do *Street View* as ruas da comunidade aparecem em péssimas condições (fig. 133).

Figura 133 – *Post* de morador da comunidade Frei Damião utilizando imagem do *Google Street View* para protestar contra situação precária.



Fonte: adaptado de Facebook

Finalmente quanto à questão midiática e publicitária, como visto nos discursos de agentes políticos e imobiliários, ficam evidentes mera apropriações desses conceitos urbanísticos humanistas — e não sua efetiva aplicação — quando alguns desses projetos e planejamentos são materializados nessa realidade contrastante das cidades brasileiras. São casos por vezes anedóticos ou banais, facilmente passados despercebidos em meio ao ruído publicitário. Em um edifício comercial no bairro Saco Grande, em Florianópolis, por exemplo, utilizou-se discursos humanistas de urbanismo na publicidade de seu projeto que, no entanto, está inserido a um empreendimento com características incompatíveis com as qualidades

<sup>103</sup> PALHOCENSE. **Moraes mostra obras no Frei Damião: Vereador faz levantamento sobre melhorias na infraestrutura do bairro.** Palhoça, 2020. Disponível em: <https://www.palhocense.com.br/noticias/moraes-mostra-obras-no-frei-damiao>. Acesso em: 20 nov. 2022.

públicas almejadas em sua referência. Lê-se no tapume da obra de edifício em um complexo empresarial a citação (com leves distorções do texto original) ao livro *Morte e vida de grandes cidades* de Jane Jacobs ([1961] 2000): “O contato na rua constitui a pequena mudança a partir da qual pode florescer a vida.” (fig. 134).

Figura 134 – Tapume da obra de edifício em complexo empresarial de alto padrão estampando citação de *Morte e vida de grandes cidades* de Jane Jacobs (2000).



Fonte: adaptado de Facebook

A mensagem que a publicidade no tapume intenta comunicar é de que o projeto valoriza o “contato na rua” como meio de transformação social ou ambiental, embora o complexo empresarial em que está inserido se localize às margens da rodovia estadual SC-401 (fig. 135), cujo acesso de pedestres é extremamente dificultado e com descontinuidade de calçadas em vários trechos, apesar dos esforços do empreendimento em executar uma calçada de qualidade à frente de seu lote (fig. 136). Por se tratar de uma rodovia de alta velocidade e com carência de calçadas ou ciclovias contínuas, o acesso ao complexo empresarial se dá mais facilmente por meio de automóveis, seja individual ou coletivo, por conseguinte, conferindo um grande estacionamento privado e ponto de ônibus em frente ao complexo.

Figura 135 – Localização das Perspectivas. Saco Grande, Florianópolis.



Fonte: adaptado de Google 2023 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies

Figura 136 – Situação mar. 2020 da Rod. SC-401 . Saco Grande, Florianópolis.



Fonte: adaptado de Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/xEax1LuF9KBHpmFXA>

Em contrapartida, a maneira mais acessível de se chegar ao complexo caminhando por calçadas seria justamente através do bairro em que o complexo empresarial se insere, o Saco Grande. Embora esteja às margens da rodovia estadual, no extremo oposto do lote, o complexo empresarial também conta com testada para a principal via do bairro, a rodovia Virgílio Várzea. No entanto, o acesso público ao complexo empresarial a partir do bairro é inexistente, utilizando-o como fundos, com depósito de lixo e acesso para carga e descarga, um pequeno

portão gradeado com interfone para identificação, além de muro equipado com arame farpado (fig.137) — na imagem, podendo-se vislumbrar por trás deste o referido edifício em construção.

Figura 137 – Situação mar. 2020 da Rod. Virgílio Várzea. Saco Grande, Florianópolis.



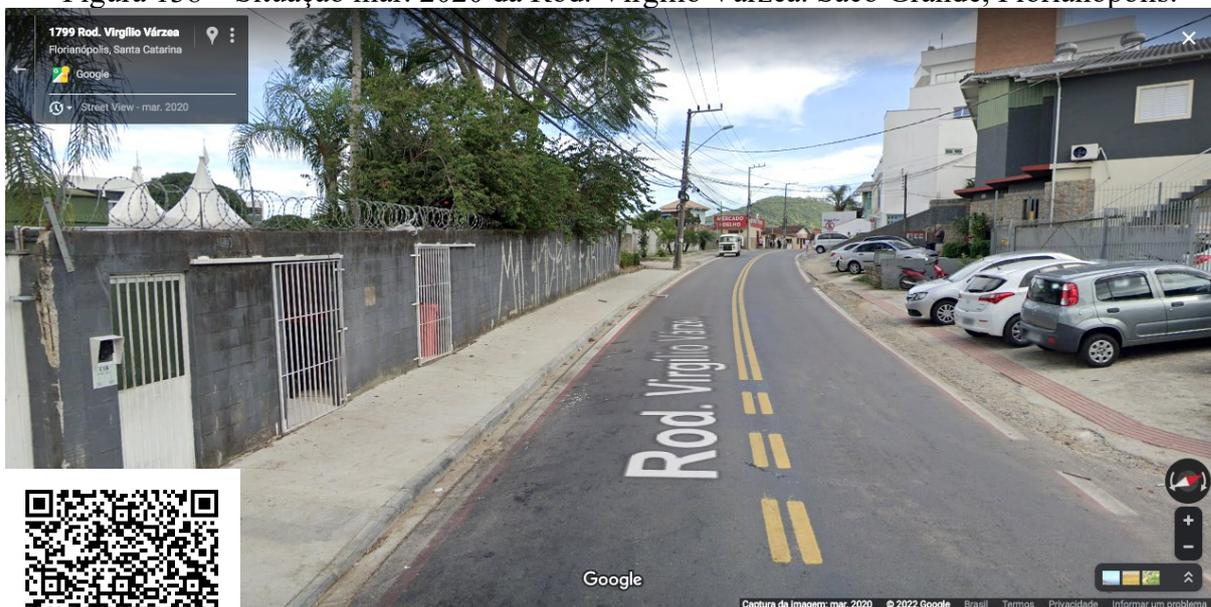
Fonte: Google 2023 Google  
Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/LV58tt7uZ9e5B3a79>

Em seu contexto, a mensagem da citação estampada no tapume da obra desaparece por trás dos muros. Ainda, em questão aos conceitos urbanísticos contidos na citação e seu sentido, por conta da tradução para o português, as palavras relativas a “rua” e “florescer” não constam no idioma original, tendo a autora se referido diretamente aos contatos que ocorrem nas calçadas: “*Lowly, unpurposeful and random as they may appear, side-walk contacts are the small change from which a city's wealth of public life may grow.*”<sup>104</sup> (Jacobs, 1992, p. 72). Existe uma ótima oportunidade de aplicar esses conceitos da obra de Jane Jacobs, de participar da vida pública ativa do bairro com edifícios residenciais e comerciais, mercados e serviços, que se abrem para a via principal do bairro e acontecem justamente em suas calçadas (fig. 138) que, como podem ser observadas nas imagens de 2020 à época da publicidade, não estava sendo aproveitada (fig. 139) — pode-se ver ao fundo da primeira imagem o mercado e ponto de ônibus do bairro e, ao fundo da segunda, os muros do empreendimento. Contudo, como se observa no decurso do tempo, em 2022 esta testada do complexo, enquanto ainda acesso controlado de carga e descarga, fora reformada conferindo grades visualmente permeáveis ao invés de muros (fig. 140); e em 2023 fora dado acesso ao estacionamento, contando com cancelas e funcionário,

<sup>104</sup> Em tradução literal: “Por mais modestos, despreziosos e aleatórios que possam aparentar, os contatos nas calçadas são a pequena mudança da qual a riqueza da vida pública de uma cidade pode crescer.”

como também um banco e arborização na calçada (fig. 141). Conquanto o empreendimento novamente executa calçadas de boa qualidade material, sua essência como contida no livro de Jane Jacobs, dos usos mistos com suas fachadas e usuários em contato com essas, ainda denota o potencial pretendido, ao menos pela sua publicidade, a ser explorado pelo empreendimento.

Figura 138 – Situação mar. 2020 da Rod. Virgílio Várzea. Saco Grande, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/KhmKFygj5PXZFTdJ9>

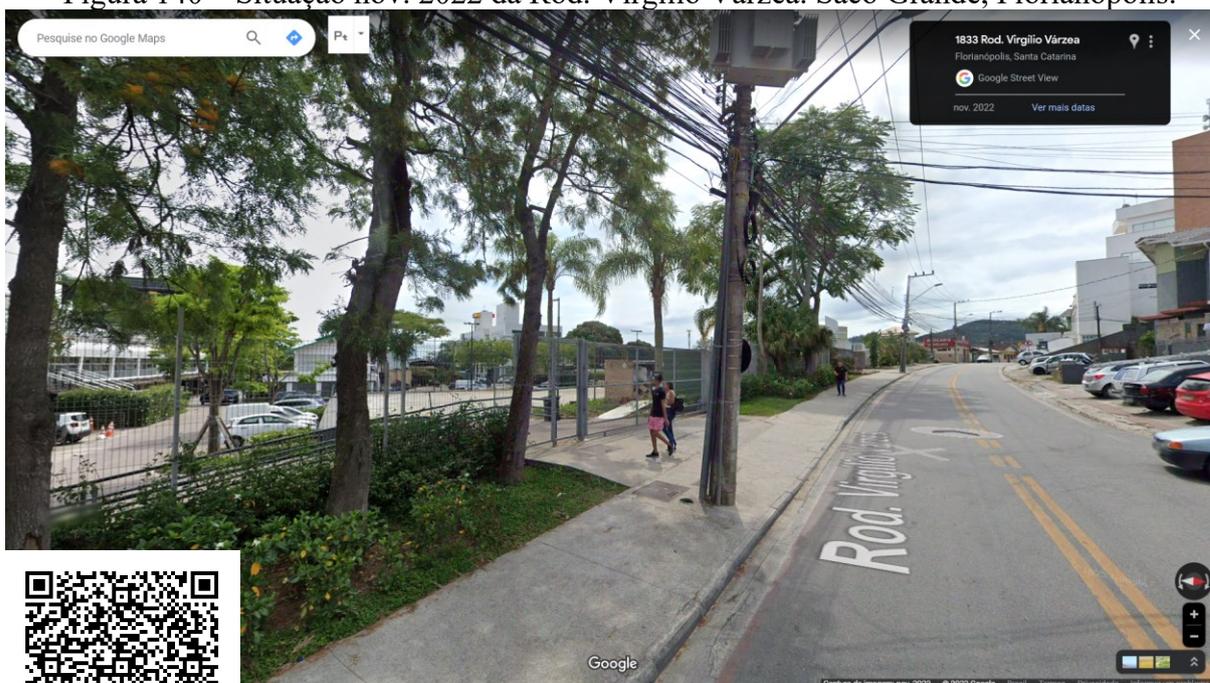
Figura 139 – Situação mar. 2020 da Rod. Virgílio Várzea. Saco Grande, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/F6YPbx6bzYuHW11PA?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/F6YPbx6bzYuHW11PA?g_st=ic)

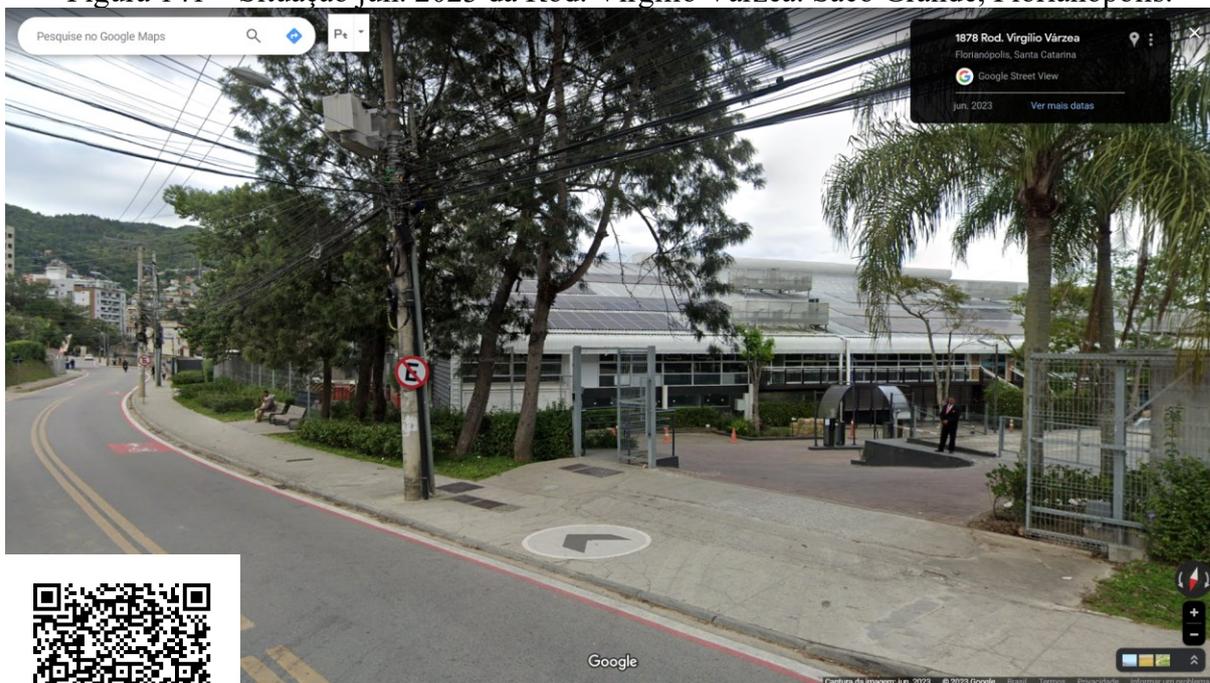
Figura 140 – Situação nov. 2022 da Rod. Virgílio Várzea. Saco Grande, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/9z1JQFpvE2JwYy8v5?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/9z1JQFpvE2JwYy8v5?g_st=ic)

Figura 141 – Situação jun. 2023 da Rod. Virgílio Várzea. Saco Grande, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/kyqwVGMg4Ugkcgkb9?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/kyqwVGMg4Ugkcgkb9?g_st=ic)

O que espacialmente reincidente em todos esses exemplos, da escala mais personalizada como serviços exclusivos até a mais coletivizada como do planejamento urbano, perpassando as várias imagens de cidade suscitadas pelos discursos dos consumidores e cidadãos, agentes

políticos e comerciais, intermediados pelas ideologias e conceitos técnicos ou subjetivos, é a separação entre mundos contrastantes, entre dentro e fora, privado e público, exclusivo e ordinário. A segregação que é materialmente sustentada por barreiras, de muros a cordões de isolamento, como também pelas diferenças estruturais, da desigualdade de acessos a disparidade de recursos, é culturalmente assimilada, até ser despercebida ou normalizada, por uma população que, afetada por ações do mercado e do Estado, por vezes, ignora a exclusão e cobiça a exclusividade.

## 5.2 SENTIMENTO DE SEGURANÇA E ATITUDES INDIVIDUALISTAS

Neste subcapítulo, pretende-se conceituar a segurança em diferentes instâncias, relacionando-a ao espaço urbano, exemplificando com situações de segregação socioespacial e expondo repercussões das atitudes individualistas no cotidiano.

Como visto, dentre quase todos esses exemplos de medidas segregadoras, manifestadas material ou culturalmente, o conceito de segurança permeia as justificativas e se traduz em barreiras. Ainda, como fenômeno cultural, discursos noticiados e repetidos cotidianamente contribuem para percepções, preconcebidas ou não, deste e de seus conceitos correlatos:

(...) a mídia tem deixado transparecer uma sensação de violência difusa, que pode atingir a todos a qualquer instante. Assim, o medo social surge como um alerta que previne as pessoas dos perigos. A violência e o medo passam a adestrar os comportamentos sociais, delimitando o que é possível ou impossível, proibido ou aceito socialmente (...) o fenômeno da violência na contemporaneidade assume dimensão polifônica, direcionando-se para uma sensação de insegurança difusa e para medos sociais também difusos. (Barreira, 2013 *apud* Cabral, 2021, p. 154)

Um exemplo muito recente que representa o discurso de medo do crime e a influência midiática é a telerreportagem “Ladrão aqui: nem alerta de assalto inibe bandidos, e homens são flagrados pulando muro para roubar”<sup>105</sup>, registrando a pichação anônima feita em um muro da linha ferroviária do Rio de Janeiro (RJ) com setas para cima e a palavra “ladrão” (fig. 142),

<sup>105</sup> G1. “**Ladrão aqui**”: nem alerta de assalto inibe bandidos, e homens são flagrados pulando muro para roubar; vídeo. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/08/11/ladrao-aqui-nem-alerta-de-assalto-inibe-bandidos-e-homens-sao-flagrados-pulando-muro-para-roubar-video.ghml>. Acesso em: 12/08/2023.

supostamente alertando transeuntes e passageiros dos assaltos em série ocorridos na região, incluindo vídeos que flagram assaltantes saltando o muro, utilizando este como ferramenta para o crime, tanto como tocaia, como também para sua fuga.

Figura 142 – Quadro da telerreportagem “Ladrão aqui: nem alerta de assalto inibe bandidos e homens são flagrados pulando muro para roubar” com homem apagando pichação em muro.



Fonte: Rede Globo

O apresentador do telejornal comenta a situação, inferindo que “os moradores pintaram no muro do trem (...) porque a bandidagem está atuando ali, a pessoa pula o muro, vai nos carros — se tiver a janela aberta, já era — e depois volta para o mesmo lugar que está apontando a seta”, a outra apresentadora complementa que “para a bandidagem virou até piada”. O relato do repórter de campo posicionado em frente ao muro, enquanto uma silhueta anônima se move por trás deste, revela um raciocínio que sintetiza bem esse processo estigmatizador de um cidadão inseguro:

A situação está difícil (...), num ato de desespero, uma pessoa, alguém, para alertar os moradores, os motoristas que passam aqui, resolveu pintar o muro da linha férrea com o indicativo ‘ladrão aqui’ e setas gigantes apontadas para cima. (...) Nós entramos em contato com a Polícia Militar, justamente para cobrar o policiamento que é muito desejado aqui pelos moradores. Depois que a nossa produção entrou em contato com a Polícia Militar, (...) uma pessoa veio aqui (...) e acabou pintando, tirando esse alerta dado aos moradores. Nós entramos em contato com a Polícia Civil (...), disse que já prendeu cinco suspeitos de praticarem crimes aqui na região, mas os assaltos continuam acontecendo justamente pela falta de policiamento que faz com que só, os presos estão lá, os ladrões foram presos mas só muda o CPF, só muda o nome, porque os assaltos continuam acontecendo. Já com relação à Polícia Militar,

entramos em contato (...) cobrando por policiamento e também por que a pintura (...) alertando os moradores foi apagada. A gente está aguardando o posicionamento da Polícia Militar.

Analisando os comentários, argumentos e conclusões da reportagem, os jornalistas expõem a simplificação de conceitos complexos: o apresentador deduz que “o aviso de ‘ladrão’ ali, e a setinha, é um pedido de socorro” — simbolizando um desalento social; pondera que “a pergunta que tem que ser feita é por que que o aviso está ali”, complementado pela colega, “e até um alerta para quem está andando ‘já fica ligado!’” — reforçando uma necessidade de constante vigilância; concluindo que “o aviso está ali porque falta segurança” — em uma reificação de “segurança” como conceito genérico, sem complexificar as causas.

Os apresentadores atribuem à situação, então, a falta de medidas que podem ser circunscritas nas dimensões material, cultural e constitucional: “Agora, se há falta de segurança é porque falta policiamento ali, (...) do outro lado, (...) tem muito bandido por perto, aí a polícia tem que investigar (...) ir atrás” — em uma dimensão cultural e constitucional, atribuindo segurança pública à questão de policiamento e responsabilização do papel do Estado; “Por um outro lado, você tem também os moradores da região, imagina, com um *outdoor* desse na rua, o preço do imóvel já era” — dimensão material e cultural, resumindo a uma questão mercadológica e pecuniária — “não é a pintura no muro que vai desvalorizar, é a presença do bandido (...) precisa é ter uma ação EVIDENTE [ênfase], de reforço de policiamento por ali”, a outra apresentadora arremata: “agora, isso é fácil de resolver, bota uns caquinhos de vidro, que eu quero ver se ele vai pular” — dimensão material e constitucional, medidas de segurança segregadoras e desconfiança às instituições, resolvendo por si mesmas.

São exemplos, esses, de reificação de conceitos complexos como violência e segurança sendo impostos e reproduzidos cotidianamente, que influem num sentimento de insegurança que, em seu extremo, “impossibilita a sociedade entre os semelhantes, pois passamos a viver sob o signo da ameaça, e não do acolhimento e da reciprocidade” (Castel, 2005). O processo de estigmatização gerado pelo medo do outro, representados pela figura oculta atrás do muro na reportagem que não se pode definir se tratar de um criminoso ou transeunte, ou da presunção do repórter de campo e apresentadores que não conseguem saber se quem apagou a mensagem no muro se trata de um cúmplice ou morador ofendido, e ainda a afirmação de ambos que a solução se resume a mais repressão policial (“os assaltos continuam acontecendo justamente pela falta de policiamento (...) os ladrões foram presos mas só muda o CPF”); ocorre nessa reprodução de discursos (fala do crime) que se baseia em acontecimentos reais (como os assaltos que de fato ocorreram) ambientados em espaços urbanos com problemas muito

complexos (como o bairro que é cortado pelos muros cegos da linha ferroviária), não se abordando o tema em sua completude e repetindo apenas parte dos fatos e suas presunções. Como Castel exemplifica no contexto das periferias francesas, seu local de estudo, essa “encenação da situação” — por combinar os fatos às presunções — estigmatiza regiões e partes inteiras da população que, retroalimentando-se, acarreta em mais sentimento de insegurança<sup>106</sup>.

O espaço e suas relações sociais, quando inseridas no contexto do sentimento de medo e insegurança, tornam em se manifestar por medidas segregadoras e, quando materializadas, dispositivos de proteção, “aumentando, assim, a sensibilidade perante o sujeito e, por vezes, também a demanda por maiores dispositivos para se defender”, num processo de retroalimentação em que “o tipo de configuração espacial e a relação com o entorno conduzem gradualmente a uma situação em que a segurança do local amplifica, por contraste, a sensação de insegurança externa” (Kessler, 2009, p. 241).

Acrescidos pela tendência à descrença no Poder Público e na Justiça, esta corroborada pelos dados da PNAD (IBGE, 2022b), as ações individualistas intentam tratar o problema de maneira isolada e imediata em diferentes escalas, de menores dimensões e mais individuais como se armar ou se proteger ostensivamente (“fácil de resolver, bota uns caquinhos de vidro”), até de maiores proporções e mais coletivas como enclaves fortificados ou obras estruturais de planejamento urbano, perpassando atitudes individuais, ações do mercado e do Estado:

(...) apenas as variáveis socioeconômicas e as explicações que elas geram são insuficientes para explicar o aumento de formas privadas e ilegais de vingança e conseqüentemente o aumento da violência. Não são os indicadores de crise econômica, taxas de desemprego, urbanização ou até os gastos do Estado com segurança pública que devemos observar para entender a violência contemporânea. Ao contrário, temos de considerar o funcionamento cotidiano das instituições da ordem, o padrão continuado de abusos por parte das forças policiais e seu desrespeito aos direitos, e a rotina de práticas de injustiça e discriminação. Devemos considerar os rituais cotidianos de segregação e a maneira pela qual os cidadãos apelam para a vingança privada na medida em que as autoridades falham, e a falta de vontade de muitas autoridades públicas de trazer as atividades da polícia para dentro dos parâmetros do estado de direito ou de desenvolver políticas de segurança pública pautadas por princípios democráticos.

O crime violento e seu controle não constituem o único contexto em que podemos observar tendências rumo à privatização, deslegitimação da

<sup>106</sup> “A insegurança social e a insegurança civil coincidem aqui e se entretêm uma à outra. Mas com base nessas constatações que não têm nada de idílico, a diabolização da questão das periferias, e particularmente a estigmatização dos jovens da periferia que se assiste hoje, depende de um processo de deslocamento da conflitualidade social que poderia efetivamente representar um dado permanente da problemática da insegurança. A encenação da situação das periferias como abcesso de fixação da insegurança para a qual colaboram o poder político, as mídias e uma grande parte da opinião, é de alguma forma o retorno das classes perigosas, isto é, a cristalização em grupos particulares, situados às margens, de tudo o que uma sociedade traz de ameaças.” (Castel, 2005, p. 55)

mediação pública e aumento da desigualdade. Essas tendências estão também moldando o espaço urbano, seus padrões de segregação, novas formas de residência, trabalho e circulação, interações públicas e, conseqüentemente, a qualidade da vida pública. (Caldeira, 2000, p. 207)

Conforme Caldeira elabora em seu trabalho antropológico, as condições em que uma população lida com sentimentos de medo e insegurança perpassam as situações do espaço e da sociedade em que se encontram, inseridas numa cidade idealmente justa e democrática, mas confrontadas com uma realidade estruturalmente desigual. Por isso que compreender questões sociais relacionadas às cidades e a democracia, no contexto do Brasil, requer também entender melhor seus processos de modernização<sup>107</sup>.

Dessa forma, assim como o medo do crime perpassa a segurança social e civil, as estruturas socioeconômicas a que um cidadão está sujeito influem também em seu sentimento e condição de segurança, mesmo se numa dimensão jurídica ou existencial. Como no livro *Modernização, Mudança Cultural e Democracia*, em que Inglehart e Welzel (2009) fundamentam junto a uma revisão bibliográfica diferenças entre sociedades pré-industriais e pós-industriais, “os riscos da sociedade pós-industrial, ao contrário [da fase pré-industrial], são abstratos” e suas percepções “são socialmente construídas, fazendo com que grande parte da população ignore esses riscos ou os encare como hipotéticos” uma vez que não afetam imediatamente seu cotidiano (p. 56). Também, podendo-se diferenciar entre países materialistas e pós-materialistas, em que “os pós-materialistas são economicamente mais seguros do que os materialistas, mas muito mais sensíveis aos riscos ambientais” pois “a segurança individual aumenta a empatia, tornando as pessoas mais conscientes dos riscos de longo prazo” (p. 57).

Em síntese, ao demonstrar que a partir da superação de uma fase social de necessidade material para sua própria sobrevivência, com este desenvolvimento socioeconômico, permite-se lidar com problemas menos imediatos e de mais longo prazo, desenvolvendo também a autoexpressão, liberdade individual e ações mais independentes das elites políticas. Contextualizando com a realidade latino-americana, Okado (2018), em sua tese *Valores Emancipatórios e Participação Política em Países da América Latina*, resume e exemplifica bem que com “poucos recursos, as pessoas não possuem condições necessárias para buscar a

---

<sup>107</sup> Utilizando o caso de São Paulo (SP), Caldeira (2000) remonta às mudanças econômicas e socioespaciais a que, de sua anterior conformação industrial, a cidade passa junto ao crescimento do crime violento na década de 1980: “Esses processos incluem, por um lado, a democratização política e, por outro, a inflação, a recessão econômica e a exaustão de um modelo de desenvolvimento baseado em nacionalismo, substituição de importações, protecionismo e na acentuada intervenção do Estado na economia. O universo de crime oferece imagens que permitem tanto expressar os sentimentos de perda e decadência social gerados por esses outros processos, quanto legitimar o tipo de reação que se vem adotando: segurança privada para garantir o isolamento, encerramento e distanciamento daqueles que são considerados perigosos.” (p. 9)

liberdade, pois as suas prioridades valorativas vão estar concentradas em garantir a sobrevivência imediata” (p. 44)<sup>108</sup>.

No contexto do Brasil, contudo, é possível observar esses processos díspares ocorrendo juntos, em que um depende do outro. No artigo “Enclaves Fortificados”, Caldeira (1997), ao estudar as materializações da segregação socioespacial nas cidades expresso pelo caso de São Paulo, já demonstrava como as classes econômicas média e alta dependem da exploração da classe baixa para sustentar sua independência e liberdade material. Dependem da escassez e luta pela sobrevivência da maior parte da população para usufruir de uma segurança existencial que se materializa nos limites e barreiras de uma cidade segregada e, de certa forma, na própria segurança privada: “Num contexto de medo crescente do crime, em que os pobres são muitas vezes associados à criminalidade, as classes médias e altas temem contato e contaminação, mas continuam a depender de seus empregados” (p. 161).

Observando este fenômeno como um processo urbano, ao longo do tempo e geracional, pode-se correlacionar os estudos de Inglehart (1990) e o processo de mudança cultural, assentando-se em duas hipóteses: a hipótese da escassez, em que “os valores subjetivos são depositados naquilo que tem o seu fornecimento baixo, ou seja, as prioridades individuais refletem o meio ambiente”, complementada pela hipótese da socialização, na qual o “crescimento econômico aumenta o sentimento de segurança material e, a cada nova geração, os valores se modificam pouco a pouco” (*apud* Okado, 2018, p. 28).

Um exemplo disto no contexto brasileiro é da geração que viveu os períodos de hiperinflação culminando em 1990, e que carrega em seu comportamento financeiro, décadas depois, atitudes para com seus investimentos que refletem, inclusive, nas dinâmicas do mercado imobiliário. Se, como Inglehart e Welzel (2009) colocam, o desenvolvimento econômico produz as mudanças mais íntimas e cotidianas e “afeta diretamente o sentimento de segurança existencial das pessoas” (p. 44), ao acompanhar a cidade como manifestação física das trocas e disputas da sociedade, pode-se observar justamente esses reflexos no meio ambiente. Além das

---

<sup>108</sup> “Isto explica em grande medida os processos de ruptura democrática e diminuição de direitos sociais. Em um cenário de crise econômica, inflação ou elevados níveis de desemprego, soluções que apresentam o corte com gastos sociais ou a revogação de direitos como único remédio para sair desta condição ganham força e são implementados, seja pela promessa da possibilidade de se sair de uma situação desesperadora ou pela incapacidade da população em resistir a sua implantação. No campo das liberdades individuais, a baixa utilidade da liberdade leva ao fim da discussão sobre igualdade e direitos de minorias. Como dito acima, as pessoas não agem para assegurar a liberdade ou efetivar garantias, uma vez que carecem dos recursos necessários para vocalizar as suas demandas. A necessidade de sobrevivência exige todos os recursos, retirando a margem necessária para se efetivar ações que reivindiquem direitos. Este cenário diminui a solidariedade e acirra a intolerância contra a diversidade: discursos xenófobos, homofóbicos e sexistas ganham terreno, seja como forma de resguardar privilégios ou garantir os recursos escassos para um grupo específico.” (Okado, 2018, p. 44)

“propriedades privadas para uso coletivo” (Caldeira, 1997, p. 159) que são os condomínios fechados, as desigualdades se materializam também no espaço público<sup>109</sup>.

Se na situação de escassez dessas cidades brasileiras, por exemplo, grades são colocadas nas janelas das residências para suprir uma necessidade imediata e latente de segurança pública — e insegurança existencial, como perda para o crime dos materiais já escassos —, revelando uma cidade em que as ameaças estão tão próximas quanto as janelas das próprias habitações; as exceções das casas sem muros ou grades nessas mesmas regiões frequentemente ocorrem em conjunto à um sistema ativo (que despense recursos) de segurança privada como os muros dos condomínios em que se inserem, cercas elétricas e seguranças particulares (fig. 143 e 144). No entanto, se o sucesso destas áreas privilegiadas solicita a exploração dessas outras áreas ameaçadas, observa-se na realidade dessas cidades brasileiras que, para se manter a segurança existencial de uma camada, necessita-se da escassez de outra.

Figura 143 – Situação mar. 2020. À esquerda, futuro condomínio fechado em construção com mensagem publicitária e tapumes demarcando o futuro muro que se estende até o fim da rua; à direita, casas com grades nas janelas para via pública. Campeche, Florianópolis.

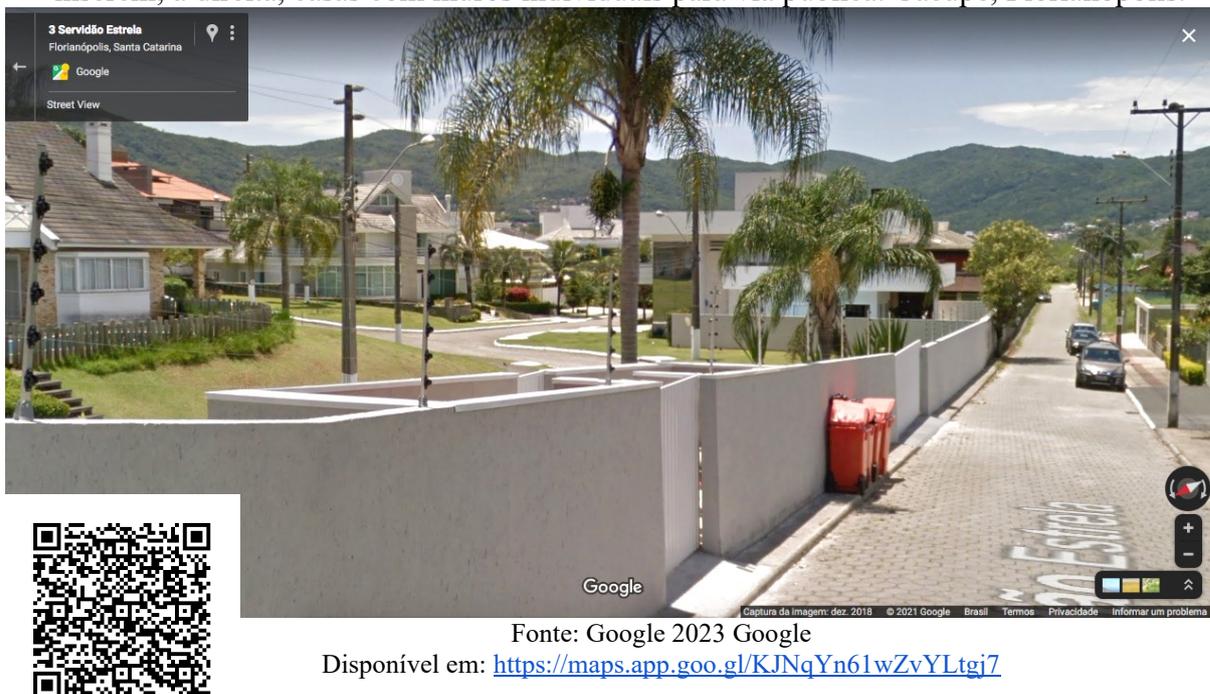


Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/dxd7HaR4m4daGfyY9>

<sup>109</sup> No caso de São Paulo, Caldeira (1997) já descrevia a precariedade do espaço público quando restringido pelos enclaves privados: “Percebido como mais perigoso, fraturado pelos novos vazios e enclaves, desprovido de seus antigos alinhamentos, privatizado com correntes que fecham as ruas e grades que encerram parques e praças, pontilhado por seguranças armados, cães de guarda, guaritas e toda a parafernália para impor controle, excluir e restringir a circulação, o espaço público em São Paulo é progressivamente abandonado àqueles que não têm chance de viver, trabalhar e consumir em enclaves privados, internalizados e fortificados.” (p. 169)

Figura 144 – Situação dez. 2018. À esquerda, casas de alto valor aquisitivo sem grades ou muros individuais por trás de muro com cerca elétrica do condomínio fechado em que se inserem; à direita, casas com muros individuais para via pública. Cacupé, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/KJNqYn61wZvYLtgj7>

Enquanto diferenças sociais e os valores e comportamentos pertencentes ao Brasil poderiam ser em parte explicadas pela sua trajetória<sup>110</sup>, na cidade, essas diferenças culturais são concretas. Ao passo que Caldeira descreve as diferenças materiais, comparando medidas segregadoras nas cidades de São Paulo e Los Angeles (1997, p. 170–171), essas diferenças também podem ser estudadas justamente a partir das suas diferentes democracias, como Brasil e EUA. Okado (2018), em sua revisão bibliográfica, traz algumas interpretações que podem auxiliar na compreensão desses comportamentos individualistas e não democráticos:

Para Flanagan e Lee (2003) o aumento de valores libertários, ou emancipatórios, representa também a diminuição de orientações de caráter comunitário e o aumento de uma postura política egoísta e limitada ao interesse próprio. Putnam (2001) tem uma interpretação parecida ao afirmar que o declínio do capital social nos Estados Unidos tem produzido uma geração apática, cínica e alheia aos problemas políticos. Baquero (2003) afirma que sem confiança no sistema democrático não há democracia e que é imperativo para a consolidação deste sistema político no Brasil o resgate do cidadão na esfera pública, principalmente por meio do aumento do estoque de capital social. A **individualização** para estes autores produz uma **política**

<sup>110</sup> “Embora o desenvolvimento socioeconômico tenda a produzir mudanças sistemáticas no que as pessoas acreditam e desejam da vida, a influência das tradições culturais não desaparece. Embora os valores possam mudar — e efetivamente mudem —, a influência das tradições culturais não desaparece. Os sistemas de crenças têm uma durabilidade e uma resistência notáveis. Embora os valores possam mudar e efetivamente mudem —, eles continuam a refletir a herança histórica de uma sociedade. A mudança cultural depende da trajetória.” (Inglehart; Welzel, 2009, p. 40–41)

**egoísta, centrada no interesse próprio e que não busca o bem-estar coletivo**, além de perpetuar práticas como o clientelismo e o patrimonialismo. (*apud* Okado, 2018, p. 38–39, grifos próprios)

Tanto a *não confiança no sistema democrático* quanto o *abandono do cidadão na esfera pública* podem descrever a ação de se excluir em um condomínio fechado, por exemplo, “uma vez que a arquitetura dos enclaves impõe por si só uma certa lógica social que promove desigualdade e separação” (Caldeira, 1997, p. 175–176): se uma das “condições necessárias para a democracia é que as pessoas reconheçam os membros de grupos sociais diferentes dos seus como concidadãos, isto é, como pessoas que têm os mesmos direitos”, produções no espaço urbano que “promovem a desigualdade e a sensação de que diferentes grupos sociais pertencem a universos separados e têm demandas irreconciliáveis” são incompatíveis com um ideal de cidade democrática.

Mesmo atitudes que podem ter partido da escassez, da busca pela sobrevivência, utilizando dos recursos que dispõe e das possibilidades presentes disponíveis para alcançar sua segurança existencial; as soluções individualistas e imediatas na conformação das cidades ignoram o coletivo e negam a democracia em que se encontram. E, possivelmente, porque em uma cidade o indivíduo e suas atitudes individuais nunca estão livres da sociedade, sua estrutura, sistemas e recursos que suportam o cidadão e nos quais suas ações repercutem; essas ações segregadoras nas cidades têm consequências que retroalimentam os próprios problemas que tentam segregar, como demonstrado pela relação entre violência urbana e medidas de segurança (Caldeira, 2000; Kessler, 2009).

Essas consequências físicas e tangíveis ilustram pontualmente o que os estudos de mudança valorativa explicam de maneira mais abrangente. As relações entre condição existencial e poder político ocorrem em ciclos<sup>111</sup>.

Em suma, do cruzamento desses estudos sociais e urbanos sobressaem duas visões, uma pessimista e outra otimista, embora complementares. Ao observar como os sistemas de segurança/insegurança existencial ou urbana se retroalimentam — em que as próprias “soluções” contribuem para os “problemas” que tentam solucionar —, infere-se que sociedades

---

<sup>111</sup> “Como Welzel (2013) salienta, um ciclo de desempoderamento é retroalimentado: crise, baixos níveis de recursos de ação, pouca satisfação obtida pelas escolhas independentes, baixo controle governamental e baixo retorno institucional. O rompimento deste círculo vicioso se dá a partir do aumento dos recursos de ação. A mudança de uma condição existencial de pressão para uma mais permissiva aumenta a utilidade da liberdade de escolha e a satisfação obtida através dela, o que significa maior dispersão de valores emancipatórios. Com maiores níveis de recursos de ação e a valorização subjetiva da liberdade, aumenta a pressão por garantias legais, responsividade e controle social, produzindo governos mais íntegros. Desta forma, os ciclos de empoderamento e desempoderamento se alternam o que explica o aumento e a diminuição dos níveis de valores emancipatórios em uma dada sociedade.” (*apud* Okado, 2018, p. 44–45)

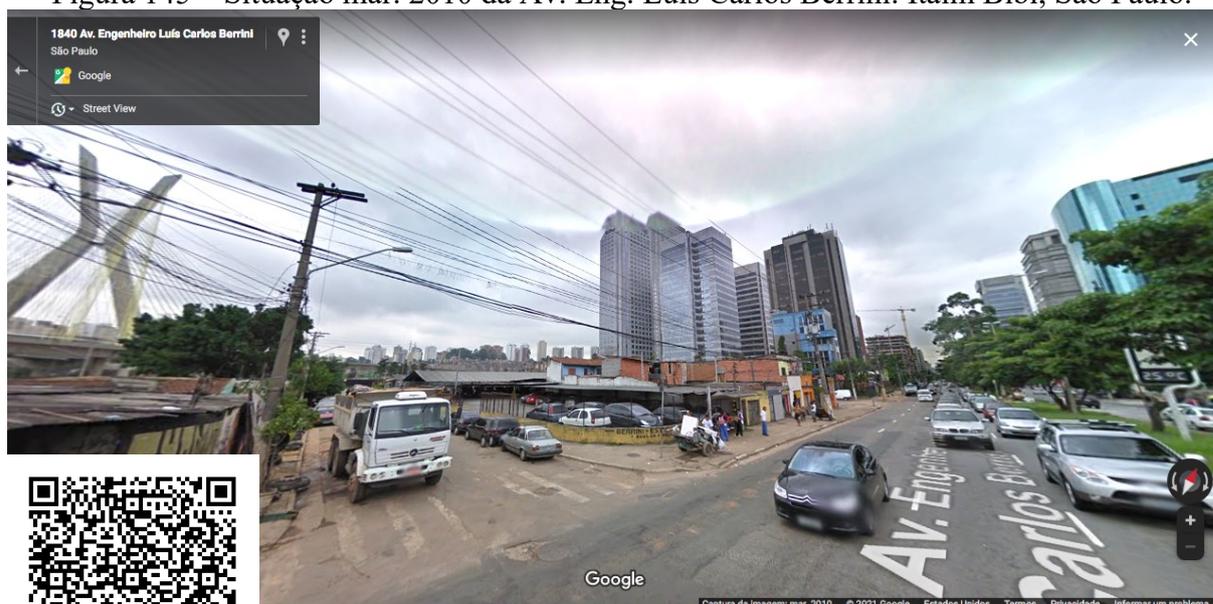
em situações de escassez tenderão a criar condições de segregação, discriminação, intolerância que dificultarão seus processos de emancipação e desenvolvimento da autoexpressão, estendendo e modificando lentamente através das gerações: “a crise econômica alimenta um sentimento de incerteza e desordem (...) as pessoas se sentem socialmente ameaçadas e veem transformações ocorrerem parece estimular o policiamento de fronteiras sociais” (Caldeira, 2000, p. 75). Mas também se enxerga as possibilidades de mudança, justamente pela compreensão de que, para se obter maior segurança existencial e superar a escassez, as ações individuais precisam levar em conta e tornar os melhoramentos e soluções conquistadas do coletivo, pois, do contrário, apenas continuarão segregando isto a uma parcela da população e promovendo a exclusividade.

Um exemplo extremo dessa disparidade de investimentos e a forma ativa e dispendiosa que estes são segregados pode ser observado na região da Faria Lima, onde sedes empresariais, deslocadas do centro de São Paulo na década de 1960, implantaram-se em conjunto com grandes investimentos público-privados. Como já citado por Caldeira (p. 251) e destrinchado por Fix (2001; 2007) quanto às Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) mais recentes, a região exibe casos de expulsão e deslocamento de população de baixa renda em detrimento dos novos empreendimentos. Em uma demonstração das diferentes cidades que se sobrepõem, como Milton Santos coloca (2000, p. 105–110), a “cidade vertical”, conectada ao mundo globalizado de empresas que facilmente transferem suas filiais para os diferentes países onde mais benefícios oferecem (podendo ser representadas pelas torres de conceito *Triple A*<sup>112</sup>), e a “cidade horizontal” que, para permitir essa outra cidade que concede os benefícios e vantagens pertinentes para atrair tais empresas internacionais, é sustentada por dinâmicas humanas intrinsecamente ligadas ao lugar em questão: a cidade em contato físico e imediato ao seu redor ou seus lados, conectada às dinâmicas de trabalho e sistemas de mobilidade e infraestrutura urbana, das habitações ao transporte público que provêm a força de trabalho dos serviços que suportam essas empresas internacionais. Observando as imagens da Av. Eng. Luís Carlos Berrini, pode-se acompanhar a transformação socioespacial ao longo de uma década, com as torres sendo erguidas, a avenida e calçadas alargadas, os estacionamentos sendo ocupados, o ponto de ônibus sendo reposicionado, e as moradias de estrutura precária se expandindo (fig. 145 e 146).

---

<sup>112</sup> Conceito comum no ramo imobiliário de prédios empresariais direcionados a empresas multinacionais. Por exemplo: DIVULGAÇÃO. **Conceito Triple A**. Campinas, 2019. Disponível em: [https://\(...\)com.br/conceito-triple-a/](https://(...)com.br/conceito-triple-a/). Acesso em: 12/08/2023.

Figura 145 – Situação mar. 2010 da Av. Eng. Luís Carlos Berrini. Itaim Bibi, São Paulo.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/wNosUWP7Kf76ZQFy6>

Figura 146 – Situação mar. 2021 da Av. Eng. Luís Carlos Berrini. Itaim Bibi, São Paulo.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/7wP6a1Pr3L8mFdv6>

Ainda, as interfaces entre ambas cidades, horizontal e vertical, expressam como a segregação entre grupos sociais distintos é uma ação ativa, que depende recursos para se sustentar. Ao observar as entradas das torres empresariais ou residenciais de alto padrão construtivo em uma das ruas de acesso, perpendiculares à Avenida, fica evidente separações que são forçadas ou impostas, como muros equipados com arames farpados, cercas elétricas, câmeras de segurança, guaritas, guardas vigilantes, portões e cancelas (fig. 147).

Figura 147 – Destaque para os equipamentos urbanos disponíveis. Itaim Bibi, São Paulo.



Fonte: adaptado de Google 2023 Google

Na imagem, fica nítido que os equipamentos urbanos dispostos pelos empreendimentos de alto padrão pouco têm a oferecer para beneficiar quem utiliza esses espaços públicos. Na via pública, exceto pela lanchonete ambulante e os arbustos ou alguma árvore, aquilo que se oferece a quem transita por este espaço encontra-se muito precário ou desqualificado. Mesmo a boa condição de uma calçada torna-se inútil com a inconsistência de sua qualidade: não basta um lado ser acessível se, ao atravessar a faixa já apagada, depara-se com um meio-fio sem rampa e de encontro com um poste. São mecanismos que mal acomodam ou até ativamente repelem a presença de indivíduos.

Assim, como mudanças valorativas ocorrem ao longo do tempo, através das sobreposições das gerações, modificando aos poucos o ambiente em que se inserem (Okado, 2018, p. 29), essas ações individualistas que tais valores exclusivos pregam causam marcas que se materializam e se conformam no espaço urbano por muito tempo também, surgindo novos problemas que persistem independentemente da mudança política (Caldeira, 1997, p. 176). Pois, muito aquém de uma simples opção individual, essas atitudes segregadoras usam justamente de recursos da cidade em que se insere, sejam estes recursos humanos, como Caldeira mostra (p. 161), sejam investimentos públicos e sistemas de infraestrutura urbana (Sugai, 2015, p. 183).

Um caso em Florianópolis, que será mais aprofundado no capítulo seguinte, demonstra que, enquanto as condições precárias e inacessíveis em que um equipamento urbano público se encontra são integrais às ações segregadoras nas cidades — como um acesso público à praia com mato cerrado e apenas um caminho esguio em meio aos muros e cercas elétricas dos

condomínios fechados (fig. 148 e 149) —, confrontando a publicidade imobiliária com a situação física, observa-se como áreas carentes de infraestrutura justificam — e valorizam — as necessidades que são vendidas para uma parcela da população que as pode pagar: o acesso estreito valoriza a passarela do acesso privativo, a falta de manutenção valoriza os serviços condominiais de jardinagem e limpeza, áreas de pouca visibilidade ou movimento de pessoas em que potencialmente incidem mais casos de violência urbana valorizam os sistemas de segurança privada, etc.

Figura 148 – Sit. 2016. Acessos privados e público à Praia do Morro das Pedras em Florianópolis, sendo: a) caminho de areia de condomínio fechado; b) caminho de areia do acesso público; c) passarela de madeira de condomínio fechado.



Fonte: adaptado de Geoprocessamento PMF

Comparando-se a imagem anterior de 2011 (fig. 149) com sua situação mais atual de 2017, após o acesso público ter sido revitalizado em mutirão pelos moradores (fig. 150), é possível observar como, ao longo do tempo, condições materiais influenciam dinâmicas sociais que, de maneira dialética, tornam em modificar também o espaço. Uma rápida análise revela as qualidades e elementos que cada um dos espaços, público e privados, traz para a cidade:

Figura 149 – Situação jul. 2011 do acesso público à praia, mato cerrado e caminho esguio ao lado esquerdo, cercado pelos muros dos condomínios. Morro das Pedras, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/yzBvek9RVyXhrcnT9>

Figura 150 – Destaque para os equipamentos urbanos presentes nos espaços público e privados. Morro das Pedras, Florianópolis.



Fonte: adaptado de Google 2023 Google

Justificados por supostas precariedades do espaço público, os mecanismos de segurança de ambientes privados (câmeras de segurança, cercas elétricas, arames farpados, guaritas) nada têm a oferecer a quem usufrua da praia que, uma vez sendo pública, deverá dispor de acesso público. Ao contrário dessas ações individualistas, este acesso sendo bem equipado de mobiliário urbano (bancos, lixeiras, horta e pomar comunitários, ponto de ônibus), além de

poder ser aproveitado por todos, tem o potencial de proporcionar maior e mais diversa circulação de pessoas, característica de urbanidade que confere também mais segurança pública.

O que Okado (2018), Inglehart e Welzel (2009) mostram de maneira abrangente estudando diversas nações, e Caldeira (1997; 2000) mostra de maneira específica estudando os casos das cidades São Paulo e Los Angeles, aqui, neste exemplo do acesso público à praia, revela-se como experiência direta e cotidiana. A comparação entre as imagens de 2011 e 2017 (fig. 149 e 150) mostra a oportunidade e potencial não aproveitado pelos condomínios fechados e seus moradores: a possibilidade de contribuir, em uma compreensão social, civil e existencial, para sua segurança — não por se excluir dos problemas acarretando em mais segregação e suas decorrências, necessitando se proteger com medidas ativas e ostensivas de segurança privada e individualista —, mas através de ações coletivas que contribuem para o sistema urbano como todo e, por consequência, para sua própria segurança existencial.

## 6 DIREITO À CIDADE NO ESPAÇO URBANO SEGREGADO

Neste capítulo, pretende-se abarcar os exemplos de segregação socioespacial à luz do direito à cidade, desde o planejamento urbano propriamente dito, passando por exemplos envolvendo planos diretores, reivindicações populares vicinais de associações comunitárias a movimentos sociais organizados, findando nas perspectivas de institucionalização da participação na transformação democrática do espaço urbano.

O planejamento urbanístico explorou as contradições da modernidade. Foi um projeto burguês que visou mascarar os conflitos de classes, as lutas e reivindicações sociais das ruas, acalmar o povo. Tirando as multidões das ruas, procurando manter as mentes distantes e camuflando as desigualdades sociais, introduziu o modo de vida burguesa, ainda que pelo desejo de ser burguês. Em outras palavras, desenvolver uma ética de manter o povo distante e, ao mesmo tempo, alimentar um sonho “realizável” de ser burguês pelo modo de produção capitalista. O trânsito é permitido, embora vigiado, controlado. O povo poderia sonhar com a comida, mas de barriga vazia. E pelo seu próprio trabalho, em tese, poderia usufruir das mesmas benesses burguesas. A contradição está em que nem todos, ou melhor, a maioria não pode ter acesso a esses bens, só poucos, privilegiados à custa da própria exploração alheia, por sinal, burguesa. A chave para o sucesso do projeto urbanístico, donde surge seu caráter revolucionário, é convencer que o miserável fique longe dos problemas, e também distante de sua moradia do centro, do centro de decisões burguesas, mas que alimente o desejo de possuir o modo de ser e de viver. Essa foi a grande lição da revolução urbanística: explorar os espaços por meio das pessoas, do sentimento e desejo individual de ser burguês. Inaugurou uma nova maneira de vida em sociedade. A Arquitetura, em especial a rodovia, no Século XX, funciona como freio à Revolução (...) (Oliveira Sobrinho, 2013, p. 220–221)

Ações do Estado na produção urbana e reivindicações populares por mudanças estruturais devem objetivar o direito à cidade de forma plena, em sua acessibilidade, sustentabilidade e seguridade, por exemplo. No entanto, nessa dimensão constitutiva da cidade, e nas suas intersecções culturais e materiais, observam-se relações sociais complexas que cotidianamente permitem ou negam o exercício da cidadania:

Seria possível dizer que **a função pública se encarregava daquilo que outrora entrava numa economia de mercado**. Sem dúvida. Mas nem por isso a habitação se torna um serviço público. Por assim dizer, **o direito à moradia aflora na consciência social**. Ele se faz reconhecer de fato na **indignação provocada pelos casos dramáticos, no descontentamento pela crise**. Entretanto, não é reconhecido formal e praticamente, a não ser como um apêndice dos “direitos do homem”. **A construção a cargo do Estado não transforma as orientações e concepções adotadas pela economia de mercado**. (Lefebvre, [1968] 2008, p. 26, grifos próprios)

O que Henri Lefebvre, a partir de um contexto europeu pós grandes guerras e reconstrução urbana, escrevia no final da década de 1960 sobre o direito à cidade ressona, hoje, nas disputas sociais entre pessoas (ou instituições comunitárias) e agentes do mercado e do Estado (como instituições imobiliárias e atores políticos) que ocorrem nas cidades brasileiras. Em desigualdade social profunda, experiencia-se uma realidade em que nem o mínimo digno é ofertado a um preço razoável, seja na alimentação, transporte ou moradia<sup>113</sup>; e a luta pelo direito a melhores condições deixa de ser um exercício humanitário para se tornar a da sobrevivência humana. Na questão da habitação, de fato, como diz Lefebvre, a “função pública” serve para suprir um déficit mercadológico, pois aquilo que é ofertado — como observado na publicidade imobiliária — segue a lógica de muito para poucos e pouco para muitos, não se agregando aos preços dos produtos imobiliários valores como o bem estar comum, mas sempre do bem estar individual. A tal “consciência social” que resulta das adversidades é reação a um movimento insustentável, um grito de basta para uma situação inadmissível ou insuportável. O direito, assim, deixa de ser uma linha no horizonte que se caminha numa certa direção para alcançá-la e se limita a uma linha no chão que diz: deste ponto, como humanidade, não se pode passar.

Pois, como visto, é em um contexto de desigualdade estrutural (como a distribuição dos investimentos públicos), infraestrutural (como a discrepância das condições de vias públicas em bairros de classes sociais distintas), econômica (como a disparidade de materiais, tipologias e padrões construtivos), social (como a diferenciação entre espaços “planejados” e “improvisados” difundidos por uma cultura da exclusividade) e espacial (como as medidas segregadoras em si) que as cidades brasileiras e suas relações sociais ocorrem, como também visto, através de sua trajetória de processo de modernização (como as medidas higienistas, acumulação central e periferação) e dos contemporâneos fenômenos de apropriação do espaço (como gentrificação, afastamento e expulsão de partes da população), podendo essas desigualdades em seus diferentes níveis serem acompanhadas no decurso temporal.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> Vide dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgados mensalmente pelo IBGE (2014–). As consequências e repercussões da inflação de preços no cotidiano da população são frequentemente noticiados, por exemplo: NEXO. **Transporte, comida e moradia puxam alta da inflação**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/extra/2021/09/24/Transporte-comida-e-moradia-puxam-alta-da-infla%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 jun. 2022.

<sup>114</sup> Como Maricato e Colosso (2020) resumem bem com sua analogia, a desigualdade é um conceito histórico no processo brasileiro de modernização: “O Brasil viveu 320 anos de sua história como colônia de Portugal e 388 anos de força de trabalho escrava, com todas as consequências que essas condições acarretam na formação da nação. A nova condição de país predominantemente urbano carrega esse pesado fardo, evidente nas casas grandes e senzalas urbanas. A ‘modernização conservadora’ evidencia essa herança: o telefone celular convive com a falta de esgoto.” (p. 280)

O raciocínio de Lefebvre, assim, além de ajudar a compreender o conceito de direito à cidade, contribui, ao ser contextualizado para a condição urbana brasileira, a expandi-lo. Se a “construção a cargo do Estado não transforma as orientações e concepções adotadas pela economia de mercado”, infere-se que as conquistas populares com obras públicas que materializam e confirmam seus direitos não alteram as lógicas de mercado, pois, uma vez regidas pelo lucro, estas não se afetam com aquilo que não se pode vender. No entanto, ao se estudar casos específicos de disputa social, é possível observar como as relações sociais e os espaços que as suportam, à medida que se alteram, promovem também novas possibilidades — pois, antes impossíveis —, uma vez que seu lugar de disputa já é outro e este possibilita outras relações sociais também. Na disputa entre público e privado, em suma, atores do mercado, Estado e sociedade civil tecem uma trama de relações e influências complexa e contraditória como as próprias cidades que as sustentam<sup>115</sup>.

Exemplos de conquistas coletivas, portanto, não se limitam a melhorias pontuais. O caso do acesso público à praia que se encontrava inacessível (fig. 149), entre tantos outros exemplos que se pode observar nas cidades brasileiras, revela questões sociais que vão além das disputas em si — de classes, do mercado, ideológicas —, elucidando problemas que permeiam os sistemas urbanos. E essas questões aqui problematizadas não estão estagnadas no tempo, pelo contrário, se revelam pelas suas trajetórias. Assim como Inglehart e Welzel (2009) pontuam, se a “mudança cultural depende da trajetória” (p. 41), observar como o acesso revitalizado se encontrava em 2011, por exemplo, ajuda a compreender e problematizar essa trama socioespacial — ou seja, o “tecido urbano”.

Visto que a “**segurança individual** [que] aumenta a empatia, tornando as pessoas mais conscientes dos **riscos de longo prazo**” (p. 57, grifos próprios), em uma situação de escassez e precariedade — insegurança material e existencial —, materializa-se em soluções de curto prazo e individualistas: muros, arames farpados, cercas elétricas, câmeras de vigilância, seguranças particulares; entende-se que a exclusividade, produto material e ideológico que é vendido pelo mercado imobiliário, como o estudo de anúncios imobiliários demonstra, necessita da escassez para se justificar e existir.

Com “uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço”, a transmutação da terra em bem de

---

<sup>115</sup> “O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de ecossistema, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes.(...) Com efeito, o interesse do ‘tecido urbano’ não se limita à sua morfologia. Ele é suporte de um ‘modo de viver’ mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do ‘tecido urbano’ aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e ‘cultural’.” (Lefebvre, 2008, p. 19, itálicos do autor)

consumo, então, pode ser observada justamente pela junção dos *problemas insolúveis* com a *solução única* que é vendida, “uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo” (Lefebvre, 2008, p. 32–33).

Embora seja compreensível que, dada uma situação precária e indesejável da estrutura pública, aqueles que tenham condições despendam recursos próprios a fim de usufruir condições melhores; uma vez limitados — e segregados —, esses privilégios justamente negam a possibilidade de um espaço público de qualidade, dando como única solução os seus produtos exclusivos. Como já exposto pelos artigos e anúncios publicitários de incorporadoras de empreendimentos como “bairros planejados”, ideologias e discursos sobre urbanidade e humanismo são apropriados e distorcidos, tratando características e contrariedades das cidades como problemas insolúveis — senão pelos produtos que oferecem —, mas também, incorporando aos bens de consumo que anunciam qualidades inerentes às cidades (citando “existência de espaços públicos de qualidade e apropriáveis”, “democratização desses espaços” e “bem-estar social”) enquanto, paradoxalmente, acordando-os a estratégias mercadológicas (citando “investimento imobiliário”, “mercado de investimentos” e “nova forma de rentabilizar o seu capital”)<sup>116</sup>.

Contudo, esse discurso da publicidade imobiliária não se trata de uma prática recente, nem mesmo seu “novo modelo” ou “nova forma de rentabilizar o seu capital” traz qualquer novidade. Como Lefebvre ([1968] 2008) já descrevia há mais de meio século com assustadora semelhança:

O urbanismo dos promotores de vendas. Eles o concebem e realizam, sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro. O fato **novo, recente, é que eles não vendem mais uma moradia ou um imóvel, mas sim o urbanismo**. Com ou sem ideologia o urbanismo torna-se valor de troca. O projeto dos promotores de vendas se apresenta como **oportunidade e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada**. O imaginário do habitat se inscreve na lógica do habitat e sua unidade dá uma prática social que **não tem necessidade**

<sup>116</sup>“(…) a existência de espaços públicos de qualidade e apropriáveis, com maior vitalidade urbana, confere um aumento da percepção de segurança e de democratização desses espaços. A partir disso, gera o bem-estar social necessário para os dias atuais.

Sendo assim, um investimento em bairros planejados pode ser o catalisador que você procura para a sua renda, visto que além de um ambiente inovador, os bairros planejados são lugares que as pessoas sonham em morar e viver. (...) Um dos jeitos é investir no clássico mercado imobiliário, porém em uma região inovadora! Se você já é adepto ao investimento imobiliário, modalidade que já tem um espaço conquistado no mercado de investimentos por rentabilizar de forma segura, essa opção de investimento em bairros planejados no Brasil pode se destacar! (...) o ambiente de um bairro planejado facilita tanto o dia a dia dos moradores, que passa a ser um sonho de consumo para quem busca um novo lugar para morar. Investir em apartamentos, terrenos e até em casas de bairros planejados é uma nova forma de rentabilizar o seu capital.”. Extraído de: DIVULGAÇÃO. **Compensa investir em bairro planejado no Brasil?**. Palhoça, 2022. Disponível em: [https://www\(...\)com.br/blog/compensa-investir-em-bairro-planejado-no-brasil/](https://www(...)com.br/blog/compensa-investir-em-bairro-planejado-no-brasil/). Acesso em: 20 nov. 2022.

**de um sistema.** Donde esses textos publicitários já famosos e que merecem passar para a posteridade, porque **a publicidade torna-se aqui uma ideologia.** (p. 32, itálicos do autor, grifos próprios)

E, se por um lado a ideologia sustenta de forma cultural essas atitudes na produção material do espaço urbano, constitucionalmente, essas podem ser legitimadas pelas leis, códigos de obras e planos diretores. Enquanto historicamente parâmetros e zoneamentos dos futuros planos diretores estão associados às dinâmicas de atratividade para investimentos na área central urbana, desde as origens das cidades e primeiras dinâmicas de segregação socioeconômica que estabeleceram as relações centro-periferia, como a depreciação de cortiços (Stelmach, 2020), “medidas higienistas-disciplinadoras dos espaços” (Oliveira Sobrinho, 2013) e a “constituição dos bairros proletários e dos loteamentos burgueses, da apropriação e reforma do Centro urbano pelas novas elites e da ação discriminatória dos investimentos públicos e regulação urbanística que ajudaram a construir e perpetuar as diferenças” (Rolnik, 2017, p. 22); a lógica contemporânea de expansão de territórios e promoção de novos produtos habitacionais em regiões periféricas também dispõem dessa legitimação.

Este foi o caso do primeiro plano urbano de Florianópolis, aprovado em 1955, que apenas contemplava seu núcleo urbano central, criando “mecanismos que solidificavam processos que já vinham se delineando, em especial os de caráter segregativo” (Sugai, 2015, p. 73–74). No início da década de 1970, o seguinte Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis, em que “investimentos viários constituíram-se nas ações decisivas para as transformações e para a estruturação intraurbana da área conurbada”, essa relação entre os interesses dos agentes econômicos e as ações do Estado fica ainda mais expressa em seu discurso e defendido em suas propostas, desenvolvendo “um intenso trabalho ideológico de legitimação daquelas atuações díspares do Estado que favoreciam os investimentos na Ilha” (p. 105).

Como contraponto, políticas de Estado de valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural, ações ambientais relacionadas à imposição de limites de crescimento, lutas democráticas para participação popular nas decisões e formulações de planos diretores, como zoneamentos que confirmam maior diversidade de usos ou maior qualidade arquitetônica e urbanística, são reivindicações recorrentes de movimentos, associações e atores políticos presentes nas audiências e eventos públicos. Exemplos dessas disputas entre interesses coletivos e individuais, como também públicos e privados, multiplicam-se nas revisões de planos diretores das cidades brasileiras, como ilustra o caso do município de Florianópolis, na

reportagem “Revisão do Plano Diretor de Florianópolis avança em meio a denúncias de conflito de interesses e ameaças”<sup>117</sup>:

A principal promessa do novo Plano Diretor é a **flexibilização da lei** para permitir o **adensamento urbano** e ganhar **potencial construtivo** com menos burocracia. Em função disso, a revisão proposta pelo Executivo ganhou o **apoio do setor de construção civil e imobiliário**. (...)

**As participações de técnicos limitaram-se a reuniões para discutir um Plano Diretor já pronto**, com pouco tempo hábil para frequentar oficinas, estudar os temas e apresentar diagnósticos atualizados. Sem o texto da minuta em mãos, existe um receio entre os profissionais de que suas recomendações nem mesmo sejam incluídas no produto final. “É uma **revisão com muitos interesses econômicos e políticos envolvidos** e nós somos a parte fraca”. Na visão das fontes, as oficinas e reuniões de revisão do Plano que foram realizadas têm como função principal **legitimar** a minuta atual, e não ouvir os especialistas.

Além do adensamento e da verticalização da cidade, algumas das mudanças que mais preocupam nesta revisão são as propostas de parcelamento do solo. As leis que regulam os diferentes tipos de divisão do solo determinam, por exemplo, porcentagens mínimas de áreas verdes de lazer (AVL) e licenças necessárias para cada lote. Trechos da nova minuta, entre muitas outras modificações, **retiram a obrigação** de que as AVLS tenham uma superfície contínua mínima de pelo menos dois mil metros quadrados, o que pode **prejudicar não apenas a paisagem e a qualidade** de vida dos moradores, mas implica também em **problemas ambientais para a cidade**. São áreas como essas que escoam a água das chuvas para o solo e abastecem os lençóis freáticos.

A minuta atual do Plano Diretor, proposta pela prefeitura, também **retira a necessidade** de que o projeto de divisão seja aprovado pelo IPUF e pela Floram. (grifos próprios)

Assim, com a dispensa de ações que beneficiam ou ao menos salvaguardam direitos coletivos, como estudos de impacto de vizinhança (EIVs), cotas de AVLS ou compensações ao espaço público por provento de empreendimento privado; um plano diretor que, em tese, cumpre as prerrogativas do Estatuto da Cidade, conferindo audiências públicas, participação popular entre outras características de organização democrática, consegue simultaneamente legitimar e conceder privilégios e desfavorecimentos. Uma forma pela qual isso pode ser visualizado é através da análise dos investimentos públicos, seus direcionamentos, escassez e concentrações. Segundo Sugai (2015, p. 183), “além de evidenciarem a lógica de sua distribuição, que cria e reproduz as desigualdades sociais”, estas análises indicam como esses investimentos públicos se espacializam na cidade, “as diferenças entre a característica e o papel que esses investimentos assumem no processo de produção e nas disputas no espaço urbano”.

<sup>117</sup> COTIDIANO UFSC. **Revisão do Plano Diretor de Florianópolis avança em meio a denúncias de conflito de interesses e ameaças**. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://cotidiano.sites.ufsc.br/revisao-do-plano-diretor-de-florianopolis-avanca-em-meio-a-denuncias-de-conflito-de-interesses-e-ameacas/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Contudo, no contexto urbano, os investimentos privados não estão isolados da cidade e dos investimentos públicos, afinal, mesmo que separados por barreiras, estes fazem parte de todo o sistema urbano como vias, comunicação e luz, comércio e lazer, meio ambiente e saneamento. Exemplos estes de distribuição pela cidade dos recursos em infraestrutura, como a acessibilidade para novas áreas da cidade que os projetos de novas rodovias dão, criando novos polos cujos terrenos e lotes de alguns proprietários são valorizados pela especulação, a partir de um investimento cujo dinheiro gasto é público (Sugai, 2015). Ou também exemplos de sobrecarga dos sistemas, como ocorrem nos bairros praianos no verão: congestionamento nas rodovias, falta de água, saneamento insuficiente. Casos de condomínio que precisa contratar caminhões-tanque para retirar os resíduos, e que no atraso desses acaba soltando o esgoto na via pública (fig. 151)<sup>118</sup>.

Figura 151 – Post na página do *Facebook* da Associação de Moradores do Campeche, Florianópolis, denunciando esgoto lançado na Rua do Gravatá, via de acesso à praia.



Fonte: Facebook

São casos pontuais de uma saturação que é sistêmica, causada pela concentração ou má distribuição de recursos. E isto não ocorre apenas por *improviso*, por falta de planejamento, por vezes pelo contrário, justamente utilizando dessas ferramentas disponíveis para legitimar suas ações. Para além de uma incompetência dos órgãos de planejamento, fiscalização e das próprias legislações, eventualmente, discursos que legitimam ações no desenvolvimento urbano proferem uma narrativa técnica e de planejamento, “um processo político e econômico que, no

<sup>118</sup> Post na página do *Facebook* da Associação de Moradores do Campeche, mostrando vídeo de condomínio lançando esgoto na Rua do Gravatá, “um dos acessos mais utilizados para chegar à praia”. Segundo testemunhas, “a síndica do condomínio confirmou tratar-se de esgoto” justificando o despejo na rua “por conta de atraso do caminhão limpa-fossas”. Ainda, segundo o post, “moradores da Rua do Gravatá afirmam que o despejo de esgoto é recorrente e sempre acontece no período noturno, para escapar da fiscalização”. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=340332709932676>. Acesso em: 31 jan. 2021.

caso do Brasil, construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo, e que teve no planejamento urbano modernista/funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica” (Arantes; Vainer; Maricato, 2002, p. 124).

Essa concentração de recursos que ultrapassa a segregação residencial, legitimada pela técnica e viabilizada pelo poder econômico e político, são exatamente os benefícios e vantagens que são vendidos para uma população que pode verdadeiramente apenas querer o melhor. No entanto, como a análise dos investimentos públicos revelam, a distribuição desigual dos investimentos urbanos cria os próprios *problemas* que a exclusividade auto-segrega, que “amplia e reproduz as desigualdades sociais e espaciais” (Sugai, 2015, p. 187).

No contexto de cidades brasileiras como Florianópolis, em que o direito à cidade perpassa ações individuais, de agentes do mercado e do Estado, manifestações físicas e materiais (como empreendimentos privados e investimentos públicos), culturais e ideológicas (como publicidade imobiliária e formulação de leis e planos urbanos); as reivindicações populares surgem como contraponto ao desequilíbrio de forças que conduzem a produção do espaço urbano em um ideal de cidade justa e democrática. Um exemplo simbólico disso, de inicial incapacidade da efetivação dos direitos urbanos e posterior reivindicação e ação comunitária em prol do coletivo que alterou o espaço, bem como as relações sociais em seu entorno e até eventualmente conferiu sua legitimidade perante o Poder Público, pode ser observado ao se atentar para o histórico do anteriormente citado caso do acesso público à praia do Morro das Pedras, bairro ao sudeste da porção insular da Capital:

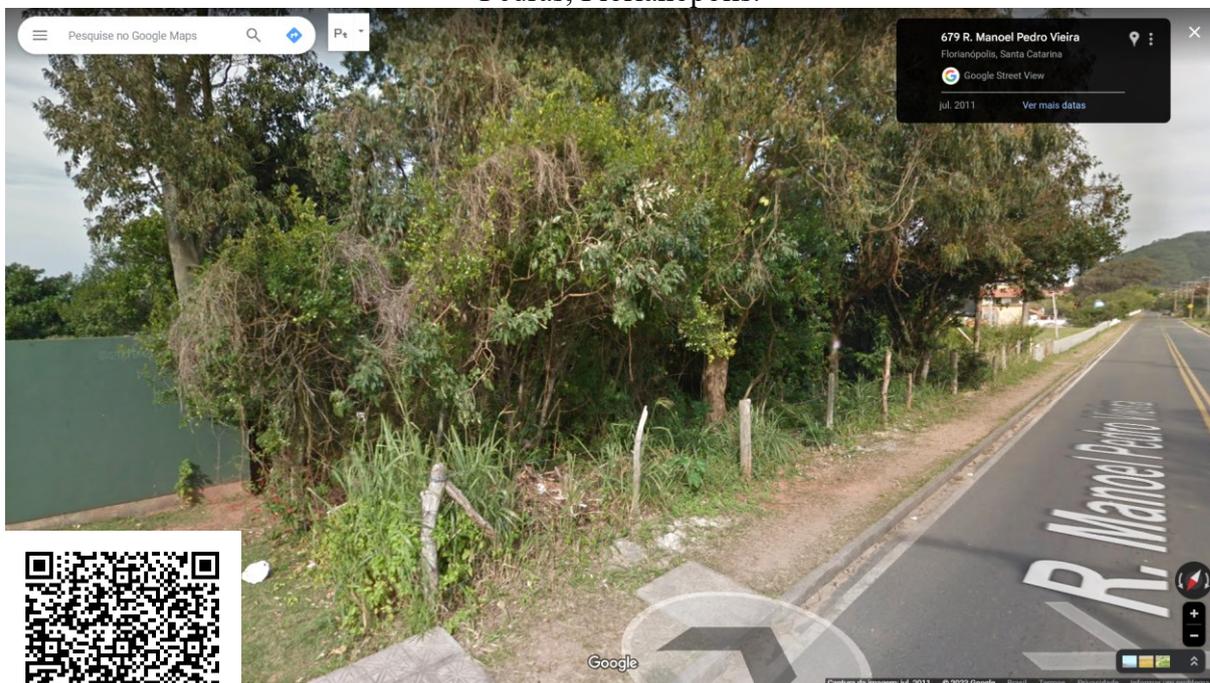
Em 2011, uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal insurgiu contra o impedimento de acesso público à praia do Campeche e Morro das Pedras por parte de condomínios fechados e hotel localizados ao longo da rua principal do bairro (fig. 152 e 153). Como fundamentação para o pedido de desobstrução, considerou:

a) a obstrução do acesso ao norte (...) feito pelo Condomínio (...) além de **impedir o acesso à praia**, privatizou o terreno de marinha, fixando **placa proibitiva da entrada de não-moradores**; b) o acesso central (...) aberto ao público até o ano de 2009, foi obstruído pelo Condomínio (...), o qual **construiu deck de acesso à praia exclusivo para os moradores**; c) (...) o acesso sul (...) foi bloqueado pelo Hotel (...) e colocação de **cerca de arame farpado**. Alerta que foto aérea do ano de 1994 encaminhada pelo IPUF registra a existência desses três acessos. Como fundamento aos pedidos formulados na inicial alega afronta à garantia da liberdade de locomoção, constitucionalmente prevista, com a obstrução dos acessos à praia, que é bem público de uso comum.

Alerta que o **Plano Diretor de Florianópolis (Lei 2.193/85) prevê a necessidade de acesso à praia a cada 125 metros de distância** (arts. 89, §§ 1º e 3º e art. 91), o que denota flagrante descumprimento da norma na situação ora analisada. Também afirma que os acessos se situam em zona costeira,

desobedecendo-se o regramento da Lei 7.661/88. Alega que o perigo da demora é plenamente verificável, pois o impedimento aos acessos causa grandes prejuízos aos moradores da localidade, principalmente os mais idosos, que são obrigados a percorrer caminhos mais longos, difíceis e perigosos para chegarem à praia. (Brasil, 2011, grifos próprios)

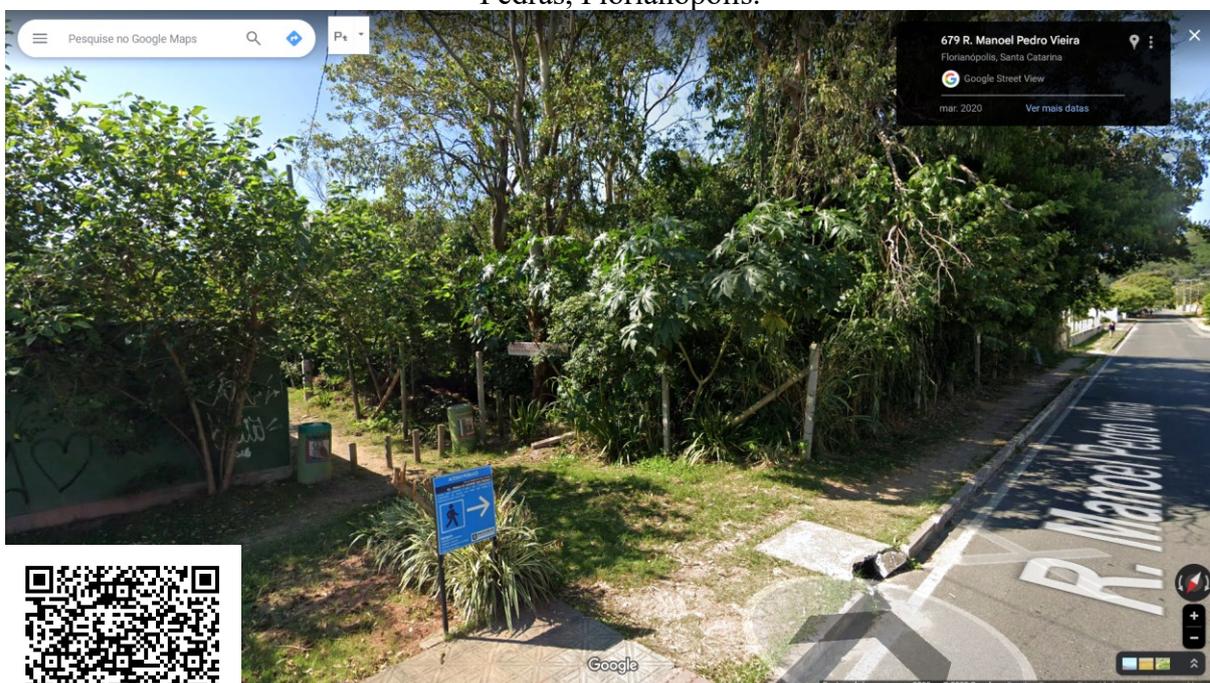
Figura 152 – Situação jul. 2011 de um dos acessos públicos à praia obstruído. Morro das Pedras, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/FNNpcToSg2BmYGRB8>

Figura 153 – Situação mar. 2020 de um dos acessos públicos à praia reaberto. Morro das Pedras, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/wrstrHtUBMG4bbz27>

Entretanto, o que se observou nos anos seguintes fora a permanência dos acessos privados exclusivos separados pelos muros dos condomínios, esses convivendo com os acessos públicos restantes entre os muros dos empreendimentos que, segundo relatos de moradores e corroborados pelas imagens de geoprocessamento da PMF e do próprio *Google Street View*, conferiam até metade da década passada pouca ou nenhuma manutenção pelo Poder Público, apresentando estrutura precária e características de abandono, dificultando e repelindo seu uso.

No dia 14 de maio de 2016, então, iniciou-se no terreno de um desses acessos públicos à praia uma série de atividades como mutirões (fig. 154) e eventos culturais para melhorar o equipamento urbano que se apresentava há anos deficitário<sup>119</sup>. Em setembro do mesmo ano, a partir de reivindicações de moradores que desde 2009 reclamavam por melhores condições aos acessos públicos à praia, organizadas pela Associação Comunitária e legitimadas pela decisão judicial perante a ação civil pública, a Prefeitura Municipal foi ordenada a reabrir e sinalizar outros dois acessos em estado precário, além daquele já revitalizado pela comunidade<sup>120</sup>.

Figura 154 – Mutirão realizado em junho de 2016 pela Associação Comunitária do Morro das Pedras (ACMP) com auxílio da Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) para revitalizar o acesso público à praia. Morro das Pedras, Florianópolis.



Fonte: ACMP

<sup>119</sup> ACMP. **30 dias de lutas e conquistas**: Revitalização dos acessos públicos à praia. Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://acmpblog.blogspot.com/2016/06/30-dias-de-lutas-e-conquistas.html>. Acesso em: 31 jun. 2022.

<sup>120</sup> ACMP. **Justiça Federal dá ganho de causa aos moradores da comunidade para acesso público à praia**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://acmpblog.blogspot.com/2016/09/justica-federal-da-ganho-de-causa-aos.html>. Acesso em: 31 jun. 2022.

Este exemplo de conquista coletiva, no entanto, não se limita a uma melhoria pontual. O caso do acesso público que se encontrava abandonado pelo Poder Público (fig. 155) revela questões sociais que transcendem as disputas em si — de classes, do mercado, ideológicas —, elucidando problemas que permeiam as estruturas, os sistemas urbanos.

Figura 155 – Situação jul. 2011 do acesso público à praia. Morro das Pedras, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/zbNJ2HgFbQ56vZb19?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/zbNJ2HgFbQ56vZb19?g_st=ic)

Figura 156 – Situação mar. 2020 do acesso público à praia. Morro das Pedras, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/D6JkhJohXLRKQyal6?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/D6JkhJohXLRKQyal6?g_st=ic)

Se a cidade suporta, física e materialmente, as relações sociais com suas disputas e seus conflitos; como também possibilita e impede certas interações, a depender de sua conformação e estruturação, gerando encontros e desencontros dos diferentes atores sociais; observa-se como em certas situações não basta transformar as relações sociais em si, é preciso também, concomitantemente, modificar o espaço. O caso do acesso à praia no Morro das Pedras mostra como a “construção a cargo do Estado”, que Lefebvre diz não influenciar na direção do mercado, pode nem mesmo essa suprir carências que estão camufladas pela banalidade: um acesso à praia que se encontrava *inacessível* — seja pelas más condições do espaço ou pela conformação dos muros de seus condomínios adjacentes — somente se tornou motivo de interesse para a prefeitura municipal, ao ponto de fazer manutenções e as publicizar em placas com a frase “MAIS UMA OBRA DA PREFEITURA” (fig. 156), quando o valor a ser agregado, no caso, de uma praça de boa qualidade, tornou-se possível.

Precisou-se que esses atores sociais, na forma da Associação Comunitária e colaboradores<sup>121</sup>, transformassem o espaço físico para que este fosse possível de ser ocupado, para então medidas do Estado ou do mercado surgirem<sup>122</sup>. Precisou-se, a partir das mudanças sociais almejadas pela reivindicação popular, modificar o espaço que as sustenta, para que então novas relações sociais pudessem ocorrer e, inclusive, disputas fossem conquistadas, como no caso do acesso à praia, este, público e acessível. Esse é apenas um exemplo entre tantos de conquistas dos direitos à cidade, ao seu acesso, à terra ou ao teto, que surgem por meio da mudança do próprio espaço, seja por meio de ocupações, intervenções ou manifestações culturais, a fim de chamar à atenção de instituições competentes e da população como todo.

Se os extensos estudos sociais comportamentalistas como de Inglehart e Welzel (2009) indicam que para mudanças dessa fase de sobrevivência material ocorrerem ao longo das próximas gerações, as sociedades necessitam da segurança existencial, da emancipação do indivíduo para conseguir se dedicar a ações menos emergentes e individuais, e mais coletivas e a longo prazo; entende-se que, assim como a comunidade no Morro das Pedras precisou agir contra a lógica vigente para transformar seu ambiente — reivindicando por melhor qualidade

---

<sup>121</sup> Um relato também interessante deste caso é de um morador de condomínio fechado próximo e um casal morador do bairro vizinho que, passando pelo o mutirão, motivaram-se a participar: ACMP. **Revitalização dos acessos à praia**: Incrível o que uma força tarefa comunitária é capaz de realizar!. Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://acmpblog.blogspot.com/2016/10/revitalizacao-dos-acessos-praia.html>. Acesso em: 31 jun. 2022.

<sup>122</sup> As atividades comunitárias e culturais do bairro, em geral promovidas pela Associação, são frequentemente ressaltadas, inclusive, em anúncios imobiliários de residências em condomínios fechados: “Além disso, o bairro possui uma forte identidade comunitária, com muitas atividades culturais e sociais promovidas por seus moradores.”: ANÚNCIO. **Lançamento (...) Soluções Imobiliárias** – Morro das Pedras, Florianópolis. Disponível em: [https://www.\(...\).com.br/imoveis-lancamento/\(...\)-2613180475/](https://www.(...).com.br/imoveis-lancamento/(...)-2613180475/)

dos espaços públicos ao fazer um trabalho que caberia à prefeitura executar, em prol do uso coletivo e não do individual —, para se mudar o rumo dessa trajetória é preciso também modificar o espaço em que essas relações sociais se transformarão.

Figura 157 – Do *blog* da ACMP: “Daienne, moradora (...) explicando sobre o mutirão para os surfistas”. Morro das Pedras, Florianópolis.



Fonte: ACMP

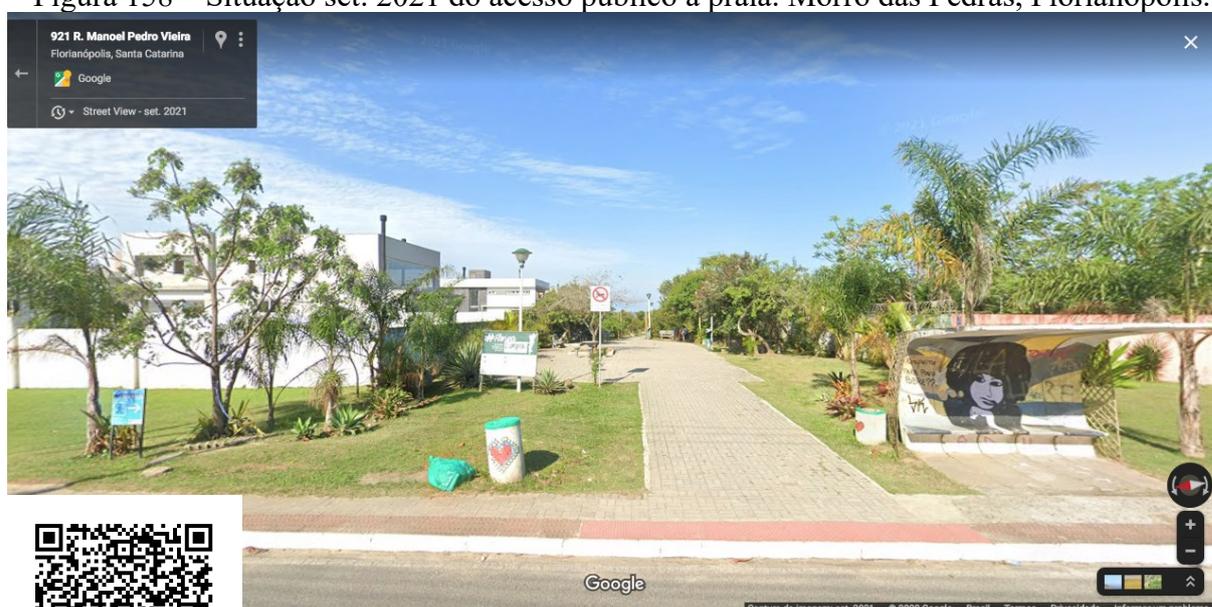
A imagem do mutirão da Associação Comunitária, da moradora explicando a um surfista que utilizava o acesso à praia (então recém acessível) a situação de reivindicação popular<sup>123</sup> (fig. 157), exemplifica a mudança das relações sociais proporcionadas pela transformação do espaço. O medo e a insegurança manifestados pelos muros com câmeras e cercas elétricas dos condomínios fechados, bem como a desigualdade estrutural dos “acessos privados” à praia desses condomínios em contraste ao esguio caminho mato adentro de sua condição anterior ao mutirão, conferiam uma segregação socioespacial que não é óbvia, justamente pela dessensibilização advinda de sua expressão cotidiana — o acesso público sendo possivelmente enxergado pela população como um lote privado de terreno baldio em especulação, seguindo a lógica mercadológica da terra.

Enquanto a antecedente situação de abandono do acesso repercutia negativamente ao seu imediato, os condomínios vizinhos e o bairro como todo, além do restante da cidade que

<sup>123</sup> ACMP. **Revitalização dos acessos à praia:** Incrível o que uma força tarefa comunitária é capaz de realizar!. Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://acmpblog.blogspot.com/2016/10/revitalizacao-dos-acessos-praia.html>. Acesso em: 31 jun. 2022.

possa aproveitar a praia, e as atitudes individualistas de exclusão e exclusividade propiciavam apenas mais repercussões negativas, retroalimentando-as; a ação coletiva — e coletivista — da comunidade permitiu repercussões positivas à própria comunidade que se beneficiou da acessibilidade e equipamento urbano, à Prefeitura que incorporou a nova praça a sua rede de atendimento, aos condôminos vizinhos que, mesmo que não usem o acesso público por já terem um privado, têm seus imóveis valorizados e sua sensação de segurança aumentada pela maior urbanidade — ao invés de abandono — em seu entorno (fig. 158). O direito e o acesso à cidade conquistados em um espaço urbano segregado, nesse exemplo, representado pelo acesso ao recurso natural da praia do Morro da Pedras e sua condição em torno dos muros de condomínios fechados, pode não ser o suficiente para injustificar ou desmantelar as medidas segregadoras que o cercam mas, com efeito, incita questioná-las.

Figura 158 – Situação set. 2021 do acesso público à praia. Morro das Pedras, Florianópolis.



Fonte: Google 2023 Google

Disponível em: [https://maps.app.goo.gl/4fhp5vUa9q9GWgK67?g\\_st=ic](https://maps.app.goo.gl/4fhp5vUa9q9GWgK67?g_st=ic)

Exemplos como esse, de ações e participação isoladas ou desarticuladas com o planejamento urbano pelas vias institucionais, mesmo quando bem sucedidas, com suas reivindicações atendidas ou seus objetivos pontuais alcançados, contudo, carecem ainda de regularidade, contando com uma sorte de circunstâncias a seu favor para que esses anseios populares se confirmem. Pois, se o “direito à cidade acarreta (...) deveres em relação a sua cidade, dentre os quais o de preservação e conservação dos recursos naturais, direito/dever de participação na gestão urbana” (Prestes, 2008, p. 58), o direito à cidade deve conferir também meios para esse seu efetivo exercício da cidadania:

O processo de participação pode ser um meio de dar mais agilidade para as mudanças sociais no Brasil; a participação surge como elemento transformador. As pessoas se envolvem na discussão dos interesses que afetam diretamente a vida dos cidadãos de diferentes comunidades, e começam a questionar e pressionar os políticos para que atendam aos seus interesses. Num país onde a maioria da população vive excluída do ponto de vista econômico e social, esse processo tem um impacto enorme. Porém, os meios para realizar políticas participativas ainda são muito precários, pois, o conservadorismo dos políticos é muito forte; a falta de pessoal qualificado para defender os interesses das comunidades é grande; os interesses corporativos dos grupos tendem a se sobrepor aos interesses gerais da comunidade como um todo; e o clientelismo e o particularismo continuam muito arraigados no sistema político local. (Silva, G., 2013, p. 9–10)

Entraves e contradições para a implantação de instituições participativas (IPs) na realidade urbana brasileira<sup>124</sup> não desvalidam as virtudes advindas dessas experiências. À luz da segregação socioespacial, os meios institucionalizados para participar das decisões que influem sobre o espaço urbano confeririam, se efetivos, maiores garantias das demandas populares serem atendidas:

A noção de exclusão territorial e sua capacidade de descrever as condições de urbanização das cidades brasileiras oferecem, assim, referências importantes para a avaliação dos possíveis efeitos distributivos produzidos por IPs e pela focalização de investimentos e recursos operada por elas. Tomemos o caso do OP [Orçamento Participativo] como exemplo. Como o OP trata da distribuição de ativos infraestruturais (obras e serviços), seus efeitos distributivos devem, assim, ser avaliados primariamente com base em indicadores de carência infraestrutural. Haverá efeito distributivo caso regiões e territórios menos infraestruturados recebam mais recursos a partir do OP. Obviamente, como não é o território que apresenta demandas e possui necessidades e sim a população que nele vive e trabalha, a introdução de indicadores de condição de vida da população na análise dos efeitos distributivos faz-se necessária. Nesse sentido, pode-se dizer que o OP produz efeitos distributivos quando atua enquanto instrumento ou procedimento que canaliza os investimentos públicos para regiões e territórios da cidade em que

---

<sup>124</sup> Mais notoriamente, em experiências de Orçamentos Participativos (OPs), Planos Diretores Participativos (PDPs) e Conselhos da Cidade: “a incorporação, por exemplo, do conceito de estruturas de oportunidades políticas (originário da literatura sobre *contentions politics*), tem possibilitado perceber que a dinâmica e a lógica de ação dos movimentos sociais é fruto não apenas de contradições na estrutura socioeconômica ou da dimensão identitária dos atores, mas também de constrangimentos e oportunidades que são produzidos pelo contexto. No caso brasileiro, por exemplo, ganha sentido a profunda mudança nas estratégias de muitos atores sociais a partir da década de 1990: de ação direta contra o Estado, para a ação em colaboração com o Estado. Como se sabe, o final da década de 1980 foi marcado por um novo texto constitucional que abriu significativos espaços de diálogo entre Estado e sociedade nos processos de formulação, deliberação e controle das políticas públicas (conselhos, conferências, fóruns, audiências públicas). Juntamente com isso, tem-se a abertura de diversos outros canais de participação, principalmente no âmbito municipal, onde o exemplo do Orçamento Participativo é o mais visível de um conjunto de novas práticas de gestão que passam a ser incorporadas pelos governantes e administradores públicos. Considerando esses elementos, é possível afirmar que a mudança, da “lógica do confronto” para a “lógica da colaboração”, foi fundamentalmente uma resultante de novas oportunidades que são colocadas aos atores sociais, num contexto de ampliação das demandas pela democratização do Estado.” (Borba, 2011, p. 10)

a carência ou inexistência de infraestrutura condiciona baixos níveis de qualidade de vida para a população que habita estes espaços. (Pires, R., 2011, p. 266)

Contextualizando a discussão aos casos na ilha de Santa Catarina, exemplos de reivindicações populares organizadas por meio de movimentos sociais ou Associação Comunitária, como o caso do Campeche (também supracitado), que durante o conturbado processo do Plano Diretor de Florianópolis impediram decisões que afetariam as condições urbanas e ambientais do bairro, como também propuseram novas e diferentes medidas, justamente por meio do exercício participativo. Como relatado desde o início do processo do Plano Diretor Participativo (PDP) de Florianópolis, na década de 2000:

Diante do início do processo do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, em 2006, as organizações populares envolvidas na temática do Plano Comunitário para a Planície do Campeche se deparam frente a um novo processo. Tendo em vista o contexto da institucionalização do planejamento participativo em âmbito nacional (e, paralelamente, o agravamento dos problemas decorrentes da expansão imobiliária e turística no bairro desde o final da década de 90, a exemplo da especulação fundiária), o MCQV [MOVIMENTO CAMPECHE QUALIDADE DE VIDA] deu início a um processo de revisão do conteúdo do Dossiê Campeche (1997) e do Plano Comunitário (1999). As reuniões realizadas com esta finalidade deram origem ao “Conselho Popular da Planície do Campeche”, e à proposta de realização do “II Seminário Comunitário de Planejamento”. Este Conselho Popular teve participação ativa no diálogo com a prefeitura e com as diversas entidades da sociedade civil envolvidas com o Plano Diretor Participativo, passando a integrar, no final de 2006, o Núcleo Distrital do Campeche, no PDP de Florianópolis (BÚRGOS, 2007). (Cunha, 2018)

E como também se relata durante a última década, de 2010 até os eventos mais atuais:

A audiência distrital com maior número de participantes foi a do Campeche, realizada no dia 27 de julho de 2022. Dos participantes, nove deles representavam a Associação de Moradores do Campeche (AMOCAM). A ampla participação desse distrito pode estar associada ao histórico participativo e a forte articulação de seus moradores (RIZZO, 2013). Ao longo da atual revisão do plano diretor, a AMOCAM tem sido participativa e crítica ao processo. Além disso, a participação é influenciada pelas conquistas anteriores adquiridas pela comunidade, como manter o gabarito máximo em dois pavimentos para a região, bem como a preservação das áreas ambientalmente vulneráveis (PERES; SUGAI, 2021; PEREIRA, 2017). Já ao analisar a presença das associações de moradores partindo do ponto de vista do número de participantes em audiências, a maior representação foi observada no distrito de Ratonés. A Associação de Moradores do Ratonés (AMORA) contou com 30 membros na Audiência realizada no dia 25 de julho de 2022. A AMORA também é, entre as associações de moradores, a que mais teve representantes na perspectiva geral das audiências, contabilizando 37 participantes. De fato, a associação também tem sido crítica ao processo de revisão do plano diretor em sua metodologia e conteúdo, realizando atividades

e debates de formação dos moradores, como é possível identificar em suas mídias sociais. (Siqueira; Santos, 2023)

Por fim, esses exemplos em diferentes escalas, e por meio de diversos atores, demonstram como o direito à cidade conferido de forma plena quanto sua acessibilidade, sustentabilidade e seguridade, por exemplo, é intrínseco a materialidade do espaço urbano e as relações sociais que por este sucedem. Em uma realidade de cidade tão segregada, o próprio sistema democrático, quanto mais suas estruturas institucionais, perpassam também as contradições e desigualdades vivenciadas cotidianamente. Enquanto as várias experiências de meios de participação institucionalizados provêm modelos a serem reproduzidos e aprimorados, atentar-se para reivindicações populares e para o próprio espaço urbano que se vivencia propicia também esse questionamento crítico quanto ao ideal de cidade democrática que se deseja, quanto ao ideal de cidade que é vendida e aquela que é realmente vivida.

O fato de haver uma intervenção social, por si só, não assegura a democratização do processo, sobretudo no que diz respeito à cidadania enquanto estratégia política de transformação social. A vontade política e a metodologia adotada, na relação do Estado com a sociedade, são variáveis intervenientes fundamentais para a democratização efetiva do processo de gestão das políticas públicas, e para o exercício da cidadania. Assim como a mudança não é sinônimo de inovação, a participação não é garantia de democratização. (Silva, G., 2013, p. 9–10)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS

“De que forma a desigualdade, o medo e a insegurança se manifestam cotidianamente em medidas segregadoras nas cidades?” é a pergunta central deste trabalho e a qual apenas em partes pode ser respondida. Isto porque se trata de um tema complexo, o espaço urbano e sua segregação socioespacial, o qual apenas respostas textuais ou catalográficas podem não compreender nem fazer jus à interdisciplinaridade e multidimensionalidade da questão. Posto isso, demonstrar manifestações de desigualdade, medo e insegurança também não se resume a um exercício imagético, pois, a imagem somente, que sempre requer interpretação, necessita do cruzamento de outros dados, corroborados por outras fontes, para configurar uma análise que efetivamente demonstre uma situação. O fim qualitativo para o uso das ferramentas e mídias disponíveis, bem como a eleição de exemplos que, em um universo de casos similares, melhor representem uma situação já estudada, resultam em um trabalho que coerentemente responde ao interrogativo da pergunta (“de que forma”), não somente como análise puramente formal ou morfológica, mas também como estudo que observa num decurso temporal processos de produção do espaço urbano.

Diferentemente de uma catalogação da qual se beneficia a análise quantitativa — esta, em algum nível, mais estática por lidar com tipos a serem agrupados —, a análise qualitativa proposta por este trabalho usufruiu da referência bibliográfica, como também de seu próprio estudo urbano, utilizando-os como fio condutor para aplicar seu método — este, embora estando limitado ao recorte espaço temporal, mais fluido ao cruzar dados em múltiplas mídias e ao longo do tempo. Entende-se, assim, que a metodologia e os resultados obtidos deste trabalho exploratório podem contribuir com outros estudos urbanos que abordem os temas de segregação socioespacial, inclusive potenciais trabalhos quantitativos, por esse ensejar a possibilidade de aplicação de métodos interdisciplinares e uso de recursos em múltiplas mídias, análises em diferentes níveis perceptivos, uso de dados objetivos e subjetivos, bem como instrumentos que proporcionam interatividade e novas formas de acesso e divulgação do conhecimento.

Quanto às respostas para a pergunta central, da maneira que se organizou este trabalho, conseguiu-se compreender o tema de modo mais aprofundado a partir de cada eixo de análise, em que os conceitos e reflexões abordados, como também os exemplos estudados, somam-se para uma compreensão mais abrangente do tema complexo cujas dimensões se circunscrevem:

Na *produção do espaço urbano segregado*, demonstra-se com os exemplos de medidas segregadoras individualistas como, em uma dimensão material, essas se manifestam

cotidianamente ao nível da escala humana, pelas vias acessíveis ou não à população, nos limiares entre um lugar idealmente protegido e um outro pretensamente perigoso. Observa-se como dispositivos de proteção e segurança ocorrem mesmo em regiões com população homogeneamente de mesma renda (como dispositivos e guardas de vigilância em bairros de renda média e alta), por vezes, fazendo parte de seus próprios processos de produção (como grades nas construções de baixo padrão construtivo ou muros fortificados de condomínios de alto padrão antes das construções de suas unidades habitacionais), condutas individualistas inseridas a um espaço coletivo. Não obstante, conferiu-se em situações de disparidades entre populações, mesmo quando socioeconômica ou estruturalmente homogêneas, o exacerbamento dessas medidas (como condomínios de alto padrão vizinhos de bairros de população de igual ou menor renda, ou também habitações do PMCMV inseridos em bairro de maior ou menor renda), expondo de forma mais contrastante, ao se fragmentar e isolar no espaço, suas desigualdades. Finalmente, à luz da produção do espaço urbano em um contexto de acumulação do capital e mercantilização da terra, os loteamentos e empreendimentos privados (como “bairro planejados”), enquanto promovidos como diferenciais, conferem em seu contexto similar forma dos demais modelos (como demais loteamentos ou condomínios fechados), verificando-se também nesses medidas segregadoras; concomitantemente, os investimentos públicos e privados e as condições infraestruturais dos distintos bairros expõem como, em meio a essa desigualdade exacerbada pelas medidas segregadoras, no sistema urbano em que se inserem, seus benefícios e consequências, em diferentes níveis, transcendem os limites dos empreendimentos (como problemas infraestruturais ou condições climáticas que afetam o sistema urbano como todo).

Com a *promoção da exclusividade*, os casos estudados de anúncios publicitários, discursos de atores políticos, agentes do mercado e do Estado revelam em uma dimensão cultural a imposição de certas imagens de cidade, sendo essa propagandeada como “de qualidade”, “planejada” e bem servida de estrutura urbana em sua porção exclusiva, e “defeituosa”, “improvisada” e desassistida de infraestrutura de qualidade em sua porção excluída. Contudo, na contraposição da cidade que é vendida (em anúncios e relatos) com a cidade que é vivida (experiência perceptiva, pesquisa empírica, cruzamento de dados, levantamento visual), revela-se uma cultura da exclusividade que, por vezes, oculta desigualdades e exalta a diferenciação, distinção e autosegregação. O sentimento de segurança nos seus diferentes âmbitos (civil, social, jurídico, existencial) perpassa essas atitudes individualistas que, materializadas nas medidas segregadoras e culturalmente difundidas na mídia, publicidade e discursos, acarretam em disparidades que contribuem para o maior

sentimento de insegurança, ocasionando um processo de retroalimentação desse comportamento e conformando uma cidade, material e culturalmente, mais injusta e não democrática.

O *direito à cidade no espaço urbano segregado*, então, enquanto negado a parte da população por ações do mercado (como empreendimentos que privatizam espaços coletivos) e do Estado que, por vezes, legitima (com leis, códigos e planos diretores) e incorpora (com investimentos públicos) produções urbanas de interesse privado em detrimento do público, em uma dimensão constitucional, incita sua efetivação através de reivindicações populares (como participação popular em formulações do planejamento urbano ou ações comunitárias de melhoria do espaço público).

Ressalta-se em todas essas manifestações de medidas segregadoras estudadas, e em níveis aprofundadas, seu pertencimento ao cotidiano das cidades. Por isso, elementos similares do espaço urbano puderam ser empregados às análises de diferentes âmbitos, assim como os exemplos apresentados foram eleitos em um extenso universo de casos semelhantes, uma vez que, em seu levantamento, acompanhou-se a recorrência dos fenômenos que representam. Além disso, como fundamentado, o método elaborado proporciona também a constatação dessa habitualidade, ao passo que os conteúdos expostos reafirmam a trivialidade com que se percebe o espaço urbano segregado.

Essa banalidade com a qual habitantes das cidades lidam com manifestações de medo, insegurança e desigualdade reforça também uma convivência com a segregação socioespacial e todos os problemas que essa acarreta. Mas é também na observação dessas convivências — que paradoxalmente intentam evitar o convívio com diferentes — que se pode contemplar a insustentabilidade dos modelos e medidas segregadores, pois, é justamente atentando-se para as relações socioespaciais — e não os elementos isoladamente — que se confere como os efeitos da segregação, em diferentes níveis e escalas, atingem ambos os lados separados. A cidade transcende os limites que a divide, pois, o espaço como construção social não finda ou se isola dos processos que conduziram sua produção, as cadeias de matéria e trabalho que as conceberam e as sustentam, não está estagnado, pelo contrário, existe no presente e pode ser acompanhado no decurso do tempo.

Assim, e *dessas formas*, pode-se observar no limiar desses fenômenos de segregação socioespacial como a cidade segregada é incompatível com seu ideal justo, democrático e sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Igor Tadeu Lombardi de. **Centralidade urbana: uma caracterização na área conurbada de Florianópolis**. 2020. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- AZOULAY, Ariella. **The Civil Contract of Photography**. Nova York: Zone Books, 2008.
- AZOULAY, Ariella. Desaprendendo momentos decisivos. **Zum**, São Paulo: IMS, n. 17, p. 116–137, out. 2019.
- BARÃO, Marina Leal. **O naturalismo na Política de Aristóteles**. 2019. 71 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.
- BARREIRA, Irllys. A. F. . Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)** , v. 25, p. 149–159, 2010.
- BARRENTO, João. Walter Benjamin: limar, fronteira e método. **Revista Olho D'Água**, v. 4, n. 2, 2012.
- BASTOS FILHO, Reinaldo Antônio; ALMEIDA PINTO, Neide Maria de; MOREIRA DE BARROS, Vanessa Aparecida; CARVALHO FIÚZA, Ana Louise de. Segregação Socioespacial: Uma meta-análise dos trabalhos publicados em periódicos a partir da aprovação do Estatuto da Cidade (2001–2017). *In: 4º Fórum Habitar 2017*, Belo Horizonte. 4º FÓRUM HABITAR 2017, 2017.
- BATISTA, Lázaro ; BAPTISTA, L. A. . Limiars e fronteiras de uma cidade que ainda vive. **Interação em Psicologia (ONLINE)** , v. 22, p. 151–157, 2018.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. 1a reimpressão, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- BILJECKI, Filip; ITO, Koichi. Street view imagery in urban analytics and GIS: A review. **Landscape and Urban Planning**, v. 215, p. 104217, 2021.
- BONDUKI, Nabil. A cidade e a pandemia: impactos e mudanças que vieram para ficar. *In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; NORONHA, José Carvalho de; RODRIGUES, Juciano Martins; OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas de (orgs.). MetrÓpole e Pandemia: presente e futuro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.
- BORBA, Julian. "Apresentação". *In: Scherer-Warren, I. e Lüchmann, L. H. . (Org.). Movimentos Sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina* 1 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, v. 1, p. 9–16.
- BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 263–288, maio 2012.

BOURDIEU, Pierre. **As Estruturas Sociais da Economia**. Porto: Campo das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Estratégias de Reprodução e Modos de Dominação. **REPOCS**, São Luís, v. 17, n. 33, p. 21–26, jun. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Agravo de Instrumento nº 20114040000**, Ação Civil Pública. Ministério Público Federal. Porto Alegre, RS, 06 de abril de 2011. Diário Eletrônico da 4ª Região. Porto Alegre, 11 abr. 2011.

BUARQUE, Chico. **Estorvo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BUTLER, Judith. Photography, War, Outrage. **PMLA**, v. 120, n. 3. Cambridge, p. 822–827. maio 2005.

BUTLER, Judith. Torture and the ethics of photography. **Environment And Planning D: Society and Space**, v. 25, n. 6. Santa Barbara, p. 951–966. dez. 2007.

CABRAL, Daniel Welton Arruda. **Juventudes, apartheids e semânticas do medo**: sentidos e vivências emocionais urbanas a partir da psicologia histórico-cultural. Orientadora: Zulmira Áurea Cruz Bomfim. 2021. 464 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

CADERMATORI, Ana Carolina. ROSO, Adriane. Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo. **Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 397–418, jun./dez. 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, n. 47, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo; tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMPANARIO, Milton de A. **Land Rent and the Reproduction of Labor Force**: Some Evidence From São Paulo. Tese de Doutorado, Cornell University, 1981.

CARDOSO, Gabriela Ribeiro. **Vitimização , medo do crime e legitimidade democrática na América Latina**: mecanismos causais e efeitos contextuais em perspectiva. Tese (Doutorado em Sociologia e Ciência Política) – Departamento de Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

CARDOSO, Gabriela Ribeiro; BORBA, Julian. Violência e legitimidade democrática: um balanço da literatura sobre o contexto latino-americano. **Sociedade e Estado**, v. 38, n. 1, p. 193–210, jan. 2023.

CASTEL, Robert. **A Insegurança Social**: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. **La Cuestión Urbana**. México: Siglo Veintiuno, 1978.

CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza. Edições UFC. 2014.

CUNHA, Luis Felipe. **Planejamento Urbano e Múltiplas Territorialidades: a Resistência do Campeche (Florianópolis - SC) na Elaboração do Plano Diretor**. Caminhos da Geografia (UFU. Online) , v. 19, p. 56, 2018.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEUTSCHE, Rosalyn. A arte de ser testemunha na esfera pública dos tempos de guerra. **Concinnitas**, ano 10, v. 2, n. 15. Rio de Janeiro, p. 174–186. dez. 2009.

ELLIN, Nan. Shelter from the storm or form follows fear and vice versa. *In*: ELLIN, Nan (Org.). **Architecture of fear**. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1997.

ELLIN, Nan. Thresholds of Fear: Embracing the Urban Shadow. **Urban Studies**, v. 38, n. 5/6. Glasgow, p. 869–883. maio 2001

ENGELS, Friedrich (1872). **Sobre a Questão da Moradia**. São Paulo: Boitempo Editora, 2015.

FARRET, Ricardo Libanez. Paradigmas da Estruturação do Espaço Residencial Intra-Urbano. *In*: FARRET, Ricardo Libanez. **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana**. Projeto. São Paulo, 1985.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo**: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.

FIX, Mariana. **São Paulo, cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FORNASIER, Mateus de Oliveira; VAZ FERREIRA, Luciano; FERREIRA, Carla Froener. Segregação urbana, cultura do medo e consumismo no Brasil: apontamentos para uma possível analogia. **Direito e Desenvolvimento**, v. 10, n. 1, p. 217–230, 16 jul. 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GEHL, Jan. **Life Between Buildings: Using Public Space**. Washington; Covelo; London: Island Press, 2011.

GEHL, Jan. **Cities for People**. Londres: Island Press, 2010.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOUVEIA, Valdiney V.. El individualismo y el colectivismo normativo: Comparación de dos modelos. In: ROS, María; GOUVEIA, Valdiney V. (Orgs.), **Psicología social de los valores humanos**: Desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 2001.

GOUVEIA, Valdiney V.; ANDRADE, Josemberg M. de; MILFONT, Taciano Lemos; QUEIROGA, Fabiana; SANTOS, Walberto Silva dos. Dimensões normativas do individualismo e coletivismo: é suficiente a dicotomia pessoal vs. social?. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 2, p. 223–234, 2003.

HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Baltimore: J. Hopkins, 1973.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e debates**, v. 6, p. 6–35, 1982.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

HARVEY, David; MARICATO, Erminia; ZIZEK, Slavoj, *et al.* **Cidades Rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editora, 2013.

HOLANDA, Frederico (org.) **Arquitetura & Urbanidade**. São Paulo: Pro-editores, 2003.

INGLEHART, R. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R; WELZEL, C. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia: A Sequência do Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Francis, Verbena, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Características de Vitimização e Acesso à Justiça em 2009. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Vitimização: sensação de segurança 2021 / IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua 2020**, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, IBGE, Brasil, 2022a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Vitimização: furto e roubo 2021 / IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua 2022**. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, IBGE, Brasil, 2022b.

JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. Nova York: Vintage, 1992.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KESSLER, Gabriel. **El sentimiento de inseguridad**: sociología del temor al delito. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

KOCH, Mirian Regina. Condomínios fechados: as novas configurações do urbano e a dinâmica imobiliária. **Indic. Econ. FEE**, vol. 35, n. 3, p. 99–116, Porto Alegre, 2008.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora da UnB, 1996.

KOWARICK, Lucio. **Espoliação urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lucio. **Escritos Urbanos**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

LEFEBVRE, Henri (1968). **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LI, Xiaojiang. Examining the spatial distribution and temporal change of the green view index in New York City using Google Street View images and deep learning. **Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science**, v. 48, n. 7, p. 2039–2054, 2021.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Cidade para quais pessoas? Sobre as contradições da reforma do Vale do Anhangabaú. **Tempo Social**, v. 34, n. 1, p. 153–174, jan. 2022.

MARICATO, Ermínia. O interior da moradia popular. *In*: MARICATO, Ermínia; PAMPLONA, Telmo; MAUTNER, Yvone. **Cenários do contraste**: Uma incursão no interior da habitação popular paulistana. São Paulo, 1999.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 4, p. 21–33, out. 2000.

MARICATO, Ermínia; COLOSSO, Paolo. As cidades são centrais para o bem estar social: especificidades da produção do espaço urbano no Brasil. *In*: CASTRO, J. A. e POCHMANN, M.. (Org.). **Brasil, estado social contra a barbárie**. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 277–300.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**: seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MONIZ, Jorge Botelho. Demografia e Educação como Fenômenos de Secularização? Correlação entre os Índices de Segurança Existencial e de Religiosidade na Europa. **Espaço e Cultura**, n. 44, p. 124–148, 2018.

MORAES, Heloisa Juncklaus Preis; BRESSAN, Luiza Liene; OSNILDO, Reginaldo. O medo no imaginário e o imaginário do medo. **Revista Memorare**, v. 4, p. 209, 2017.

MOSER, Gabrielle. Exhaustive Images: Surveillance, Sovereignty, and Subjectivity in Google Maps Street View. **Fillip**, Vancouver, n. 15, set. 2011.

MOURA, Rosa; CINTRA, Anael; SANTOS, Gislene dos; JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira; DESCHAMPS, Marley; BARCELLOS, Tanya M. de. Movimento pendular da população na Região Sul. **Relatório de atividades 4**. 2009.

NASCIMENTO, Elaine Cristina Maia. **Urbgrafias**: pensar no espaço da cidade que o corpo faz. 2021. 168 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. **Territórios negros em Florianópolis**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo. **Valores Emancipatórios e Participação Política em Países da América Latina**. 2018. 233 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

OLIVEIRA, Antônio Santos. A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso) , salvador, v. 38, p. 239–265, 2003.

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, v. 15, n. 32, p. 210–235, jan. 2013.

PALAZUELOS, Felix Rebolledo; FONSECA, Tania Mara Galli. Erlebnis e Erfahrung na perspectiva do limiar como transição e passagem. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 3, p. 934–950, dez. 2017.

PAVONI, Andrea; TULUMELLO, Simone. What is urban violence?. **Progress in Human Geography**. 44 (1), 49-76, 2020.

PEREZ FILHO, Archimedes; LÄMMLE, Luca; MOREIRA, Vinícius. (2020). Geotechnologies And Their Approaches In Geomorphological Studies: Challenges And Possibilities Beyond Geographical Information Systems (Gis). **William Morris Davis – Revista de Geomorfologia**, v. 1, n. 1, p. 145–161, 2020.

PIRES, Juliana Torres. Caminhos para pensar a produção do espaço. **GeoPUC**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 84–104, jul–dez. 2018.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. Participação, exclusão e território estratégias para a análise dos efeitos distributivos das instituições participativas. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.

PRESTES, Vanêsa Buzelato. **Dimensão constitucional do direito à cidade e formas de**

**densificação no Brasil.** 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PULICI, Carolina. Visões do gosto arquitetônico passadista: problematizando o “estilo neoclássico” de São Paulo em perspectiva internacional. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 219–248, jun. 2014.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. **Antropologia da e na cidade:** interpretações sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre: Marcavizual, 2013.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 100–111, out. 1999.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito:** São Paulo - espaço, história e política. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

ROSÁRIO, Angela Buciano do. Resenha de "A Insegurança Social: o que é ser protegido?" de Robert Castel. **Mental**, v. 2, n. 4, p. 185–187, jun. 2005.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTA CATARINA. **Plano de Mobilidade Urbana sustentável da Grande Florianópolis (Plamus).** Produto 19: relatório final – consolidação das propostas e plano de implementação. Florianópolis: Logit Engenharia Consultiva, out. 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SÃO PAULO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **GeoSampa.** 2023. Disponível em: [http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SBC.aspx](http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx). Acesso em: 1 set. 2023.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 32, p. 89–109, 2012.

SCHREINER, Tatiana; KRETZER, Geruza; DORS, Rosária Lara de Moura; KRAUS JUNIOR, Werner ; MEYER, Bernardo. O Processo De Integração Do Transporte Coletivo Em Regiões Metropolitanas: O Caso Da Grande Florianópolis. *In:* 33 Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, 2019, Balneário Camboriú. **Anais do 33 Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes – 2019**, 2019.

SCHERER, Giovane Antonio; NUNES, Cíntia F.; FERNANDES, Idília. Marcas do Juvenilidade: (In)segurança e violações de direitos em tempos de Radicalização Neoliberal. *In:* 8 Encontro Internacional de Política Social, 15º Encontro Nacional de Política Social, 2020, Vitória/ES. Encontro Internacional de Política Social. **Questão social, violência e segurança pública:** desafios e perspectivas. Vitória/ES: UFES, Programa de Pós-Graduação em Política Social, v. 01, p. 1–14, nov. 2020.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: Cotidiano e modo de vida. *In:* **Cidades.** v. 1, n. 2, p. 181–206, 2004.

SIQUEIRA, Marina Toneli; SANTOS, Lucas Guilherme dos. A participação popular e o plano diretor de Florianópolis: a reprodução de velhos problemas: a reprodução de velhos problemas. *In: XX Enanpur 2023. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional Belém*. Belém: Anpur, maio 2023.

SITTE, Camillo. *A Construção das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SKALEE, Milena. *Construção e apropriação do espaço público*. Estudo do traçado urbano do centro de Balneário Camboriú. 2008. 110 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Airton Marques da. *Metodologia da pesquisa*. 2.ed. rev. — Fortaleza: Eduece, 2015.

SILVA, Gustavo Tavares da . Os conselhos: gestão pública democrática e participação. *In: Gustavo Tavares da Silva. (Org.). Cidade, poder local e políticas públicas*. 1.ed. João Pessoa: UFPB, p. 27–56, 2013.

SILVA, Nathalia Quadros da. *Verificação dos critérios de infraestrutura urbana conforme NBR ISO37120:2017 em Condomínio Residencial*. 2019. 76 f. TCC (Curso de Engenharia Civil em Infraestrutura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Brasília, 2019.

SINGER, Paul. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 57, p. 77–92, 1980.

SOLÀ-MORALES. Manuel de. *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Edicions UPC, Barcelona, 1993.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Espaço e sociedade — um paradoxo: a cidade. *Revista Do Serviço Público*, v. 40, n. 1, p. 17–20, 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social*. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

STELMACH, Yuri L. R. . Ordem, higiene e progresso: as reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro através do romance O Cortiço, de Aluísio de Azevedo. *Contraponto*, v. 9, p. 209–221, 2020.

SUGAI, Maria Inês. *Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e Dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)*. Florianópolis: EdUFSC, 2015.

TENORIO, Gabriela de Souza. *Ao desocupado em cima da ponte*. Brasília, arquitetura e vida pública. 2012. 391 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. As metamorfoses do conceito de cidade. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, n. especial, pp. 17–23, dez. 2015.

VESCHI, Benjamin. *Etimologia de Política*. 2020. Disponível em: <https://etimologia.com.br/politica/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

VETTER, David Michael; MASSENA, Rosa Maria Ramalho. “Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana?”. In SILVA, L. (org.). **Solo Urbano** – Tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WANG, Ruoyu; WENJIE, Wu; YAO, yao. “Green transit-oriented development”: Exploring the association between TOD and visible green space provision using street view data. **Journal of Environmental Management**, v. 344, p. 118093, 2023.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; CAMPOS, Paula Bohn de. "Livrai-nos de todo mal": medo, controle social e segregação espacial / "Freedom Of All Evil": Fear, Social Control And Space Segregation. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 2608–2636, dez. 2022.

WERNER, Guilherme Cunha. Securitas: da Segurança Nacional à Segurança Humana. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 11, n. 1, p. 69–100, jan./abril 2020.